

**FÓRUM BNB DE
DESENVOLVIMENTO
2005
ANAIS**

**O NORDESTE DE
CELSO FURTADO**



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Fórum BNB de Desenvolvimento

O NORDESTE DE CELSO FURTADO

ANAIS

18 e 19 de julho de 2005

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2006



Presidente:

Roberto Smith

Diretores:

Augusto Bezerra Cavalcanti Neto
Francisco de Assis Germano Arruda
João Emílio Gazzana
Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimarães
Pedro Rafael Lapa
Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor: Jornalista Ademir Costa

Normalização Bibliográfica: Rodrigo Leite

Internet: <http://www.bnb.gov.br>

Cliente Consulta: 0800.783030

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme a Lei 10.994 de 14/12/2004

Copyright © 2006 by Banco do Nordeste do Brasil

F745

Fórum BNB de Desenvolvimento: o Nordeste de Celso Furtado (2005: Fortaleza, CE).

Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento: o Nordeste de Celso Furtado, realizados em Fortaleza, nos dias 18 e 19 de julho de 2005. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

226 p. : il.

ISBN 85-87062-69-7

1. Economia. I. Banco do Nordeste. II. Título.

CDD 330.063

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
SESSÃO DE ABERTURA	9
André Furtado - <i>Professor da Unicamp, filho de Celso Furtado</i>	
Mauro Borges Lemos - <i>Secretário-Executivo da Anpec</i>	
Alfredo Pessoa de Oliveira - <i>Secretário de Planejamento de Fortaleza, representando a prefeita de Fortaleza Luizianne Lins</i>	
Roberto Smith - <i>Presidente do BNB</i>	
Painel I	23
O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: do GTDN aos dias de hoje	
Presidente	
Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral - <i>Diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB</i>	
Expositores	
André Furtado - <i>Professor da Unicamp</i>	
Cesare Giuseppe Galvan - <i>Centro Josué de Castro</i>	
Paul Singer - <i>MTE/USP</i>	
Sessão Especial ANPEC	57
DESIGUALDADE REGIONAL E DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS	
Presidente	
Mauro Borges Lemos - <i>Secretário-Executivo da Anpec</i>	
Expositor	
Ronald L. Oaxaca - <i>University of Arizona</i>	
Sessão Especial ETENE	79
DA FANTASIA À CONSTRUÇÃO: desafios e opções para o Nordeste	
Presidente	
José Sydrião de Alencar Júnior - <i>Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene</i>	
Pierre Salama - <i>Professor da Universidade de Paris</i>	
Assuéro Ferreira - <i>Professor da Universidade Federal do Ceará</i>	
Ladislau Dowbor - <i>Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</i>	

Painel II 109

O NORDESTE E AS TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA MUNDIAL

Presidente

Pedro Jorge Ramos Viana - *Professor da Universidade Federal do Ceará*

Expositores

Antônio Carlos Figueira Galvão - *Secretário de Políticas de Desenvolvimento - Regional do Ministério da Integração Nacional*

Clélio Campolina - *Professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais*

Painel III 135

50 ANOS DE BNB E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente

Antônio Rocha Magalhães - *Principal oficial para o Brasil do Banco Mundial*

Expositores

José Sydrião de Alencar Júnior - *Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene*

João Francisco Freitas Peixoto - *Superintendente de Controle Financeiro do BNB*

Stélio Gama Lira Júnior - *Superintendente de Microfinanças e Projetos Especiais do BNB*

Painel IV 163

O NORDESTE E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

Presidente

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral - *Diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB, representando o presidente da Instituição, Roberto Smith*

Expositores

Tânia Bacelar - *Professora da Universidade Federal de Pernambuco*

Nilson Craveiro Holanda - *Professor da Universidade de Brasília, ex-presidente do BNB*

ENTREGA DO 3º PRÊMIO BNB DE MICROCRÉDITO NO CEARÁ

ENCERRAMENTO. 205

Mário Mamede - *Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, representando o secretário Nilmário Miranda*

Nilson Craveiro Holanda - *Professor da Universidade de Brasília, ex-presidente do BNB*

Mauro Borges Lemos - *Secretário-Executivo da Anpec*

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral - *Diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB*

Tânia Bacelar - *Professora da Universidade Federal de Pernambuco*

ANEXO 222

APRESENTAÇÃO

Este documento reúne as exposições e debates realizados durante o Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento, promovido pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. por ocasião de seu 53º aniversário, juntamente com o X Encontro Regional de Economia, numa parceria com a Anpec – Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia.

Sob o tema geral “O Nordeste de Celso Furtado”, numa homenagem a este grande economista idealizador da Sudene, o Fórum BNB de Desenvolvimento e o X Encontro Regional de Economia reuniram, durante os dias 18 e 19 de julho de 2005, em Fortaleza-CE, destacados representantes do mundo acadêmico nacional e de outros países, para discutir questões da mais alta relevância para o desenvolvimento regional.

Mais de 800 pessoas participaram dos dois eventos, que tiveram como público-alvo estudantes e professores de Economia e de áreas relacionadas ao desenvolvimento econômico e social, pesquisadores, profissionais de governo, da iniciativa privada e de ONGs, autoridades políticas, empresários, clientes e demais parceiros do Banco, em Fortaleza, nas demais capitais nordestinas e na cidade de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, interligadas por videoconferência.

É com o objetivo de ampliar o acesso a esse conhecimento que o Banco do Nordeste traz a público esses Anais, certo de que as idéias aqui reunidas podem ser de grande utilidade para todos que se dedicam à construção do desenvolvimento regional, em especial no Nordeste brasileiro.

SESSÃO DE ABERTURA

Composição da mesa

Roberto Smith

Presidente do BNB

Mauro Borges Lemos

Secretário-Executivo da Anpec

Alfredo Pessoa de Oliveira

Secretário de Planejamento de Fortaleza,

representando a prefeita de Fortaleza Luizianne Lins

André Furtado

Professor da Unicamp, filho de Celso Furtado

Mestre-de-cerimônias

Senhoras e senhores, damos início à programação do Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e do X Encontro Regional de Economia. Haverá neste momento o descerramento da placa que nomeia este auditório como Auditório Professor Celso Furtado – uma justa homenagem da diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e de seus funcionários a um dos maiores pensadores do desenvolvimento regional.

Idealizador da Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e também seu primeiro superintendente, Celso Furtado se debruçou sobre a lógica da economia nordestina, produzindo o primeiro projeto do País voltado para a redução das desigualdades regionais. Mesmo após quase 50 anos da publicação de “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste,”¹ as opiniões do economista paraibano continuam atuais. O BNB presta, por meio da realização dos dois eventos de economia, a merecida homenagem a um dos maiores pensadores que a região nordestina já produziu.

¹ GTDN. *Uma política para o desenvolvimento econômico do Nordeste*. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.

Neste momento, o presidente do BNB, Roberto Smith, e o economista André Furtado se dirigem para o *hall* principal deste centro de treinamento, onde descerrarão a placa alusiva à homenagem do Banco.

A partir deste momento, este auditório passa a ser denominado de Auditório Professor Celso Furtado.

Senhoras e senhores, bom-dia. É com grande prazer que o Banco do Nordeste do Brasil S.A. os recebe para o Fórum BNB de Desenvolvimento e o X Encontro Regional de Economia, realizados simultaneamente em parceria com a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia – Anpec. O Fórum traz como tema, este ano, “O Nordeste de Celso Furtado”. O BNB entende que este encontro se trata de oportunidade de máximo aproveitamento para todos os seus participantes, e que as idéias aqui discutidas podem subsidiar a construção de um Nordeste equiparado, em todos os indicadores sócioeconômicos, às regiões mais desenvolvidas do País. Entre os demais temas, serão discutidos: a desigualdade regional, os mais de 50 anos de atuação do BNB e as políticas de desenvolvimento para a Região.

Para compor a mesa de abertura, convidamos o presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A., Roberto Smith, acompanhado pelo secretário executivo da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia – Anpec, Mauro Borges Lemos, do secretário de Planejamento de Fortaleza, Alfredo Pessoa de Oliveira, representando a prefeita municipal Luizianne Lins, e do economista André Furtado.

Neste momento, passamos a palavra ao economista André Furtado.

André Furtado

Bom-dia a todos. Em nome da família de Celso Furtado, eu gostaria de agradecer ao Banco do Nordeste, aqui representado pelo seu presidente, o Dr. Roberto Smith, e à Anpec, representada pelo Dr. Mauro Borges Lemos, a organização deste evento, cuja finalidade é homenagear o pensamento de meu pai. É difícil para mim, aqui, querer resumir em poucas palavras a felicidade em ver que o pensamento do meu pai continua

a inspirar análises, conceitos, atitudes e ações dos que estão engajados na transformação social deste país e desta região Nordeste, tão castigada pelo sofrimento de seu povo.

Existe na personalidade do meu pai um conjunto de características que impressionam e servem como exemplo para as atuais e futuras gerações. Essas características já foram esboçadas em um trabalho do Luiz Carlos Bresser Pereira, recentemente publicado na revista da CEPAL.² São basicamente três características que considero fundamentais.

Por um lado, está a independência do seu espírito; foi um intelectual que nunca se deixou aprisionar por modelos de pensamento hegemônicos da sua época, sempre teve a altura de pensamento para lidar com essas correntes sem se submeter a elas; ao contrário, ele sempre sabia extrair dessas correntes o que era útil para interpretar a realidade de sua região, do seu país.

Ao lado dessa independência, o que mais impressiona é o seu método de análise da realidade sócio-histórica. Esse método ainda precisa ser mais bem entendido. Ele foi captado de forma implícita por muitos economistas e sociólogos latino-americanos, mas se perdeu muito em função das evoluções recentes. Luiz Carlos Bresser Pereira o chama de método histórico-intuitivo; outros o chamam histórico-estrutural, contrapondo-o ao método lógico-dedutivo da teoria econômica dominante. Certamente, Bresser tem toda razão em afirmar que não se trata de uma ruptura com a teoria econômica. “Furtado — diz ele — utiliza a teoria econômica disponível e trata de fazê-la avançar no conhecimento do desenvolvimento econômico. Mas, ele usa a teoria econômica também para interpretar a história. Se ele faz isso, ele também faz o caminho inverso, que é estudar a história em sua diversidade para construir conceitos que irão enriquecer a análise econômica”. É o que vou tentar aqui comentar, mais adiante.

Esse olhar sobre a história é sempre multidimensional; envolve tanto a dimensão econômica quanto a social, a geográfica, a político-institucional.

² PEREIRA, L. C. B. Método e pasión em Celso Furtado. *Revista de la CEPAL*, Santiago, Chile, n. 84, p. 19-34, dic. 2004.

nal, sempre numa percepção evolutiva, sem cair em nenhum tipo de reducionismo. O social é tão importante quanto o econômico, e vice-versa.

A terceira dimensão da sua personalidade é o seu engajamento. O conhecimento somente faz sentido quando comprometido com a transformação da realidade. Esse engajamento se traduz em sua trajetória de homem público. Como afirma Bresser Pereira, ele nunca deixou de acreditar no poder racionalizador da burocracia, mas esse engajamento não o levou nunca para o dogmatismo – um tipo de pensamento infelizmente muito comum em certos meios. Também nunca se deixou levar por um pensamento pragmático, de que os fins justificam os meios.

Assim, mais do que paixão, eu diria que seu engajamento foi, sobretudo, um compromisso ético com a causa do desenvolvimento, principalmente do seu povo. Esse compromisso o levava a considerar que a construção do desenvolvimento somente poderia se apoiar em instituições democráticas sólidas. Ele nunca se deixou seduzir pelo discurso, muito presente na tecnocracia, de que a industrialização poderia ser levada à frente mais facilmente reduzindo-se as liberdades democráticas. Ele sempre acreditou na razão, mas como base da ética, e no poder de convencimento que a razão proporcionava para realizar a transformação social. Essa fé no poder de transformação da razão o aproxima de outros grandes filósofos, como Sócrates.

Essas três dimensões da sua personalidade: a independência de espírito frente ao modismo e à ilusão do formalismo, o método histórico-estrutural, apoiando-se no duplo caminho entre teoria e observação histórica comparativa, e um profundo comprometimento ético com os excluídos são as características que deveriam inspirar economistas de todas as gerações. Muito obrigado.

Mestre-de-cerimônias

Convidamos para fazer uso da palavra o secretário executivo da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – Anpec, Mauro Borges Lemos.

Mauro Borges Lemos

Bom-dia a todos. É um grande prazer estar presente nesta cerimônia. Particularmente, a homenagem ao professor Celso Furtado nos engrandece muito. No ano passado, a Anpec, no seu encontro nacional, em João Pessoa, realizou uma homenagem a esse grande pensador brasileiro; e agora é um grande prazer estar aqui nessa mesa, com o presidente do BNB, que sempre tem apoiado a Anpec em todas as suas iniciativas, com o Alfredo, que acabei de conhecer, e com o André. Realmente, me sinto muito emocionado por essa oportunidade.

Falando em nome da Associação, eu gostaria de dizer que foi criado o Fórum Celso Furtado. A Anpec é parceira desse fórum, e esperamos que esse seja, de fato, um espaço para repensar a problemática brasileira, a problemática do desenvolvimento, a problemática da industrialização, que foi uma agenda efetivamente perdida ao longo desse período, particularmente ao longo da década de 1990, em que as políticas de cunho fortemente liberais não-iluministas, na verdade, demonstraram um grande fracasso do ponto de vista da problemática do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Vamos voltar à terminologia original de Celso Furtado, que a meu ver é o que dá sustentação teórica para a idéia de desenvolvimento desigual. Felizmente, depois de uma vaga de esquecimento, particularmente a partir da idéia dos novos clássicos de repensar a questão do desenvolvimento numa ótica contrária ao desenvolvimento desigual, do ponto de vista da concepção da convergência, essa visão dos anos 80 perdeu fôlego; e atualmente, a dinâmica do desenvolvimento como uma dinâmica desigual é reconhecida. Então, temos uma mudança da retomada da problemática do desenvolvimento na literatura econômica, a partir do próprio reconhecimento do pensamento dominante na Economia de que esta questão metodológica é chave para pensar os desafios do desenvolvimento.

Hoje eu vejo uma grande oportunidade, um grande espaço para a retomada desse debate. Uma manifestação desse novo momento e das novas possibilidades para a teoria do desenvolvimento seria a própria inclusão da disciplina Desenvolvimento Econômico, novamente, nos cur-

tos de Economia, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Há um ressurgir dessa temática, inclusive do ponto de vista do pensamento dominante, dessa que era uma problemática tão cara ao professor Celso Furtado: a problemática do desenvolvimento desigual.

Na minha visão, como pesquisador e admirador de Celso Furtado, ele de fato antecipou a teoria de desenvolvimento do final dos anos 1950, chamada estruturalista, como Albert Hirschman, como Gunnar Myrdall, e as teorias modernas de crescimento dos anos 1960, personalizadas particularmente pelo Kaldor, e toda a visão de crescimento chamado estruturalista que vem a partir daí. A discussão, por exemplo, de restrição externa, restrição do balanço de pagamentos, como uma restrição estrutural ao crescimento de longo prazo sustentado deste país é uma marca importante do pensamento furtadiano, que, de fato, é um precursor desse processo, na medida em que seus elementos fundamentais foram postos durante os anos 1950, inclusive na primeira metade dos anos 1950. Então, é muito importante a retomada dessa discussão.

Hoje, vejo que nós temos uma agenda comum na questão do desenvolvimento. A problemática da industrialização, a problemática dos setores crescentes, hoje, é uma agenda que perpassa o conjunto do pensamento econômico contemporâneo. Então, eu considero de grande atualidade, hoje mais do que nunca, o pensamento furtadiano; ele está mostrando toda a sua atualidade com o debate econômico recente. Ao invés do esquecimento, na verdade, hoje está colocada uma grande oportunidade para a retomada dos grandes temas que nós tivemos o privilégio de herdar do professor Celso Furtado.

É basicamente isso que eu gostaria de dizer. Quero, mais uma vez, agradecer ao Banco do Nordeste, na pessoa do Roberto Smith, por esse evento, o Encontro Regional de Economia, que já entra no seu décimo aniversário; é o décimo encontro que realizamos, e é para nós uma grande honra continuar essa parceria com o Banco do Nordeste, que, acreditamos, tem contribuído grandemente para o debate da problemática do desenvolvimento regional, particularmente da problemática do Nordeste. Muito obrigado.

Mestre-de-cerimônias

Convidamos para fazer uso da palavra o secretário de Planejamento Municipal de Fortaleza, Alfredo Pessoa de Oliveira, representando a Exma. Sra. prefeita Luizianne Lins.

Alfredo Pessoa de Oliveira

Bom-dia. Eu queria, em nome da prefeita Luizianne Lins, saudar os componentes da mesa: o presidente Roberto Smith, o professor Mauro Borges e o professor André Furtado. Queria também saudar todos os participantes deste evento, e vou fazê-lo na pessoa do professor Assuéro Ferreira, que nos ensinou na Faculdade a gostar da obra de Celso Furtado. Em nome do professor Assuéro, saúdo todos os professores aqui presentes – professor Pedro Jorge, professor Cesare Galvan, professor Paul Singer, professor Pierre Salama, professora Gorete. Quero saudar também os estudantes, funcionários e diretores do BNB que estão aqui, e ressaltar a importância deste evento.

Este evento acontece sempre, mas este ano ele tem um toque especial, que é a homenagem a esse grande pensador brasileiro: Celso Furtado. Ao lado de outros pensadores, dentre os quais colocamos Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e até o chamado maldito Oliveira Vianna, Celso Furtado forma um grupo que pensou a formação social brasileira. Isso extrapola a questão da Economia e nos ajuda a dar identidade ao povo brasileiro, a entender a nossa característica.

É fundamental a obra de Celso. É uma obra vasta, uma obra dinâmica, que vem se transformando, e é autocrítica, na medida em que ele escreve um livro para criticar o que ele tinha colocado no livro anterior. Então, acompanhar essa obra foi um privilégio nosso, e mais ainda conviver um pouco com Celso Furtado, apesar de ele estar mais debilitado nos últimos tempos. O professor Celso Furtado foi muito importante para nossa formação, e para que possamos também ensinar outros profissionais na área de Economia. Mas sempre lembrando que essa discussão extrapola a

área de Economia; ela vai para outros campos, para outras ciências, e vai para uma discussão que nos leva à formação social brasileira e ao pensamento em torno da nossa característica. É só. Eu queria agradecer e dizer que é uma honra estar aqui na mesa fazendo parte deste evento.

Mestre-de-cerimônia

Neste momento, ouviremos o pronunciamento do presidente do BNB, Roberto Smith.

Roberto Smith

Bom-dia a todos e a todas. Neste momento, gostaria de dar as boas-vindas aos participantes do nosso Fórum BNB de Desenvolvimento e do X Encontro Regional de Economia. Gostaria de cumprimentar o professor Alfredo Pessoa, meu colega, aqui representando a prefeita municipal de Fortaleza, e dizer da grande honra de estar aqui ao lado do professor André Furtado, economista, filho do professor Celso Furtado, e do meu amigo e colega Mauro Borges Lemos, secretário-executivo da Anpec. Quero também cumprimentar o professor Paul Singer, secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, com quem desenvolvemos ações conjuntas; cumprimentar meu professor Galvan, das nossas salas de aula e dos seus ensinamentos que eu ainda bebo; o professor Pierre Salama, com quem tive ocasião de estudar em Paris.

Gostaria de cumprimentar todos os colegas de profissão, professores, economistas e todos aqueles que se voltam para a importante questão do desenvolvimento e do desenvolvimento regional; gostaria de cumprimentar os diretores do Banco do Nordeste, que estão praticamente todos aqui, gostaria de cumprimentar os superintendentes e os funcionários do Banco do Nordeste, porque afinal este é um espaço onde se cultua, se cultiva e se pratica as lições de desenvolvimento. Gostaria também de cumprimentar a jornalista Rosa Freire D'Aguiar, viúva do professor Celso Furtado, que não pôde se deslocar para estar presente nesta cerimônia.

Nós acabamos de descerrar a placa alusiva a essa homenagem singular que o Banco do Nordeste presta ao estadista Celso Furtado, com a

qual esse espaço de reuniões passa, doravante, a ter o seu nome. Poucos são aqueles que no processo de construção da história da Nação podem ter o reconhecimento, enquanto estadista da República, enquanto intelectual engajado, como tem Celso Furtado.

Estamos comemorando nesta data também os 53 anos de existência do Banco do Nordeste do Brasil, criado por Getúlio Vargas, e que teve como seu primeiro presidente a figura ímpar do economista Rômulo de Almeida.

O BNB iniciou seu funcionamento em 1954, e a sua criação, na mesma época em que eram criados o BNDES, o Basa e depois a Sudene, assinala no pós-guerra os passos importantes do nacional-desenvolvimentismo, pensamento e ação de abrangência continental da latino-americanidade. Via-se nesse momento histórico algo importante e novo, um diferencial no modo de governar – uma típica inovação significativa, como diriam os neo-shumpeterianos; na realidade, um choque criativo na inércia institucional do Estado patrimonial vigente.

O golpe militar de 1964 jogou por terra este avanço institucional, agora, sim, como choque institucional às avessas, retomando paulatinamente o processo de tomar decisões centralizadas por uma elite conservadora nos moldes daquela criada por Campos Sales na primeira república: a política dos governadores. Restaram ao Nordeste, portanto, praticamente os resquícios de uma política compensatória, é bem verdade funcional à realimentação dos circuitos de acumulação extra-regionais, e que manteve a circular baixa produtividade e elevada concentração da propriedade e da riqueza – retrato da assimetria de poder. Muita água correu desde então, mas é sempre bom lembrar que, desses 53 anos que hoje comemoramos, cerca de metade foi contingenciada pelo cerceamento das liberdades democráticas no País.

Vale uma referência sintética ao pensamento do professor Celso Furtado, no seu clássico “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”³, onde ele destaca que uma teoria do desenvolvimento econômico deve se propor a desvendar as transformações de conjuntos econômicos

³ FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nacional, 1967; Lisboa: Dom Quixote, 1971; São Paulo: Paz e Terra, 2000. Traduzido para o espanhol, italiano e francês.

complexos, e desse modo conceber essas transformações como decorrentes de uma ampla gama de fatores econômicos e não-econômicos.

Não há como deixar de considerar que, fundamentalmente, essas transformações expressam as variadas formas de interdependência que os homens criam historicamente entre si, no seu vir a ser cotidiano. Portanto, guardam especificidades próprias, marcadas pelas singulares formas de produção e apropriação dos recursos materiais e simbólicos, nestes se incluindo as manifestações culturais em geral e religiosas em particular, fortemente orientadas pela divisão social e técnica do trabalho. Nesse contexto, as formas de produção e difusão do progresso tecnológico, em última instância, estão intimamente condicionadas pelas formas vigentes, referendadas juridicamente, de concentração da propriedade e da riqueza.

O BNB é um espaço institucional onde ora se reverencia o pensamento vivo de Celso Furtado. E, se comemorar significa trazer à memória, gostaria de relembrar a última presença do professor Celso Furtado nesta Instituição. Isso se deu há quase dois anos, no dia 28 de julho de 2003. Naquela ocasião, em que se fazia o lançamento da projetada nova Sudene, Celso Furtado fez um discurso dirigido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que eu gostaria de reproduzir.

Disse ele, naquela ocasião: “Senhor presidente, permita-me iniciar com uma recordação pessoal. Há mais de 40 anos, a pedido do presidente Kubitschek, preparei um plano de desenvolvimento para o Nordeste que deu origem a esta Sudene. As condições de trabalho de nossa pequena equipe foram as mais difíceis, as informações sobre a situação social da Região eram inexistentes, e muito precários os dados sobre a economia. Tivemos que suprir lacunas com boa dose de imaginação. Ora, ao ler o esplêndido trabalho realizado pela equipe do ministro Ciro Gomes, coadjuvado pela economista Tânia Bacelar, dei-me conta de que, apesar do volume de informações à disposição, seus autores também recorreram à imaginação para delinear o futuro do Nordeste. Como nordestinos, podemos nos felicitar por esse estudo, que nos deixa entrever o grau de complexidade alcançado pela economia desta região.”

E assim se referiu Celso Furtado nas suas considerações a respeito da economia. Dizia ele: “Para captar a lógica da economia nordestina é necessário perceber o essencial da realidade nacional. Não percamos de

vista que a política econômica praticada tradicionalmente em nosso país criou uma sociedade com graves distorções e sujeita a crises intermitentes de balanço de pagamentos externos. O governo passado apressou-se em tirar proveito do aumento conjuntural da liquidez internacional. Houve, assim, mais elasticidade da oferta interna de bens de consumo, mas inverteu-se de forma perversa a posição da balança comercial, que passou a ser fortemente negativa. No passado, esses desequilíbrios eram enfrentados mediante a manipulação do câmbio; no governo do antecessor de vossa excelência, privilegiou-se a estabilidade de preços, mas se facilitou o endividamento externo, de conseqüências desastrosas para o País, cujo patrimônio foi em grande parte alienado”.

“Todos reconhecem que a economia brasileira foi exposta a um risco crescente de recessão. Esse risco ainda não se dissipou, e vossa excelência sabe o quanto isso pode comprometer qualquer projeto de investimentos a médio e longo prazos, neles se incluindo a Sudene, ora restaurada. Evidencia-se que as organizações internacionais são incapazes de mobilizar os recursos requeridos para evitar rupturas de pagamentos nos países chamados emergentes. A estratégia do FMI parece prolongar a recessão, até que o paciente aceite a adoção de um sistema de *currency board*, ou seja, a dolarização da sua economia, por um ou outro caminho. Recentemente, a inoperância dessa medicina aplicada sem contemplação foi amplamente demonstrada em países vizinhos do Brasil”.

Em seguida, Celso Furtado recolocava a questão social distributiva, reiterada desde sua “Formação Econômica do Brasil⁴”: “é natural, portanto, que todos nós brasileiros, do Norte e do Sul, nos interroguemos: o que fazer? Nosso país se singulariza por dispor de considerável potencial de solos aráveis não utilizados, fontes de energia hidrelétrica sem par e abundante, massa de mão-de-obra muitas vezes deixada à margem por carência de profissionalização. Contudo, algo mais nos singulariza: a dimensão incalculável dos problemas de cunho social. Aquele cuja solução requer, talvez, mais imaginação é o da distribuição de renda. Com

⁴ FURTADO. C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959; São Paulo: Nacional, 1965; Brasília: Universidade de Brasília, 1963. (Coleção biblioteca básica brasileira); São Paulo: Publifolha, 2000. (Coleção grandes nomes do pensamento brasileiro). Traduzido para o espanhol, inglês, polonês, italiano, francês, japonês, alemão, romeno e chinês.

efeito, ao contrário de muitos países de nível de desenvolvimento semelhante, no Brasil a renda não se concentra para aumentar a taxa de poupança, e sim para aumentar o consumo dos mais ricos. É escandalosa a distância entre o consumidor popular e o consumidor médio e rico no nosso País.

“A miséria de boa parte do povo brasileiro é a contrapartida do hiperconsumo de uma pequena minoria privilegiada. À guisa de exemplo, podemos lembrar que o salário de um engenheiro de produção no Brasil rivaliza com o dos países desenvolvidos de média renda, e é muito mais alto do que no México, país latino-americano cuja renda *per capita* é similar à nossa. Sabemos que o México conheceu uma revolução social no início da sua era contemporânea, e confiamos na liderança de vossa excelência para realizar avanços sociais sem, entretanto, pagar o preço de uma convulsão”.

A seguir, Celso Furtado preconiza o papel reservado ao Estado na globalização, e aquelas que julga serem as três linhas de conduta a serem seguidas. Afirma ele: “o Estado Nacional é instrumento privilegiado para levar adiante uma política de reconstrução estrutural. O desafio está em compatibilizar a ação estatal disciplinadora dos fluxos monetários e financeiros com o processo de globalização, de crescente autonomia. A luta em curso em que vossa excelência está empenhado desdobra-se em uma tríplice frente: primeiro, o problema da fome e da exclusão social, já tão bem formulado por seu governo; segundo, os investimentos necessários ao aperfeiçoamento do fator humano, a fim de ampliar a oferta de pessoal qualificado; terceiro, a submissão do processo de globalização às prioridades do mercado interno”.

Assinalava, assim, Celso Furtado as estratégias assumidas pelo governo, e concluía seu discurso dizendo: “Senhor presidente, sempre admirei a coragem e lucidez demonstradas por vossa excelência ao tratar, mesmo antes de chegar à Presidência, os temas nacionais. Daí me prevalecter desta oportunidade para abordar questões que nos preocupam. Longe de se escravizar a esquemas doutrinários, o seu governo já manifestou estar consciente de que nossos desafios são de natureza política e não propriamente econômica. Ao contrário do que querem sugerir vozes críticas, parece-me bem claro que estamos no caminho certo, ainda

que os obstáculos sejam múltiplos e crescentes. O que importa é privilegiar, como vem sendo feito, os objetivos sociais, e liberar o Estado da obsessão economicista que o marcou nos anos recentes.”

Essas foram as palavras de Celso Furtado que ainda ecoam nesta instituição, como modo de pensar o desenvolvimento da Região. Existe uma frustração por não se ter conseguido manter na projetada Sudene os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional. Fica-nos a certeza: é preciso continuar com boa dose de imaginação para delinear o futuro do Nordeste. Desejo, neste momento, bons trabalhos e resultados profícuos durante o Fórum BNB de Desenvolvimento e o X Encontro Regional de Economia, e agradeço a participação de todos. Vamos ao trabalho. Muito obrigado.

Mestre-de-cerimônias

Nós agradecemos aos integrantes da mesa por suas considerações, e os convidamos para que retomem seus lugares no auditório.

O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: do GTDN aos dias de hoje

Composição da Mesa

Presidente

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral
Diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB

Expositores

André Furtado
Professor da Unicamp
Cesare Giuseppe Galvan
Centro Josué de Castro
Paul Singer
MTE/USP

Mestre-de-cerimônias

Senhoras e senhores, neste momento iniciaremos o Painel I, que apresentará o tema: “O Pensamento de Celso Furtado: do GTDN aos dias de hoje”. Para presidir este painel, convidamos o diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral, juntamente com os expositores André Furtado, professor da Universidade de Campinas – Unicamp; Cesare Giuseppe Galvan, professor do Centro Josué de Castro, em Recife, Pernambuco; e Paul Singer, secretário nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego e professor da Universidade de São Paulo – USP.

Informamos que após este painel serão realizadas sessões simultâneas até às 13h30min, quando teremos intervalo para o almoço. À tarde estaremos de volta a partir das 14h30min com novas sessões simultâneas, seguidas de intervalo, e às 16h30min iniciaremos neste auditório a sessão

especial da Anpec: “Desigualdade Regional e Diferenciais de Salários”. Passamos a palavra ao diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral, que conduzirá os trabalhos a partir de agora.

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Bom-dia a todos e a todas, saudamos os que fazem esta mesa: professor André Furtado, professor Cesare Galvan, velho amigo, orientador e mestre dos nossos estudos lá no Pimes, professor Paul Singer, economistas que aqui irão debater o tema “O Pensamento de Celso Furtado: do GTDN aos dias de hoje”.

Um olhar sobre o GTDN nos remete de pronto ao pensamento de Celso Furtado, sinteticamente colocado por André há pouco, nas três vertentes das quais nunca se apartou: uma visão global da nossa realidade, uma visão perspicaz, uma visão integradora, a procura dos elos que faziam àquela época o Nordeste se colocar numa posição absolutamente desvantajosa em relação ao desenvolvimento do País. O que aconteceu de lá para cá? Quais as metas, quais os objetivos que propugnava o GTDN que foram, bem ou mal, atingidos? O que não aconteceu e por quê? Qual a relação do Nordeste com o pólo dinâmico da nossa economia nacional? Qual a relação do Nordeste com o exterior? Qual o papel da tecnologia? Qual o papel da gestão dos recursos naturais? Qual o papel do planejamento das políticas públicas e da execução das políticas públicas, nesse curso de tempo que nos separa daquele momento em que Celso, com sua equipe, lançava o GTDN? São questões que iremos discutir agora.

Passo a palavra, lembrando que o tempo de cada exposição deverá ficar em torno de 20 a 30 minutos. Vamos ouvir agora o professor André Furtado, da Unicamp.

André Furtado

É um prazer estar nessa sessão e poder falar do pensamento do meu pai. O trabalho que preparei não é exatamente sobre o Nordeste; tenta

abranjer de uma forma mais ampla o pensamento de Celso Furtado, e o relaciona com a economia brasileira. Vou lê-lo.

A trajetória intelectual de Celso Furtado é marcada pela necessidade de compreender o contexto histórico da sociedade brasileira. Para responder a esse desafio, ele buscou ampliar seu conhecimento intelectual, saindo do mundo interiorano do qual provinha para alcançar uma visão universal da trajetória da humanidade. Essa trajetória intelectual espelha seu percurso geográfico pessoal, que começa no interior da Paraíba, onde nasceu, e desemboca em Paris, onde doutorou-se. Em seguida, ele irá realizar o percurso em sentido inverso, com a volta para a América Latina, onde atuará vários anos em vários países, como funcionário da Cepal, até desembocar na criação da Sudene, quando se dá o retorno para a região que o gerou.

Sua visão particular do Brasil e do contexto nordestino a partir de uma perspectiva universal confere todo o impacto ao seu pensamento. Aqui neste curto texto vou tratar essencialmente da sua visão do Brasil. No campo do pensamento histórico, essa evolução torna-se ainda mais clara: Celso Furtado parte do Brasil colonial para compreender o processo de industrialização. Contribui para essa evolução profundo conhecimento dos principais autores que haviam estudado a formação da economia e da sociedade brasileiras, como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, citados em sua tese de doutorado defendida em 1948 em Paris, mas também Roberto Simonsen, citado em “Formação Econômica do Brasil”⁵.

Essas duas dimensões, a econômica e a social, nunca foram percebidas de forma separada, uma influenciando a outra; mas, sobretudo, contribui para a sua trajetória intelectual a abertura para novas correntes de pensamento e novas formas, também, de pensamento. Nesse aspecto, foi determinante o seu contato com o pensamento de Maurice Byé, que era professor seu, orientador de doutorado, e logo em seguida com Raúl Prebisch e o pequeno grupo de economistas que formavam inicialmente a Cepal.

⁵ Id.

As influências externas, sobretudo as provenientes da teoria keynesiana, contribuíram para que Celso Furtado realizasse uma releitura do caso brasileiro. Nessa corrente de pensamento vem uma visão sistêmica e a percepção da estreita relação entre o nível do gasto público e privado e o nível geral da atividade econômica. Esta influência do pensamento keynesiano evidencia-se em sua análise do impacto da crise de 29 e das políticas governamentais sobre a economia brasileira. A política do Governo Federal de compra e destruição dos estoques de café permitiu que a produção de café continuasse a crescer malgrado a crise, e que o gasto privado do setor cafeeiro mantivesse a atividade econômica em um nível superior ao que teria ocorrido se a oferta tivesse que se ajustar à demanda.

A aplicação de um esquema interpretativo como este, com ferramentas keynesianas, representou uma verdadeira ruptura com o pensamento histórico tradicional. Mas talvez suas contribuições estejam numa análise comparativa histórica. E aí vou fazer referência às Antilhas e às colônias dos Estados Unidos. Porém, mais do que introduzir novas correntes de pensamento para pensar a situação brasileira, a contribuição mais original de Celso Furtado, que se apóia diretamente em sua trajetória geográfica individual, consiste em sua visão comparativa de diferentes contextos geográficos e de diferentes trajetórias nacionais. Essa visão universal e comparativa com outros países latino-americanos está diretamente inspirada em sua experiência na Cepal, que se inicia em 1948. No entanto, de certa forma essa visão comparativa é anterior, já estava presente em sua tese de doutorado, quando contrasta a evolução das economias das Antilhas francesas com a do Nordeste brasileiro.

Nas ilhas do Caribe ocorreu, inicialmente, o intento de desenvolvimento de uma economia exportadora de produtos tropicais, apoiada na pequena exploração agrícola. O caso antilhano serve para demonstrar a incompatibilidade entre o regime da pequena propriedade e a economia da plantação que havia se constituído no Nordeste brasileiro. A partir desse enfoque plurinacional e comparativo, Celso Furtado consegue identificar como uma forma de inserção dessas economias nas correntes comerciais da época estava fortemente relacionada à estrutura social vigente.

A economia da *plantation* não era compatível com a renda socialmente mais bem distribuída; pelo contrário, ela favorecia a concentração da terra e a difusão da escravidão. Os vãos intentos feitos pelo ministro das finanças de Luis XIV nas Antilhas, Jean-Baptiste Colbert, para viabilizar a pequena propriedade, quase nada podiam contra o rolo compressor da grande propriedade associada à cultura da cana-de-açúcar. Essa visão comparativa irá cristalizar algumas idéias importantes sobre o processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

A percepção da relação que se estabelecia entre a especialização produtiva e a forma como ocorria o processo de desenvolvimento fica ainda mais clara quando Celso Furtado contrapõe a formação das colônias dos Estados Unidos com as Antilhas e o Nordeste brasileiro. Essa comparação permite que ele coloque um vínculo entre a especialização produtiva e o processo de criação do mercado interno e de diversificação produtiva que seria característica central do desenvolvimento.

As colônias dos Estados Unidos, por questões climáticas, não podiam ter culturas de produtos tropicais, que eram complementares às da Europa. Também não podiam exportar produtos de culturas temperadas porque o custo de transporte desses produtos era muito elevado, e os custos de produção no velho continente ainda eram baixos devido à abundância de mão-de-obra. De maneira que a produção agrícola de produtos temperados destinou-se ao autoconsumo nos Estados Unidos e ao mercado interno.

A expansão da produção para atender à demanda de alimento nas Antilhas, posteriormente, tornar-se-ia uma forma de expansão dessas economias para receber parte das divisas geradas pela economia açucareira. A população de pequenos produtores brancos das colônias britânicas das Antilhas, que vinha sendo expulsa pela expansão da economia açucareira, se transferiria para os Estados Unidos, onde encontraria um ambiente mais favorável para a pequena propriedade. Também nas colônias dos Estados Unidos não ocorreria a separação, tão característica do subdesenvolvimento, entre as atividades voltadas para exportação e as destinadas ao mercado interno. Pelo contrário, as exportações seriam o prolongamento do mercado interno.

A base produtiva local logo iria possibilitar a diversificação da pauta de exportações para as Antilhas, que necessitavam de outros bens como lenha e animais de tração para mover engenhos. Também buscaria dar suporte às atividades comerciais, construindo embarcações marítimas. Iniciava-se um modo de diversificação produtiva característico do processo de desenvolvimento.

Essa comparação com a economia colonial dos Estados Unidos permitirá esclarecer um aspecto central do subdesenvolvimento, o qual seria uma trajetória específica dentro do capitalismo, que consistia na especialização produtiva em produtos desvinculados do mercado interno, e as limitações internas dessas economias para esboçar processo de diversificação da sua base produtiva.

Um outro aspecto mais relevante que sobressai na análise histórica de Celso Furtado é o papel que a integração regional representava para o dinamismo econômico. A formação de um grande mercado interno era condição básica para garantir o desenvolvimento de países atrasados, que quase sempre tinham tamanhos e populações relativamente reduzidos. A tendência à fragmentação era nítida no processo de descolonização ocorrido nos séculos XIX e XX. A pergunta que permanecia era: por que o Brasil havia se mantido integrado após a descolonização (o que representava enorme potencial de desenvolvimento), ao passo que a América espanhola desintegrara-se em muitos países, fazendo desvanecer o sonho de Bolívar?

A razão desse processo de desintegração política residia na compreensão da interdependência entre dinâmicas de economias regionais. Neste tópico, ele faz uma grande contribuição para o entendimento de como economias regionais se integram para constituírem países e mercados internos nacionais. O que salvara o Brasil da desintegração política fora o ciclo do ouro, que irrompeu em um momento no século XVIII, quando o primeiro ciclo de expansão da economia colonial, apoiado na produção da cana-de-açúcar e no regime da grande propriedade escravista, já havia esgotado sua capacidade dinâmica devido ao avanço das colônias britânicas e francesas nas exportações de açúcar.

A economia regional constituída em torno da exploração de ouro em Minas era extremamente especializada e muito rica. O tamanho da população de origem européia constituía um mercado interno de tamanho bem superior ao da economia de *plantation*, em que a renda estava muito mais concentrada. A economia mineira gerava encadeamentos intersetoriais das demais economias regionais substancialmente maiores que os da economia escravista do litoral do Nordeste. Além de demandar alimentos, a economia mineira baseada na extração de ouro e diamantes apresentava elevados custos de transporte para encaminhar os insumos aos locais de produção, e o produto final para exportação. Ela forneceu o impulso necessário para que as demais regiões do Brasil se integrassem a ela, como fornecedoras de alimentos e de outros insumos, como animais de carga. Assim, o ciclo do ouro atuou como mecanismo de integração econômica do território nacional, no momento que precedeu a independência do País.

Essa mesma evolução não correspondeu ao resto da América espanhola, principalmente às províncias da América do Sul. O ciclo expansivo apoiado nas economias mineiras foi anterior, alcançando seu auge no século XVII. A economia mineira exercera um papel de nucleação regional em torno da economia mineira da Nova Castilha, no eixo Peru-Bolívia; formaram-se economias regionais complementares no Chile e no norte da Argentina, que se abasteciam em alimentos, produtos artesanais e animais. Os elos, no entanto, regrediram com o declínio da produção de prata de Potossi, na Bolívia. No bojo do recesso da economia mineira surgiria uma organização apoiada no latifúndio, cujo impacto seria de descentralizar a atividade econômica e de enfraquecer os enquadramentos inter-regionais. A independência da América espanhola apareceu nesse contexto conduzindo à fragmentação política. O que é pior: esse processo de desagregação prosseguiria posteriormente; os Estados Nacionais da América espanhola teriam grande dificuldade para consolidar o poder central.

Estava claro que o desenvolvimento dos países latino-americanos dependia fundamentalmente da formação de encadeamentos econômicos a partir de um pólo exportador. Quanto maior fosse o dinamismo da economia exportadora, a sua especialização e a proporção de bens que

pudessem ser abastecidos pelas demais regiões, maiores seriam as chances de integração econômica e de formação de mercado interno unificado. Se o pólo exportador perdesse dinamismo devido ao esgotamento de recursos naturais, como no caso do Peru, da Bolívia, do ouro no Brasil, ou à entrada de economias concorrentes mais competitivas, como ocorreu com a cana-de-açúcar do Nordeste brasileiro e a borracha da Amazônia, ou devido a mudanças na demanda, como ocorreu com o salitre no Chile, havia sempre a ameaça da desintegração interna.

O impacto desse processo no país dependia, é claro, do momento histórico em que ele ocorreria. Se a tendência à desintegração econômica coincidissem com a formação política do país, as forças centrífugas necessariamente levariam à fragmentação. A ruptura com o Estado espanhol e o surgimento de novos Estados Nacionais dificultaria demasiadamente a consolidação das novas articulações que integrassem o território nacional. No caso brasileiro, a preservação da máquina do Estado português, após a independência, garantiria a unificação do território nacional apesar do declínio da economia mineira do ouro no fim do século XVIII e o surgimento das forças centrífugas no início do século XIX.

A questão toda para os países em desenvolvimento consistia em deslocar a fonte de dinamismo econômico do mercado interno para o externo. A economia exportadora, ao se basear em produtos exóticos, não estava vinculada às necessidades de sustento da população. A economia de subsistência carecia de base técnica evoluída, e era de baixíssima produtividade. Maior concentração de renda era característica fortemente presente na economia da *plantation* açucareira, e também menor a proporção do consumo abastecida pelo mercado interno. Nesse contexto, os encadeamentos intersetoriais eram pouco significativos.

A originalidade do pensamento histórico estrutural de Celso Furtado reside na sua percepção das distintas trajetórias dos países em desenvolvimento ao longo de sua história, e extração, a partir do estudo comparativo entre elas, de características estruturais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Essas trajetórias são determinadas por fatores geográficos, sociais e político-institucionais, e também pela forma de relacionamento com as economias metropolitanas. Elas configuram certa

inércia evolutiva que acaba aprisionando as economias periféricas em baixo nível de consumo.

Finalmente, vou falar da teoria do subdesenvolvimento. O enfoque universal irá levar a que Celso Furtado proponha uma teoria do processo histórico de criação e difusão do progresso técnico em escala mundial que assuma a dupla forma de desenvolvimento e subdesenvolvimento. A mesma abordagem comparativa que serviu para explicar a história colonial e a formação dos Estados Nacionais servirá para apoiar a análise do subdesenvolvimento. Essa teoria só faz sentido a partir de uma perspectiva comparativa. A primeira forma de comparação consiste em confrontar o processo de industrialização dos países desenvolvidos com o de países em desenvolvimento.

Essa análise permite elucidar como as transformações ocorridas no processo de industrialização levaram à acumulação acelerada, à difusão do progresso técnico no sistema econômico e à homogeneização social.

O começo da industrialização fez-se com a expansão do setor produtor de bens de consumo e a desarticulação do setor artesanal, que produzia bens similares, gerando um grande excedente de mão-de-obra que pressionou os salários para se manterem em nível de subsistência – isso na primeira metade do século XIX. Esse aumento da produção e da produtividade aumentou o volume de lucros, que foi revertido pela classe capitalista no setor de bens de capital, cujos preços haviam se mantido altos em função das técnicas artesanais de produção. A elevação do investimento nesse setor levaria ao aumento do emprego e da produtividade. O setor de bens de capital mostraria ser um campo muito fértil para adoção de inovações tecnológicas, que por sua vez permitiriam o barateamento de bens de capital e a aplicação deste em maior número de setores da economia. Com isto, o processo de acumulação se tornaria auto-sustentado e o progresso técnico a principal força que impelia a acumulação capitalista.

A diversificação da oferta e a expansão do setor de bens de capital conduziriam progressivamente a que o emprego alcançasse nível próximo ao pleno emprego, melhorando consideravelmente o poder de barganha dos trabalhadores. A partir desse momento, a pressão da classe

trabalhadora por melhores salários, melhores condições de emprego e redução da jornada de trabalho modificaria a dinâmica distributiva da renda nos países capitalistas desenvolvidos, fazendo com que os frutos do avanço tecnológico fossem distribuídos na sociedade.

A luta dos trabalhadores foi essencial para consolidar um processo de redistribuição de renda nos países desenvolvidos. Entretanto, o aumento da intensidade do capital em toda a economia, provocado pelo barateamento dos bens de capital, permitiria restabelecer certa elasticidade na oferta de mão-de-obra, que possibilitaria manter o nível de salários sob controle, assim como as margens de lucros dos empresários, preservando a rentabilidade dos investimentos.

O domínio das inovações tecnológicas seria um instrumento importante da classe capitalista para controlar a pressão da classe trabalhadora. Por outro lado, o aumento da renda da classe trabalhadora iria possibilitar a diversificação da pauta de consumo, o que redundaria na ampliação das possibilidades de acumulação da economia capitalista.

Nos países subdesenvolvidos, o motor do crescimento era o setor exportador de bens primários, cuja atividade se mantinha desvinculada dos demais setores da economia. A falta de complementaridade com o setor de subsistência fez com que a produtividade aumentasse no setor exportador, sem que repercutisse no primeiro, no setor de subsistência. O setor agrário exportador cresce em um contexto de oferta limitada de mão-de-obra e de terras. Esse contexto iria exigir pouco esforço tecnológico e um baixo nível de investimento em capital.

Com o processo de industrialização, essas condições se modificariam parcialmente. Embora a industrialização, em um primeiro momento, aumentasse consideravelmente o ritmo de crescimento dessas economias, o nível do emprego do setor industrial não cresceria na mesma cadência. Os países subdesenvolvidos iriam importar tecnologia de produção dos países desenvolvidos, onde era muito maior a escassez de recursos humanos. Como havia grande rigidez dos coeficientes técnicos da indústria, eram limitadas as possibilidades de adaptar a tecnologia a maior mudança de mão-de-obra nos países subdesenvolvidos. Por essa razão, à medida que a descentralização progredia tecnologicamente,

ela se tornava cada vez menos propensa a gerar emprego. A industrialização não resolvia o problema do excedente estrutural de mão-de-obra, como ela o fizera nos países desenvolvidos. Ademais, a fraca presença do setor de bens de capital limitava os encadeamentos de emprego no setor industrial. O excedente estrutural de mão-de-obra conduziria à manutenção de uma estrutura de distribuição de renda excessivamente concentrada.

O setor de subsistência, por ser tributário da demanda pouco dinâmica dos segmentos mais pobres da população, ficaria excluído do processo de modernização da economia, preservando as características de desarticulação econômica e social já presentes na fase agroexportadora. As características truncariam a capacidade de transformação social do processo de industrialização, que acabou perpetuando a estrutura socioeconômica do subdesenvolvimento. Por esta razão, a industrialização pode vir a ser confundida com subdesenvolvimento, assim como a economia agroexportadora pode, eventualmente, eliminar o subdesenvolvimento, sem necessariamente deixar de ser dependente e, em decorrência, pouco dinâmica no longo prazo.

Essas conclusões sobre as possíveis trajetórias nacionais são determinadas pela formação histórica dessa sociedade e pelo acervo de recursos naturais dos países latino-americanos. As diferentes trajetórias nacionais e o pensamento comparativo contribuiriam para que Celso Furtado compreendesse as características estruturais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. A análise histórica comparativa entre os países latino-americanos possibilita extrair algumas lições para explicar algumas dessas características. A partir delas, fica mais fácil entender as especificidades da formação histórica brasileira. Nesse sentido, a comparação entre Brasil, de um lado, e Argentina e Uruguai, do outro, será ilustrativa.

Nos dois países rio-platenses, o setor pré-capitalista de pequena dimensão e a expansão muito rápida da agricultura de exportação, devido a uma farta disponibilidade de terra e à demanda elástica, pelo mercado internacional, de bens e salários, fizeram com que logo o setor pré-capitalista desaparecesse, e o mercado de trabalho se modificasse. Com isso, os salários básicos da economia tenderam a subir, apesar do intenso fluxo

de migrantes europeus, que veio atraído por melhores condições econômicas. O pleno emprego, aliado ao forte dinamismo econômico, fez com que no final do século XIX e início do século XX se constituísse uma sociedade muito mais homogênea, apoiada em um padrão de consumo bastante diversificado.

No entanto, no contexto da dependência em que essas economias estavam situadas, por se especializarem nas exportações de produtos primários, essa relativa maior homogeneidade social acabaria se tornando um obstáculo ao próprio processo de acumulação. A pressão exercida pelo processo de industrialização substitutiva na Argentina acabaria afetando a recuperação da agricultura no pós-guerra, quando houve recomposição da demanda internacional por produtos agrícolas de regiões temperadas. A oferta somente poderia voltar a crescer se houvesse um esforço deliberado de modernização da agricultura, que não estava ainda presente na agenda da política econômica, que tendia a privilegiar o setor industrial.

No Brasil, apesar da pujança da economia do café, e do seu elevado nível de emprego, a dimensão continental do País levou a que se estabelecesse uma oferta ilimitada de mão-de-obra, a qual manteria e até mesmo acentuaria uma distribuição extremamente desigual da renda. Os fluxos migratórios inter-regionais atuavam como mecanismo de equalização do custo de mão-de-obra, reforçando a rentabilidade das inversões capitalistas na região dinâmica.

Contrariamente à Argentina, o Brasil constitui caso exemplar de industrialização com oferta ilimitada de mão-de-obra. Neste país, a industrialização pôde prosseguir, sem que a escassez de mão-de-obra representasse um freio ao processo de acumulação. Pelo contrário, o baixo nível de salário permitiu aumentar a taxa de lucro do setor capitalista, o que intensificou o processo de acumulação. Ademais, as amplas dimensões do mercado interno criaram condições favoráveis para que a indústria alcançasse escalas mais eficientes de produção, apesar da elevada concentração de renda. O setor agrário exportador, por seu lado, podia expandir-se para o mercado internacional, desde que esse apresentasse condições favoráveis, por conta da oferta elástica de mão-de-obra e da abundância de terras férteis.

Os elementos aqui expostos são apenas alguns exemplos pinçados de uma vasta bibliografia permeada de instigantes análises sobre a trajetória dos países latino-americanos. Eles servem para demonstrar como o pensamento de Celso Furtado buscou referências em uma visão que era simultaneamente sistêmica, porque integrava as dimensões sociais, geográficas e econômicas, comparativa entre países e regiões da América Latina e com países centrais também, e histórica para apreender a situação brasileira.

É preciso, portanto, dar continuidade a esse tipo de abordagem, porque ela ajuda a compreender as transformações que estão em curso na sociedade brasileira. Muito obrigado.

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Agradecemos a participação do professor André Furtado, e passamos a palavra, na seqüência, ao professor Galvan.

Cesare Giuseppe Galvan

Talvez eu também contrarie um pouquinho o título “O Pensamento de Celso Furtado: do GTDN até os dias de hoje”, porque minha fala se concentra em dois aspectos da contribuição intelectual de Celso Furtado; só dois, mas que dizem respeito à realização de toda a sua vida. Portanto, começamos bem antes do GTDN. Quem sugeriu a idéia foi o próprio Celso Furtado, quando em 1995 recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* na Universidade Federal da Paraíba. No texto de seu pronunciamento, ele sintetizou brilhantemente sua própria obra como intelectual, e eu, como intelectual preguiçoso, recorri a esta síntese que já estava pronta.

Antes de tudo, formula duas observações. Primeiro, sublinha quanto é modesto e limitado o papel do intelectual na superação do subdesenvolvimento, pois a forma como ele atua é das menos espetaculares; em segundo lugar, ao definir sua própria atitude, lembra que é o pensamento a contracorrente que estimula a consciência crítica e amplia a percepção das contradições latentes na tessitura social.

Com essas premissas, Celso Furtado passa a comentar rapidamente duas descobertas (palavra dele) que orientam seu itinerário intelectual, a saber: o deslocamento do centro dinâmico e a agravação da heterogeneidade social. Quanto ao deslocamento do centro dinâmico, que, com outras palavras, já foi muito comentado por André Furtado, este é um tema que o tornou clássico na história econômica brasileira.

O episódio que despertou a atenção foi uma relativa imunização da economia brasileira aos efeitos da grande crise mundial dos anos 30, gerando um crescimento anômalo ou contra a corrente. Foi seu estudo que levou Furtado a se afastar da interpretação tradicional de que a economia brasileira seria uma economia reflexa – expressão cunhada pelo professor Eugênio Gudín. Contrariamente a isso, ele constatou que àquela época a economia brasileira se despegara do sistema internacional em crise; daí a tese do deslocamento do centro dinâmico, conexas com a interpretação dada por Furtado à política cafeeira de Vargas e às suas implicações, que já foi comentada aqui por André Furtado.

É nesse contexto que aparece, inclusive, a necessidade de políticas voluntaristas para o desenvolvimento de uma economia periférica. Com isso, Celso Furtado dá a impressão de que descobriu, ao mesmo tempo, uma redefinição do problema do subdesenvolvimento e um instrumento de superação. No entanto, prosseguindo por esse caminho, posteriores traços daquele mesmo subdesenvolvimento vão agravar o problema no próprio bojo da solução agora alcançada. Com o deslocamento do centro dinâmico da economia mundial, já mencionado, abre-se a possibilidade daquele padrão de desenvolvimento que de fato caracteriza, no caso brasileiro, grande parte do século XX.

Mas – e aqui está a segunda descoberta –, bem no coração daquele dinamismo que agora se deslocou, deve-se perceber como os países subdesenvolvidos tendem a absorver esse desenvolvimento. E aí ocorre a agravação da heterogeneidade social. Em outras palavras, a teoria do subdesenvolvimento deve levar em consideração a forma particular que assumiu a difusão do progresso tecnológico nos países subdesenvolvidos. Nesses, ocorre uma diferença, um descompasso entre a difusão das novas técnicas e a difusão dos novos padrões de consumo. Estes são im-

postos precocemente, de fora, às classes mais abastadas dos países, antes mesmo da absorção das técnicas respectivas.

O que caracterizava esses setores sociais dominantes era o fato de serem, ao mesmo tempo, subsidiários do comércio internacional e rápidos em absorver as novidades do consumo. Faço um brevíssimo parêntese: eu fui impressionado, nos meus primeiros anos de conhecimento do Brasil, por um pequeno episódio que me foi contado de uma costureira da Ilha de Marajó, que todo ano ia a Paris e trazia as novidades; na Ilha de Marajó, nos anos 60. Fechando o parêntese, sobre essa rapidez em absorver novidades de consumo, Celso Furtado diz: “Mas, no que concerne às atividades diretamente produtivas, em especial as industriais, foi lenta a difusão das novas técnicas. Isso dá lugar a uma brutal concentração de renda, que se deve a um viés inserido naquela dinâmica”.

De novo, cito Celso Furtado: “A variável independente é, em última instância, o fluxo de inovações nos padrões de consumo que se originam nos países de alto nível de renda e se propagam pelos canais de intercâmbio internacional”. Essa ligação, portanto, foi justamente denominada na época de ‘estrutural’. Grande parte da atividade, inclusive política, de Celso Furtado foi dedicada à solução dos desafios apresentados por esse processo de desenvolvimento concentrador, no qual o consumo precede a produção. Mas, nesta contribuição ao debate, o tema restringe-se ao seu papel como intelectual, que por sinal merece alguns comentários.

Contrariamente à maioria dos economistas, Celso Furtado coloca eventos e problemas dentro de sua perspectiva histórica. É na história que ele descobre o mencionado deslocamento do centro dinâmico. Destarte, desvenda a natureza do subdesenvolvimento exatamente quando descobre o mecanismo de sua superação. Mas, é lá mesmo que ele percebe também como esse renovado dinamismo consegue até melhorar para pior. Aqui está o segundo aspecto do subdesenvolvimento. Os vícios da estrutura historicamente consolidada se verão mais entranhados, prenes de conseqüências ulteriores que permeiam também o processo de absorção dos avanços tecnológicos. Celso Furtado sublinha, como vimos, a distinção entre a difusão das técnicas e do consumo. Com esse

papel tão importante atribuído ao consumo poderia parecer, à primeira vista, que sua contribuição se identifique e talvez se limite a uma extensão do pensamento keynesiano, que, àquela época, constituía grande novidade entre os economistas. No entanto, devemos notar que, à diferença das elaborações de Keynes, não há um só momento em que Furtado esqueça a tessitura social (palavra dele) e a concentração de renda nela implicada.

Quando Keynes falava em consumo, o problema para ele era fazer digerir aos economistas tradicionais essa variável agregada, em seu total e em suas conseqüências, para a inter-relação com outras variáveis também agregadas. Celso Furtado insere a análise do consumo no contexto de uma sociedade profundamente estratificada e que aprofunda os problemas estruturais ao passo que avança no progresso tecnológico, primeiro no uso de seus resultados e, somente depois, no domínio de novos processos produtivos, inclusive. A diferença entre sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas é atribuída a esses problemas de estrutura, ou seja, à tessitura social. Para Celso Furtado, o que predomina na realidade de ele reencontrar-se no nível de análise não se trata de variáveis e sim da tessitura social em sua realidade estruturada pela história.

Faço outro rapidíssimo parêntese para chamar à atenção como um enfoque dessa natureza poderia fazer a ponte também àquela outra grande contribuição para entendimento do Brasil, que foi dada ainda naquela época por Raymundo Faoro, o qual, do ponto de vista teórico (ele explicita muito isso), articula uma distinção entre pensar a sociedade das classes sociais e pensar os estamentos sociais, quando ele atribui os estamentos ao nível político e as classes ao nível econômico, e faz toda uma série de desenvolvimentos relativos à formação do Brasil moderno. Creio que, dentre os economistas, Celso Furtado seja um dos que melhor dialogou com essa outra proposta teórica, que junta praticamente Marx com Max Weber.

Concluir? Será difícil chegar a uma conclusão verdadeiramente conclusiva (perdão pelo pleonasma) a partir de dois itinerários pessoais que Celso Furtado esboçou no texto comentado acima. São propostas que podem orientar o caminho; um caminho que, previsivelmente, será destinado a continuar. No entanto, não podemos nos furtar (parece até

jogo de palavras) a sugerir uma epígrafe que poderia introduzir as contribuições de Celso Furtado, quase o mote proposto a um grande repentista. O autor que o sugere não é nenhum acadêmico, é Nelson Rodrigues, que em uma de suas intuições sintetizou: “o subdesenvolvimento não se improvisa, é obra de séculos”.

Quanto a concluir, temos infelizmente que constatar que Celso Furtado morreu na hora errada, quando o Brasil mais precisava de sua contribuição. Ao comprovar isso, podemos recorrer às palavras de um necrológio escrito por Teotônio dos Santos (aqui está, paradoxalmente, retraduzido do alemão, para onde foi traduzido para ser publicado na revista Prokla, onde eu o encontrei, de maneira que são palavras de Teotônio dos Santos até certo ponto): “Enquanto os responsáveis pela atual catástrofe econômica e social afirmam que existe uma única possível política econômica, a obra de Celso Furtado será uma arma importante exatamente contra esse mito”.

Na crise atual, será oportuno, portanto, lembrar o ensinamento daquele que já não pode mais intervir em nosso debate. No texto várias vezes citado, sobressai um ponto: em síntese, se mudanças estruturais são condição necessária à promoção do desenvolvimento, este dificilmente brotará espontaneamente da interação das forças do mercado.

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Agradecendo a participação do professor Galvan nessa sua primeira intervenção, passamos ao professor Paul Singer.

Paul Singer

Bom-dia, eu queria, antes de mais nada, agradecer aos organizadores desse seminário o convite e a possibilidade, dele decorrente, de poder estar aqui, pela primeira vez, desde a morte de Celso Furtado, tendo oportunidade de falar sobre sua pessoa e sua obra. Eu diria que Celso Furtado foi o mestre, pelo menos, de toda uma geração de economistas da qual eu pertenço. Quando Celso Furtado irrompeu para nós em 1954,

com sua primeira obra sobre a economia brasileira, foi uma iluminação⁶. Nessa época eu ainda não era estudante de Economia, era autodidata, e me lembro como efetivamente o Brasil e sua história, sua inserção internacional, passaram a fazer sentido. Não que não tivessem sentido antes; éramos todos discípulos ávidos de Caio Prado Júnior. Celso Furtado apresenta uma visão alternativa, e as duas visões, de Caio e de Celso Furtado, iriam dialogar através das nossas próprias inquietudes e polêmicas daí em diante.

Quando eu, mais tarde, já era aluno da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, a nossa catedrática de História, Alice Canabrava, nos reunia para estudar a principal obra de Celso Furtado, então, em 1957: *A História Econômica Brasileira*. E eu me lembro da excitação, da emoção que todos nós sentíamos ao ver uma nova e inteligente forma de encarar essa história.

Eu diria que a entrada de Celso Furtado no cenário não só da teorização, mas principalmente da contribuição com uma outra visão de mundo, se dá pela mão de Raúl Prebisch, que era mais velho, e com o qual ele começou a trabalhar depois que voltou da Europa – para vocês entenderem quão revolucionário foi o pensamento de Prebisch até então.

Ele inventa, por assim dizer, a disciplina do Desenvolvimento Econômico. Desenvolvimento Econômico não era uma disciplina, era um subcapítulo de um subcapítulo da Economia em geral, Economia do Equilíbrio, da Economia Neoclássica. Ou seja, o subdesenvolvimento não era uma categoria, e sua superação tampouco era. O mundo era diferente, era desigual, sempre o seria, em função das inclinações individuais e das leis gerais da natureza humana, que faziam de todos nós agentes racionais e egoístas que interagíamos em mercados preferivelmente livres. Foi Prebisch que mostrou que o desenvolvimento é um produto necessário de uma certa história, a partir de certas estruturas, e que o comércio internacional – esse era o ponto fundamental – contribuía para o agravamento das desigualdades internacionais entre as nações.

⁶ FURTADO, C. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

Lembro que isso foi após a segunda guerra mundial, quando havia um esforço deliberado a partir da ONU, a partir das instruções de Bretton Woods, de abertura para o mercado mundial. O protecionismo era visto como sinal de atraso, e se entendia que a inserção dos países subdesenvolvidos na economia mundial seria tudo o que eles precisariam para que se desenvolvessem naturalmente.

Vocês podem pensar: isso não é novidade, hoje todo mundo fala isso. Só que entre 1949, quando surge a teoria de Prebisch, e 2005, ano em que estamos hoje, houve um imenso vai e vem. Isso se deve a Prebisch e se deve a Celso Furtado, porque, contrariamente a essa ortodoxia, a teoria de Prebisch e de Furtado dizia: Não. Os países atrasados, os países excluídos e marginalizados do processo internacional do desenvolvimento devem fechar as suas economias e devem, a partir do mercado interno, gerar, por assim dizer, seu próprio processo de desenvolvimento.

Isso foi muito revolucionário na época. Isso vem de Keynes. Já em Bretton Woods, Keynes sustentava o direito dos Estados Nacionais de liderar o processo de evolução e de crescimento das suas economias. Porém, de uma forma muito criativa, esses dois grandes pensadores latino-americanos, tanto Prebisch quanto Celso Furtado, pegam essa grande sugestão teórica de Keynes e a transformam numa coisa muito mais palpável, palpitante e concreta, ao colocá-la no contexto histórico deste continente e, de uma forma geral, no mundo subdesenvolvido.

Eu gostaria de chamar à atenção que essas obras de Prebisch e de Celso Furtado tiveram enorme repercussão no mundo inteiro; não se limitaram nem ao Brasil nem à América Latina. Eu me lembro de ter recebido economistas coreanos, isso nos anos 60, discípulos de Celso Furtado, que vinham ao Brasil tentar entender como é que este país e esta realidade geravam um pensamento tão revolucionário; e que teve resultados práticos: entre 1950 e 1980, o Brasil foi campeão mundial de desenvolvimento. Vários países latino-americanos se industrializaram totalmente contra o que a teoria ainda ortodoxa da época pressupunha.

A absorção do keynesianismo pelo pensamento econômico foi vagarosa, e não poderia ser diferente. A Teoria Geral é de 1936, e ainda 10 anos depois da morte de Keynes as suas visões estavam, com grande di-

ficuldade, sendo misturadas com o paradigma neoclássico, o que dá o keynesianismo bastardo. Foi nesse contexto que a Cepal propôs para a América Latina, concretamente, mas também para o terceiro mundo inteiro uma ruptura com a divisão internacional do trabalho, uma recusa de continuar sendo meros exportadores de produtos agrícolas e de matérias-primas, e o direito à sua industrialização independente e autônoma, que efetivamente se realizou, pela mão, inclusive, de um governo tão ortodoxo, economicamente, como o de Dutra, em que o desenvolvimento atingiu, principalmente com a Petrobras e muita coisa mais, novos patamares. E em seguida, no último período governamental de Getúlio Vargas, em que isso se transformou num processo estruturalmente organizado, pela fundação do BNDES, do Banco do Nordeste do Brasil e do Basa. A criação dessas instituições, eu diria mais uma vez (desculpem o abuso), foi revolucionário. Isso mudou completamente a visão que nós tínhamos do papel do Estado no desenvolvimento. O que havia até então eram algumas carteiras do Banco do Brasil que financiavam investimentos estruturantes. Com esses bancos, isso transformou-se em um sistema.

Com a trágica morte de Getúlio Vargas, coube a Juscelino Kubitschek dar seguimento a isso, e sem dúvida produziu-se uma inversão. Cinquenta anos em cinco era um *slogan* eleitoral; mas hoje, tantos anos depois, reavaliando o que aconteceu na segunda metade da década de 50, diríamos que não houve tanto exagero assim. O Brasil tornou-se outro. E é nesse contexto – volto a Celso Furtado – que se recoloca a questão da desigualdade regional dentro do nosso país, que é quase um continente. E coube, não por acaso, a Celso Furtado ser chamado de volta a seu país, ao Brasil, para enfrentar o pior desafio da desigualdade regional brasileira, que é esse atraso terrível, essa exclusão terrível do Nordeste em todo o processo de desenvolvimento industrial, de desenvolvimento econômico, que já estava em pleno curso desde então.

A concentração, em São Paulo, não só da atividade industrial, mas muito rapidamente, em seguida, da financeira, foi um fenômeno para o qual contribuiu, inclusive, a transferência da capital, do Rio para Brasília. É curioso isso. Colocou-se a capital federal no centro geográfico do País, mas simultaneamente se deslocou o conjunto da atividade econômica

para a região diretamente tributária de São Paulo, esvaziando efetivamente as outras regiões brasileiras, inclusive o Nordeste. E isto foi uma novidade. Essa consciência de que havia colonialismo interno no Brasil se deve à obra de Celso Furtado, ao impacto político imediato dessa obra.

Os meus colegas, que ouvi com atenção, de uma forma extremamente adequada recuperaram a imensa influência de Celso Furtado sobre o pensamento econômico, e é disso que se trata aqui. Eu pretendo complementar um pouco para falar de sua influência política, e da influência histórica sobre este país e esta sociedade.

Celso Furtado teve, a meu ver, uma imensa influência sobre a construção do Brasil de hoje. Isso ele fez, não unicamente, mas também, através da Sudene. Ele dizia: “O Nordeste foi marginalizado não por alguma fatalidade, por causa da seca, de coisas dessa natureza, mas por políticas econômicas que deram o que deram, e que podem ser revertidas por outras políticas econômicas”, e essa sua tese foi encampada por Juscelino Kubitschek. Kubitschek deu a Celso Furtado o que é muito raro na história: a oportunidade de um teórico, de um grande intelectual, de um pregador, de um professor, realizar na prática, com os instrumentos concretos da política estatal, o que pregava.

Todos nós – eu era nessa época jovem professor de Economia – ficamos maravilhados, um pouco invejosos. E a Sudene funcionou, a Sudene mostrou na prática, em poucos anos, que era possível reverter o que parecia ser um processo irreversível de concentração, ou, como disse o professor Galvan, de agravamento da desigualdade social. Desde então, o Nordeste deixou de se ‘subdesenvolver’. Ele está longe, ainda, de ter alcançado a homogeneidade, mas eu diria que, a partir da Sudene, a heterogeneidade social no Brasil, no mínimo, deixou de se agravar, até a destruição da Sudene pelo novo surto de neoliberalismo que nos acometeu a partir da década de 1980 e, principalmente, na década de 1990. Aí houve, novamente, o agravamento.

A tese de Celso Furtado que, para a minha geração de economistas, essencialmente, nos levou a pensar e repensar o mundo e o Brasil foi a tese de que tudo isso é reversível, não há fatalidade histórica. Eu fui educado como marxista a pensar que o capitalismo já tinha esgotado a sua

capacidade de produzir novas forças de produção. Foi preciso que a realidade explodisse na minha cara, para eu perceber que era exatamente o contrário. Estamos diante de um novo ciclo de desenvolvimento mundial; e, dentro da descolonização, dentro da destruição, a partir da segunda guerra mundial, de uma série de barreiras históricas, que permitiram difundir esse desenvolvimento também para a América Latina e, hoje em dia, sobretudo, para a Ásia.

Eu ousou dizer a vocês que a China é hoje provavelmente o mais brilhante discípulo de Celso Furtado, depois da Coreia e depois de Taiwan. Eu não sei se as obras de Celso Furtado foram traduzidas para o chinês, mas, se foram, eu não me surpreenderia. Se não foram traduzidas, o pensamento chegou por outras vias, mas chegou lá também. Não só o pensamento abstrato, mas também a ação concreta.

Hoje em dia, há um processo de redução da desigualdade regional em nosso país. Quem me chamou a atenção para isso foi o nosso ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Ele mostrou que se nós olharmos o mapa do Brasil do ponto de vista das diferenças de renda, obviamente o Nordeste aparece como a região mais pobre, muito mais pobre que todas as outras regiões brasileiras, inclusive o Norte e o Centro-Oeste. Em seguida, ele projetou num *powerpoint* o mapa do Brasil do ponto de vista das taxas de crescimento, e é o inverso: são realmente as regiões mais desfavorecidas, inclusive o Nordeste, que estão crescendo mais. De uma forma desordenada, por manchas, por oportunidade. Esse é o novo Brasil. Esse novo Brasil nós podemos tentar entender se nós formos capazes não de simplesmente trazer o pensamento de Celso Furtado – que, aliás, esteve entre nós até pouco tempo –, mas de usar sua metodologia; usar, sobretudo, a sua heterodoxia. Isso já foi dito, estou só me aproveitando para enfatizar o que vocês já ouviram. Celso Furtado foi um pensador extremamente independente, tendo suas próprias idéias.

Eu fui, várias vezes, polemista de Celso Furtado. Uma vez, quando ele foi chamado para ser ministro do Planejamento, em 1963, por João Goulart, que lhe encomendou um plano de ajuste conjuntural, numa época de grande crise, inclusive inflacionária, no Brasil, ele produziu o Plano Trienal. Eu diria que o Plano Trienal é um importante documento

para discussão das políticas de ajuste estrutural da nossa economia. E como eu era do Partido Socialista na época, e imaginava que já tínhamos um governo de esquerda, eu fui muito crítico, mostrando que o Plano Trienal não era um plano de revolução socialista no Brasil. Não era mesmo. Minha decepção era puramente política, não tinha nada a ver quanto à lógica econômica do Plano Trienal, cuja aplicação se deu, curiosamente, em seguida, no regime militar, por incrível que pareça. Entre o Plano Trienal e o plano que o regime militar produziu, dois anos depois, havia óbvias coincidências que foram na época reconhecidas e que levaram efetivamente ao milagre econômico.

Eu posso estar sendo extremamente paradoxal para vocês, mas Celso Furtado foi, de alguma maneira, também o inspirador de um período de mais brilhante crescimento e de maior injustiça social que nós conhecemos, que foi a década de 1970, fim da década de 1960, o 'milagre econômico'.

Durante o regime militar, Celso Furtado foi exilado e tornou-se professor em Paris, onde, pelo que sei, foi professor formador de uma plêiade de economistas brasileiros que passaram por lá. Em Paris, ele passou a pensar o mundo. Os livros de Celso Furtado a partir dessa época tratam mais da economia mundial do que apenas da economia do subdesenvolvimento, da economia do Brasil, da América Latina. E essa contribuição não é absolutamente de se esquecer, de se julgar menor. Quero me referir a uma questão que é hoje objeto de grandes debates entre nós, quando Celso Furtado diz que é uma ilusão o desenvolvimento econômico no sentido de difundir para a periferia do terceiro mundo os padrões de produção e, sobretudo, de consumo (que já foi aqui abordado) do primeiro mundo, e que, simplesmente por razões ambientais e limitação dos recursos naturais do planeta Terra, este sonho de homogeneização, por cima, da humanidade é impossível. Eu diria que essa é uma tese bastante controversa. Ela está sendo discutida no governo brasileiro, entre nós, economistas que fazemos parte dele, no Ministério do Meio Ambiente e no Ministério do Desenvolvimento.

Ainda hoje, esse trabalho de Celso Furtado, que inspirou muitos outros depois lá na Europa, nos chama à atenção não que o desenvol-

vimento é necessariamente uma ilusão, mas que ele implica uma readequação da sociedade. Aqui entra a Sociologia: a idéia da sua homogeneização, da sua difusão integral, de vivermos um dia o mundo todo desenvolvido. Esse trabalho de Celso Furtado tem a ver com as metas do milênio, de que tanto se fala hoje. A ONU adotou de uma forma muito festiva, muito importante politicamente, a meta de reduzir a pobreza mundial à metade em poucos anos, até 2015. Será que é possível reduzir a pobreza no mundo sem afetar os padrões de consumo do primeiro mundo, sobretudo dos Estados Unidos? A discussão a respeito do acordo de Kioto, a resistência do governo de Bush a se adequar às exigências de Kioto, tudo isso tem a ver com esta contribuição de Celso Furtado.

Eu queria encerrar fazendo uma autocrítica: Eu só entendi, só percebi a grandeza de Celso Furtado à medida que o tempo foi passando; não fui capaz de fazê-lo num primeiro momento. Sempre o admirei, aproveitei demais das suas lições, mas sempre fui um crítico dele, e polemizamos várias vezes, mas sem hostilidades. Eu não diria que éramos amigos, seria um exagero, por uma razão geográfica: ele morava principalmente no Rio e em Paris, eu morei quase minha vida inteira em São Paulo, e nos víamos muito pouco. Mas no pouco que nos vimos acho que houve um encontro de personalidades, um encontro de idéias, que para mim foi extremamente fecundo. E de repente, já velhos os dois, Celso e eu, descobrimos que concordávamos muito mais do que imaginávamos anteriormente. Foi nesse sentido um reconhecimento tocante e, obviamente, exigente dessa minha autocrítica. Muito obrigado.

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Muito obrigado, professor Paul Singer. Vamos ter um tempinho para algum debate, a organização do evento nos deu trinta minutos, que, com certeza, serão bem aproveitados por vocês. Vamos fazer uma primeira rodada de três perguntas, em seqüência, para que a mesa apresente as respostas em bloco. Se houver tempo, faremos uma segunda rodada ou não.

Para começar, gostaria de ressaltar a importância e o brilhantismo das três intervenções. Mas, uma coisa que me chamou muito a atenção aqui é que, apesar de as intervenções todas se remontarem a análises

feitas por Celso Furtado em relação à formação econômica brasileira e em relação a eventos do passado, o que sentimos com muita força é que tudo isso nos remete para o futuro. Toda a importância da contribuição de Celso Furtado e da sua metodologia nos coloca nas mãos um instrumental teórico e uma maneira de ver a nossa realidade e o papel do intelectual dentro dela como um desafio para o futuro, e nos dá também condições e elementos desafiadores para podermos nos utilizar dessa metodologia e da história que Celso construiu com seu trabalho no dia-a-dia, e na linha que ele apontou. Isso explode muito forte nessas três intervenções. É uma constatação extremamente importante e rica, porque nos coloca não no elogio de um passado brilhante, mas principalmente na consciência de que temos nas mãos uma herança extraordinária e que estamos todos desafiados a utilizá-la da forma mais avançada possível, no sentido da transformação de que Celso tanto falava. Mas, vamos aos debates.

Da platéia

Bom-dia, meu nome é José Trajano, eu faço parte de uma organização não-governamental voltada para a revitalização da cajucultura, e estou muito feliz por estar aqui. Parabéns ao Banco do Nordeste e ao Alencar, que está coordenando este grande evento. Mas eu quero fazer uma pergunta ao professor Paul Singer. Eu conheci Celso Furtado e conheci o homem que, a mando de Juscelino, foi convidar Celso Furtado para construir a Sudene; se o senhor não lembra, o velho ministro de Juscelino, Abelardo Jurema, um grande líder na época. Eu gostaria que o senhor fizesse uma reflexão em relação a esses personagens: Abelardo Jurema, Celso Furtado e Juscelino. Eu lhe agradeço.

Paul Singer

Não sei se vou estar à altura do seu desafio, José Trajano. Eu lembro bem da época, nós éramos todos adversários. Isso é uma coisa fantástica. A gente revê, reconsidera e reavalia as coisas, mas na hora em que elas acontecem a gente não consegue perceber sua importância, e até se

defende um pouco do impacto das mudanças. Quando se criou o grupo de trabalho para o Nordeste – foi aí que aconteceu a grande mudança – e seu relatório tornou-se conhecido, nenhum de nós lhe deu muita importância, a verdade é essa. Por isso, eu não saberia dizer nada a respeito do Abelardo Jurema. Só sei que foi um político importante, não só ministro de Juscelino.

Eu diria que, na época, havia pouca consciência da enormidade de concentração de riquezas que estava se dando em São Paulo. Não tínhamos ainda o censo de 1960, então tudo isso surgiu de repente e foi importante. Com o passar de alguns anos, poucos anos, veio a criação da Sudene. Quando houve mudanças no plano Sudene pelo parlamento, que Celso Furtado não tinha previsto, tenho a impressão de que ele nunca se conformou inteiramente em que se deu um subsídio fiscal imenso aos investimentos no Nordeste, que deram lugar a uma porção de patifarias, que deram pretextos para destruir a Sudene mais tarde. Enfim, tudo isso foi um desenvolvimento que nós assistimos e do qual aprendemos imensamente, como sempre a história nos ensina.

Da platéia

Bom-dia, meu nome é professor Leogivildo, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; leciono a disciplina Formação Econômica do Brasil, então conheço um pouco da obra do professor Celso Furtado. Foi salientado aqui que toda a obra de Celso Furtado nos remete não apenas ao passado, mas à construção e à implementação do nosso presente, e também à visualização do futuro que nós queremos em termos de desenvolvimento regional, de diminuição das desigualdades como um todo. Entretanto, o principal instrumento para pôr em prática suas idéias foi a Sudene. Foi falado também que a Sudene, em um breve período, fez com que todo o seu pensamento realmente demonstrasse que era necessário diminuir, e que foi possível diminuir, as desigualdades. Então, diante do que a gente viu, do esfacelamento da Sudene no final da década de 1980, início da década de 1990, será que a Sudene tem novamente capacidade de ser reestruturada e assumir aquele papel que Celso Furtado pensava dela?

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Mais uma intervenção.

Da platéia

Sou Cleide Bernal, professora da Universidade Federal do Ceará e ex-funcionária do Banco do Nordeste. Eu queria parabenizar os componentes da mesa pelo discurso de todos, que foi bastante profícuo para todos nós que estamos aqui nesse auditório, mas eu queria dizer que senti um pouco a falta de uma discussão sobre dois momentos importantes na construção teórica de Celso Furtado.

No período anterior ao Plano de Metas, existia um debate nacional muito rico – e Celso Furtado foi um dos grandes autores desse grande debate – em torno da construção do nacional-desenvolvimentismo no Brasil. E o Plano de Metas, na verdade, não incorpora esse grande debate, as grandes propostas apresentadas do ponto de vista da redução das desigualdades sociais. Eu acho que ficou um pouco descoberto esse momento.

Outro ponto que eu acho que ficou descoberto, e eu gostaria de ouvir da mesa também uma complementação a respeito, é sobre a grande desilusão que tem Celso Furtado no livro dele “A Construção Interrompida”, quando chegam os governos militares e todo o projeto de construção de um desenvolvimento nacional autônomo é totalmente frustrado pela presença dos governos militares. Eu gostaria que essas pessoas que conhecem tanto a história do Brasil, conhecem tanto a economia brasileira e conhecem tanto o pensamento de Celso Furtado, falassem um pouco sobre esses dois momentos que eu acho tão importantes na economia brasileira.

Paul Singer

Obrigado por me dar essa informação, pois eu não sabia, na verdade, que o Plano de Metas não incluía a redução das desigualdades regio-

nais. Mas isso não me surpreende, porque a surpresa foi exatamente acollerem o Plano e depois a Sudene, já com o governo Juscelino bastante avançado. O Plano de Metas foi concebido em 1955, quando se deu a eleição presidencial que Juscelino venceu. Também era um regime militar, é curioso. Juscelino deu um fim a esse regime e reintroduziu um período de governos civis democráticos, infelizmente muito curto, muito pouco além do mandato dele. Mas, de qualquer forma, acho que o debate estava de alguma maneira amadurecendo, e não só Celso Furtado, mas a própria decisão presidencial, Abelardo Jurema, como nós sabemos agora, acabaram lançando esse debate com muita força a partir de 59. Estou falando de uma perspectiva paulista. Provavelmente aqui no Nordeste essa coisa já estava avançando bastante, mas nós, em São Paulo, só tomamos conhecimento de uma forma nítida a partir de então.

No que se refere ao regime militar, houve sem dúvida um brilhante desenvolvimento econômico no regime militar. O milagre econômico não é invenção jornalística, ele realmente aconteceu. Não do jeito que Celso Furtado previu. Esse foi um dos erros mais interessantes de Celso Furtado. Ele não era uma máquina de acertar, nenhum de nós é. Máquina de acertar é só a pessoa que escreve a história depois que ela aconteceu. Quem quiser mudar a realidade tem que fazer previsões e se arriscar a errar. Celso Furtado pensou que o desenvolvimento ia para trás, que o Brasil se 'desindustrializaria'. Existem importantes escritos a esse respeito. Havia uma lógica no que ele estava pensando, lógica que se aplicou aos regimes militares do Chile, por exemplo. Ele mirou no Castelo Branco e acertou no Pinochet, mas não aqui.

Coube a nós e a ele mesmo, depois, reinterpretar e entender que houve um desenvolvimento econômico violento, sem nenhuma possibilidade de que os trabalhadores que se beneficiaram dele pudessem usar essa nova força de um período de grande emprego, de aumento do emprego, para construir o que seria o início de um Estado de Bem-estar Social no Brasil. Isso coube somente depois, com a redemocratização, mas já começou um pouco com Geisel. Essa história é importante, e a presença do erro de Celso Furtado também é importante. Erros são importantes quando a pessoa é de fato um professor, um grande mestre, e Celso Furtado foi; o erro dele levou a uma obra interessantíssima de Con-

ceição Tavares e José Serra, que se chama “Além da Estagnação”.⁷ A obra se baseia toda nessa constatação de que Celso Furtado estava errado, por que ele errou, e o que se precisa reconstituir teoricamente para colocar a teoria em sintonia com a história.

Cesare Giuseppe Galvan

A pergunta anterior chamou a atenção a essa questão de que realmente se trata de um pensamento que vai continuando, e só faltava Paul Singer sublinhar mais a ligação entre esse pensamento e a realidade que também vai continuando e tem sua história. Agora, a principal pergunta que se coloca é a sua conclusão: e agora? Realmente, a única resposta já foi dada por Paul Singer. Agora, estamos numa história que concluiu uma determinada fase, infelizmente foi o desmonte da Sudene, e deixou um problema para o atual governo que ainda não o solucionou. Este é o agora. A pergunta para de agora em diante é um desafio para os políticos do dia de hoje, sim. A única contribuição que eu infelizmente pude dar foi chamar à atenção que Celso Furtado morreu na hora errada. E o presidente do Banco, Roberto Smith, chamou à atenção, exatamente, a contribuição que Celso Furtado deu, poucos meses antes de morrer, exatamente a esse problema: qual será agora a política a seguir numa época em que se pensa em reconstruir a Sudene, naturalmente diferente daquilo que já era antes? Teremos ainda muito trabalho de políticos, de economistas e de política econômica a ser construído.

Gostaria de assinalar, também, que a meu ver a história é sempre uma construção interrompida. Infelizmente, sempre haverá alguma interrupção nas nossas construções. Aqui, de novo, Paul Singer chamou à atenção que uma dessas interrupções, que foi o regime militar, acabou não sendo tão desastrosa assim, no sentido de desenvolvimento, mas foi aquele desenvolvimento que continuou com o agravamento dos problemas apontados por Celso Furtado, sem chegar a encaminhar sua solução. E vamos reconhecer que na última fase desse regime militar houve

⁷ TAVARES, M. da C.; SERRA, J. Além da estagnação. In: TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 153-208.

os primeiros esboços, realmente, umas primeiras concessões, já nesse sentido de um Estado mais social. Mudaram o nome do BNDE, colocando um S no fim. Pelo menos, é reconhecer de público que alguma coisa deveria ser feita.

André Furtado

Eu não vou adicionar muito. Acho que dinamizar a Sudene é um grande desafio, isso foi uma vontade que ele expressou no final da sua vida, e foi um grande choque para ele a decisão tomada pelo governo Fernando Henrique de fechar a Sudene. Sem dúvida, creio que a Sudene foi a principal obra de ação pública do meu pai, porque foi aí que ele pôde realmente implementar e concretizar as suas idéias. Nesse aspecto, acho que é importante ressaltar a luta contra as oligarquias nordestinas, que vitimou muito a Sudene no seu início. A Sudene também enfrentou uma série de obstáculos. A aprovação do primeiro plano da Sudene foi muito demorada no Congresso, e acho que isso demonstra que as resistências contra a Sudene são tanto internas quanto em nível nacional. Mas o projeto da Sudene é um projeto que vai além de cada Estado. É criar uma espécie de vontade coletiva de uma região, e traduzir isso num projeto, num planejamento em nível nacional. Acho que isso é que precisa ser recuperado antes de tudo.

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Nós temos espaço apenas para uma última questão, e em seguida eu passaria a palavra para os componentes da mesa fazerem suas considerações finais.

Da platéia

Meu nome é Zamenhof de Oliveira, fui funcionário da Sudene durante muitos anos, e dirigi o Escritório do Ceará por dez anos e dez meses. Sou administrador. Mais do que uma questão aqui à ilustre mesa, eu queria fazer uma colocação. É que só se fala em Sudene, invariavelmente,

com relação aos incentivos fiscais. A Sudene foi criada em 1959, os incentivos fiscais foram criados em 1961. Incentivos fiscais eram muito importantes, foram muito importantes, fundamentais para o Nordeste, mas eles representavam, no máximo, uns 20% da atuação da Sudene. Incentivos fiscais são importantes, deveriam continuar só para o Nordeste, mas, se eles não existissem, mesmo assim precisaria continuar a existir a Sudene, porque a Sudene tinha um departamento de desenvolvimento local, tinha um departamento de desenvolvimento rural, atuava com uma infinidade de outras atividades afora incentivos fiscais, que eram importantes e que representavam cerca de 80% das atividades da Sudene e que eram fundamentais para o desenvolvimento do Nordeste. É apenas uma colocação que eu me permito fazer aqui, porque considero esse aspecto fundamental e ele é esquecido pelos meios de comunicação social.

Eu estive aqui no dia 28 de outubro do ano atrasado, quando o presidente assinou a mensagem da medida provisória da recriação da Sudene, que está no Congresso, foi aprovada pela Câmara, e agora, há uns quinze dias mais ou menos, foi apresentado lá no Senado o parecer pelo relator. Quando é que isso vai ser votado, não sei. Eu me permitiria essa colocação aqui, que é mais do que uma questão, é um pedido de atenção para o fato de que a Sudene não era só incentivos fiscais; isso era importante, era fundamental, mas não era tudo. Obrigado.

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Vamos agradecer nesse momento a participação de todos que aqui permaneceram até agora, assistindo a essa primeira mesa deste encontro, e vamos pedir aos integrantes da mesa que façam suas rápidas considerações finais, ao tempo em que agradecemos muito, a todos, pelas brilhantes exposições. Professor Paul Singer.

Paul Singer

Eu queria aproveitar essa última intervenção sobre a Sudene para dizer que seria realmente trágico se nós olhássemos a obra de Celso Furtado e da Sudene, que não foi só dele, através do ângulo dos incentivos

fiscais. Eu acho que os incentivos fiscais mais distorceram do que realmente ajudaram, e hoje são absolutamente desnecessários. Hoje existe um fluxo de investimentos internacionais, nacionais e gerados no próprio Nordeste, e não faz sentido ter incentivos, ao passo que manter uma Sudene, sim, faz sentido; ter um órgão que dê personalidade política, social e econômica a uma região toda do País, que antes era uma abstração do IBGE, e a partir da Sudene passou a ser uma realidade política. Isso foi importantíssimo, polarizou as forças do Nordeste, da sociedade nordestina, de mil maneiras.

Como não tenho mais que dois minutos, quero dizer isso do ponto de vista da minha função atual no governo brasileiro. Vocês têm aqui no Nordeste, em Pernambuco, especificamente, a maior e mais antiga autogestão brasileira, que é a Usina Catende, que hoje é uma cooperativa, dirigida por 3 ou 4 mil famílias de camponeses, e é um contingente de 600 a 700 trabalhadores industriais, desde 1995. É um emblema da economia solidária, que está se desenvolvendo, sobretudo, nas regiões ditas periféricas do nosso país, além de, evidentemente, ter uma forte concentração no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e assim por diante. Portanto, em mais um aspecto o Nordeste não está, em absoluto, atrasado. Era isso, obrigado.

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Professor Galvan.

Cesare Giuseppe Galvan

Só um pequeno detalhe. Com erros de previsões, Celso Furtado acabou acertando uma previsão, e de muitos anos. Exatamente, Zamenhof chamou à atenção como foram instituídos os incentivos. Se eu leio corretamente o que aconteceu no governo Fernando Henrique, a minha impressão é quase 100% nesse sentido: foram os incentivos que acabaram com a Sudene. Então, na atitude do então superintendente Celso Furtado, está também uma preocupação com o futuro; e o futuro, apesar

de ser, felizmente, atrasado de várias décadas, acabou chegando. E exatamente pelo ponto onde Celso Furtado se opunha.

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

André.

André Furtado

Eu gostaria de concluir com o que eu falei inicialmente, lembrando essas diferentes dimensões do Celso Furtado, que é meu pai. Tanto o intelectual, no sentido de ter uma visão autônoma, independente dos pensamentos, mas sempre comprometido com a mudança social e o bem-estar do seu povo; e esse método que tentei aqui ressaltar, de análise da história, de estudo comparativo, que tanto foi útil para entender a nossa realidade, que eu acho que precisa ser resgatado. E estamos aqui num evento de economistas, a dimensão histórica é fundamental para ser considerada nos estudos econômicos. É só isso.

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Está encerrado o primeiro painel do Fórum BNB de Desenvolvimento e do X Encontro Regional de Economia. Muito obrigado a todos.

Sessão Especial ANPEC

DESIGUALDADE REGIONAL E DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS

Composição da Mesa

Presidente

Mauro Borges Lemos
Secretário-Executivo da Anpec

Expositor

Ronald L. Oaxaca
University of Arizona

Mestre-de-cerimônias

Senhoras e senhores, boa-tarde. Dando continuidade aos trabalhos do Fórum BNB de Desenvolvimento e X Encontro Regional de Economia, iniciaremos nesse instante a sessão especial da Anpec “Desigualdade Regional e Diferenciais de Salários”. Para presidir a mesa, convidamos o secretário-executivo da Anpec, Mauro Borges Lemos, acompanhado pelo expositor Ronald Oaxaca, professor da Universidade do Arizona, nos Estados Unidos, e pelo professor José Raimundo Carvalho, do Caen. Passamos a palavra ao presidente da mesa, Mauro Borges Lemos, secretário-executivo da Anpec.

Mauro Borges Lemos

Esta sessão especial organizada pela Associação será relativamente curta. A previsão é que o professor Ronald vai apresentar sua palestra em torno de trinta minutos, e após haverá abertura para debate. Antes da apresentação do professor Ronald, vou passar a palavra para o professor José Raimundo Carvalho, do CAEN (Centro de Pós-graduação em Economia) aqui de Fortaleza, para dizer algumas palavras sobre o professor Ronald. Obrigado.

José Raimundo Carvalho

Vou tentar ser bastante breve, até porque o professor Ronald Oaxaca dispensa apresentações. Basicamente, o professor é um pesquisador de fronteira na área de discriminação no mercado de trabalho, em Econometria Aplicada. Tem publicações nas mais renomadas revistas de Economia, e gentilmente aceitou nosso convite de vir aqui abrilhantar este encontro. Tenho certeza de que as idéias do professor Ronald irão iluminar o debate acerca de discriminação no mercado de trabalho. Basicamente é isso que eu gostaria de falar sobre o professor Ronald, e passo a palavra para ele iniciar sua exposição.

Ronald Oaxaca (tradução simultânea)

Eu queria dizer que é uma grande honra ter sido convidado a esse congresso. Sou muito grato aos patrocinadores generosos que o tornaram possível, e peço desculpas pelo fato de não poder falar português com vocês. De onde eu venho, a parte ocidental dos Estados Unidos, espanhol é uma língua muito comum, mais até do que o inglês, na minha região. Vou contar uma breve história para vocês sobre um comediante mexicano-americano chamado Paulo Rodrigues. Ele nasceu no México, seus pais migraram para os Estados Unidos, e ele cresceu em Los Angeles, na Califórnia. Ele conta que um dia estava num elevador, em Los Angeles, cercado de vietnamitas, e todos estavam falando a língua deles. Rapidamente, Paulo não conseguiu mais agüentar, e gritou: aqui é os Estados Unidos, falem espanhol, por favor.

Vou agora falar sobre um trabalho que estou fazendo conjuntamente com um de nossos alunos de pós-graduação, Simona Lup Tick. Ela é da Romênia, originalmente estava estudando finanças na Romênia, e chegou à conclusão de que provavelmente não seria possível ganhar a vida estudando e trabalhando com finanças. Então, foi para os Estados Unidos e começou a estudar economia. E nos interessamos nos efeitos da tecnologia, ou mudança tecnológica, sobre diferenças de remuneração entre homens e mulheres.

O tópico de diferenças de gênero em salários e condições de trabalho tem se tornado uma questão global. As Nações Unidas têm tomado várias iniciativas para promover a qualidade das condições de trabalho e igualdade para as mulheres, e muitos países têm leis que são projetadas para promover a igualdade dos gêneros, dos sexos, no lugar de trabalho.

Eu queria, inicialmente, apresentar um pouco do histórico para vocês, um pano de fundo, digamos. A primeira questão que vem à mente é algo que sempre perguntamos a candidatas a emprego, quando eles fazem entrevistas, ou apresentam seus trabalhos na universidade: Por que a gente deve ligar para isso? Por que é importante? Explique por que devo me preocupar com isso? Minha mãe, na Califórnia, costuma dizer que não está nem aí, e a gente tem que convencer as pessoas de que devem ligar. E há dois motivos principais pelos quais eu acho que buscar compreender a questão das diferenças de remuneração entre os sexos é importante. O primeiro ponto é igualdade, e o segundo ponto é eficiência.

Igualdade tem a ver com questões fundamentais de justiça, de ser justo, e esse tópico é mais a preocupação das pessoas que não são economistas. Nós muitas vezes somos acusados de sabermos o preço de tudo e o valor de nada. Sociólogos talvez estejam mais interessados na justiça social.

Mas eu posso dizer o seguinte: existe um economista na Universidade de Stanford, Stanfield, que cita a Bíblia sobre essa questão de diferença de remuneração entre homens e mulheres. Segundo ele, na Bíblia, o Senhor anuncia que a remuneração para a mulher e a remuneração para os homens são diferentes, e que mulheres devem ganhar 65% do que os homens ganham. Eu creio que a visão desse professor é que, se está na Bíblia, deve ser correto. Eu fui para uma escola católica, quando era criança, quando era jovem, estudamos a Bíblia, mas não estudamos aquele trecho especificamente; eu passei a maior parte do tempo no catecismo, então não prestei muita atenção nessa parte, mas eu li posteriormente um artigo desse professor, então a gente vê que essa diferença de remuneração é uma coisa de longa data.

O segundo motivo pelo qual eu acho que devemos ligar para diferenças de remuneração entre os sexos é a questão da eficiência. Eficiência parece ser mais objetivo do que igualdade; parece que podemos ser mais científicos com relação à eficiência de um processo ou não, e eu diria que, para economistas, eficiência é mais interessante do que igualdade.

O que quer dizer eficiência? Na ótica atual desse tópico, a idéia é que quando as empresas ou empregadores tomam decisões no trabalho, decisões sobre indenizações, sobre remuneração, com base na identidade de gênero ao invés de basear-se nas qualificações do candidato, significa que, na ausência daquele tipo de comportamento, para o mesmo custo seria possível ter mais produção de bens e serviços; ou então, que o mesmo produto final poderia ser produzido com menor custo. É isso que queremos dizer com eficiência.

A pergunta é: quem paga pela ineficiência? Quem é obrigado a pagar? Às vezes são os empregadores. Nos Estados Unidos, costumamos perguntar: quem vai 'comer' os custos? Em alguns casos, os empregadores devem 'comer' os custos da ineficiência, na forma de lucro mais baixo, rentabilidade mais baixa. Isso pode ocorrer numa situação em que empregadores estão discriminando e estão dispostos a abrir mão de sua rentabilidade para evitar a contratação de indivíduos de certos grupos demográficos; eles, necessariamente, não querem trabalhar com aqueles grupos, ou não querem, dentro de um determinado contexto, trabalhar com aqueles grupos.

Como se trata de gênero, não é o caso de as pessoas não gostarem de mulheres, mas é o caso de algum empregador achar que um cargo gerencial, de gestão, não é adequado para uma mulher. Então, há objeções com relação a isso. Às vezes, os próprios consumidores pagam pela discriminação. Este é o caso em que, por exemplo, os consumidores estariam dispostos a pagar um preço mais alto para evitar transações econômicas com grupos com os quais não gostariam de interagir. Então, se o consumidor estiver disposto a pagar um preço mais alto para comprar um automóvel de um vendedor (homem), ao invés de uma vendedora (mulher), seria o caso de o consumidor pagar mais para ter este direito.

Outro caso seria o de uma indústria em que existe monopólio, ou uma indústria regulamentada pelo governo, em função dos monopólios, e neste caso é possível que a ineficiência da empresa regulamentada seja repassada para os consumidores na forma de preços mais elevados. Vou dar um exemplo disso. Provavelmente vocês já ouviram falar da ATT, uma operadora de telecomunicações, que era um gigante do setor nos Estados Unidos (embora já tenha caído um pouco), e em determinada época era a única empresa de telecomunicações no país. Somos um país muito grande, um mercado muito grande, mas o setor era regulamentado pelo governo, e os regulamentos exigem que a empresa receba um retorno justo sobre seus investimentos. A questão de ser justo ou não depende da definição da comissão regulamentadora, mas significa que as empresas podem cobrar tarifas de telefonia que cubram seus custos. Então, o consumidor final paga.

Um dia, a ATT pediu um aumento de tarifa para telefonia fixa, e acharam que seria uma questão muito simples, mas naquela época havia um jovem advogado que tinha acabado de sair da Faculdade de Direito de Harvard, e foi trabalhar para uma agência federal chamada Comissão de Oportunidades Iguais de Emprego. Ele leu no jornal que a ATT queria permissão para aumentar sua tarifa, e esse jovem advogado achava que a ATT era discriminadora, principalmente contra as mulheres. Eu, pessoalmente, testemunhei naquele caso como testemunha-perito. Dois amigos meus, economistas do trabalho da Universidade de Princeton, em Stanford, estimaram o grau de ineficiência da empresa. Eles tinham acesso a informações que permitiram uma inferência do grau de tecnologia da empresa, e concluíram que as práticas da ATT de discriminação contra as mulheres na contratação e decisões de emprego aumentavam os custos da tarifa em 3% ou 4%, o que não parece muito para o indivíduo consumidor individual, mas no todo, no mercado grande, são milhões de dólares.

Eu lembro de ter contado isso para um tio meu, um empresário muito conservador, da direita, no sul da Califórnia, que é uma região extremamente conservadora. Eu disse: — Tio, você sabia que sua tarifa de telefonia é 3% ou 4% mais alta do que deveria ser porque a ATT discrimina contra mulheres? Meu tio pensou um pouco sobre isso e falou: — Bom, vale a pena. Então, o que fazer? É complicado. A questão é: o que

explica a discriminação? Quais são as teorias que os economistas têm que possam explicar o que acontece e por que acontece? Existem três visões, basicamente, e vou passar rapidamente por elas.

A primeira teoria tem a ver com o que nós chamamos de gostos ou preferências. As pessoas preferem discriminar porque, psicologicamente, se sentem melhores. Este trabalho é associado à Universidade de Chicago, é de um economista, ganhador do Prêmio Nobel, Gary Becker. Ele publicou um pequeno livro sobre a economia da discriminação, há muitos anos, em 1957.⁸

Foi uma época em que os economistas não se interessavam pela discriminação; os sociólogos sim, mas os economistas não. Gary Becker publicou esse livro, originalmente, no contexto da discriminação racial nos Estados Unidos, mas claramente ele se adequa e se adapta à discriminação com base em gênero.

A idéia foi que agentes econômicos discriminam e estão dispostos a abrir mão de rentabilidade para evitar certos tipos de transações com membros de determinados grupos que consideram inadequados ou difíceis. Esses agentes são, é claro, os empregadores, mas não são os únicos. Os consumidores também podem discriminar, colegas de trabalho também discriminam, e é sabido que em muitas situações colegas de trabalho, tanto homens quanto mulheres, não gostam de ser supervisionados por mulheres, não gostam de ter chefes de linha femininas. Eu mencionei consumidores que discriminam, e até o governo pode ter uma política discriminatória contra alguns grupos. Essa é uma teoria.

Existe uma outra teoria que se baseia em poder de mercado, em leis de mercado. Na economia de trabalho se chama monopsonia, que é uma palavra inglesa derivada do grego, significando um único comprador; neste caso, um único comprador de mão-de-obra. A situação seria que você tem um empregador ou um grupo de empregadores muito poderosos no mercado de trabalho, e os trabalhadores nesse mercado não têm muitas alternativas de onde trabalhar. Acontece que esses empregadores podem explorar o empregado para ganhar mais rentabilidade.

⁸ BECKER, G. S. *The economics of discrimination*. Chicago: The University of Chicago Press, 1957.

Eles fazem isso da seguinte maneira: eles contratam mão-de-obra até o ponto em que um único trabalhador contratado acrescenta ou agrega tanto à sua receita quanto à sua despesa; e a idéia é não ultrapassar esse limite, porque se contratam funcionários demais eles vão aumentar seus custos além das receitas. Também não querem deixar de contratar quando um empregado contratado pode aumentar a rentabilidade. Então, eles acham um ponto de equilíbrio. Mas o que acontece é que todos os empregados anteriores estão trabalhando por uma remuneração menor do que a da última pessoa contratada. Então, os empresários começam com empregados que aceitam uma remuneração mais baixa, e se precisam de mais alguém eles pagam mais para empregados que têm conhecimento específico. Isso maximiza a rentabilidade.

A questão é: o que isso tem a ver com discriminação sexual? Uma economista, uma mulher, Joan Robinson, da Inglaterra, escreveu nos anos 30 do século passado um livro que procurava explicar por que o mundo estava sofrendo de uma grande depressão econômica. Não conheço a história econômica do Brasil, mas certamente Europa, Estados Unidos e Canadá estavam numa depressão grave nos anos 30, e isso foi um problema para os economistas, porque nossas teorias diziam que suprimento é igual à demanda, que preços resolvem tudo, que você vai ter empregabilidade total, com emprego total, mas as pessoas desempregadas evidentemente percebem que isso não é verdade. E Joan Robinson escreveu seu livro procurando explicar por que a economia não funcionava do jeito que se achava que deveria.

Nesse livro havia um capítulo sobre discriminação contra mulheres, e seu argumento foi o seguinte: se você tem um empregador poderoso, e se aquele empregador observa que mulheres são menos sensíveis à remuneração do que homens, vale a pena para aquele empregador contratar mulheres que ganham menos que os homens. Não é que o empregador seja necessariamente antiético, ou não goste de mulheres; é porque ele descobre que pode ganhar mais dinheiro e ter mais rentabilidade com esse tipo de exploração. Então, Joan Robinson foi uma das primeiras economistas a falar sobre isso.

A última teoria da discriminação chama-se discriminação estatística. Existem dois tipos, que vou apresentar rapidamente. Vamos supor que

os empregadores pensam que as mulheres, na média, são menos produtivas que os homens; não importa se o empregador está certo ou está errado sobre isso, desde que ele tenha essa percepção. O que o empregador faria para tornar indiferente, para ele, a contratação de homem ou mulher? Teria que pagar menos às mulheres. O motivo é para compensá-lo pelo fato de julgar que, na média, as mulheres produzem menos. Chama-se discriminação estatística porque uma pessoa está sendo julgada com base na sua identidade de grupo e não com base na sua qualificação ou competência pessoal.

Mas esses empregadores, claramente, sabem que algumas mulheres produzem mais que alguns homens, então não poderiam descobrir informações suficientes para saber quem é realmente produtivo? Eles não fazem isso porque seria muito caro obter essa informação, então preferem fazer julgamentos com base no que percebem. O raciocínio é: este funcionário é uma mulher, acho que na média as mulheres produzem menos, não sei se essa mulher produz menos, mas não vou contratá-la a não ser que possa lhe pagar menos.

Aquele tipo de discriminação estatística às vezes é legalizado. Por exemplo, tarifas de seguro. Os jovens homens nos Estados Unidos pagam mais caro o seguro de automóvel do que as mulheres, porque os homens geralmente são mais envolvidos em acidentes e custam mais caro para as empresas de seguros. É uma discriminação estatística, as seguradoras estão julgando o jovem homem com base na sua identidade de grupo e não na sua competência como motorista. Mas a empresa não tem como saber; então, isso é legalizado. Um exemplo de onde não é legal é no mercado de trabalho, de emprego. Não quero dizer que isso não acontece, mas não é legal.

Outro exemplo seria que em um determinado momento as empresas pagavam a mulheres que se aposentavam uma aposentadoria menor do que a dos homens, porque as mulheres vivem mais tempo do que os homens, na média. Então, a empresa está pensando: os contadores me disseram que devo pagar menos porque elas vão viver mais tempo. E para um economista parece razoável, parece justo, mas nos Estados Unidos, sob a legislação americana, isso é ilegal.

Outro tipo de discriminação estatística é um pouco mais sutil. Vamos supor que homens e mulheres sejam igualmente produtivos, na média, mas os empregadores achem que a produtividade das mulheres seja mais variável. Ou seja, eles correm maior risco ao contratar uma mulher, porque ela pode ser extremamente produtiva ou extremamente improduti-va, apesar de, na média, sua produtividade ser igual à dos homens. Se o empregador não quer correr nenhum risco, para ele ficar indiferente entre a contratação de um homem e de uma mulher ele teria que pagar menos à mulher, para compensar o risco que percebe. Essa é outra teoria.

Minha visão particular é que todas essas teorias são corretas em alguns contextos. Nenhuma teoria seria correta o tempo todo. Isso me leva ao papel da legislação antidiscriminação. Na maioria dos países que têm legislação contra a discriminação, é geralmente o empregador que é responsabilizado. Mas não é porque o empregador é necessariamente o único agente que discrimina, ou até mesmo o pior discriminador. É porque não existe uma alternativa prática para garantir igualdade no mercado de trabalho. Por exemplo: seria inviável para o governo prender consumidores porque não compram de uma mulher, por exemplo. Eu não posso imaginar uma sociedade que fizesse isso. Então, as leis sempre responsabilizam o empregador. Não significa que o empregador seja o único discriminador, mas essa é a única forma de controlar a discriminação.

A única exceção, em algumas legislações, é que sindicatos também são responsabilizados. Então, os sindicatos não podem discriminar contra membros mulheres, por exemplo. Mas é a única exceção. Na lei americana – e acredito que é assim na maioria dos países – a discriminação estatística não é uma defesa legal. Então, se o empregador for processado por tratar injustamente as mulheres, pagando menos etc., ele não pode tentar se defender dizendo que não tem preconceito pessoal contra as mulheres, mas que simplesmente acredita que a produtividade das mulheres é mais variável. Não é permitido esse argumento de defesa.

Isso me traz ao tópico da pesquisa que fiz com minha aluna de pós-graduação da Romênia. Eu apresentei esses slides numa palestra que fiz em abril, numa conferência sobre a economia de salário baixo nos países europeus, na Alemanha. Era uma conferência com especialistas, doutores em Economia ou em Econometria, então a apresentação foi um pou-

co diferente. Não quero fazer vocês dormirem com o tédio, entrando em detalhes sobre as fórmulas utilizadas, mas vou dar um pouco do contexto, para que entendam por que achamos importante esse estudo.

Se observarmos ao longo do tempo, podemos ver que na maioria dos países a situação das mulheres tem melhorado: a participação das mulheres no mercado de trabalho tem melhorado (eu vi os dados para o Brasil, e sei que está aumentando, pelo menos nas cidades), e a remuneração das mulheres com relação aos homens tem aumentado na maioria dos países. A questão é: por que isso tem acontecido? A legislação é uma parte da explicação; certamente, houve uma tendência rumo a maior proteção legal para as mulheres. Mas também tem sido documentado que as mulheres melhoraram seu nível de educação, de escolaridade, de experiência profissional e de habilidades com relação aos homens; essa é uma outra explicação. Também poderia ser que os agentes econômicos, hoje, discriminam menos do que costumavam fazer antigamente.

Mas outra coisa que observamos é o crescimento rápido da tecnologia. A mudança tecnológica é extremamente intensa, as coisas se tornam obsoletas rapidamente, qualquer pessoa que trabalha com computadores sabe disso; depois de um mês seu computador está ultrapassado, porque tem um novo computador que faz mais coisas e é mais rápido. E nós estamos tentando aprender qual é o papel (se é que existe um papel) da tecnologia ou das mudanças tecnológicas sobre a remuneração das mulheres, comparada com a dos homens. E a idéia é: será que a tecnologia é um bom substituto para a legislação antidiscriminatória e melhoria no bem-estar das mulheres? Em outras palavras, se nós pudéssemos contar com a tecnologia para melhorar a remuneração das mulheres naturalmente, não se teria que depender tanto da legislação? É bom quando as coisas acontecem naturalmente, e não necessariamente com intervenção do governo.

Então, nós vemos o lado da demanda do mercado de mão-de-obra; e ao abordar isso vou compartilhar algumas das dificuldades práticas enfrentadas pelos economistas ao tentar responder a essas perguntas.

Começa com a necessidade de pensar sobre a tecnologia de produção. É simplesmente o relacionamento entre insumos e o produto fi-

nal. Vocês sabem que numa empresa, numa fábrica, pode haver vários insumos para produzir um produto; e nós estamos procurando analisar dados para toda a economia nacional. Seria muito complicado analisar insumo a insumo. Então, o que fizemos foi dividir os insumos em nove categorias, nove insumos básicos; oito deles são mão-de-obra, e o último insumo é todo o resto que não é mão-de-obra, e que os economistas chamam de capital.

Os oito insumos de mão-de-obra são gerados da seguinte maneira: analisamos quatro categorias ocupacionais, definidas por habilidades de mais qualificado e menos qualificado, e analisamos diferentemente para homens e mulheres; por isso é que são oito categorias. A próxima coisa que devemos analisar é qual a relação entre estes insumos e o produto. Nós precisamos de uma fórmula matemática para processar os dados, e escolhemos uma que é popular na Economia. Não vou entrar em detalhes, mas acontece que se nós temos nove insumos e queremos analisar todas as possíveis combinações de insumos, existem 36 combinações. Então, já se vê por que ficamos com apenas nove; se tivéssemos centenas de insumos, os matemáticos diriam que o número de combinações possíveis seria um número grande demais para se analisar. Então, ficamos com nove insumos básicos.

Outra coisa que sempre aviso aos meus colegas e alunos é que os economistas pensam em termos de tecnologia de produção como os engenheiros, visualizando uma fórmula que relacione insumos e produtos. O problema é que o que nós observamos na prática, no campo, ao analisar dados de empresas, não são as possibilidades tecnológicas; estamos observando o que eu chamo da função de produção política. O que eu quero dizer com isso é que a facilidade com a qual as empresas podem usar seus insumos, e substituir um tipo de mão-de-obra por outro tipo, ou um equipamento substituindo mão-de-obra, tudo isso é governado pelos regulamentos do governo e contratos com os sindicatos. Estes determinam, não os engenheiros. Então, o que você vê nos dados não é o que um engenheiro chamaria de uma função de produção; é algo que reflete os efeitos de regulamentos e contratos sindicais. E, levando isso em consideração, devemos pensar sobre as nossas estimativas.

Então, como podemos capturar a mudança tecnológica? Como determinar como a tecnologia tem afetado a remuneração de mulheres? Uma maneira de fazer isso seria, em primeiro lugar, ter certeza de que se pode controlar para todas as variáveis. O mais importante, nesse contexto, é o emprego de mulheres com relação ao emprego de homens dentro de cada ocupação, em cada indústria. Depois, introduzimos uma tendência de tempo e analisamos estatisticamente qual o efeito dessa tendência; isto reflete a tecnologia. É um método um pouco indireto. Há um mais direto que nós também empregamos, que é usar informação sobre gastos com pesquisa e desenvolvimento. Nós temos essas informações para cada indústria: quanto elas estão gastando com pesquisa e desenvolvimento a cada trimestre; e podemos relacionar isso à tecnologia. Além dessas duas medidas, também usamos uma terceira, que é informações sobre patentes que são outorgadas ou solicitadas numa indústria, o que também indica tecnologia: quantas invenções estão ocorrendo, quantas pessoas estão pedindo para patentear invenções?

Outra questão que complica um pouco a situação é que podemos dizer que a remuneração das mulheres depende do emprego das mulheres. Isso é verdade, mas o problema é que o contrário também é verdade: a empregabilidade das mulheres também depende da remuneração. Então, é preciso controlar por isso; é como oferta e demanda. Então, é uma outra questão que devemos analisar.

E, finalmente, temos que pensar no custo de capital. É fácil observar taxas de remuneração, nós temos pesquisas no Brasil, vocês sabem o que as pessoas recebem. Mas, como observar o que nós chamamos do custo, para o usuário, de instalações, máquinas e equipamentos? Por exemplo, sabemos o custo de uma nova máquina, mas depois de comprada ela é usada durante muito tempo, então seu custo não é o custo de uma nova máquina. Nós temos que controlar por esses custos.

Devido ao pouco tempo que nós temos, quero adiantar quais foram os nossos achados. Nós descobrimos que a tecnologia está aumentando a remuneração das mulheres em relação aos homens, consistentemente, nas ocupações de maior qualificação. Isso se aplica a todas as indústrias que nós avaliamos. É menos verdade para as ocupações com menos qua-

lificação, embora ainda se perceba evidência disso; mas, nas ocupações mais qualificadas, as diferenças de remuneração entre homens e mulheres estão menores em função da tecnologia. A questão passa a ser: mesmo se eu acreditar nisso, por que isso está acontecendo?

Estas são as empresas que observamos: o primeiro grupo é agricultura, floresta e piscicultura; o segundo é mineração, o terceiro é indústria da construção, o quarto é manufatura, o quinto é transportes, comunicações e utilidades (é uma indústria extremamente regulamentada, inclusive), o sexto é atacado e varejo, ou seja, comércio; o sétimo é finanças, seguro e imobiliária (são os bancos e agentes financeiros); e o último é o setor de serviços. Estes grupos compõem o setor privado; o único que está faltando aqui é o governo, o setor público.

Aqui temos as categorias de ocupações que estudamos: a primeira se chama 'gerencial e especialidades profissionais'. Esta é a ocupação de maior qualificação, com maior nível de tecnologia, e onde a diferença de salários dos homens e mulheres é menor. A segunda é 'ocupações técnicas, de vendas e suporte administrativo', com menor grau de qualificação; a terceira são as ocupações de serviços e produção precisa (artesanatos, concertos); e a última é a de mão-de-obra menos qualificada, como operadores, peões, trabalhadores da agricultura, pesca, etc.

Quando observamos a remuneração das mulheres em relação à remuneração dos homens, na primeira ocupação, de maior qualificação, vemos que a diferença entre homens e mulheres está diminuindo; as mulheres estão ganhando mais relativamente aos homens, em função da tecnologia. Isso se aplica também em outros grupos de ocupações, como nos transportes, comunicações e utilidades. Em serviços é a mesma coisa, as mulheres estão se beneficiando da tecnologia. No comércio (atacado e varejo), as mulheres estão ganhando mais do que ganhavam, e está diminuindo a diferença entre homens e mulheres.

Nós temos o mesmo resultado ao avaliar diretamente o gasto com pesquisa e desenvolvimento. Significa que, independentemente de se usar uma medida direta ou indireta, observa-se que as mulheres estão ganhando mais e se beneficiando mais da tecnologia do que os homens, principalmente nas ocupações mais qualificadas.

A pergunta é: por que isso acontece? Não sei se tenho a melhor resposta, mas posso dizer, pelo menos, o que sei. Eu estava numa conferência, em janeiro, na qual havia duas economistas apresentando pesquisas, em que analisavam como o uso de computadores afeta as mulheres no mercado de trabalho. Elas haviam descoberto estudos (creio que feitos por psicólogos e não por economistas) que, pelo menos, reivindicavam que homens e mulheres não abordam computadores da mesma maneira: diziam que mulheres tratam computadores como um eletrodoméstico, uma ferramenta (talvez porque estejam acostumadas a usar máquina de lavar em casa e outros eletrodomésticos); já o homem aborda o computador mais como uma novidade, algo divertido.

Se pararmos para refletir, vamos ver que, para maximizar a rentabilidade, o empregador vai preferir a visão do computador como ferramenta de trabalho, porque as pessoas vão usar o computador na empresa para trabalhar e não para jogar, ou surfar na Internet, por exemplo. Não sei se isso vai resistir à replicação em novas pesquisas, mas pode ser uma explicação para o fato de as mulheres estarem se beneficiando mais da tecnologia do que os homens. Mas não sei se a resposta é essa, mas eu queria compartilhar com vocês esse achado. Creio que agora posso encerrar e fico à disposição para receber perguntas da platéia.

Mestre-de-cerimônias

Muito obrigado, professor Oaxaca, por sua palestra muito interessante. Agora, vamos passar para as perguntas da platéia.

Da platéia (Varela)

Embora sua pesquisa não tenha abordado essas variáveis, minha primeira pergunta é se há pesquisas que mostram diferenciais de discriminação entre empresas públicas e privadas. A gente sabe que as empresas públicas têm regimes de trabalho diferentes, mas mesmo assim, no decorrer da vida profissional dessas empresas, a gente observa que na prática existem diferenças significativas, por exemplo, em relação aos

postos de gerência. Existe uma diferença bastante significativa entre a relação de ocupação homem-mulher para esses postos.

A outra questão é em relação a diferenças culturais. Embora a questão cultural também esteja presente no primeiro caso, eu queria saber em relação a diferenças culturais entre países; países que possam ter uma cultura mais machista ou mais feminista. Gostaria de saber se você tem analisado essa questão e como isso está se modificando, já que nós estamos passando por um momento de convergência cultural entre diversos países.

Ronald Oaxaca (tradução simultânea)

Muito obrigado, são excelentes perguntas, vou começar pela primeira. Há, de fato, uma série de estudos que examinam a discriminação de gênero no setor público comparado com o setor privado. São estudos feitos na Europa, nos Estados Unidos e Canadá, no Reino Unido, na Dinamarca, em vários países, e todos descobriram que há menos discriminação no setor público; isto mesmo depois de controlar pela natureza dos trabalhos, porque este é um fator importante. Alguns postos gerenciais podem ser diferentes no setor público em relação ao setor privado, mas o setor público, de modo geral, é visto como um empregador menos discriminatório do que o setor privado. Não só com base em gênero, mas também com base em raça e outras identidades de grupos. Eu acredito que isso não é uma surpresa, porque o setor público deve ter a principal responsabilidade pela aplicação de oportunidades iguais para a população, e deve sentir que tem que dar um exemplo. Mas existe uma abundância de estudos sobre isso, e todos mostram a mesma coisa.

A segunda questão, sobre diferenças culturais, claramente isso é importante. Em determinado momento, você pode ver diferenças culturais, mas se você analisar um país como os Estados Unidos, enquanto os Estados Unidos parecem um país que está muito preocupado com a igualdade para as mulheres e raças, nem sempre foi assim. Nos Estados Unidos, certamente até o final do século XIX e início do século XX, as mulheres tinham um papel muito diminuído na administração do país; sua par-

ticipação no mercado de trabalho era bem menor do que hoje, e de fato não havia questões com relação à igualdade de gêneros no lugar de trabalho; isso não era uma coisa que as pessoas sequer questionassem. Era presumido que os homens deveriam ganhar mais do que as mulheres, e de preferência as mulheres deveriam estar em casa cuidando dos filhos.

Então, eu acho que na história de todos os países houve esse momento, essa postura histórica, mas eu vejo quase uma convergência global nessa questão. Como mencionei antes, as Nações Unidas já se tornaram extremamente ativas nessa questão de igualdade de gêneros e também de igualdade racial. Em breve, o Banco Mundial estará publicando um livro no qual analisa o tratamento de povos indígenas na América Latina, comparando com a situação destes povos em cerca de 1990; havia um estudo do Banco Mundial sobre isso, agora eles querem atualizar o estudo, e eu revisei esse livro.

Nesse estudo, vários países da América Latina são mencionados, o Brasil inclusive, e se observa que houve muito progresso em algumas áreas e não em outras; a maior fonte de progresso para os indígenas foi em direitos políticos conquistados. Em termos de mão-de-obra, de empregabilidade, não houve tanto progresso; na educação também, mas, com relação à representação política, em todos os países da América Latina os povos indígenas têm melhorado a sua representatividade.

Eu diria que existe uma sensibilidade que está mais global agora; enquanto na cultura tradicional não se considera discriminação. Quando você conversa com alguém, as pessoas acreditam que existem papéis para cada pessoa na sociedade; não consideram a discriminação ou a questão de não valorizar o ser humano. Claramente, há visões diferentes sobre isso ao redor do mundo, mas eu vejo convergência sim.

José Raimundo Carvalho

Gostaria de dar um pequeno aviso. O professor Oaxaca vai passar a semana aqui em Fortaleza, e vai dar um minicurso exatamente sobre os métodos de estudar a discriminação. O curso vai ser no Caen, nesta quarta e quinta-feira, das 15 às 18 horas, e é gratuito. Então, eu gostaria de

estender esse convite para todos que tivessem interesse. É uma excelente oportunidade para se entender as técnicas modernas de estudar discriminação. Obrigado.

Mestre-de-cerimônias

Mais uma pergunta?

Do auditório (Professor Leogivildo)

Fala-se que há uma inserção cada vez maior das mulheres no campo de trabalho, e efetivamente o seu ganho tem aumentado à medida que há um maior nível de tecnologia, ou seja, de necessidade de conhecimento como um todo. Nos países subdesenvolvidos, existe uma diferença no que diz respeito ao grau de oportunidade das mulheres no mercado de trabalho, até mesmo pelo tamanho dos serviços com alto grau de tecnologia ou com necessidade de especificações. Então, minha pergunta é o seguinte: o que fazer a mulher para se inserir dentro desse mercado no qual existe uma melhor condição de remuneração?

Ronald Oaxaca (tradução simultânea)

É uma pergunta que, acredito, também se aplica a questões de igualdade racial. Sempre dizemos nos Estados Unidos que o caminho para o sucesso econômico é mais educação e mais qualificação; isto vai aumentar a renda de minorias com relação à maioria. A mesma coisa se aplica a mulheres. Se interpretei corretamente, sua pergunta é: como isso pode acontecer? Qual o mecanismo necessário para que isso aconteça? Minha experiência pessoal diz que, nos Estados Unidos, há muito esforço em andamento para incentivar as mulheres a entrarem em graduações de Ciências e Engenharia, em programas de universidades, etc.

Não sei se isso chegou à mídia aqui no Brasil, mas em janeiro, numa reunião informal, o reitor da Universidade de Harvard, Lawrence Sum-

mers, um economista que não é muito diplomático, que costuma ser extremamente rude, expôs suas teorias dizendo que as mulheres não entram nas graduações de Ciências, de Engenharia, porque é difícil adquirir essas habilidades. Algumas das teorias dele você pode aceitar; por exemplo, enquanto as mulheres têm a responsabilidade principal de criar os filhos em casa, vai ser muito difícil elas se comprometerem com um curso e uma carreira que exijam longa jornada de estudo e períodos de trabalho muito extensos. Então, isso gera uma desvantagem para as mulheres.

Até aí concordamos. Mas ele também falou o seguinte: que o cérebro das mulheres é diferente do cérebro do homem, e que essas diferenças se traduzem na incapacidade das mulheres de entender e de progredir nas carreiras como Ciência e Engenharia. Não sei se ele realmente acredita nisso, mas as mulheres não gostaram muito, e ele realmente se deu mal com essa declaração, que entrou em todos os jornais, e lhe causou problemas na própria universidade. É interessante que as economistas presentes à sua exposição não se sentiram ofendidas. Não acreditaram nisso, não concordaram, mas julgaram que era uma declaração informal; ele estava com colegas, poderia falar o que quisesse, e qualquer um poderia refutar na hora.

Mas eu acho que a solução é fazer o que estamos tentando fazer: tentar, publicamente e claramente, incentivar as mulheres a entrarem nas ocupações de carreira de Ciências e Engenharia, para adquirir as habilidades necessárias, e estabelecer programas que ajudem as mulheres a fazer isso; programas que possam atender a necessidades especiais, por exemplo, de mulheres que têm a responsabilidade de criar seus filhos. Uma possibilidade seria oferecer uma creche no local de trabalho ou na universidade, para que elas possam participar dos cursos e entrar nesses ramos de atividade profissional. É claro que algum economista pode dizer que não é eficiente fazer isso, que se elas têm outra responsabilidade o problema é delas; mas, se a sociedade achar que é inaceitável excluir as mulheres destas ocupações por causa dos seus papéis especiais como mulheres e mães, nós temos que fazer mais para incentivar a aquisição dessas qualificações por mulheres. Eu acho que a questão seria melhor aproveitar o que a tecnologia está oferecendo para reduzir a diferença de salários entre homens e mulheres, e as mulheres podem se aproveitar disso ao entrar nessas ocupações que exigem uma qualificação maior.

A questão também tem a ver com as escolas e colégios do ensino fundamental. No caso da ATT, da telefônica que eu mencionei, essa empresa disse que as mulheres estavam excluídas de determinados empregos porque eles envolviam trabalhos manuais e as mulheres aparentemente não estavam interessadas nisso. Mas foi mencionado no tribunal que a ATT mandava representantes para os colégios e escolas, na Califórnia, e eles diziam aos meninos que deveriam fazer cursos em oficinas, onde eles aprendem a usar ferramentas, enquanto mandavam as mulheres fazer curso de datilografia. Isso minava seu argumento de que as mulheres não estariam interessadas, porque a própria empresa, explicitamente, desincentivava as mulheres a procurar o treinamento e a qualificação necessária para os empregos melhores.

Mestre-de-cerimônias

Mais uma pergunta, para o encerramento desta sessão.

Do auditório (não identificado)

Professor, o trabalho fornece evidências de que o *gap* entre salários de homens e mulheres está diminuindo. Todavia, enquanto isso é uma boa notícia, uma pergunta que me parece importante é a velocidade com que esse *gap* está diminuindo: se vão demorar cinco ou 50 anos para que esse *gap* de salários desapareça, e como a velocidade de convergência de salários se diferencia em termos de setores ou ocupações da economia.

Ronald Oaxaca (tradução simultânea)

É uma pergunta muito importante, na verdade. Nós estamos analisando isso. O que nós fizemos estatisticamente foi o seguinte: conseguimos fazer estimativas da taxa de redução do *gap*, ou da diferença. Acontece que ainda é muito lenta a diminuição. Eu não lembro agora as taxas, mas sei que variam entre setores, certamente. Sei que isso é algo que devemos abordar, porque é uma questão técnica.

Eu fiz um exercício há alguns anos, semelhante ao que você mencionou na sua pergunta. Foi um trabalho com dois autores da Dinamarca, estávamos comparando o mercado americano com o mercado dinamarquês, em termos da remuneração de homens e mulheres. Aconteceu que no mercado americano o *gap* estava diminuindo mais rapidamente do que na Dinamarca, e o motivo é que na Dinamarca as mulheres já ganhavam mais proporcionalmente aos homens, o *gap* já era menor na Dinamarca; eu acho que na Dinamarca as mulheres estavam ganhando mais ou menos 80% do que os homens ganhavam, na média, enquanto nos Estados Unidos elas estavam ganhando 60% do que os homens ganhavam. Então, a redução do *gap* era mais rápida.

Eu tentei calcular, a partir de um modelo, o tempo necessário, na taxa atual de crescimento da melhoria de salários nos Estados Unidos, para chegar ao ponto de partida dos dinamarqueses (aquele diferencial de 80%); isto foi há dois anos, mais ou menos. Eu calculei que somente em 2021 as mulheres chegariam a 80%, que é onde os dinamarqueses estavam nos anos 1980. É extremamente difícil dizer quando e se de fato as mulheres vão ganhar o mesmo que os homens; mas, se pudermos chegar ao ponto em que os dinamarqueses estavam nos anos 1980, com as mulheres ganhando 80% do que os homens ganhavam, eu acredito que a questão não seria tão crítica quanto atualmente é. Atualmente, boa parte daquele *gap* está sendo eliminada, e não sabemos por que ainda há diferença; mas sei que fiz o cálculo, e só em 2021 os Estados Unidos chegariam àquela proporção de 80% entre os salários de mulheres e homens.

Se você faz uma previsão de curto prazo, a boa notícia é que provavelmente vai ter precisão nos dados; a má notícia é que se você estiver errado as pessoas vão lembrar quem fez a previsão e vão te cobrar. Mas, se você fizer previsões de longo prazo, é o contrário; elas podem ser extremamente imprecisas, mas, quando acontecer, ninguém vai lembrar que você falou isso.

Mestre-de-cerimônias

Nós informamos que o Fórum BNB de Desenvolvimento e o X Encontro Regional de Economia prosseguem amanhã, a partir das 8h30min,

com sessões simultâneas. Passo a palavra ao presidente da mesa, Sr. Mauro Borges Lemos, para as considerações finais dessa sessão.

Mauro Borges Lemos

Eu só queria agradecer pela sua presença na nossa reunião, é um grande prazer tê-lo conosco. Relembro aos presentes que vai haver um minicurso do professor Ronald no Programa de Pós-graduação em Economia do Ceará, aqui em Fortaleza, o Caen. Os interessados já podem procurar a coordenação do programa para participar do minicurso. Muito obrigado. Está encerrada a sessão.

Sessão Especial ETENE
DA FANTASIA À CONSTRUÇÃO:
desafios e opções para o Nordeste

Composição da Mesa

Presidente

José Sydrião de Alencar Júnior

Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Expositores

Pierre Salama

Professor da Universidade de Paris

Assuéro Ferreira

Professor da Universidade Federal do Ceará

Ladislau Dowbor

Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Mestre-de-cerimônias

Senhoras e senhores, bom dia. Iniciamos com sessões simultâneas e o lançamento de livros o segundo dia das atividades do Fórum BNB de Desenvolvimento e do X Encontro Regional de Economia, realizados em parceria Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – Anpec.

Este ano, os dois eventos se reúnem sob o tema “O Nordeste de Celso Furtado”, buscando mobilizar a comunidade acadêmica e política em torno de questões relevantes para o desenvolvimento regional. Aos participantes que nos acompanham desde ontem, gostaríamos de reiterar a satisfação do BNB e da Anpec com suas presenças. Aos convidados que se integram à nossa programação a partir de agora, nossos votos de boas vindas.

Neste momento, daremos início à sessão especial do Etene “Da Fantasia à Construção: Desafios e Opções para o Nordeste”, que será concluída às 11 horas e 45 minutos, quando haverá o intervalo para o almoço. À tarde, teremos mais três painéis, e ao final deles, às 18 horas, a entrega das comendas Mérito BNB a funcionários aposentados do Banco; dos Escudos de Ouro a funcionários ativos dos diversos Estados das áreas de atuação do Banco; e dos Prêmios BNB de Economia Regional e de Talentos Universitários. E antes do último painel, teremos a entrega do terceiro Prêmio BNB de Microcrédito.

Iniciamos os trabalhos dessa sessão especial convidando o superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene, José Sydrião de Alencar Júnior, para presidir a mesa. Convidamos também os expositores: Pierre Salama, professor da Universidade de Paris, na França; Assuéro Ferreira, professor da Universidade Federal do Ceará, e Ladislau Dowbor, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Após as exposições, será aberto espaço para perguntas. Passamos a palavra, neste momento, ao presidente da mesa, Sr. José Sydrião de Alencar Júnior.

José Sydrião de Alencar Júnior

Bom-dia a todos e a todas. Mais uma vez, é um prazer estar aqui com vocês. Estamos abrindo esta mesa de discussão, a segunda mesa em homenagem ao grande economista brasileiro Celso Furtado. Eu acho que os palestrantes farão bem melhor com a exposição de parte do pensamento de Celso Furtado. Eu digo parte porque a obra de Celso Furtado é imensa, profunda, e merece sempre uma reflexão pela sua atualidade, daí ser impossível falar de toda a obra de Celso Furtado em um seminário de dois ou três dias. Os três participantes da mesa – professor Salama, professor Dowbor e professor Assuéro – terão, cada um, a sua vertente de pensar, de fazer uma reflexão sobre a obra de Celso Furtado.

Eu queria colocar também a importância de estarmos discutindo a obra de Celso Furtado. Por que esta homenagem do Banco do Nordeste, do Etene, a este grande brasileiro que pensou o Brasil como nação? Eu

acho que é uma coisa importante, porque Celso Furtado, até o fim da sua vida, sempre falou no projeto nacional brasileiro. Acho que caiu em desuso, por muitos anos nas últimas décadas, pensar um projeto nacional, dentro desta visão neoliberal de possível queda dos Estados Nações. Mas eu acho que refletir sobre Celso Furtado é também refletir sobre esse grande projeto que estava embutido em sua obra.

O BNB tinha e tem o dever de refletir sobre essas questões, porque, antes de tudo, nós somos um instrumento de toda essa tentativa de superação dos desníveis regionais, da questão espacial. Nós temos a responsabilidade de liderar, de fazer passar pelo Banco toda essa discussão. Isso eu queria colocar porque é uma discussão recorrente na academia brasileira, por exemplo, se os incentivos fiscais deveriam focalizar no indivíduo ao invés da questão do espaço. Essa falsa dicotomia, na nossa opinião, que Celso Furtado tanto combateu, entre focalizar a pobreza e os incentivos fiscais do ponto de vista do indivíduo, ao invés da questão espacial, nós estamos aqui também para fazer esta reflexão, porque, na verdade, onde existe mais pobreza no Brasil é no espaço regional do Nordeste. Isto é uma questão importante, sem prejuízo da relevância de políticas sociais em relação à questão do indivíduo. As duas coisas não são concorrentes. Esta é uma questão que eu queria colocar inicialmente.

Vou passar agora a palavra ao professor Pierre Salama, da Universidade de Paris. O professor Pierre Salama tem o que nós consideramos uma interessante abordagem sobre todas estas questões que perpassam esse processo atual de globalização financeira, que eu considero uma questão importante, que não devemos deixar de lado, e que também faz parte de toda esta reflexão totalizante que precisamos fazer em torno da questão regional.

Pierre Salama

Muito obrigado. Primeiro, é bastante importante a atualidade do pensamento de Celso Furtado. Não se trata de retomar exatamente toda a obra de Celso Furtado, mas, sobretudo, de ver se sua metodologia é boa para entender o que se passa na América Latina e entender também o

que se passa na Ásia. Lembrem que ontem Paulo Singer disse que a China e o Vietnã são, precisamente, casos que comprovam o rigor do pensamento de Celso Furtado. Queria, então, retomar este tipo de problema, e ver se o pensamento de Celso Furtado sobre um ponto preciso, um fator econômico, que é a distribuição da renda, é suficiente para entender o que se passa na América Latina, acerca do que se chama a tendência à estagnação das economias da América Latina.

Cerca de 15 anos depois da hiperinflação, mais ou menos, dependendo do país, todos ou quase todos os países da América Latina, à exceção, talvez, da Argentina, durante alguns anos, conheceram um processo de estagnação econômica. E isso é importante porque, ao contrário, os países da Ásia conhecem um processo de crescimento muito forte. Então, é oportuno questionar por que a América Latina não pôde conhecer um processo de crescimento forte, e conheceu um processo de estagnação econômica.

Existe uma segunda característica: é que, ao contrário do caso dos países da Ásia, o crescimento da América Latina é também bastante volátil. Significa que você tem, ao final de tudo, uma estagnação, mas com uma grande volatilidade. É preciso conhecer a razão dessa volatilidade, porque ela tem uma influência também sobre a taxa de crescimento médio.

Vou falar um pouco do pensamento de Celso Furtado, das obras dele, sobre a tendência à estagnação, porque me parece bastante atual, mas é preciso completá-lo. E parece bastante atual porque o pensamento de Celso Furtado incide, sobretudo, sobre a má distribuição da renda. E vocês sabem, porque a gente conhece bem o problema, que para Celso Furtado, naquela época, a maneira de sair da estagnação seria melhorar a renda das pessoas mais pobres com uma reforma agrária, por exemplo, e fazer de tal sorte que da distribuição da renda possa sair um dinamismo novo que vá dar impulso ao crescimento dos países da América Latina.

Para Celso Furtado o problema é o seguinte: naquela época, ao final dos anos 60, o setor dinâmico era o setor de bens duráveis; o problema é que a capacidade de produção ótima do setor de bens de consumo duráveis experimentou nessa época um crescimento, mas é preciso conhecer o tamanho suficiente para obter o que se chama economia de

escala, para efetivamente ter uma taxa de rentabilidade suficiente. Do lado da demanda, efetivamente, a distribuição da renda era demasiadamente desigual, e surgiu dentro do setor dinâmico uma confrontação entre a estrutura da demanda de um lado e a estrutura da oferta do outro lado, que vai dar capacidade de produção ociosa no setor dinâmico da economia. Então, efetivamente, você tem aumento da inflação, que se chama inflação estrutural – que é uma nova explicação da inflação, contra a explicação do Fundo Monetário Internacional, naquela época, já –, mas apesar do incremento do preço você tem uma queda da taxa de lucro, e com a queda da taxa de lucro você tem uma tendência à estagnação.

Essa é uma descrição importante por duas razões. A primeira é que todo o problema, para Celso Furtado e para o keynesianismo, era a questão da demanda e não a questão da oferta. A segunda razão é porque se tem, nesse momento, uma explicação da inflação estrutural e se explica também por que, efetivamente, em muitos países existiu um processo de queda da taxa de crescimento. Então, é um problema interessante: estabelecer uma ligação, um vínculo, entre a distribuição da renda de um lado e a taxa de crescimento do outro lado.

A partir desse momento existem alguns outros problemas, porque estamos frente a um paradoxo. É que, infelizmente, surgiu a ditadura militar, e a ditadura militar vai permitir, entre aspas, uma retomada bastante forte da taxa de crescimento, o que se chama crescimento a marcha forçada. E a chegada da ditadura vai permitir também um aumento bastante forte da taxa de desigualdade. Então, a gente poderia pensar que, talvez, a postura de Celso Furtado estivesse errada, porque, precisamente, com um aumento da desigualdade você pode obter um aumento da taxa de crescimento.

Ao contrário, acredito que se trata de uma confirmação da postura de Celso Furtado, porque a postura de Celso Furtado era que, para o setor dinâmico, não existia uma confrontação boa entre a demanda e a oferta. A ditadura vai permitir ao setor dinâmico que possa existir este tipo de confrontação, a saber, que a partir do aumento do peso da classe média, a capacidade de produção ociosa vai diminuir, e então a taxa de lucro e a taxa de crescimento vão subir.

É interessante toda essa discussão porque, de uma maneira paralela, pouco antes ou pouco depois, existiu através de uma outra corrente, que é a corrente de Kalecki, uma discussão também sobre a influência da má distribuição da renda sobre a taxa de crescimento. Porém, existe um *paper* de Amitava Krishna Dutt, que é um economista inglês bastante conhecido, precisamente sobre a tendência à estagnação da Índia; e um economista do tipo kaleckiano, que tem uma grande influência a partir dos trabalhos de Kalecki.

Para Dutt, o problema é o seguinte: se você tem uma economia fechada (a Índia era fechada e o Brasil também), se você não tem progresso técnico (na verdade, é também mais ou menos o caso do Brasil), e se você não tem finanças importantes (foi mais ou menos o caso do Brasil), a partir de um modelo, com três hipóteses importantes, você pode mostrar efetivamente que a subida da taxa de margem significa um aumento da desigualdade, e o aumento da desigualdade vai dar uma queda da taxa de investimentos, o que determina que a taxa de lucro também vai descer. Então, o que significa esse tipo de modelo é tentar mostrar que, para obter maior crescimento, é preciso também melhorar a distribuição da renda, porque melhorando a distribuição da renda seria possível diminuir, de uma maneira importante, a capacidade de produção ociosa.

A segunda parte do problema é que, agora, o mundo mudou completamente. As economias são mais e mais abertas, hoje, e não se pode usar a hipótese de economia fechada. Também não se pode usar a hipótese sobre o progresso técnico, porque hoje temos uma globalização também da tecnologia, mais ou menos. Sobre a questão financeira, não se pode usar a hipótese da ausência de finanças, porque hoje a globalização financeira é mais importante que a globalização comercial, por exemplo. Então, o mundo mudou. E o resultado, de certa maneira, é que a característica talvez mais importante para os países da América Latina, mas também para os países da Ásia, não é a existência de capacidade de produção ociosa, senão, ao contrário, que as capacidades de produção são, talvez, demasiadamente utilizadas, sobretudo, pela questão da infraestrutura, produção de bens intermediários e tal.

O que interessa, a partir deste momento, para nós, é saber se o pensamento de Celso Furtado é sempre atual. Em minha opinião, sim. Por-

que, efetivamente, estamos frente a uma economia mais aberta, estamos frente a uma economia que conhece progresso técnico, estamos frente a uma economia, sobretudo, que conhece uma globalização financeira mais importante que a globalização comercial, e estamos frente, também, a algumas constatações no nível do mundo inteiro. A primeira constatação é que em alguns países, como China, Bangladesh e também Argentina, houve um aumento bastante forte das desigualdades; e as desigualdades são acompanhadas de um crescimento bastante forte, sobretudo no caso da China e do Vietnã, por exemplo. Entre 1980 e 2002, o Gini da China passou de 0,3 a 0,45%; aqui estamos a 0,6%, mais ou menos. Então isso quer dizer que, de certa maneira, a China conhece um processo de desigualdade cada dia mais forte.

Temos também um problema na Argentina. Há quinze anos, no máximo, a Argentina era um país que conheceu uma distribuição de renda mais ou menos próxima da distribuição de renda da França. Hoje, conhece um processo de latino-americanização bastante forte, em que as desigualdades são muito importantes. Em um país como o Brasil, parece que não se pode observar um aumento significativo das desigualdades nos últimos 15 anos.

Primeiro problema, então: quando você tem um aumento da desigualdade, você pode também conseguir uma taxa de crescimento bastante forte. Todo o problema é saber a questão da causalidade, a saber: a taxa de crescimento implica aumento da desigualdade ou o aumento da desigualdade implica taxa de crescimento bastante forte? Essa é uma pergunta bastante interessante, nós vamos depois discutir.

Mas saindo do Índice de Gini, um modo de medir a distribuição da renda demasiado global, o que é mais interessante, sobretudo para um país como o Brasil, mas também para um país como o México, é saber que apesar da estagnação da taxa de desigualdade, você tem um processo de bipolarização, a saber, que a forma da curva de Lorentz mudou completamente. O que quer dizer que você tem uma polarização entre os dois extremos: de um lado, os 10 ou 15% mais ricos do país conhecem um processo de enriquecimento bastante forte, e de outro lado, não digo de uma maneira absoluta, mas de uma maneira relativa, há um empobrecimento de 30 a 40% das pessoas mais pobres. O que quer dizer que se

pode conservar o mesmo Gini, mas o mesmo Gini, depois de 10 anos, tem uma outra significação, devido ao fato de que, efetivamente, existe um processo de bipolarização.

Isso é novo, isso significa que o peso das classes médias, hoje, é menos importante que ontem. Este tipo de fenômeno pode ser observado também na América do Norte, e se chama 'sistema de Gatsby', ou 'economia de Gatsby'. Gatsby é uma pessoa de uma novela, de uma ficção de Fitzgerald bastante interessante, que retrata o modo de vida da sociedade norte-americana no início do século XX; um modo de vida em que há pouca gente que ganha e que vai dar emprego, sobretudo ao serviço pessoal, e não mais; à diferença da época dos Estados Unidos depois da segunda guerra mundial, quando apareceram as classes médias que vão dar um impulso particular que é interessante analisar.

Então, estamos frente a uma sociedade que cada vez mais é do tipo Gatsby, de Fitzgerald, e todo o problema é saber como se explica essa polarização e o que isso significa.

Em primeiro lugar, você tem uma descrição sobre os efeitos do comércio, no sentido de que a globalização comercial, efetivamente, talvez possa resultar em um processo de concentração e de bipolarização da renda. Você conhece também as críticas de Goldman acerca desse tipo de concepção. Goldman mostra, por exemplo, que é impossível dizer que a globalização comercial vai implicar um processo de concentração da renda, porque, no caso dos EUA, por exemplo, o peso do comércio exterior é bastante fraco frente ao PIB. Há muita discussão sobre isso, e não somente no universo da Econometria, mas também no universo da interpretação, o que significa que você pode conhecer uma sociedade onde existe uma abertura bastante fraca, mas a influência dessa abertura, mesmo fraca, é muito grande dentro do país. Imaginemos o caso de uma pessoa doente, em que a causa da doença talvez seja um micróbio. Ou seja, o peso diretamente pode ser pouco, mas, indiretamente pode ser muito importante.

Sabemos que há muitas discussões, hoje, sobre o efeito da globalização comercial, mas não quero falar disso. O que é mais interessante, talvez, é que existe efetivamente um processo de globalização financeiri-

ra muito mais importante. A globalização comercial é quase nada hoje; as economias vão abrir-se mais e mais, e o problema é a abertura financeira, que é quase completa. Existem alguns obstáculos pela Europa e pelos países da Ásia, que praticaram uma tentativa de controlar mais o capital de curto prazo, mas a globalização financeira é muito mais importante, hoje.

Isto vai implicar uma mudança dos comportamentos. Quando se analisa o que se chama valor agregado das empresas não financeiras, em todos os países do mundo (e mais aqui que na França, por exemplo), se poderá encontrar que a parte relativa do salário real vai descer de uma maneira bruta em alguns países, a parte do lucro vai aumentar de uma forma bastante forte, mas o que é mais interessante é que, dentro da parte do lucro, você encontra dois tipos de lucro: o lucro financeiro e o lucro industrial (estou falando da indústria). Isso quer dizer que você tem um aumento, no interior do lucro, da parte de lucro financeiro, de tal sorte que a parte industrial somente pode crescer se a parte do salário cair muito. E, ao final de tudo, cresce menos que deseja. Significa que existe, a partir desse momento, um *trade off* que faz com que pareça ser mais interessante colocar o dinheiro diretamente no setor financeiro que no setor produtivo.

Tenho em meu *paper* os últimos dados sobre o caso do Brasil, e se pode ver isso de uma maneira bastante significativa: existe um descompasso cada dia mais forte entre a evolução do salário real, de um lado, e a evolução da produtividade, de outro. A evolução da produtividade aproveita, sobretudo, a formação do lucro, em especial a formação do lucro financeiro e não o lucro produtivo. Isso quer dizer que, a partir deste momento, a função de investimento vai conhecer uma evolução bastante simples, no sentido de que não vale a pena aumentar significativamente os investimentos diretamente no setor produtivo.

Este tipo de evolução vai dar um comportamento bastante interessante. Aí você pode dizer que, de certa maneira, estamos frente a uma economia Gatsby, com um comportamento do tipo rentista, o que quer dizer que existe a possibilidade de fazer *trade off* entre, de um lado, investir na produção e, de outro lado, investir diretamente no setor financeiro.

Mas, o que talvez me interesse mais é, sobretudo, o comportamento dos bancos, o comportamento das pessoas e das instituições, e não somente o comportamento das indústrias. É interessante ver que agora estamos frente a uma particularidade: os bancos não servem para quase nada (desculpem, eu digo os bancos privados). Qual é a função principal dos bancos, agora? Emprestar dinheiro? A quem? Ao Estado. O Estado vai emitir bônus, e vale a pena comprar os bônus do Estado. Então, a função principal do Estado não é ajudar os bancos, e nem ajudar diretamente o setor industrial. O setor industrial precisa só da moeda, fazer um empréstimo no banco só para o que se chama capital de giro e não para investir. Esta é uma situação bastante original. E a outra função dos bancos é, efetivamente, emprestar dinheiro às pessoas a taxas que, para mim, que sou de fora, parecem um pouco loucas, sobretudo no caso do Brasil: vocês têm um país campeão do mundo de futebol e também de taxa de juro real. Significa que o banco não serve para ajudar investimentos. Isso poderia explicar muitas coisas.

Felizmente existe um BNDES, felizmente existem alguns organismos públicos que permitem emprestar com taxas de juros menos fortes. Mas, no final de tudo, investir a partir de dinheiro que vem de fora, a custo de mercado, significa que as grandes empresas vão emprestar o dinheiro fora do país, diretamente, ou indiretamente, agora dentro do mercado financeiro. Essa é a primeira coisa.

Segundo ponto é o comportamento das pessoas. É interessante ver que, segundo a teoria, quando você tem um processo de bipolarização da distribuição da renda, você tem uma poupança mais importante. É, por exemplo, a explicação de Kaldor. Mas, nos países emergentes, entre outras, o processo é talvez um pouco diferente. O que Celso Furtado registrou muito é que a gente vai copiar o comportamento das pessoas dos países do centro, o que significa que não vai ter um comportamento de poupança, e a poupança não vai aumentar significativamente. Então, a gente vai consumir da maneira das pessoas mais ricas, e também vai investir diretamente dos bônus emitidos por Estados, mas significa que a gente vai consumir muito, não vai fazer poupança de forma significativa, poupança que poderia ir para o setor produtivo; vai consumir, ou fazer poupança pelo setor da especulação. E o consumo desse tipo de pessoa é um consumo que não impulsiona investimentos.

Para concluir, penso que, a partir desse momento, dentro de um mundo globalizado, equilibrando o problema do progresso técnico, equilibrando o problema das finanças, equilibrando o problema da abertura da economia, o pensamento de Celso Furtado parece bastante forte para entender o que se passa no processo de estagnação, porque acho que efetivamente a forma da distribuição, não ao nível essencialmente da distribuição da desigualdade, mas a evolução da forma de distribuição da renda permite entender talvez mais (porque há outras explicações) o processo de tendência à estagnação.

Se você quiser ver o que se passa nos países da Ásia, você pode observar que existe um Estado, que não é o Estado dos anos 40, é um Estado capaz de fazer uma política industrial, que não significa empresa pública, necessariamente, senão uma política de subsídio sobre os nichos; você tem também uma capacidade do Estado de ter a porta aberta ao comércio exterior (tem um porteiro, que vai controlar a abertura da porta, se você quiser), e a abertura não será uma abertura de tipo livre câmbio, mas uma abertura completamente controlada. Se você tem isso, você pode talvez entender que os países da Ásia podem conhecer uma desigualdade maior, e também uma taxa de crescimento mais importante. Muito obrigado.

José Sydrião de Alencar Júnior

Depois dessas palavras interessantes do professor Salama, eu queria colocar que o Banco, a partir de 2003, saiu da ciranda financeira, voltou a aplicar aqui no Nordeste; nós saímos de R\$ 250 milhões em 2002, vamos aplicar R\$ 4 bilhões este ano, então estamos livres dessa observação do professor Salama.

O professor Salama falou da atualidade do pensamento de Celso Furtado. Estou lembrando a passagem de um artigo do professor Eduardo Girão, num livro que lançamos agora,⁹ que diz que uma das frustrações, entre aspas, do professor Celso Furtado, nos últimos anos de vida, é que a

⁹ GIRÃO, E. Profecias de um combatente : recortes do pensamento recente de Celso Furtado. In: ALENCAR JÚNIOR, J. S. de. *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

grande imprensa não fornecia espaço para o professor Celso Furtado colocar essas idéias. A grande imprensa, que coloco também entre aspas. Acho que a atualidade é uma questão importante que foi colocada.

Passo a palavra ao professor Assuéro, nosso professor aqui da Universidade Federal do Ceará, professor de inúmeros alunos, entre os quais me incluo.

Assuéro Ferreira

Bom-dia a todos, professor Alencar, professor Dowbor, professor Salama. Eu me sinto muito honrado por esse convite, e até mesmo muito honrado de participar desta mesa, com pessoas a quem tenho admiração pessoal e profissional. Minha avó dizia: diz-me com quem andas que eu te direi quem és. Se isso for verdadeiro, estou muito bem situado.

O que eu me propus apresentar aqui seria uma discussão sobre as idéias de Celso Furtado com relação à região Nordeste, e o artigo que eu produzi para este fórum está editado nesse livro que foi lançado hoje, cujo título é: Celso Furtado e o Nordeste – da invenção criadora do GTDN à reinvenção do futuro na década perdida.¹⁰ Eu tentei fazer uma análise nesse sentido considerando duas etapas históricas do Brasil que são extremamente interessantes para aqueles que querem entender este país. A primeira etapa refere-se, exatamente, aos anos 1950, onde, no fim dos anos 1950, se origina o chamado documento do GTDN, “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste”.¹¹ E a outra é o primeiro quinquênio dos anos 1980.

Historicamente, no Brasil, num prazo muito curto, de cerca de 20 anos, nós podemos pensar uma mudança completa de perspectiva política e de relação do Brasil, enquanto nação, com o resto do mundo, como os economistas gostam de dizer.

¹⁰ FERREIRA, A. Celso Furtado e o Nordeste: da invenção criadora no GTDN à reinvenção do futuro na década perdida. In: ALENCAR JÚNIOR, J. S. de. *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

¹¹ GTDN. *Uma política para o desenvolvimento econômico do Nordeste*. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.

Os anos 1950, até o fim do governo Kubitschek, representam uma linha de continuidade que nasce nos anos 1930 extremamente importante – e que, posteriormente, tem certa continuidade no governo Goulart, mas já um tanto desarrumada, digamos assim –, que diz respeito ao papel do Estado na economia brasileira e à introdução de uma ideologia desenvolvimentista que antecipa, de alguma maneira, as proposições keynesianas. Ou seja, do papel ativo do Estado constituindo e reconstituindo a acumulação de capital a partir dos seus gastos, assim como de incentivos de gastos do setor privado.

Já nos anos 1930 isso se manifesta, e não só com relação à política do café – pois é muito citada a política do café como uma política keynesiana –, mas na realidade a entrada do Estado na economia a partir dos anos 1930 vai muito além disso, é muito mais complexa. E, além de tudo, é um momento também de reestruturação do Estado, procurando destruir as bases de dominação patrimonial – e isso é bem weberiano, porque, aliás, se não eram positivistas os que faziam parte do núcleo do poder naquele processo tecnocrático, eram weberianos –, e há uma reorganização do ponto de vista instrumental também do Estado para uma inserção diferenciada na economia.

Esse processo se desdobra desde os anos 1930 até, praticamente, o golpe militar de 64. Não que o governo que se monta a partir do golpe não seja também um governo que vai se pautar por essa linha de intervenção. Ao contrário, ele até exacerba essa linha de intervenção, inclusive de forma centralizada.

Mas há um fator de diferença que é extremamente importante: a partir dos anos 1930, tudo isso, na realidade, está embasado por um sentimento de fundação da nacionalidade no Brasil. Essa fundação da nacionalidade passa, inclusive, a partir do modo como o Estado se introduz na economia, ordenando a economia e a sociedade, e há a tentativa de criar uma classe capitalista, a tentativa de criar uma classe trabalhadora nos moldes de um capitalismo maduro. E há certo sucesso nesse sentido. O que se vai constatar desse sucesso, fundamentalmente, nas conciliações de poder pelo alto que se estabeleceu em todo o período ditatorial do Estado Novo, no aperto também democrático do governo Dutra, e num começo de abertura nos anos de Juscelino Kubitschek, é que todo o

processo caminha no sentido daquilo que se chama de modernização conservadora. Ou seja, criar no País um desenvolvimento capitalista, mas um desenvolvimento capitalista polarizado, tal como Salama levantou com muita propriedade.

Não é em vão, neste sentido, que o Brasil, tendo se tornado nesse período curto, de cerca de 40 anos, uma das maiores economias industriais do mundo, é o campeão de desigualdades sociais em todos os sentidos que se imagine, porque não é só a questão do Índice de Gini ser mais alto, mas a questão também é de uma ampla pobreza.

Ora, a euforia dos anos 1950, com o segundo governo Vargas, e o seguimento que vai dar o governo JK, já com uma diferença, com a abertura da economia para o exterior – e aqui não estou falando da abertura via comércio, da questão de importação e exportação, que para mim é um conceito extremamente restrito, mas a abertura fundamental, que é a abertura via movimento de capitais, porque é na abertura via movimento de capitais que você termina por consagrar, no processo de andamento da acumulação, os mecanismos de dominação e de interdependências internacionais –, é esse momento exatamente que vai coincidir com a entrada e a expansão do setor produtor de bens duráveis no Brasil.

E notem que há uma coisa interessante. Embora a reforma bancária que se fez posteriormente, já no movimento militar, tentasse fazer uma segmentação da estrutura bancária, com bancos de investimento, bancos comerciais etc., no fim os bancos de investimento no Brasil se consagraram a fazer empréstimo ao consumidor, e os bancos de investimento realmente continuaram sendo os bancos estatais.

Quando você tem um Estado que se transforma tanto no produtor direto quanto na referência fundamental da criação de financiamento, ou seja, de poder de compra, para o setor privado, até mesmo sendo ele de capital internacional, necessariamente tem que haver um custo social disso, e este custo social se fez progressivamente através das transferências de renda dos setores menos aquinhoados – daí por que as migrações, por exemplo, da região Nordeste para o Sudeste vão propiciar a formação de um exército de reserva que vai deprimir os salários, salários monetários e salários reais, o que obviamente vai dar permanência a uma estrutura de

distribuição de renda extremamente desigual. E a base da sustentação do crescimento passa a ser o setor produtor de bens duráveis.

Isso é o que Celso Furtado levanta como uma questão fundamental, ou seja, de uma economia voltada para certos segmentos privilegiados, e que na formação desses segmentos privilegiados o Estado tem um papel fundamental. Por que o Estado tem um papel fundamental? Com a criação das empresas privadas, quando da organização tecnocrática do próprio aparelho de Estado, vão se constituir as chamadas tecnocracias, e isso é que vai formar a camada privilegiada no Brasil. Eu acho que seria interessante, inclusive, um estudo para demonstrar o quanto o processo de privatização no Brasil empobreceu a classe média.

E no Nordeste, o que se passa nos anos 1950? Mais ou menos a partir de 1955, começa a haver no Nordeste uma manifestação extremamente importante, que é o movimento das ligas camponesas, a partir de Pernambuco, e isso de alguma maneira se espalha, não nos mesmos moldes das ligas camponesas, para o resto do Nordeste. Meu pai, por exemplo, foi um fundador de sindicatos rurais no interior, ele era do Partido Comunista, e meu envolvimento com a política começa exatamente no movimento estudantil, mas com meus olhos voltados também para essas organizações de camponeses.

Daí por que, quando sai o documento do GTDN – eu era muito novo na época, mas também entrei muito novo na política, por volta dos 12 anos já estava metido em movimento estudantil –, uma das teses cruciais da questão do GTDN era exatamente no que diz respeito à estrutura agrária do Nordeste. Para o GTDN, o elemento fundamental de atraso da região Nordeste estava exatamente na sua estrutura agrária; era essa estrutura agrária irradiadora dos problemas ou dos obstáculos, por assim dizer, na tese do GTDN, com relação ao desenvolvimento do Nordeste. Daí por que havia uma proposição no GTDN de uma transformação da estrutura agrária. Mas a proposição que Celso Furtado fazia à época caminhava no sentido de dizer o seguinte: é fundamental que se faça uma reforma técnica para dotar a estrutura agrária no Nordeste de um nível de produtividade tal que possibilite o fornecimento de alimentos e de matérias-primas para o meio urbano, à medida que esse meio urba-

no for se expandindo com a introdução de estruturas produtivas industriais, de serviços etc.

Então, na formulação do GTDN há essa questão fundamental: primeiro, estruturar uma intervenção na Região. O GTDN era exatamente uma formulação do governo que possibilitasse mudar os rumos da economia existente no Nordeste, considerada uma economia estagnada, de baixa produtividade, e ainda mais sofrendo problemas climáticos. Eu obviamente estou fazendo uma caricatura, uma síntese, porque o pouco tempo aqui não dá para se conduzir uma discussão mais alentada do GTDN.

Por outro lado, havia outra proposição política fundamental. Nós, comunistas à época, que vivíamos lutando pela reforma agrária, considerávamos aquela proposta um verdadeiro retrocesso. Então, quando o professor Paul Singer disse ontem aqui que havia se debatido bastante com certas proposições de Furtado, quando ele era do partido socialista, quando fazia movimento estudantil, eu também o fiz. Obviamente não tive a estrela, o brilho posterior do Dr. Singer, porque a discussão dele com Celso Furtado, posterior, foi muito mais virulenta, no que diz respeito a questões teóricas etc. Não vou levantar isso aqui porque não interessa, ele já fez sua autocrítica com relação a isso.

Mas o fundamento, então, tinha que ser também político, e obviamente essa própria modificação técnica na estrutura agrária requereria também uma mudança política; e essa mudança política era mudar não necessariamente a forma de propriedade, mas mudar tecnicamente o tamanho da propriedade etc. E com essa reforma técnica se criava, na visão do GTDN, um excedente populacional que poderia ser transferido, em processos de colonização, numa expansão da fronteira agrícola do Nordeste nas áreas úmidas. Essa expansão de fronteira se deu muito posteriormente, mas não se deu via processo de colonização; ela se deu mais pela entrada do grande capital.

Nesse processo, havia um outro elemento que devia ser aglutinador, que era o Estado. Aí a gente vê claramente – e isso se reproduz desde o Estado Novo, em todos os anos 1930, e posteriormente vai se reproduzir nessa linha de continuidade que eu chamei entre os anos 1930 e o governo JK – a idéia de ter o Estado fundando a sociedade.

A criação da Sudene é uma peça nesse processo. Mas, na realidade, o que seria a criação da Sudene? A criação da Sudene era criar um aparelho de Estado no Nordeste que superasse os domínios patrimoniais existentes. Ora, essa revolução econômica iria provocar também uma profunda mudança social, porque iria expandir no meio rural a presença de camponeses, pequenos e médios proprietários de classe média, em certo sentido (um tipo *farmer* americano ou coisa assim), e, no meio urbano, iria expandir o operariado industrial, o operariado de serviços, de comércio etc., mas também uma nova classe empresarial. Há isso bem explícito no GTDN, a formação de uma nova classe empresarial. Quem iria formar a nova classe empresarial? O Estado. Então, tudo o que se monta em torno da estrutura da Sudene para ordenar o desenvolvimento do Nordeste terminaria, certamente, por transformar também a estrutura social existente.

E de certa maneira isso aconteceu. Não aconteceu como previa Celso Furtado. Nos anos 1980, eu tive oportunidade de debater aqui, na Universidade Federal do Ceará, um trabalho com Celso Furtado, ele já fazendo exatamente uma avaliação 20 anos depois da criação da Sudene, e a tese principal que ele sustenta é que o Nordeste efetivamente cresceu, mas não se desenvolveu; o Nordeste simplesmente se modernizou.

Essa é a tese, obviamente: se você tem, a partir da indução do Estado, toda essa estrutura, é difícil obter desenvolvimento, se pensamos desenvolvimento como obtenção crescente de melhoria de bem-estar social, quando se mantém as estruturas de poder em que, mesmo subsidiariamente, os proprietários de terra permanecem, ainda, como segmentos com poder de decisão nesses núcleos de poder. Pelo menos, a experiência mundial nos diz isso, excetuando talvez o caso da Alemanha sob Bismarck, e talvez a França, um pouco, sob Napoleão. Veja-se, por exemplo, o caso do Japão, o caso da Coreia do Sul, o caso de Taiwan; houve toda uma destituição de poderes dos senhores feudais.

Então, o que acontece? A perspectiva já colocada por Celso Furtado no começo dos anos 1980 muda de feição, sobretudo do ponto de vista político. E não há nada, do ponto de vista da perspectiva colocada por ele, nos anos 1980, que economistas, sociólogos, cientistas sociais em geral, no Nordeste (de boa cabeça, porque tem um bocado de economis-

ta no Nordeste que tem uma cabeça terrível), já não houvessem colocado. Estão aqui presentes muitos desses pensadores brasileiros, nordestinos, que fizeram essas proposições, ou essas análises, esse diagnóstico que Celso Furtado adota: de que o Nordeste cresceu, se modernizou, mas não se desenvolveu; o Nordeste adquiriu um padrão de consumo igual ao padrão de consumo adquirido pelo Centro-Sul, e tem ligação com a economia internacional. Ou seja, a projeção da economia internacional desborda-se sobre todo o território.

Mas há uma questão que para mim é crucial. Ele diz: “portanto, a questão regional não faz mais sentido se não for pensada politicamente”; ora, aí é uma mudança de rumo na questão. Não que ele não fizesse as proposições econômicas. Mas a questão crucial, dizia ele, é que o Nordeste só se desenvolve se mudar, radicalmente, sua estrutura agrária. Na realidade, ele estava falando explicitamente da reforma agrária. Na maior parte dos textos, ele não coloca a reforma agrária explicitamente, mas em alguns textos, e mais particularmente nesse texto, que não lembro aqui o título, ele coloca que a reforma agrária é o elemento essencial para o desenvolvimento dessa área do Nordeste como uma área da economia brasileira.

E aí ele dizia: “mas essa reforma agrária tem que passar, necessariamente, por uma contemplação de políticas que tratem fundamentalmente com a economia camponesa”. Tratar fundamentalmente com a economia camponesa em que sentido? Primeiro, dotando esses produtores de um mínimo de segurança no que diz respeito a inserção de tecnologias compatíveis, estruturação de sistema de cooperativas, para que eles possam fazer frente inclusive aos intermediários comerciais, assistência permanente do Estado e, inclusive, uma transferência maciça de recursos públicos sem retorno, como se fosse uma transferência a fundos perdidos.

Aí ele mudava. Para ele, o fundamento da transformação da Região passava necessariamente, agora, da sociedade para o Estado. Ou seja, o Estado transformara a sociedade criando e reproduzindo as desigualdades preexistentes, agora apenas sob uma capa, uma fantasia moderna. Por exemplo, aqui nesta sala, se a gente perguntar, quase todo mundo tem telefone celular; mas se perguntarmos quantos aqui nesta sala têm renda

para ter telefone celular, aí muito provavelmente vai aparecer um bocado de gente que não tem. Não estou querendo criticar ninguém, estou só dizendo: isso é modernização. Mas isso, do ponto de vista ideológico, como disse o professor Galvan, que foi meu professor de metodologia, se projeta no capitalismo como se fosse um sonho. E o capitalismo (eu vou dizer uma tolice aqui) não caiu ainda porque é mais forte ideologicamente do que economicamente.

Então, o que acontece fundamentalmente neste processo a que Celso Furtado se refere, ou seja, para a manutenção desse consumo sofisticado, principalmente em áreas de menores rendas, em áreas de rendas *per capita* diferenciadas (além das rendas *per capita* diferenciadas, uma extensa desigualdade absoluta e relativa de rendas), é preciso que se faça o quê? Permanentemente, uma transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos. E o Estado opera isso inclusive nas obras públicas. Quando se vê, por exemplo, quanto se gasta na construção de escolas e quanto se gasta no sistema de pavimentação das ruas de classe média alta; ou quanto se gasta, por exemplo, de subsídios implícitos para a montagem de indústrias, verifica-se que há uma transferência de renda da população mais pobre para a mais rica. A carga de impostos indiretos é altamente regressiva, você faz uma transferência de renda dos que não têm para os que têm. Ou seja, todo o processo de acumulação de capital é um processo de acumulação que somente se faz, do ponto de vista sustentável, se for subsidiado.

Ora, mudar o desenvolvimento é mudar estilo, é mudar o mecanismo de financiamento. Mudar em desenvolvimento não é boa vontade, porque já se disse há muito tempo que de boa vontade o inferno está asfaltado. Aliás, de boa vontade a gente poderia asfaltar todas as ruas sem gastar o dinheiro dos pobres. Porque todo esse mecanismo, seja ele decorrente dessas receitas que são obtidas via impostos indiretos, que é onde a carga maior incide sobre a população em geral, do ponto de vista regressivo, ou seja, via mecanismos de empréstimos, quem paga a conta normalmente é a população mais sacrificada neste processo. Ora, se em determinados momentos isso acontece via mecanismos de impostos, acontece de outro modo, em também grande parte das nossas circunstâncias históricas, via transferência de imposto inflacionário, porque a inflação termina por ser um mecanismo transferidor de rendas.

Portanto, o que Celso Furtado propugnava era exatamente o fato de que não é uma questão econômica que se põe hoje no desenvolvimento brasileiro e no desenvolvimento nordestino, em particular; temos que ver a questão, na atualidade, como uma questão, sobretudo, política, mas uma questão sobretudo política que tem que ser resolvida ao nível da sociedade civil. Talvez aqui se pudesse dizer: Celso Furtado é um utópico. Ora, mas se a sociedade civil não resolve, alguém resolve por ela. E quando alguém resolve por ela, só há uma instância que resolve por ela, que é o Estado, e o Estado nunca resolve bem pela sociedade civil. Isso aqui não é tese de liberal não, é tese de um kaleckiano que acha que o Estado tem um papel importante, mas tem um limite para ser o truque financeiro, na medida em que ele termina por criar problemas até mesmo para a classe a quem ele serve. Isso é abordado por Kalecki no seu famoso artigo sobre os aspectos políticos do pleno emprego.

Portanto, eu diria o seguinte: uma coisa que Celso Furtado sempre afirmava nos últimos tempos é que cabe às novas gerações repensar este papel. Se pensarmos nos economistas, eles hoje estão me provocando profunda decepção, e certamente eles nem vão me dar satisfação por isso. Mas, como eu sou um formador de economistas há muitos anos, até ganhei uma placa de economista emérito, eu posso hoje, já com essa idade, dizer isto: atualmente, há certa tristeza em ser economista, porque sempre estão nos atribuindo as misérias do mundo. Mas, se voltarmos o pensamento para economistas como Celso Furtado e outros, no Brasil e na América Latina, temos belos exemplos de pensar o seu mundo. Certa vez, ouvi uma conferência de Celso Furtado, no início dos anos 1980, quando ele estava voltando do exterior, do exílio, ou do auto-exílio, e ele dizia: eu hoje me considero um cidadão do mundo, mas com os olhos permanentemente voltados para o meu país. Eu acho que esse sentido de país é o que nós terminamos por perder. Obviamente, é um sentido de país sem chauvinismo, sem julgar que somos o melhor país do mundo, como a gente costuma achar. Obrigado.

José Sydrião de Alencar Júnior

Das palavras do professor Assuéro, acho que um ponto importante colocado é que a questão regional passa pela política. Também conside-

ro que a economia em si, hoje, é insuficiente para explicar a questão regional. Nós temos que ter essa visão mais de totalidade de pensar as coisas, com a ciência política, com a sociologia, com a geografia, com a história. Creio que isso também passa por essa abertura.

Vou passar agora para o professor Dowbor.

Ladislau Dowbor

Boa-tarde a todos. Acho que isso aqui é um espaço de reflexão. Todos nós estamos à procura de caminhos. Eu gostei muito da frase do Assuéro: “há certa tristeza em ser economista, hoje”. Às vezes, a gente complica tanto as coisas que esquece do essencial.

Deixe-me contar, rapidamente, uma história para vocês. Anteon-tem, eu estava numa localidade chamada Frades, no Maranhão (quem não ouviu falar não perdeu nada, são, salvo engano, 17 casas), fui lá inaugurar uma capela. É um lugar de extrema pobreza. Como se inaugurava alguma coisa, apareceram dois prefeitos e era impressionante a quantidade de carros de luxo que havia lá. Uma vaca pagou o pato nisso... Quem tinha montado aquela capelinha era um grupo de gente de um nível de pobreza extrema, que não tem água corrente, que não tem acesso a médicos, que não tem nada ali; realmente é um fim de mundo. É na beira do Tocantins, entre Imperatriz e Marabá. A capelinha foi inaugurada em honra ao meu pai.

É interessante: meu pai era engenheiro metalúrgico, nós viemos ao Brasil em 51, e ele foi convidado pela Belgo Mineira, trabalhou muito como engenheiro para se tornar um sucesso individualmente, e com 64 anos, em 1964, ele migrou por aquelas bandas, comprou um barquinho quando saiu da empresa, andou por uns dois anos passeando pelos rios da Amazônia, e comprou ali uma casinha cara, 450 dólares, se instalou e viveu ali os últimos trinta anos da vida dele.

Lá, ele viu que as pessoas morriam das coisas mais ridículas, então ele acionou seus amigos para mandarem medicamentos, fez um pequeno curso de prático e começou a curar as pessoas. Parou de morrer gen-

te. Quando cheguei do exílio ele me mostrou: ele tinha 1.400 famílias cadastradas, com tudo bem organizado, os problemas que cada um tinha, as datas... Parou de morrer gente. Depois veio uma empresa de grandes grileiros interessados em tomar toda a região, e começaram a expulsar os camponeses. Então, ele, como engenheiro, mapeou tudo aquilo, foram todos em ônibus fazer registro em cartório de usucapião, essas coisas... Aí salvaram as terras. Aí ele virou um engenheiro importante.

Em seguida, como ninguém tinha acesso a crédito, porque para banco negociar micronecessidades de crédito para “pequenas” pessoas é muito complicado, precisa fazer cadastro e tudo o mais, então ele se colocou como aval ao gerente do Banco do Brasil de Imperatriz. Ele disse: olhe, eu sei quem vai encher a cara com esse dinheiro e quem vai plantar, então eu posso fazer esse sistema de organização na região para vocês. E o crédito passou a fluir.

Sabe o que eu estava pensando, Assuéro? Que meu pai era economista. Mas economista de verdade. Eu fiquei muito emocionado, me vieram lágrimas quando eu vi aquele pessoal fazer aquela capelinha para um velhinho ali. É muito impressionante essa coisa. E a gente nota o absurdo que é aquele monte de Toyotas, todos aqueles carros, numa região de uma miséria extrema, e um pessoal com todo o aparato, de celular e tal. Parece que a gente perdeu a noção das coisas. É de um surrealismo... Sinceramente, acho que a gente precisa de um choque de bom senso para ver o que a gente está fazendo.

Relendo Celso Furtado – todos nós conhecemos Celso Furtado, mas, por via das dúvidas, a gente pega o livro, dá uma lida –, eu vi que ele insiste muito que a economia tem que ser organizada por resultados que a gente quer. O que é que a gente quer da sociedade?

Eu conheci Celso Furtado em Recife, eu era repórter do Jornal do Commercio, em 63, e como repórter eu assistia às reuniões da Sudene, e me ficou uma marca muito interessante que para mim retrata outra dimensão do funcionamento das nossas políticas. Celso Furtado propôs ali o financiamento de uma série de projetos, e um grupo de governadores, na reunião do Conselho, disse: “olha, essas coisas não são assim, porque nós precisamos receber as propostas, estudá-las, ver se estamos de acor-

do, se elas correspondem aos nossos interesses”, aquela coisa. Celso Furtado disse, tranqüilamente: “estou plenamente de acordo, acho que é muito respeitável esse posicionamento. Nós, aqui da Sudene, naturalmente, quando vocês pedirem financiamentos, também vamos estudar calmamente, com o devido cuidado...”.

Na realidade, tudo o que a gente discute em termos econômicos, técnicos, está perpassado por este processo de tensões políticas, de ‘quem é que manda’ no processo. Aqui se levanta o problema do drama político. Celso Furtado, na época, em 63, tinha como colocar uma posição destas frente a representantes das oligarquias regionais. Eu fui encontrá-lo sete anos depois, em Paris, como exilado. Interessante esta coisa: exilaram o Celso Furtado neste país.

Eu sou casado com a filha de outro pernambucano, outro nordestino, que é Paulo Freire. Paulo Freire foi exilado porque fazia alfabetização. Gente, se nós não colocarmos no centro o problema político das relações de poder, de como nós organizamos as coisas, estamos falando de poesia! As pessoas falam aqui nas elites, é simpático falar de elites, mas para mim não é elite coisa nenhuma. Este conjunto da articulação de velhos coronéis, de oligarquias corruptas, transnacionais, e do sistema especulativo internacional, essa estranha conformação de interesses que se gerou, realmente está travando o processo de desenvolvimento desta terra. É a minha convicção.

Retomando o raciocínio do Salama, o processo, em si, é relativamente simples. Nós temos uma estrutura de renda concentrada, que não vem de agora, que vem do fato de que nós somos o último país a abandonar a escravidão, do fato de as estruturas feudais não terem sido reformadas (feudais entre aspas, naturalmente, não tecnicamente; atrasadas, digamos assim). Essa estrutura de renda, é claro, gera uma estrutura de demanda que lhe corresponde, concentrada para consumo de elite, e é a estrutura de demanda que dita as estruturas produtivas. Então, nós nos industrializamos em torno do automóvel de passeio, enquanto a Coréia estava desenvolvendo pequenos implementos agrícolas para modernizar a base econômica do país, ou o Japão investia na educação e na generalização do apoio tecnológico, ou como hoje a Índia está criando núcleos

de apoio tecnológico em todas as suas 600.000 aldeias. Acho que somos vítimas daquele argumento surrealista do Hirschman, de que a gente desenvolve lá em cima e depois vai haver um *flipping down*, aquilo vai gotejar para baixo. Não goteja nada para baixo, goteja para cima! E vítimas de outro absurdo que é aquela coisa de primeiro fazer crescer o bolo para depois distribuir. O Delfim hoje está querendo comer o bolo, aparentemente. Acho isso muito surrealista.

Essa herança perversa entre estrutura de renda, estrutura de demanda e estrutura de produção mantém o País centrado na produção para consumo de elites e para exportação. Essa coisa, que está analisada em todos os textos do Celso Furtado, basicamente não mudou; ela se agravou por um elemento que o Salama estava levantando aqui, que é o processo de financeirização, que esteriliza a poupança das pessoas e a transforma em especulação financeira em vez de transformá-la em investimentos.

Isso é interessante, porque aqui, bem atrás das nossas cabeças, sempre tem esse negócio: a gente não gosta das injustiças econômicas, da concentração de renda, mas a gente pensava assim: “é feio o homem ter aquele iate num país pobre e tal. Mas, tudo bem, a produção de iates gera fábricas, as fábricas geram empregos, enfim...” A própria concentração de renda a gente imaginava que ia se transformar num processo indiretamente de inclusão. Só que hoje a poupança é rigorosamente esterilizada, é transformada num processo de especulação, e você não tem nem a justiça social, nem o investimento e nem o desenvolvimento produtivo. Esse é o impasse.

E aí, se a gente olhar a América Latina, olhar o que está acontecendo na Bolívia, na Colômbia, no Equador, a guerra que está em curso na Venezuela, a tragédia que aconteceu na Argentina, realmente nós estamos frente a um repensar de rumos. Esse repensar de rumos eu colocaria sob o signo de um conceito do qual gosto muito, que o Ignacy Sachs desenvolveu bastante, que é o conceito de subutilização de recursos.

É interessante pensar o seguinte: somos um país com cerca de 180 milhões de habitantes, dos quais 120 milhões estão em idade ativa (formam a PIA – População em Idade Ativa, entre 16 e 64 anos). Destes 120 milhões, apenas 80 milhões estão na chamada PEA – População Econo-

micamente Ativa. Se vocês pegarem a metodologia do Dieese, e calcularem 20% de desempregados sobre os 80 milhões, teremos que, neste país, 65 milhões de pessoas carregam o piano, sobre 120 milhões em idade ativa. Se vocês imaginarem, nesses 65 milhões, a quantidade de gente que não teve acesso à educação, portanto tem produtividade muito baixa – são as pessoas que limpam os nossos vidros nas esquinas, nos ajudam a estacionar, são os seguranças que apitam nas nossas ruas –, eu diria o seguinte: a subutilização de nossa força de trabalho, num país que tem tanta coisa para fazer, é absolutamente surrealista!

Em Mauá, abriram uma frente de trabalho; não esperaram que aparecesse empresa, abriram uma frente de trabalho com 600 postos, apareceram 20.000 pessoas, e estão utilizando a mão-de-obra parada para as coisas mais elementares. Por exemplo, para ajudar as pessoas no hospital. A pessoa chega com um doente e não sabe para onde ir, atrapalha todo mundo, fica batendo em tudo quanto é porta. Ali há pessoas que recebem treinamento de duas semanas e atendem a pessoa que chega, vêem qual é o caso, já encaminham. Outras pessoas fazem saneamento básico, um conjunto de coisas. Nós temos casas a construir, temos tanta coisa a fazer... A gente calculou que um real aplicado em saneamento representa quatro reais que a gente economiza em saúde. É um excelente investimento! O que atrapalha é que a gente fica esperando que apareça empresa para desenvolver.

Eu acho que o grande movimento que está transformando esta visão é que a gente está começando a entender que desenvolvimento se faz, não se espera. Em cada lugar nós temos gigantescos recursos subutilizados, a mão-de-obra é um deles; é um absurdo ter tantas coisas para fazer e tanta gente parada, porque a gente não está evoluindo para as formas inovadoras de organização social: frentes de trabalho, associações, cooperativas ou o que seja.

Outro elemento é a subutilização dos recursos financeiros, que foi amplamente vista pelo Salama; não vou insistir muito, mas eu queria lembrar alguns dados: em Bertioga, uma pequena cidade perto de São Paulo, nós fizemos um levantamento para ver o que acontece com o dinheiro depositado pelas pessoas ali. A gente constatou que apenas 8% estavam reinvestidos localmente, 92% estavam na ciranda financeira. Então, não é

só dinheiro público; a poupança está sendo desapropriada.

Antigamente, o gerente de um banco era uma pessoa que conhecia a fundo os clientes, os investidores locais, as oportunidades. Para ele se rentabilizar como banco localmente, ele tinha que chamar o empresário, sugerir: “você faz um hotelzinho, a gente financia...” Hoje, você tem um gerente de 25 anos, que é remunerado por pontos, de acordo com a quantidade de dinheiro que ele consegue extrair da região. Em São Paulo, todo o dinheiro vai parar na Cidade de Deus, ou alguma coisa assim.

É curioso se você comparar com os Estados Unidos. Eu discuti com um economista americano que estava me dizendo: “olha, os americanos são muito patrióticos com dinheiro. Se um cara no banco local está aplicando o dinheiro em Cingapura, ele vai receber a visita de residentes locais que dirão: – amigo, esse dinheiro aqui no teu banco é nosso, é a nossa poupança. Se você quer aplicar em Cingapura, você vai para Cingapura, porque aqui você vai aplicar esse dinheiro para abrir empregos para os nossos filhos e construir casas para as nossas famílias”. Eu queria lembrar que na Alemanha 60% de toda a poupança da população é administrada por pequenos bancos locais públicos, ou seja, o dinheiro nosso é replicado de maneira inteligente.

Este problema da esterilização da poupança que se generalizou no país, e que a gente chama de liberdade de movimento de capitais, é liberdade com dinheiro nosso. Eu tenho uma poupança no Banco Real, eles me pagam cerca de 10% ao ano, ponham aí cerca de 7% de inflação, me dão 3%; ou seja, me pagam uma ‘merreca’. Eles emprestam esse dinheiro, compram títulos do governo a 19,75%. O governo tira dinheiro de onde para pagar aos bancos a 19,75%? Tira dos impostos. Então, de um bolso eu pus dinheiro no banco, que me paga pouco, e do outro bolso eu dou dinheiro ao governo para pagar ao banco para ele ter meu dinheiro. Gente, isso é surrealista!

Vocês viram as taxas de juros? Tenha paciência! Meu caseiro foi comprar um som de uns 500 reais, eu fiz os cálculos com ele, ele ia acabar pagando 1.150 reais. Eu tirei um pouco do meu dinheiro no banco, comprei o som à vista para ele e fui descontando do salário dele. Aí eu disse: “caramba! O dinheiro rende!” Aí comprei uma casa para ele e es-

tou fazendo a mesma coisa. Ele está contente porque tem uma casinha, já alugou a casinha, com isso ele devolve meu dinheiro; não perdi nada, o banco não me paga grande coisa mesmo... Olha, eu estou pondo meu dinheiro para funcionar, é coisa curiosa! O banco, teoricamente deveria fazer isso. Eu tenho um amigo, cientista político, que entrou no cheque especial, e ele me disse: “quando entra meu salário eu pago integralmente o cheque especial e aí entro de novo no cheque especial”. Como o cheque especial cobra 185%, compare com a taxa de juros internacional que é mais ou menos 2,5 a 3% ao ano, significa que, na verdade, ele está vivendo com um terço do salário dele. O que eu fiz? Passei o dinheiro para ele, ele liquidou o cheque especial, e de repente ele achou que tinha rios de dinheiro. Eu não fiz nenhum presente para ele, cobrei dele a mesma coisa que o banco me pagaria se eu tivesse depositado.

Pensem isso: que absurdo a gente não ter bancos locais, cooperativas de crédito, instrumentos de recuperação do controle das nossas poupanças. O dinheiro tem que ser utilizado produtivamente, como a mão-de-obra tem que ser utilizada de maneira inteligente. Um desempregado custa, a miséria e a pobreza custam mais do que o dinheiro para tirar as pessoas dessa miséria, em termos de impacto de segurança, de má escolaridade, de não produtividade das futuras gerações etc.

Há, obviamente, uma terceira área de subutilização de recursos que é a terra. Eu acho fantástico! Eu viajo de norte a sul do País, visito muitos municípios, políticos locais, e a gente raciocina como economista mesmo. Aí a gente vê que há muita gente desempregada, um monte de terra parada e milhares de pessoas passando fome. A gente pega aqueles livros de Economia, têm equações, fórmulas que não acabam mais... Para dizer o quê? Quando tem terra parada e pessoas paradas e que têm fome, o que é que a gente faz? A gente pega as pessoas e põe na terra, planta... Aí aquilo que a gente colhe a gente come. O que é a ciência, não é?!

Eu acho que nós estamos aqui em plena fase da discussão, digamos. O Celso Furtado é dos grandes economistas dessa segunda metade do século XX, que nos deu grandes cabeças. Há um conceito-chave que se chama economia de alocação racional de recursos. Os nossos recursos têm que ser utilizados de maneira inteligente. Qualquer empresário

que tem uma fábrica sabe que os recursos que ele tem de transporte, mão-de-obra, máquinas, têm que ser utilizados de maneira ordenada e inteligente. Eu acho que a gente tem que voltar a colocar isso no centro das discussões. E alocar racionalmente recursos significa criar processos decisórios correspondentes. E aí a gente se choca com o que a gente estava falando no começo, o processo decisório, as oligarquias, essa velha articulação perversa de uma modernidade atrasada cheia de celulares, de carros e coisas assim, mas cultural e intelectualmente absolutamente atrasadas. Quando eu vejo uma Daslu, ou abro a revista Caras e vejo aquelas madames, aqueles mauricinhos, eu lembro da revolução francesa: o Luís XVI escoltado, indo para a guilhotina, e vendo a população vociferar nas ruas dizia, espantado: — Mas esse povo me amava!

Vou fechar com uma visão que tenho, que é o seguinte: estou batalhando agora intensamente num projeto chamado Política Nacional para o Desenvolvimento Local. Porque o circuito superior da economia, as transnacionais, os grandes bancos, têm tudo que é apoio, e usam o Estado; só criticam o Estado, mas usam o Estado. O Proer a gente viu que foi generoso com a área dos bancos. Nós temos outro elemento que se chama Pesa, que é Programa Especial de Saneamento Financeiro, para quem anda mal das pernas, e que gastou R\$ 32 bilhões de 95 para cá; as multinacionais têm todos os sistemas de apoio tecnológico, todos os sistemas financeiros. Embaixo, ali em Frades, onde está a capelinha do meu pai, não tem nada!

Então, para o circuito inferior da economia (para usar um termo do Milton Santos), tem gente se mexendo. Nós estamos acompanhando cerca de 10.000 experiências inovadoras de economia local pelo Brasil afora. O pessoal cansou de esperar e está arregaçando as mangas. A idéia geral é que a gente chegue com um sistema organizado de apoio junto a essa gente que está arregaçando as mangas, uma política nacional de apoio ao desenvolvimento local. Não dá para a gente ficar só fazendo aqui um pouco de microcrédito, ali um pouco de um curso do Sebrae, ali uma coisinha do Senac, quando no circuito superior os bancos, as multinacionais têm sistemas de apoio fabulosos. Não é inventar a roda. Os Estados Unidos têm uma coisa que se chama *Community Reinvestment Act*, a lei do desenvolvimento local, que obriga os bancos a investir recur-

so localmente. Vocês têm sistemas que obrigam serem as compras do Estado em grande parte direcionadas para pequenas empresas locais. São coisas relativamente simples.

Estamos tentando montar um projeto desses, porque a minha visão – e eu queria fechar com isso – é que, no plano local, às vezes dá para articular diversos atores e criar uma racionalidade de alocação de recursos que, no nível nacional, onde o ar é muito rarefeito, é bastante mais difícil. Muito obrigado.

José Sydrião de Alencar Júnior

Ouvir o professor Dowbor nos dá esperança de que o andar de baixo possa, algum dia, ter condição de mudar para o andar de cima. Bom, devido ao adiantado da hora, a presente sessão está encerrada.

Mestre-de-cerimônias

Gostaríamos de lembrar que retomaremos nossos trabalhos nesse auditório às 13h30, com o Painel II – O Nordeste e as Transformações da Economia Mundial.

Painel II

O NORDESTE E AS TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA MUNDIAL

Composição da Mesa

Presidente

Pedro Jorge Ramos Viana
Professor da Universidade Federal do Ceará

Expositores

Antônio Carlos Figueira Galvão
*Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional
do Ministério da Integração Nacional*

Clélio Campolina
*Professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
da Universidade Federal de Minas Gerais*

Mestre-de-cerimônias

Iniciamos o Painel II, sobre a temática “O Nordeste e as Transformações da Economia Mundial”. Convidamos para presidir a mesa o professor da Universidade Federal do Ceará – UFC, Pedro Jorge Ramos Viana, acompanhado pelos expositores Clélio Campolina, professor titular do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar, da Universidade Federal de Minas Gerais, e do Sr. Antônio Carlos Figueira Galvão, secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional, em Brasília. Lembramos que após as exposições será aberto espaço para debates. Por gentileza, podem tomar seus lugares, e com a palavra o Sr. Pedro Jorge Ramos Viana, professor da Universidade Federal do Ceará.

Pedro Jorge Ramos Viana

Boa-tarde, é um prazer estar aqui no Banco do Nordeste, minha casa, uma escola de vida para qualquer economista que tenha a honra de trabalhar aqui. E é um prazer maior ainda participar de uma reunião em que estamos discutindo as idéias do professor Celso Furtado, um dos maiores, se não o maior economista brasileiro.

Nosso tema é “O Nordeste e as Transformações da Economia Mundial”, e nosso primeiro conferencista é o Dr. Antônio Carlos Galvão, atualmente no Ministério da Integração. Por favor.

Antônio Carlos Figueira Galvão

Boa-tarde a todos, eu queria começar agradecendo imensamente o honroso convite que me foi feito, em particular ao professor Roberto Smith e ao nosso companheiro Alencar, do Etene. É uma honra, para mim, participar desse Fórum e poder aqui dar uma pequena contribuição ao debate.

Eu preparei minha exposição inspirado, em parte, pelos meus companheiros de mesa, e sabedor, um pouco, do que seriam as opções que ambos fariam de apresentação. E tendo em vista que no passado já expus nesta Casa a proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, resolvi navegar por uma discussão mais de retaguarda, sobre quais fundamentos poderíamos identificar na economia mundial, hoje, e de que maneira isso converge para aquilo que está, vamos dizer assim, embaixo da nossa proposta de desenvolvimento regional que o Ministério vem apresentando. Espero com isso poder chegar ao Nordeste e fazer algumas pequenas ilações, sabendo que o professor Campolina vai tratar com muito mais ênfase e detalhe da questão da Região.

Gostaria de começar lembrando aspectos que são corriqueiros na análise de todos nós que militamos nessa área espacial, mas que, a meu juízo, ajudam a colocar um pouco de parâmetros iniciais para o nosso debate.

A primeira questão é: o que estamos enfrentando nesse mundo novo de ordens globais-locais, ou o mundo da globalização, como chamamos? Aquele mundo que, como sabemos hoje, já com plena convicção, se organiza, na verdade, na forma de redes, e emergiu, sobretudo, de dois movimentos conjugados: um principal, diria eu, de liberalização financeira, associado a uma mudança sensível de paradigma técnico-econômico, que produziram um novo contexto para as relações econômicas mundiais.

De um lado, a financeirização produziu uma solidarização de interesses de capitais que o mundo anterior não apresentava, e nesse sentido repôs até, com as devidas diferenciações, momentos históricos que já existiram no passado no sistema capitalista; de outro lado, colocou em xeque algo que era muito caro à ordem econômica do pós-guerra, que era certa liberdade de criar poder de compra, certa autonomia de constituir moeda e de operar moeda desde a perspectiva de interesse dos Estados Nacionais.

Nessa direção, a economia que emerge a partir dos anos 1970, no primeiro mundo, e que vai ganhar uma feição mais acabada no Brasil a partir dos anos 1980 – até porque, vamos dizer assim, montados no sucesso relativo anterior em termos econômicos, demoramos a perceber todo o teor e a profundidade das transformações que se operavam em escala mundial –, vai mudar completamente a maneira pela qual conhecemos políticas públicas, pela qual organizamos iniciativas de desenvolvimento a partir dos Estados Nacionais, e pela qual detínhamos grau de liberdade para agir num diálogo com as forças, vamos dizer, hegemônicas da ordem econômica em cada contexto: local, regional, nacional ou mesmo supranacional.

De fato, associamos isso à idéia de uma perda de importância relativa dos Estados Nacionais, e isso produziu críticas à esquerda e à direita. À esquerda, várias teses sobre neocorporativismos e críticas a um Estado gigantesco e inerte; e à direita críticas, no primeiro mundo, ao *Welfare State*, à forma como o Estado proveu uma qualidade de vida e sistemas de provisão de serviços públicos que deram um padrão de vida às populações do primeiro mundo inegavelmente muito alto; e no terceiro mun-

do, na ausência de um equivalente a esse *Welfare State*, uma crítica à economia do desenvolvimento, e aí sim, pesadamente, aquelas teses que inspiraram e que nortearam contribuições tão caras como as do professor Celso Furtado, que inspiram esse seminário. Por exemplo, tenho dito aí – o professor Chesnais registrou isso em seu livro clássico, que acho que no Brasil saiu em 94, “A Mundialização do Capital”¹² –, provocando movimentos como organismos internacionais de ajuda e cooperação, que antes apoiavam desenvolvimento, passarem a apoiar ações sobre a pobreza, mudando radicalmente seu eixo de intervenção, o que traz implicações pesadas para países em desenvolvimento como o nosso.

Acho que já está meio evidente que na minha análise estamos pensando um pouco no contexto de uma sociedade capitalista, no contexto de relações conflitantes que inspiram essa sociedade a partir de contradições entre capital e trabalho, entre frações do capital e entre trabalhadores.

Queria lembrar também que grande parte do movimento desse capital em busca incessante por valorização, ou por evitar a desvalorização, como diria o professor Harvey, na verdade encontra-se enraizado e enterrado em equipamentos que não têm poder de se deslocar temporal e espacialmente neste seu processo de valorização. Digo isso porque um contingente muito importante do estoque de riqueza ou de capital acumulado na sociedade vai incidir sobre infra-estrutura de vários tipos: rodovias, unidades de produção de energia, e mesmo infra-estrutura urbana no sentido *lato*. O professor Wilson Cano, meu orientador, sempre insistia que uma análise do desenvolvimento no Brasil não poderia jamais esquecer o estoque de dinheiro enterrado no interior das grandes cidades, e o que isso significava do ponto de vista de inércia e de empecilho a um reposicionamento dos vários blocos de capital, numa mudança de contexto tão abrangente com essa que assistimos.

O professor Harvey cunhou uma expressão já clássica, muito debatida e controversa hoje, para explicitar essa idéia, que é a idéia de compressão espaço-temporal, ou de aniquilamento do espaço pelo tempo,

¹² CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

na direção de uma trajetória de avanço para certa aceleração e instantaneidade dos processos e relações que presidem a sociedade capitalista.

A verdade é que, debaixo disso, a gente pode identificar três movimentos conjugados que são muito significativos para nossa discussão de políticas regionais. O primeiro, a idéia de que isto produziu uma homogeneização crescente do espaço para o capital. Sobretudo a globalização homogênea, alarga os espaços de reprodução capitalista, e reduz as variações que de alguma maneira garantiam certo grau de controle e autonomia à condução de iniciativas enviesadas ou em contrário ao interesse dos grandes blocos de capital. Em segundo lugar, acho que se provoca com isso um outro movimento muito curioso: uma diferenciação local do espaço; o espaço aproveitando suas peculiaridades e particularidades, e as redes que organizam as grandes relações capitalistas mundiais aproveitando dessa possibilidade de se deslocar no espaço para se nutrir dessas vantagens locais específicas produzidas pelos diversos lugares. E isso, obviamente, provocando uma acirrada concorrência entre os lugares, na busca por essas conexões ou pelos benefícios que uma conexão a esses fluxos dominantes de capital provoca.

É contrapartida disso o que já vários chamam guerra fiscal, ou seja, a provisão de vantagens locais polpudas para que capitais adentrem frações do território ao nível dos vários subespaços mundiais.

Em suma, eu acho que a gente poderia tirar aqui uma síntese da globalização como sendo algo que promoveu, acirrou pesadamente desigualdades; que promove e instiga, numa escala maior do que no passado, a concentração das atividades; que revaloriza as ações na escala regional em favor desse processo de valorização capitalista, de reconstituição de nexos no interesse do movimento dos capitais; que cria maiores condições, aparentemente de maneira contraditória, para um desenvolvimento endógeno, na medida em que valoriza essas especificidades locais e que instiga formas de organização social cooperativa para darem suporte a estruturas mais virtuosas de produção; e, finalmente, um item que não é menos importante, para mim é muito significativo, a idéia de que reitera o papel de políticas de desenvolvimento regional como algo que tem seu lugar e sua importância na organização das agendas e iniciativas.

Quero dizer de antemão que, para mim, os Estados Nacionais continuam tendo presença dominante nesse jogo capitalista mundial, apesar desta importância relativa minorada em relação ao contexto anterior.

E queria finalizar lembrando Furtado, na sua expressão mais comezinha do planejamento: em parte, o papel de políticas ativas de desenvolvimento como essas que denominamos regionais é, de alguma maneira, administrar conflitos e produzir consensos, como ele bem salientou em várias de suas contribuições, particularmente na fase final de vida, embora isso estivesse presente desde o primeiro dos seus livros, ainda no final dos anos 1950 para 1960.

Vamos fazer um parêntese. Vamos pegar a experiência de política de desenvolvimento regional mais importante em curso hoje, em nível mundial, que seria a experiência européia, e olhar alguns dos aspectos que estão na gênese desse movimento de constituição de um processo de integração vigoroso daqueles países e de um reposicionamento estratégico numa geoeconomia mundial.

Eu queria lembrar que isso tudo teve uma guinada importante ainda em 1986, quando foi estabelecido o ato único europeu, e logo em seguida o desenvolvimento de um projeto de um mercado único, unificado, europeu, que na verdade importava numa quebra de barreiras entre todos os espaços nacionais ali constituídos, e tinha como objetivo máximo, explícito, declarado, alcançar uma livre e plena movimentação de bens e serviços, capitais e trabalhadores, pelo menos no papel, naquele seu projeto.

Na verdade, isso produziu um efeito muito interessante de certa conciliação entre objetivos de competitividade e de coesão territorial; ou seja, níveis de compromisso entre uma política que queria reposicionar a União Européia no jogo das relações da tríade mais importante do sistema capitalista mundial, e o jogo que reconhecia que esse reposicionamento produziria efeitos danosos, especialmente sobre as economias mais frágeis integradas na União. Debaixo dessa análise havia dois relatórios que cristalizam esse momento. Um relatório que abordava a competitividade; e o outro relatório de consultores econômicos de Cambridge, que

abordou exatamente toda a concepção de uma intervenção deliberada da União em favor da coesão e da redução dos desequilíbrios regionais.

Eu queria fazer um contraste, em alguma medida, entre isso e o que vimos no Brasil, embora o Brasil com sua defasagem temporal. Enquanto na União Européia o projeto de reposição da competitividade determinou um projeto igualmente significativo de recostura dos laços, das solidariedades, dos meios pelos quais os atores sociais não se esgarçariam nessa reconstrução, no Brasil, durante governos passados, arbitramos uma adesão unilateral à idéia de repor uma competitividade para o desenvolvimento brasileiro, como, por exemplo, na política dos eixos nacionais de desenvolvimento e integração, e abdicamos de discutir desigualdades ou de considerar, objetiva e diretamente, qualquer questão relacionada a essa chaga, eu diria, que no Brasil se mostra com muita precisão na Tabela 1, que vamos apresentar a seguir.

Queria lembrar que, no contexto do governo Luiz Inácio Lula da Silva, a aposta é exatamente radicalizar um contato objetivo com a temática das desigualdades em vários âmbitos e planos. O ponto principal é, em alguma medida, recuperar uma dimensão esquecida da política ativa de desenvolvimento. De certo modo, perdemos ao longo do século passado a importância que tem manter certos níveis mínimos de consistência entre padrões de qualidade de vida, níveis de renda, entre os indivíduos de um país. E acho que, em certa medida, é isso que está na base da nossa proposta atual de políticas nacionais de desenvolvimento regional.

Não se trata de abdicar de uma visão da competitividade ou minorá-la no contexto da sua importância nas relações atuais de desenvolvimento no Brasil, mas se trata de inverter a equação, de colocar de qualquer maneira uma ação deliberada em prol da competitividade, regulada por um olhar territorial bastante claro e direto que qualifica as desigualdades no País.

Vou apresentar aqui meu primeiro dado objetivo, que tem sido objeto de grande discussão nossa (Tabela 1). Quando eu olho a relação de desigualdade entre a unidade territorial mais aquinhoadada e a menos aquinhoadada da Federação, nos Estados Unidos, na União Européia (dos 15 e não dos 25 atuais, com a inclusão dos dez novos membros) e no Brasil, eu

veja como as diferenças de peso da questão das desigualdades se mostram com grau de profundidade realmente dramático.

Tabela 1 – Caracterização das desigualdades regionais brasileiras

Unidades Territoriais	EUA (a)	UE 15(c)	UE 25 (c)	Brasil(b)
	2002	2001	2001	2002
Unidades (Estados/Países)	2,3	2,8	7,9	8,8
Regiões (Mesorregiões/NUT II)	...	3,9	12,7	28,9

Fonte: a) USA - US DEPARTMENT OF COMMERCE. Bureau of Economic Analysis. *Produto bruto dos estados por habitante*. Disponível em: <<http://www.bea.gov>>. Acesso em: 25 mai. 2005. Obs: o exercício desconsidera o Distrito de Colúmbia; b) Brasil - IBGE. *Produto interno bruto dos estados e municípios*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 mai. 2005; e c) União Européia dos 15 e dos 25 – EUROSTAT. *Produto interno bruto per capita em PPP*. Disponível em: <<http://europa.eu.int>>. Acesso em: 25 mai. 2005.

Nos Estados Unidos, a relação entre a unidade da Federação mais rica e a mais pobre, excluído o distrito de Colúmbia, é da ordem de 2,3 vezes; na União Européia, entre os 15 países, antes do alargamento recente, é de 2,8 vezes; com os 25 países a relação sobe a 7,9 vezes e se aproxima de 8,8 vezes que o Brasil apresenta na relação entre o Distrito Federal e o Estado do Maranhão.

Lembro a vocês que a União Européia está hoje problematizada por uma ruptura, como vimos, na reprovação dos passos seguintes da integração, provocada pelo ‘não’ da França à Constituição Européia; e quero chamar à atenção que aquela mudança de dado, de 2,8 vezes para 7,9 vezes, certamente tem um peso enorme na explicação desses reflexos políticos no processo da integração.

Se nós descemos na escala territorial e vamos às mesorregiões, ou regiões NUT II, no caso europeu (não temos um equivalente para os Estados Unidos), a relação vai de 3,9 na Europa dos 15 para 12,7 na Europa dos 25; e, pasmem, na versão agora confirmada pelo IBGE, a 28,9 vezes a relação, em termos de PIB *per capita*, entre a mesorregião mais aquinhoadada e a menos aquinhoadada no Brasil.

Sabem qual é a área mais aquinhoado no Brasil em termos meso-regionais? É o nordeste fluminense, por conta de uma decisão de política pública que é o pagamento de *royalties* a Estados ou unidades municipais produtoras de petróleo. Portanto, queria lembrar com isso um dado fundamental da nossa conversa: produzimos e reproduzimos, com decisões não fundadas em análises consistentes, desigualdades regionais a cada dia. Se a escala se reduz, esse movimento se apresenta com uma clareza meridiana e cristalina.

Posso dar outro exemplo. Pagamos *royalties* também, já há mais tempo, em torno da barragem de Itaipu, pelas áreas inundadas na barragem. Critério: tamanho da área inundada. O município que teve a maior perda, porque perdeu grande patrimônio turístico (o Salto de Sete Quedas), que é Guaíra, tem o menor nível de remuneração de *royalties*, porque a área inundada em Guaíra é muito pequenininha, e a área inundada de outros municípios que têm populações muito inferiores foi muito maior; portanto, a renda auferida por esses municípios é infinitamente superior àquela de Guaíra. Guaíra hoje retrocede na linha de desenvolvimento, enquanto outras áreas prosperam. Então, produzimos e reproduzimos desigualdades cotidianamente.

Queria lembrar que desigualdades são sempre sociais na origem. Esse é outro elemento que ganha bastante clareza ao longo do debate que produzimos e fizemos no Ministério da Integração, em particular, com a liderança da professora Tânia Bacelar, que está aqui na minha frente.

Desigualdades entre indivíduos são lidas territorialmente e produzem uma visão de desigualdades regionais. Por que fazemos isso? Não é que uma coisa de fato não tenha a mesma raiz, uma mesma essência, mas porque a maneira de abordar ou de intervir sobre o fenômeno se diferencia pesadamente, se eu olho de uma maneira ou de outra. Olhar os indivíduos significa priorizar políticas sociais, particularmente políticas de transferência de renda aos indivíduos, e aprendemos muito porque essas políticas evoluíram muito pesadamente ao longo dos anos 1990 no Brasil. Sabemos que o caminho mais fácil, mais direto e eficaz de fazê-las é evitar intermediários e produzir aportes mais substantivos

de renda na mão desses trabalhadores, indigentes ou alguém da linha de pobreza, e assim por diante.

Atuar sobre o desenvolvimento regional, sobre o território, é atuar sobre a recostura de estruturas institucionais de organização da produção. Portanto, é como se eu estivesse dizendo que políticas sociais e desigualdades sociais dialogam com o indivíduo, e desigualdades regionais dialogam com estruturas produtivas no território e instituições de organização da produção. O que isso significa? Significa que na tradição furtadiana de desenvolvimento regional, na tradição teórica do desenvolvimento regional, políticas de desenvolvimento regional não são políticas voltadas especificamente à pobreza; e nisso eu acho que a gente evita um desvio enorme produzido ao longo de vários anos de política regional, que era colocar na linha de frente dos seus principais objetivos vários que não tinham correlação com os problemas que se queria abordar.

Eu vou detalhar um pouco mais isto à frente, mas eu queria mostrar um outro dado acachapante. Esse mapa (Figura 1) é um exercício produzido com as estimativas de PIB do Ipea ao nível mesorregional. Cada pontinho desse mapa é uma correlação-par de produtividade e taxa de emprego regional, num exercício inspirado no que a política européia de desenvolvimento regional fez no relatório de coesão, que é decompor o PIB usando emprego e produtividade. Vejam que aquela área amarela, que é quase uma assíntota, que acompanha os eixos, é na verdade a maioria das mesorregiões nordestinas, que se colocam em níveis baixos de produtividade e também de taxa de emprego (esses dados são de 1998); aquelas linhas que cortam perpendicularmente o quadro são as linhas médias nacionais; e aquela área azul lá em cima é a área paulista de mesorregiões.

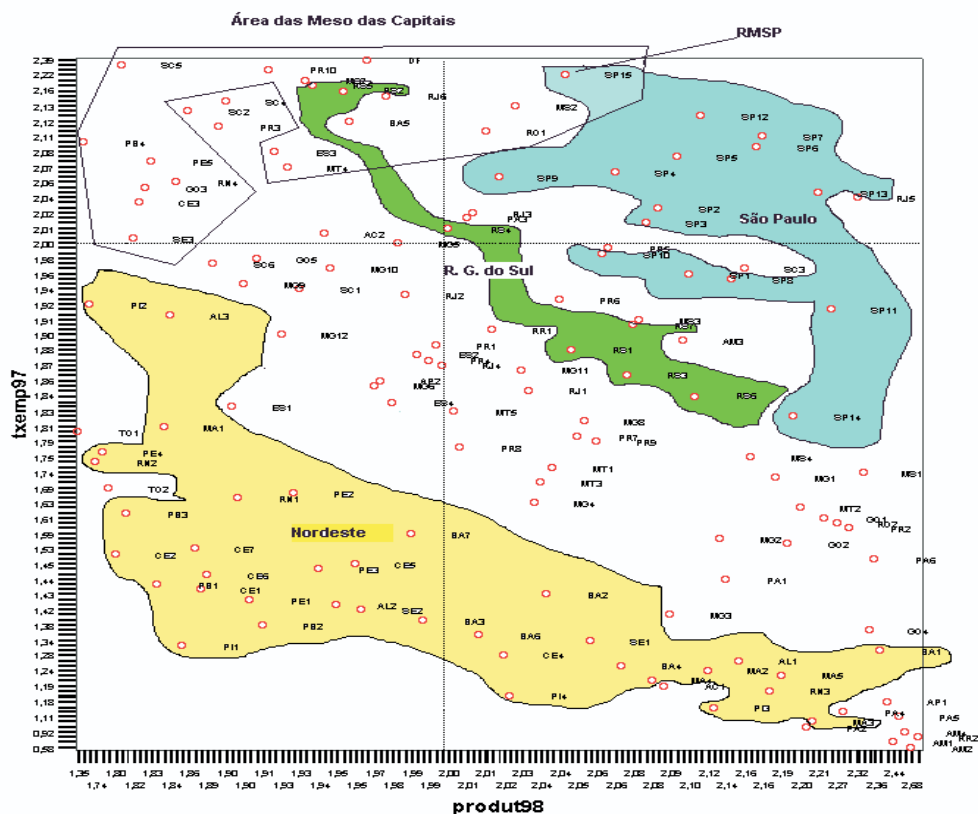


Figura 1 – Brasil: decomposição PIB per capita por mesorregiões

Fonte: PIB (IPEA e IBGE); Emprego (RAIS-TEM); POP (IBGE).

Nota: Dados logaritimizados. Não há escala no gráfico (ou seja, os dados das 136 mesorregiões estão apenas seqüenciados no gráfico).

PIB/POP →

PIB/ EMP/ EMP/POP →

Produtividade/Taxa Emprego

Mas eu queria chamar a atenção de um outro aspecto, pelo qual vou levar a linha de conclusão da minha fala, já que meu tempo acabou-se, que é aquela área hachurada transparente. O que está compreendido naquela área? Naquela área estão todas as capitais do Brasil, todas as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas que conformam as capitais brasileiras. O que as caracteriza e as diferencia do resto do território? Taxas de emprego elevadas; emprego público, que determina em grande medida níveis de renda elevados relativamente ao restante do território.

É quase um retrato de que o Estado no Brasil, em parte, mas também a sociedade privada, não se espalhou pelo território, mas se concentra em alguns poucos pontos no mapa, e isso (inspirando-me aí na fala do professor Dawbor pela manhã, no final da sua fala) tem uma correlação imediata com a possibilidade de instigar dinâmicas e gerar *insights* para a economia embaixo das grandes rotas do capital transnacional.

Aqui está o mapa da renda (Figura 2). Aqui estão, em relação à média brasileira, os níveis de renda do Censo Demográfico 2000, renda domiciliar dos habitantes, territorialmente apropriada em microrregiões.

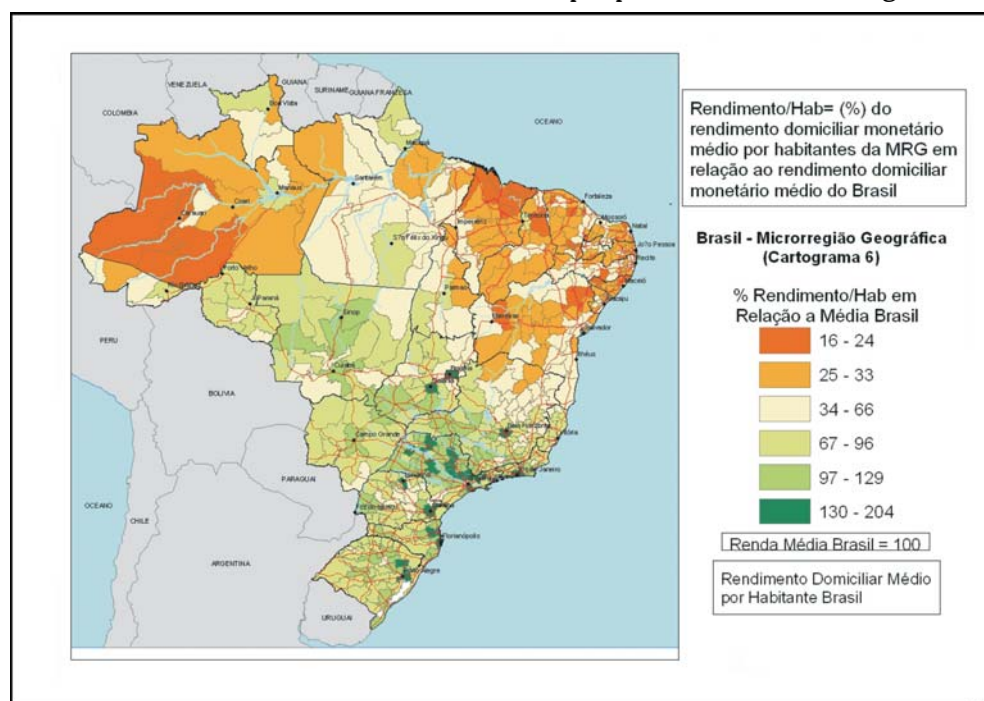


Figura 2 – Microrregiões geográficas: % rendimento/hab em relação à média Brasil

Fonte: IBGE. Censo demográfico (2000).

A média de renda nacional é muito informada pelas grandes regiões metropolitanas: São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Rio, Fortaleza. Vejam que as áreas em marrom-escuro estão numa renda de menos de um quarto da média de renda nacional; e as áreas em verde-escuro estão bem acima dos níveis de renda médios brasileiros, e são as áreas mais

críticas. Queria lembrar a vocês que, embora não seja visível na escala microrregional nesse mapa, entre verde-claro e verde-escuro estão várias das capitais litorâneas nordestinas e algumas regiões do Norte brasileiro.

A próxima Figura é um mapa básico atual da política regional (Figura 3), que cria uma tipologia para a política e diferencia as microrregiões de alta renda como sendo uma espécie de critério de entrada para o debate do que fazer sobre política regional.

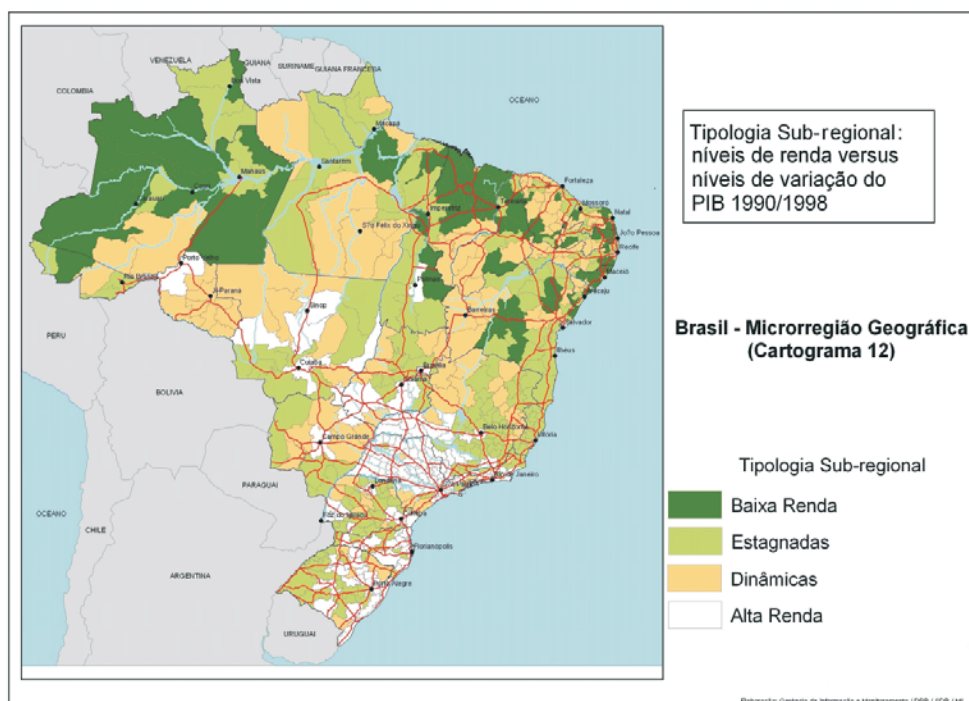


Figura 3 – Tipologia sub-regional: níveis de renda versus níveis de variação do PIB

Fonte: IBGE. Censo demográfico (2000)

Na verdade, se o nosso objetivo é reduzir desigualdades regionais e operar dinâmicas no território, a intenção é de alguma maneira ir para aqueles outros três mundos, de baixa renda, de áreas estagnadas ou de áreas dinâmicas de menor renda, que não se incluem na alta renda.

Vejam que esse mundo diferencia pesadamente o Brasil de uma maneira macrorregional, que distingue uma linha que vai de Rio Branco, Por-

to Velho, Brasília e Vitória. Para cima existe um Brasil, para baixo existe outro Brasil, guardadas as proporções e as especificidades.

E, finalmente, um novo mapa regional (Figura 4). Vocês estão sendo os primeiros a ver esse mapa, que incorpora uma série de inovações metodológicas. Ele agora apresenta uma média móvel trienal na ponta inferior e na ponta superior da série, ele agora é decenal, efetivamente; usa os novos PIBs publicados pelo IBGE, e na verdade também incorpora um critério de paridade do poder de compra, onde, na medida do possível, espelha, com maior precisão ainda do que o mapa que temos hoje oficialmente como guia, o que de fato vem se processando na dinâmica territorial no espaço. A renda é o mesmo dado do Censo Demográfico de 2000, mas a variação de PIB agora é atualizada e traz novas informações.

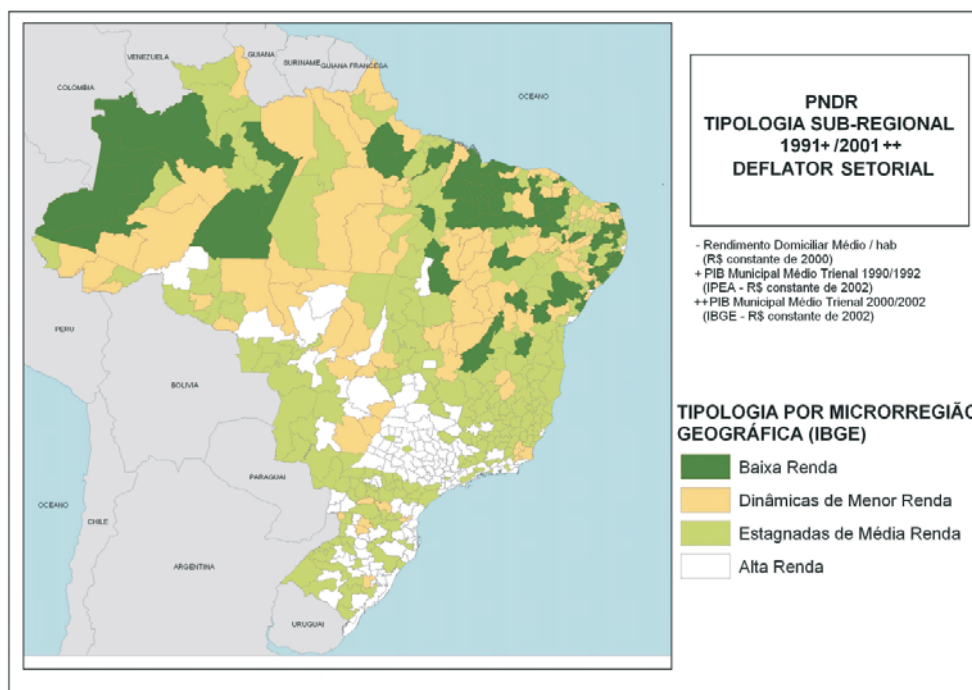


Figura 4 – Política Nacional de Desenvolvimento Regional: tipologia sub-regional

Fonte: IBGE. PIB municipal (2002). IPEA. PIB municipal (1990-1998). VERGOLINO; GOMES; MONTEIRO NETO. Série PIBs estaduais em valores correntes IBGE. Corrigidos pelo deflator setorial (contas regionais IBGE).

Se compararmos com o mapa anterior (Figura 3), vemos que há pequenas variações. Cerca de 90 microrregiões mudam ligeiramente sua posição, saem da condição de dinâmicas, passam a estagnadas; saem da condição de baixa renda e vão a dinâmicas e assim por diante. O que é interessante nesse mapa? Esse é o mapa que traz um dado novo da equação da política de desenvolvimento regional. É com mapas como esse que se pode atuar de uma maneira diferenciada com políticas de desenvolvimento regional. De que maneira? Com o governo regulando, desde o olhar geral sobre o território nacional, desde uma visão completa da nossa nacionalidade, quais são de fato as prioridades que essa missão de redução de desigualdades regionais e de explorar diversidades territoriais nos coloca, olhando o mapa. Esse mapa diferencia políticas de desenvolvimento regional do passado, quando elas existiram pesadamente nos anos 1960, sobretudo, mas nos anos 1970 também, das políticas regionais que podemos fazer hoje com outro grau de afinidade.

Eu tinha algumas coisinhas mais a dizer sobre o Nordeste, mas, para não ir muito longe e não atropelar a fala do meu colega professor Campolina, vou concluir aqui dizendo o seguinte: há dois elementos aos quais eu gostaria que se prestasse muita atenção. De um lado, o fato de que o que diferencia pesadamente aquele Brasil do Centro-Sul (que eu mencionei o corte) do Brasil do Norte e Nordeste é, sobretudo, o interior dessas regiões. Não são as grandes regiões metropolitanas, não são os aglomerados urbanos principais, onde de fato a qualidade de vida decai nas áreas mais pobres do Brasil; é nos rincões do interior. É a diferença entre o interior de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; é a provisão de instituições, de serviços públicos, de acessibilidade a uma série de facilidades, muitas delas públicas, que de fato contrasta o interior do Brasil do Norte e Nordeste com o Brasil do Centro-Sul. É aí que está a grande diferença.

Eu sempre tenho brincado com isso: morar em Boa Viagem, guardadas as proporções, não é muito diferente, hoje, pela natureza do desenvolvimento que se produziu no Brasil nas últimas décadas, do que morar em São Paulo. Eu diria até que corre o risco de você morar melhor em Recife do que morar em São Paulo. Para uma pessoa de classe média, é mais barato morar em Boa Viagem do que morar em Brasília, por exemplo. O custo de habitação é menor. Então, guardadas as proporções, não é aí que

está a diferença. É naquela cidadezinha maranhense que o professor Ladislau Dowbor falou pela manhã que está a grande diferença do Brasil.

E eu queria chamar a atenção para outro aspecto: esse não é um desafio grande. É um desafio perfeitamente equacionável dentro das ferramentas de desenvolvimento de que o Brasil já dispõe hoje. Precisamos ter capacidade de reorientar o foco de um conjunto grande de políticas; mas, sem me alongar muito, eu poderia dizer de antemão que esse desafio não é tão grande quanto parece, é bem menor do que parece, e no curso de um governo que sai de uma geração (para não ser radical na minha fala) é possível encontrar solução. Muito obrigado.

Pedro Jorge Ramos Viana

Normalmente, o presidente da mesa aproveita esse intervalo para falar alguma coisa, mas vou abster-me de fazê-lo porque fui instado a terminar a sessão exatamente às 15 horas, devido à programação extensão que ainda teremos. Portanto, passo a palavra agora ao professor Clélio Campolina.

Clélio Campolina

Muito obrigado a todos, gostaria inicialmente de agradecer ao convite do BNB para participar desse debate. Eu organizei uma fala muito voltada para o Nordeste, ela vai estar dividida, em um tempo curto, em duas reflexões: uma sobre a evolução recente do Nordeste e outra sobre as minhas reflexões de como pensar o Nordeste à luz das transformações mundiais contemporâneas.

Acho que, como o tema do seminário é “O Nordeste de Celso Furtado”, nós deveríamos partir do resgate do debate do desenvolvimento econômico nordestino no período em que foi formulado o GTDN e a criação da Sudene. Naquele período, o diagnóstico central estava fundamentado na relação de dependência do Nordeste em relação à região Centro-Sul do Brasil, na tese da transferência inter-regional de renda via comércio triangular exterior e inter-regional, e da incapacidade de industrialização

da região nordestina, vis-à-vis o desenvolvimento desigual entre as macrorregiões brasileiras. Este diagnóstico estava muito influenciado pelo próprio diagnóstico da Cepal sobre o subdesenvolvimento latino-americano, do qual Celso Furtado havia sido um dos formuladores básicos.

A receita do GTDN, como todos conhecem, era, em quatro grandes blocos: a industrialização do Nordeste, a transformação estrutural da agricultura do semi-árido, a transformação estrutural da agricultura da faixa úmida e um projeto de colonização dirigido para o Maranhão. Este era um período de uma economia nacional relativamente fechada, e nos marcos dessas quatro grandes orientações estava a idéia de transformações estruturais profundas que levassem à distribuição de renda e à incorporação social. Este é um marco, digamos, teórico, conceitual e político. Era um projeto reformista, para o período; não era um projeto revolucionário, da tomada do poder pela força, da coletivização dos meios de produção, e nem também era um projeto que estava atrelado ao *status quo* do desenvolvimento capitalista selvagem que se fazia naquele momento.

Eu acho que isso é muito oportuno porque nos temos que retomar, do ponto de vista teórico e ideológico, os fundamentos do planejamento. Eu me lembro aqui da idéia de Mannheim, que na época era considerado um reformista, com a idéia de planejamento, democracia e justiça social. De certa forma, acho que nós temos que buscar novos caminhos de organização social em que fôssemos capazes de combinar a organização da ação pública, através do planejamento, com a democracia e com a busca da justiça social. Então, eu acho que esses eram os marcos do Celso Furtado, e eu vou voltar a isso no final da minha fala.

O que aconteceu com o Nordeste nestes 45 ou 50 anos? O Nordeste cresceu do ponto de vista econômico. Eu trouxe alguns dados aqui, mas não vou me deter nisso. Quero apenas dizer que, apesar de todas as dificuldades, o Nordeste, do ponto de vista dos indicadores econômicos, cresceu relativamente mais que a média nacional; melhoraram um pouco seus indicadores de participação no PIB nacional, no PIB *per capita*, na produção industrial, embora tenha ocorrido ao longo deste período uma transformação espacial significativa da economia nordestina, e que nós poderíamos situar em apenas três indicadores: o Estado de Pernambuco, que era a economia mais pujante à época, perde participação relativa

em todos os indicadores, ganham peso relativo a Bahia e o Ceará, e mais recentemente o Maranhão, que se atrela a uma outra dinâmica.

Eu queria dizer que o crescimento econômico do Nordeste, nas últimas décadas, embora tenha se baseado nas mudanças de infra-estrutura econômica, na melhoria do conhecimento sobre a região nordestina, se fez nos marcos da dinâmica do projeto de acumulação nacional, do projeto de industrialização nacional, e não nos marcos da transformação estrutural proposta pelo diagnóstico do GTDN e pelas políticas originárias da Sudene.

A transformação da agricultura do semi-árido foi muito lenta, e o que houve foi nos marcos da consolidação do que já havia; a transformação do semi-árido também foi tópica, através de alguns nichos de modernização, principalmente as áreas irrigadas, e há hoje a fronteira de cerrados que está sendo incorporada, dentro de uma dinâmica da agricultura da região do cerrado brasileiro e não nos marcos daquilo que se pensava para o Nordeste. E o desenvolvimento recente do Maranhão se dá, não através de um projeto de colonização dirigido como se esperava, mas por meio do atrelamento do Maranhão, seja à dinâmica da fronteira de agricultura do cerrado, seja com a incorporação da dinâmica mineral (ferrovia, mineração, porto), que está acontecendo nos últimos anos. Isso, então, provocou esse desenvolvimento diferenciado do Nordeste, que é extremamente importante para caracterizarmos, no final, como repensar o Nordeste, se o Nordeste existe enquanto unidade territorial ou se não deve ser pensado dessa forma.

Um elemento central, que eu acho fundamental para nós pensarmos as transformações do Nordeste à luz das transformações mundiais, é que a economia mundial, cada vez mais, amplia os seus níveis de indicadores de integração econômica internacional, e o Nordeste reduz o seu peso relativo. O Nordeste, que no início dos anos 1960 tinha mais de 20% das exportações nacionais, por volta de 1970 tinha aproximadamente 15% e atualmente, pelos últimos dados de 2003, responde por 8,6% das exportações nacionais, embora já tenha recuperado um pouco. Dois ou três anos atrás, a participação do Nordeste ainda era menor. E isso também se faz com mudanças estruturais internas: uma perda significativa de Pernambuco, o crescimento da Bahia, através de projetos que estão muito

mais integrados à dinâmica industrial do Centro-Sul, e mais recentemente do Maranhão, através do complexo mineral-ferroviário.

É importante esclarecer o seguinte: naquele momento, a atividade mais dinâmica do Nordeste, a sua atividade urbano-industrial, estava muito concentrada no litoral, em umas poucas cidades. Não resta nenhuma dúvida que houve uma relativa diversificação territorial. Tenho aqui, também, alguns dados sobre isso: em 1970, o Nordeste possuía 29 microrregiões que tinham mais de 1.000 pessoas ocupadas na atividade industrial, incluindo a indústria açucareira. Em 2003, havia 73 regiões. Então, se nós projetarmos um mapa da distribuição da indústria na região nordestina, houve alguma diversificação, mas ela continua sendo predominantemente costeira, ou seja, o vazio da região do semi-árido e o vazio da fronteira oeste, que é a região de cerrados, continuam, relativamente, a existir. Eu tinha até preparado alguns mapas sobre isso, que não vou usar porque meu tempo é relativamente curto. Então, está havendo uma relativa diversificação, mas isso é fundamental no que eu vou falar no final, que é a idéia de como pensar o Nordeste integrado.

O crescimento econômico do Nordeste foi, de certa forma, o resultado, e trouxe algumas condicionantes e algumas perspectivas, que são as seguintes: desempenho da produção e do emprego superior à média nacional, como eu já disse; os fatores de infra-estrutura, incentivos fiscais e mão-de-obra barata foram elementos centrais na expansão industrial mais recente; o Nordeste manteve a especialização em segmentos industriais leves, à exceção da Bahia, mais recentemente; e houve uma relativa impossibilidade de um projeto de industrialização autônomo, como de certa forma indicava o projeto, na época da criação da Sudene. Naquele projeto, as diretrizes eram tentar constituir um núcleo autônomo de industrialização nordestina, isso não foi possível, não seria possível dentro de uma economia nacional, e nem é possível nos marcos de uma economia contemporânea, com uma crescente integração nacional e internacional. Então, aquela idéia de um projeto de industrialização autônoma, de certa forma, fracassa.

Agora, há novas fronteiras agrícolas, sejam as fronteiras de agricultura dos cerrados, sejam da agricultura irrigada; e há um desempenho significativo da atividade urbana e do turismo, que naquele momento

ainda não eram vistos como alternativas importantes para a economia nordestina, e hoje, eu creio, não há nenhuma dúvida disso. Seja por mudanças estruturais da economia mundial e da própria economia brasileira, cada vez mais ganham importância relativa os setores urbanos não-industriais, aquilo que nós genericamente chamamos de serviços. E no caso do Nordeste tem uma particularidade, que é um conjunto de serviços, seja exportáveis ou vendidos para não-residentes, que é a atividade de turismo, que é algo extremamente importante.

A abertura da economia muda o padrão de acumulação da economia brasileira, há uma relativa perda de um projeto de industrialização nacional, há um fortalecimento da presença do capital internacional e, portanto, essa quebra de um projeto de industrialização. E à luz de tudo isso, os subespaços nacionais se diferenciam ao invés de se aproximarem. Como foi dito aqui pelo Galvão, as distâncias de renda e de padrão de vida entre os mesoespaços ou os microespaços nacionais talvez tenham se ampliado ao invés de se reduzir, como de fato está acontecendo em escala nacional.

À luz disso, então, qual é a minha reflexão sobre os desafios e os caminhos para o desenvolvimento nordestino à luz das transformações da economia mundial? Em primeiro lugar – eu não vou me deter nisso, porque o Galvão já abordou, de certa forma –, a questão da globalização. Essa é uma palavra já gasta, hoje; eu acho que ela supera a idéia da dominação do Estado Nacional, embora os Estados Nacionais continuem centrais, mas passa por uma nova esfera da dominação de um circuito do capital internacional e, fundamentalmente, guiado pelo capital financeiro. Essa integração à escala internacional tem a sua dinâmica diferenciada.

A inovação amplia a sua importância relativa à luz de uma sociedade do conhecimento, cujas transformações são mais do que nunca guiadas pela inovação, pelo progresso técnico e científico, e a sua relação com o sistema produtivo. Então, é um processo profundamente dialético de integração e exclusão da economia mundial, fragmentando a economia mundial e, de certa forma, isso rebate nos territórios nacionais. Integração com exclusão, integração com fragmentação.

Então, como pensar o Nordeste? Se nós resgatarmos as formulações iniciais do Celso Furtado, elas tinham duas grandes dimensões. Uma é mudança dos padrões de crescimento com inserção inter-regional e internacional. Celso Furtado, quando pensava em mudar a estrutura produtiva do Nordeste, pensava em mudar as relações inter-regionais no seu comércio com o resto do Brasil, e mudar a sua posição na relação internacional. E a segunda dimensão é uma mudança estrutural que fosse capaz de caminhar no sentido da distribuição de renda e da inclusão social. Eu acho que estes dois parâmetros continuam perfeitamente válidos à luz da situação contemporânea.

Como nós pensarmos um Nordeste que, cada vez mais, tem que estar integrado na economia nacional e na economia internacional, e como pensarmos a possibilidade de mudanças estruturais que caminhem no sentido da integração social e da distribuição de renda? Eu acho que essas duas variáveis são fundamentais e elas resgatam o pensamento original da idéia de uma política para o desenvolvimento do Nordeste, que estava formulada nos anos 50. Como mudar a posição relativa da Região em relação ao resto da Nação e ao exterior, e como fazer transformações estruturais que tornem possível incorporar, do ponto de vista social, a parcela da população marginalizada?

Então, em primeiro lugar, o Nordeste não pode ser pensado como uma região isolada no Brasil; eu acho que isso é consenso, hoje. Não se pode pensar uma política para o Nordeste fora do contexto de uma política nacional de desenvolvimento, e uma política nacional de desenvolvimento regional também. Então, o Nordeste tem que ser visto como parte da economia nacional, de um projeto nacional, que tenha como dimensão, ou que deveria ter como dimensão, a busca de um novo projeto de Nação, que deveria ter na sua constituição as dimensões de uma integração nacional: a integração física, a integração econômica, a integração política e a integração social. Estas, me parece, seriam as quatro grandes dimensões de um projeto nacional de desenvolvimento que levasse à concepção das diferentes naturezas da integração.

Integração física, no sentido da infra-estrutura que pudesse facilitar o acesso, principalmente à luz da chamada globalização, em que os novos meios de comunicação e de transporte encurtam a distância, redu-

zem a relação espaço-tempo. Uma integração econômica no sentido da complementaridade entre os vários espaços nacionais. O Nordeste tem vários elementos de seu patrimônio natural e humano que são diferenciados na escala nacional e que lhe dão vantagens comparativas, seja nacional, seja internacionalmente. Do ponto de vista de uma integração social, seria um projeto com inclusão social, com distribuição de renda e inclusão, que é o velho desejo da população nordestina e de quem pensa de uma maneira mais solidária no Brasil. E, por fim, a integração política, que era tentar construir um novo pacto nas suas relações entre os entes federativos e que superasse as fases de guerra fiscal ou de disputas inadequadas em nível nacional.

Isso passaria por um projeto que levasse à coesão nacional; um projeto de coesão nacional que tivesse essas diferentes dimensões da integração do País. É um projeto desta natureza exige mais Estado e menos mercado. Estou falando uma coisa aqui que pode parecer fora de moda, pedir mais Estado, mas estou pedindo mais Estado. Óbvio que não estou pedindo Estado corrupto; estou pedindo um Estado sadio, que possa realmente ajudar a construir. Porque, se nós compararmos com a escala mundial, o nível das desigualdades que existem no Brasil não tem soluções satisfatórias de mercado. O mercado tem solução para qualquer problema. A pergunta não é se o mercado tem solução, é se nós queremos a solução do mercado. A solução do mercado para o pobre é ser analfabeto, miserável, favelado, debaixo da ponte. Se nós não queremos essa solução, então nós temos que ter Estado para contrariar algumas forças de mercado.

À luz disso, eu vou mencionar alguns elementos: o primeiro deles é a necessidade de uma nova regionalização do Nordeste em múltiplas escalas. O Galvão já apresentou aqui o mapa, a professora Tânia Bacelar escreveu um artigo chamado “Nordeste e Nordestes”¹³; o nível da diferenciação inter-regional ampliou-se de uma maneira tal que, a meu ver, não fazem sentido políticas uniformes para condições tão desiguais. Uma coisa é a faixa litorânea, uma coisa são as grandes metrópoles, a outra coisa é o semi-árido com seus nichos de modernidade, a outra coisa é a

¹³ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordestes. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, 3 trimestre, 1992.

fronteira de cerrado, os projetos de mineração ou coisas desse tipo. Então, eu acho que nós tínhamos que pensar numa política nacional em múltiplas escalas, onde para mim não faz sentido uma política uniforme para a região nordestina. Ela tinha que ser diferenciada ao nível dos subespaços regionais, e talvez muitas delas, inclusive, confundindo-se com outros subespaços nacionais.

Um segundo elemento é a busca da melhoria da própria integração intra-regional do Nordeste. Todos nós sabemos que as fronteiras dinâmicas da agricultura do cerrado tendem a se integrar para a região Centro-Sul ou para cima, simplesmente para o porto de São Luís. Como pensar alguma maneira de integrar as fronteiras dinâmicas com o Nordeste oriental e com o litoral, eu acho que parece ser um elemento que não pode ser desconhecido, e que é importante em termos da logística de transporte que nós vamos montar nessa região. A malha de transportes determina o sentido dos fluxos, e o sentido dos fluxos impacta na forma de relação e de integração econômica, de maneira que essa dimensão da malha viária, do sistema de infra-estrutura e da integração intra-regional é fundamental nesse sentido.

E nessa perspectiva, considerada a malha urbana do Nordeste, com predominância de grandes capitais no litoral e um relativo vazio urbano no seu interior, acho que deveria ser pensada também uma política de novas escalas urbanas, novas centralidades urbanas, que fossem capazes de integrar melhor a Região e o seu entorno em termos de cada um desses mesoespaços. Então, uma política urbana, no sentido do urbano enquanto organizador do espaço, eu acho que era fundamental para pensarmos um novo Nordeste mais integrado, no sentido das novas centralidades.

Segundo, eu acho que nós teríamos que pensar os novos instrumentos de incentivos regionais. Nós não podemos, definitivamente, ser contra os incentivos; temos que ter políticas compensatórias, mas esses incentivos têm que ser repensados. Já se falou muitas vezes na criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, está posto o projeto de recriação da Sudene, é óbvio que eu não sou contra a recriação da Sudene, mas sou contra a idéia de criar uma instituição sem saber adequadamente quais são os seus instrumentos e como ela se articula com a política nacional; ou seja, criar uma instituição pode ser um fiasco se você

não der instrumentos e não estabelecer as normas da institucionalização dessas relações. Então, esse me parece também um problema central.

Outro elemento é uma ênfase na política de inovação para a Região; ciência e tecnologia como base para a inovação. Não estou querendo criar uma ciência regionalizada. A Física, a Biologia, a Química são universais; mas eu quero adaptar os instrumentos do conhecimento científico para os desafios tecnológicos da inovação regional. Eu acho que esse é um desafio brasileiro, que é a ênfase na pesquisa adaptada às condições e às necessidades de cada região. Eu não tenho nenhuma dúvida, a história mundial demonstra que as regiões que inovam, desenvolvem; as que não inovam ficam para trás. Cada vez mais o mundo está integrado, a economia brasileira está integrada; o que tem progredido, do ponto de vista econômico do Nordeste, é aquilo que tem conseguido se inserir numa faixa de inovação mais permanente e mais atualizada. Então isso me parece um elemento importante.

E dois elementos finais: uma reflexão profunda de como aumentar as exportações nordestinas, seja em nível inter-regional do Brasil, seja em nível internacional. Os indicadores mostram que o Nordeste está perdendo posição relativa no comércio internacional, e não se pode pensar na idéia de uma região isolada. E, por fim, uma variável central que demonstra uma capacidade enorme de crescimento econômico, que é a questão dos serviços urbanos e do turismo. Esta é uma variável que não estava posta nas diretrizes do desenvolvimento nos anos 50. Naquele momento o turismo era muito pequeno na Região, e isso hoje demonstra uma capacidade de geração de emprego e renda que não pode ser desconhecida e que, portanto, é uma variável nova que tem que ser pensada enfaticamente, e que está muito atrelada à política urbana, à melhoria de serviços e qualificação profissional etc. Então, essas são as minhas reflexões de como pensar o Nordeste à luz das transformações da economia mundial. Muito obrigado a todos.

Pedro Jorge Ramos Viana

Nós temos cinco minutos que poderíamos usar para alguma pergunta. Mas, enquanto não surgem perguntas da platéia, eu mesmo vou

fazer uma pergunta para o Galvão. Eu estive trabalhando no Maranhão com arranjos produtivos, e fui a algumas reuniões em Brasília onde pelo menos dez órgãos trabalhavam com arranjos produtivos, e cada um queria ser o dono da criação e havia um descompasso entre esses órgãos, de forma que nada foi feito, pelo menos até agora. Eu pergunto: em termos de regionalização, a coisa é da mesma forma?

Antônio Carlos Galvão

Eu acho que esse é um grande desafio, até porque a unanimidade de usar o território como base de constituição de políticas que apoiem essas relações mais virtuosas de organização da produção é uma evidência. Só queria chamar a atenção para dois aspectos que, de alguma maneira, deveriam ser considerados neste caso: de um lado, a idéia de que o fundamental em arranjos produtivos ou qualquer outro tipo de relação de produção que esteja territorialmente identificada, o segredo dessa relação é exatamente, vamos dizer assim, a correlação que se estabelece entre um conjunto enorme de instituições ancoradas no território e as estruturas propriamente empresariais de suporte. Então, isso passa por um leque institucional muito amplo, e programas que são muito específicos ou setorialmente centrados tendem a perder essa característica central do que é o mais ambicionado nessas estruturas de arranjos produtivos locais.

Por isso, puxando brasa para a minha sardinha, eu acho que são programas regionais, em essência; jamais programas setoriais, ou de ciência e tecnologia, ou de apoio à indústria, ou de empreendedorismo, ou qualquer coisa que o seja. Aí eu acho que as APLs têm pecado um pouco por se 'autonomizar' em várias versões e impedir certa concentração nesse diálogo mais holístico com o território.

Aproveito a pergunta para fazer um registro, seguindo o Campolina, que mencionou duas coisas importantes que eu não falei. Uma é: logística é essencial no Nordeste; não dá mais para pensar o Nordeste com logísticas do século XIX, que é um pouco a velha Transnordestina (eu espero que a nova esteja mudando, é a minha expectativa), ou com

iniciativas que meramente operam na base muito pequenininha da relação social. Nós vivemos em uma sociedade que não dá para trabalhar em uma escala única, como o Campolina mencionou. É preciso operar nas várias escalas, e encontrar quais são as apostas significativas dessas grandes escalas me parece é essencial. Uma delas passa necessariamente por algo que eu não mencionei especificamente, mas está em toda a minha fala, que é inovação, inovação e inovação.

Pedro Jorge Ramos Viana

Dado o adiantado da hora, vamos terminar a reunião, mas tendo em vista que existem tanto jovens aqui, mestrandos, alunos de Economia, eu vou passar um pouco da minha experiência como professor.

Eu sempre conto uma história para os meus alunos que alguém chegou e perguntou para Machado de Assis: como você consegue escrever tão bem? Ele disse: li Vieira. Mas como você conseguiu esse estilo tão diferente? Reli Vieira. Mas como você conseguiu ser tão bom? Li novamente Vieira. O conselho que dou para os meus alunos de Economia: leiam, releiam Keynes. E para os alunos nordestinos, leiam e releiam Celso Furtado. Obrigado.

Painel III

50 ANOS DE BNB E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Composição da Mesa

Presidente

Antônio Rocha Magalhães
Principal oficial para o Brasil do Banco Mundial

Expositores

José Sydrião de Alencar Júnior
Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Stélio Gama Lira Júnior
Superintendente de Microfinanças e Projetos Especiais do BNB

João Francisco Freitas Peixoto
Superintendente de Controle Financeiro do BNB

Mestre-de-cerimônias

Senhoras e senhores, dando continuidade às atividades, iniciaremos o Painel 3, sobre a temática “50 anos de BNB e o desenvolvimento regional”. Para compor esta mesa, convidamos o principal oficial para o Brasil do Banco Mundial, Antônio Rocha Magalhães, que presidirá os trabalhos. Convidamos também os seguintes expositores: o superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, José Sydrião de Alencar Júnior, juntamente com os superintendentes do BNB de Microfinanças e Projetos Especiais, Stélio Gama Lira Júnior, e de Controle Financeiro, João Francisco Freitas Peixoto. Passo a palavra ao Sr. Antônio Rocha Magalhães.

Antônio Rocha Magalhães

Boa-tarde a todos e a todas. É uma honra, uma satisfação muito grande retornar a esta Casa, que é também a minha casa, e participar

desse debate de hoje sobre os 50 anos do Banco do Nordeste e o desenvolvimento regional. Nós vamos ter três expositores, e o nosso amigo Alencar, superintendente do Etene, vai começar a nossa apresentação de hoje. Em seguida, nós teremos o João Francisco Freitas Peixoto e em terceiro lugar o Stélio Gama Lyra Júnior. Passo a palavra para o Alencar.

José Sydrião de Alencar Júnior

Boa-tarde a todos e a todas. O objetivo da nossa intervenção é apresentar um trabalho referencial que foi feito no Banco do Nordeste, pelo Etene, juntamente com a Área de Políticas, e com a consultoria do professor Luciano Coutinho e do professor Abraham Sicsú.

Faz parte da tradição do BNB construir trabalhos referenciais, diretrizes para os próximos anos de intervenção do Banco. Isso ocorre em toda a trajetória do Banco, nos anos 1950, passando pelos anos 1960, pelos anos 1970, e o último dos trabalhos referenciais que nós tivemos foi em 1991, que foi um trabalho coordenado pelo professor Gustavo Maia Gomes, durante a gestão do nosso colega Lincoln Coutinho de Aguiar no Etene, e nesse trabalho foram colocadas as principais diretrizes para a aplicação do FNE. O FNE tinha sido aprovado pela Constituição de 1988 e tinha sido regulamentado em 1989. Esse trabalho foi feito entre os anos 1990 e 1991, e nos referenciou a formulação de políticas do Banco em relação ao FNE. Era um novo tipo de recurso, com uma natureza própria, eram recursos estáveis de que o Banco tanto carecia, e havia a necessidade de uma política, de um planejamento de aplicação desses recursos. Então, nós fizemos esse trabalho em 1991, em um contexto em que o País não estava ainda plenamente no processo de abertura comercial. O processo de abertura comercial ainda estava ensaiando os primeiros passos.

De lá para cá, esse trabalho, pela própria circunstância, perdeu muito a capacidade de nortear a formulação de nossas políticas. Quando a atual administração assumiu, em 2003, uma das primeiras questões que nós colocamos foi a retomada de trabalhos de longo prazo no Banco. Então, a idéia desse estudo é exatamente a retomada de pensar o Banco no longo prazo.

Esse novo trabalho, intitulado “Uma Política Produtiva para o Nordeste”, também se referenciou em outros trabalhos do Governo Federal. O

Galvão mencionou aqui na palestra anterior a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, esse foi um dos trabalhos em que nós nos referenciamos. Nós nos referenciamos também no Plano Plurianual e em vários outros documentos governamentais para nos balizar. Além disso, foi feita uma série de estudos e pesquisas empíricas sobre mudanças na Região. Por exemplo, uma das nossas publicações que teve o lançamento hoje, sobre a questão do comércio exterior, o grau de abertura da Região, foi outra importante referência utilizada. Nós vamos dar uma idéia desse trabalho, que já a partir deste ano foi relevante na formulação das nossas políticas.

Contextualizando, o trabalho surgiu da necessidade de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região nordestina, com uma base estratégica para orientar a formulação dos programas operacionais, as operações de investimentos do BNB, no sentido da geração de resultados econômicos e sociais sustentáveis; e trabalhar com a nova ótica, essas novas discussões dos últimos dez anos. Praticamente já se passou uma década e meia, a partir do último trabalho, e hoje várias concepções que havia naquele trabalho feito nos anos 1990 e 1991 perderam muito a razão de ser.

Nós temos outros cenários: a questão das variáveis demográficas, o refreamento ou inversão dos processos emigratórios inter-regionais, a expansão da migração intra-regional campo-cidade. As mudanças no padrão de migração da Região são indicadas em um trabalho muito importante, elaborado pelo professor Assuéro. Hoje, temos no Nordeste uma migração de retorno, e essa é uma realidade relativamente nova na Região; existe hoje não só um fluxo migratório do Nordeste para outras regiões, mas também outro fluxo apreciável, que era de pequena magnitude nos anos 1990 e 1991, de retorno.

E tivemos ainda o surgimento de novas áreas dinâmicas no meio rural. O professor Clélio Campolina, na exposição anterior, já adiantou essas mudanças na realidade regional. Nós temos a questão do cerrado, que nesses 14 ou 15 anos teve grandes mudanças; além do cerrado do oeste da Bahia, agora há novas zonas no sul do Maranhão e do Piauí. Tivemos também mudanças, por exemplo, no pólo Petrolina-Juazeiro, que hoje tem certa maturidade, e muitas outras novas aglomerações produtivas que não tinham tanta importância naquela época. Por exemplo, há aglomera-

ções produtivas, hoje, que surgiram não por questões interessantes ao Estado, mas por questões de ordem do mercado, como as indústrias de redes no Ceará e na Paraíba; a indústria da Sulanca, os pólos de ourivesaria em Juazeiro do Norte, de transportes em Tabuleiro do Norte. São aglomerações produtivas que não foram levadas tanto em conta no trabalho anterior, e este trabalho está contemplando essa nova dinâmica.

O gráfico a seguir (Gráfico 1) mostra que existe uma correlação forte entre as taxas de crescimento do Nordeste e as taxas de crescimento do Brasil. Essa questão da integração, que o professor Clélio Campolina colocou, é que nos levou, também, a propor essa política produtiva, esse documento, essas diretrizes nessa lógica de uma política nacional de desenvolvimento regional. Ou seja, pensarmos o Nordeste não do ponto de vista de uma região isolada, mas do ponto de vista de uma região integrada, uma região que tem uma abertura de mercado.

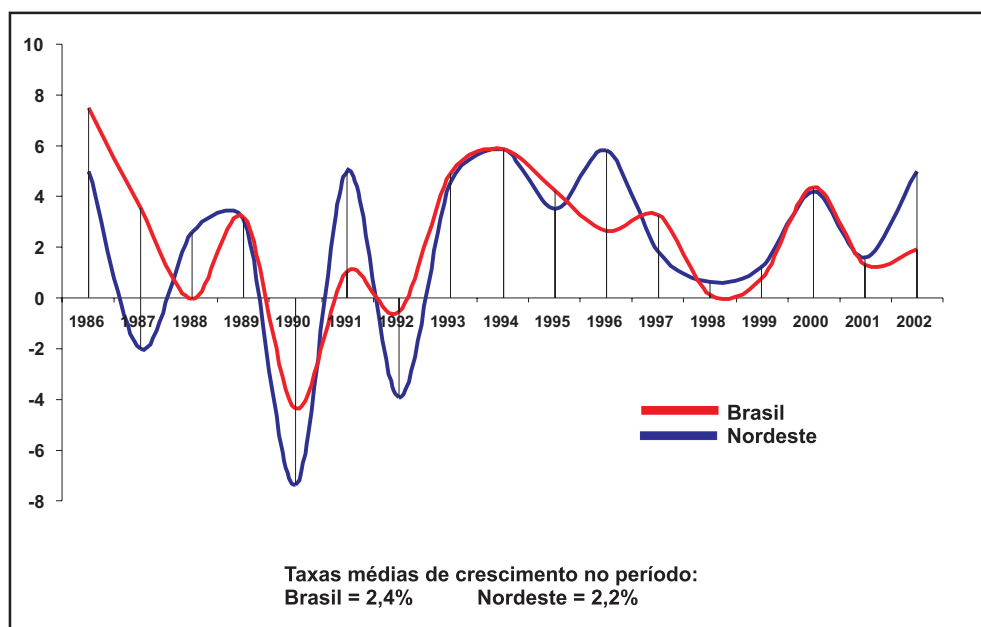


Gráfico 1 - Brasil e Região Nordeste: taxas médias de crescimento anual do PIB

Fonte: IBGE.

Nós temos aqui alguns indicadores do Nordeste que já foram muito discutidos, mas vale a pena lembrar (Tabela 1). Por exemplo, a participação do PIB do Nordeste no PIB nacional continua praticamente constante nos últimos anos, e isso é um dado importante para nós vermos algumas formas novas de intervenção do Banco.

Tabela 2 – Nordeste: o desafio da integração e a urgência de uma nova estratégia

Indicador	NE/BR
PIB	13,5%
IED	4%
Exportações	9%
Área do NE/Brasil	18,36%
População do NE/Brasil	28,12%
Renda <i>per capita</i>	48,9%

Fonte: IBGE.

O gráfico e os dados anteriores indicam o grau de aderência do crescimento regional ao crescimento brasileiro. Então, existe a tendência de não diminuir o diferencial entre o Nordeste e o Brasil, e essa é uma das razões para estruturação produtiva acelerada do Nordeste. Nós temos também a questão de localização e realocização espaciais, que implicam vantagens competitivas para setores mais sensíveis aos fatores locais; e é importante não descuidarmos da variável espacial no processo de discussão dos incentivos fiscais. Existe hoje um processo de discussão no Brasil, que adiantei na minha fala pela manhã, sobre a necessidade de se levar em conta, além de benefícios do ponto de vista do indivíduo, também a questão do ponto de vista espacial. Temos aqui no Nordeste um espaço, o semi-árido, onde há o maior número de pobres do Brasil, e precisamos, de alguma forma, manter e dar cidadania a essas pessoas. Então, a questão do Nordeste passa muito por essa questão do ponto de vista espacial, e é importante colocarmos essa discussão para não esquecermos a variável espacial.

Conforme o trabalho, temos elencados alguns fatores da baixa competitividade da economia regional. Uma é a questão do semi-árido, como já colocamos. Hoje pela manhã, foi lançado um trabalho que o Banco,

através do Etene, fez juntamente com a Funceme, onde são indicados processos gravíssimos de desertificação em algumas microrregiões do Nordeste, que já estão afetando a atividade econômica. Eu citaria algumas microrregiões situadas aqui no Ceará, como em Irauçuba e algumas microrregiões do Médio Jaguaribe; microrregiões na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Seridó... O processo de desertificação está afetando grandemente a atividade econômica dessas regiões. O nível educacional é uma questão óbvia, todos os mais baixos níveis do País estão aqui no Nordeste; há ainda a questão do mercado interno, relacionada com a concentração de renda; a baixa intensidade tecnológica, a heterogeneidade intra-regional e uma ausência, até então (isso foi um grande problema da última década), de uma política nacional de desenvolvimento regional, que é uma importante proposta colocada pelo atual governo.

Em síntese, o objetivo da Política Produtiva para o Nordeste, do BNB, é contribuir para o desenvolvimento sustentável do Nordeste, financiando as atividades produtivas e a infra-estrutura regional, com foco na integração econômica com o País e o mundo, na inclusão social de sua população e na redução de desigualdades. Como já falei, o objetivo é não pensar o Nordeste como uma região autônoma, separada do País, dentro deste contexto de abertura do mercado.

Em síntese, essa é a estrutura lógica que permeia o trabalho: o PPA de 2004 a 2007 é um dos principais documentos referenciais, para a definição do objetivo central e dos macroobjetivos, e a partir daí nós temos as estratégias, as diretrizes e os programas e projetos, exatamente ligando a Área de Políticas e a Área Operacional do Banco do Nordeste.

O próximo quadro (Figura 1) é um exemplo de diagrama síntese dos macroobjetivos crescimento sustentável e inclusão econômica com redução de desigualdades, e das estratégias que nós estamos trabalhando. Uma das estratégias importantes é a questão do desenvolvimento territorial. Essas estratégias já reorientaram, principalmente, a ação dos nossos agentes de desenvolvimento, cuja administração está a cargo da Área de Políticas do Banco. O papel dos nossos agentes de desenvolvimento passou por uma redefinição, e hoje eles trabalham do ponto de vista do território, de mapeamento de atividades. Houve uma grande mudança

dentro dessa lógica que nós estamos colocando. Há também a questão do capital de risco, o aumento da competitividade, a preservação do meio ambiente, responsabilidade social e inclusão social. Todas essas estratégias, hoje, estão permeando as políticas e programas do Banco.



Figura 1 – Política produtiva para o Nordeste: diagrama síntese

Fonte: IBGE.

No âmbito dessas estratégias, foram definidas algumas diretrizes: ampliar a capacidade instalada e o grau de abertura, maior agregação de valor, crédito produtivo orientado, apoiar empreendimentos estruturadores, maior efetividade à agricultura familiar, combate ao clientelismo, valorização cultural e desenvolvimento de pesquisa aplicada.

Todos esses aspectos têm uma questão importante: a retomada da função do Banco como um agente financeiro, um agente de financiamento; não confundindo seu trabalho com a atuação de outras entidades, do ponto de vista, por exemplo, de capacitação. Essa é uma questão muito clara a partir dessa administração: o nosso papel como banco e nossa abertura para trabalhar com outras entidades, com outras instituições.

Temos aqui os principais critérios de seleção dos setores e cadeias produtivas, que são as prioridades com que estamos trabalhando: obter maior geração de valor agregado e emprego, progresso tecnológico, ampliar a participação relativa das exportações nordestinas, apoiar a política de agricultura familiar do Governo Federal (esse é um dos maiores exemplos do nível de mudança aqui no Banco, o colega Stélio depois vai fazer uma intervenção falando sobre a nova forma de intervir nessa questão da agricultura familiar, que continua ainda muito importante no semi-árido), política industrial do Governo Federal, tornar o Nordeste menos exposto às fragilidades sanitárias de seus rebanhos e aquicultura. Esse é um dado importante que nós estamos trabalhando hoje. Algumas normas da Organização Mundial de Comércio prevêem problemas seríssimos se não resolvermos as questões de natureza sanitária (por exemplo, a febre aftosa), e isso certamente afetará não apenas as exportações de carne, que já estão proibidas, mas também as exportações de outros produtos de origem animal e vegetal. Essa questão de sanidade animal e vegetal é uma questão gravíssima do ponto de vista de competitividade do Nordeste nos próximos anos, e os programas e projetos do Banco não podem ficar à margem dessa questão porque isso vai afetar a competitividade, no futuro, dos projetos financiados pelo Banco.

Outro critério importante é minimizar o risco ambiental. Hoje, a questão ambiental do Nordeste não é meramente uma palavra de ordem, é uma questão que afeta também do ponto de vista econômico. Além do aspecto de desertificação, convém salientar algumas atividades, como é o caso da carcinicultura, em que o Nordeste hoje tem competitividade, mas onde a variável ambiental é fundamental. Então, em todas essas atividades, a variável ambiental é um dos dados que nós estamos levando em conta nas nossas análises de projetos.

Outros critérios são: apoiar empreendimentos estruturadores de encadeamentos produtivos, envolvendo pequenos produtores locais, e aproveitar as potencialidades do semi-árido. Eu considero que o grande desafio do BNB para o século XXI é a convivência do homem com o semi-árido. Como fazer que o semi-árido de maior população do mundo se torne viável? Como fazer para, de alguma forma, viabilizar a atividade econômica sustentável que não agrida o meio ambiente e possibilite a permanência das pessoas nesse semi-árido, para que não emigrem? Isso faz parte do nos-

so grande desafio, não só nos programas do Banco, mas também em trabalhos de parceria com outras instituições.

Com base nesses critérios, o trabalho selecionou 31 setores e cadeias produtivas prioritárias: fruticultura, floricultura, avicultura, complexo soja com cereais, café, cachaça, vinhos, setor sucroalcooleiro, biodiesel, ovino-caprinocultura, apicultura, aqüicultura, algodão, móveis, gesso, rochas ornamentais, cerâmica e revestimento, fertilizantes, petróleo e gás, pesca e equipamentos, couro-calçados, automobilística/autopeças, siderurgia, equipamentos de base tecnológica, têxtil e confecções, petroquímica e plásticos, fármacos, massas e biscoitos, saúde, turismo e software. Lembramos que nós já temos o mapeamento territorial, em termos microrregionais, de todas essas atividades, e a prioridade, em termos de território, de cada uma dessas atividades.

Eu quero encerrar aqui colocando a nova posição do Banco, que considero uma grande mudança, em termos dessa administração, que é pensar o Banco do Nordeste não do ponto de vista de dois, três ou quatro anos, mas pensar o Banco com o horizonte um pouco mais longo, de dez ou quinze anos de mudança do Nordeste. Digo isso porque considero que o trabalho de mudança do Nordeste não é trabalho de apenas um governo, mas o trabalho de mais de uma geração. É isso que eu queria colocar.

Antônio Rocha Magalhães

Obrigado Alencar. Acho que esse é um bom exemplo que ilustra o papel do Banco como criador de conhecimento e como um instrumento de planejamento para o desenvolvimento do Nordeste, papel que tem sido executado ao longo dos 50 anos do BNB, e eu fico feliz de vê-lo reavivado atualmente. Agora, passo a palavra ao João Francisco Peixoto, o Jofran.

João Francisco Freitas Peixoto

Boa-tarde a todos. Minha apresentação vai ser sobre o desempenho operacional do Banco ao longo desses 50 anos, e sua ligação com o desenvolvimento regional. Boa parte dos dados que serão apresentados aqui se encontram neste livro que foi editado pelo Banco, “Desenvolvi-

mento regional: 50 anos do BNB”, escrito pelo Pedro Jorge Ramos Viana e pelo Clonilo¹⁴, que fez uma atualização, e o Banco publicou este ano, em 2005. É interessante que todos tenham acesso a este livro, porque ele traz informações importantes não só sobre a história do Banco, mas sobre o desenvolvimento regional.

Vou mostrar aqui os números do Banco ao longo de 50 anos. Inicialmente, temos a evolução do patrimônio líquido (Gráfico 1). O BNB foi criado em 1952, passou a operar efetivamente em 1954, e o capital aportado inicialmente foi de 100 milhões de cruzeiros, equivalente, a preços de dezembro de 2004, a cerca de 30 milhões de reais. O patrimônio líquido do Banco teve um grande crescimento até a década de 70, quando superou, a preços de dezembro de 2004, a marca de 2 bilhões de reais, e cresceu muito também em 97, 98, voltando a quase 2 bilhões de reais. Atualmente, está em torno de 1,3 bilhão.

Eu diria que, hoje, se considerarmos as questões de índice de Basileia, o patrimônio líquido do Banco está ajustado. Mesmo por que, nós temos os recursos do FNE, cujas operações, principalmente as mais recentes, impactam apenas 50% de risco do BNB, então isso não afeta a condição do Banco com relação ao índice de Basileia. O índice de Basileia exigido pelo Banco Central é de 11%, nós estamos em torno de 17% a 18%; no início de 2003, estávamos em torno de 21 ou 22%. Isso significa que o Banco vem operando bem mais de 2003 para cá, por isso o nosso índice de Basileia tem se reduzido um pouco, mas ainda está bastante ‘folgado’, embora a gente entenda que é importante que em algum momento o Banco venha a ter um reforço de capital, até para diversificar mais as suas aplicações. Mesmo por que, o grande volume de operações que nós fazemos hoje é com recursos do FNE, e se esse volume de aplicações continuar no mesmo ritmo, daqui a 2 ou 3 anos nós talvez tenhamos até escassez de recursos do FNE. Então, eu acho que nesse momento talvez seja necessário aporte maior de capital para o Banco, por conta de operações que ele tenha que fazer com recursos de outras fontes que não o FNE. As operações do FNE não impactam tanto o Banco por conta do risco que é compartilhado.

¹⁴ OLIVEIRA, C. M. S. de; VIANNA, P. J. R. *Desenvolvimento regional: 50 anos do BNB*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005.

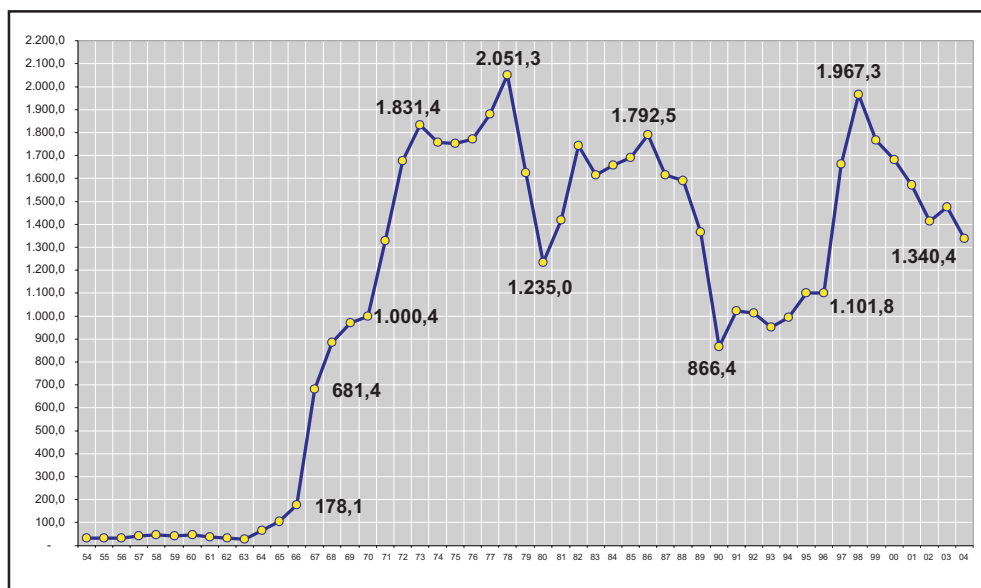


Gráfico 2 – BNB: evolução do PL: valores em R\$ milhões (a preços de dez./2004)

Fonte: Banco do Nordeste.

Vemos agora a evolução do lucro do Banco, considerando a série de 1989 para cá (Gráfico 2). Nesse gráfico, não consta o dado de 2001, porque ele ficaria fora da escala; 2001 foi o ano em que houve o programa de fortalecimento das instituições financeiras federais, aí incluído o BNB, e naquele ano o Banco apresentou um prejuízo, a preço de dezembro de 2004, da ordem de R\$ 3,2 bilhões, e houve um aporte, na época, de R\$ 2,6 bilhões, para fortalecer o Banco. Foi exatamente nesse momento que se definiu que o Banco passaria a ser desobrigado do risco daquelas operações antigas do FNE, as operações contratadas até novembro de 1998; e que, com relação às operações contratadas a partir de dezembro de 1998, o risco seria compartilhado com o Banco.

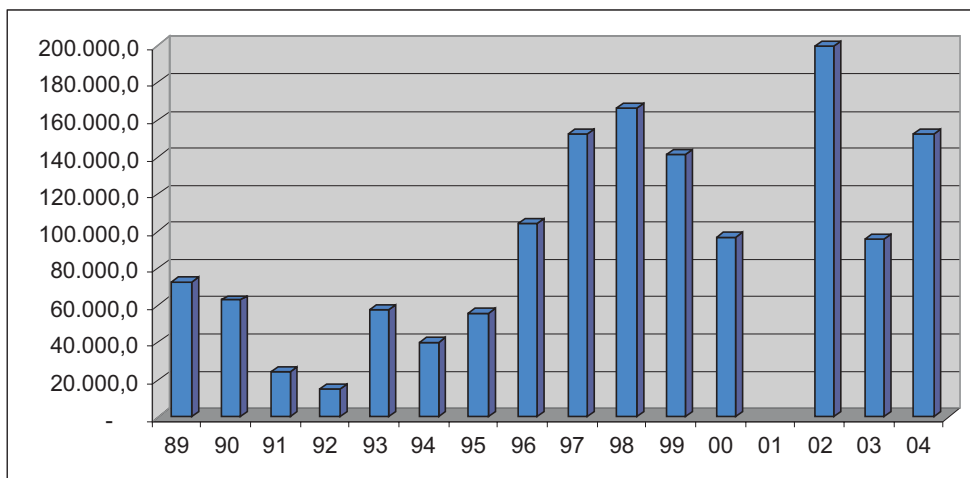


Gráfico 3 – BNB: evolução do lucro: valores em R\$ milhões (a preços de dez./2004)

Fonte: Banco do Nordeste.

Em 2002, o Banco teve um lucro, em termos nominais, de R\$ 163 milhões, que atualizados para dezembro de 2004 pelo IGP-DI chegariam perto de R\$ 200 milhões; embora nós tenhamos observado que o balanço de 2002 tinha alguns problemas, principalmente com relação ao fundo de pensão do Banco, a Capef. É que grande parte dos valores que talvez devessem ser aprovisionados em 2002 não o foram; se houvesse a provisão, então talvez esse lucro de 2002 tivesse sido bastante reduzido.

Em 2003, esse ajuste no fundo de pensão já foi feito, e o Banco teve um lucro em torno de R\$ 83 milhões, em termos nominais, que em termos reais fica próximo de R\$ 90 milhões. Em 2004, nós tivemos um lucro de R\$ 150 milhões. Nesses últimos dois anos, 2003 e 2004, foram feitos vários ajustes no balanço do Banco, então são resultados mais consistentes, embora ainda existam alguns ajustes a serem feitos, exatamente os impactos dos ajustes no fundo de pensão, a Capef, e que deverão impactar os resultados do Banco em 2005, 2006 e até 2008. A gente sabe que o objetivo maior do BNB não é obter lucro, é desenvolvimento, mas sempre é cobrada eficiência e o Banco tem que ter o seu lucro, até para crescer e poder fazer operações em maior monta.

O próximo gráfico (Gráfico 3) mostra a evolução dos recursos totais do Banco, desde 1954 até 1988. Na verdade, até 1964 ou 1965, o Banco tinha poucos recursos, o próprio PL do Banco era pequeno. A linha vermelha no gráfico mostra o que seriam os recursos especiais, os recursos oficiais de crédito, e a linha azul indica os repasses que o Banco fazia. Então, vê-se que a partir de 1980 os recursos de repasse é que representavam o maior volume, e os recursos oficiais não tinham um grande significado naquele período, até 1988. Os chamados recursos especiais (o Fundo das Secas, o 34/18, o Finor) eram muito pequenos em relação ao que efetivamente o Banco operava; e o grande volume de recursos que o Banco utilizava para operar eram recursos de repasses, embora estejam incluídos aí repasses do BNDES, do BID, vários recursos.

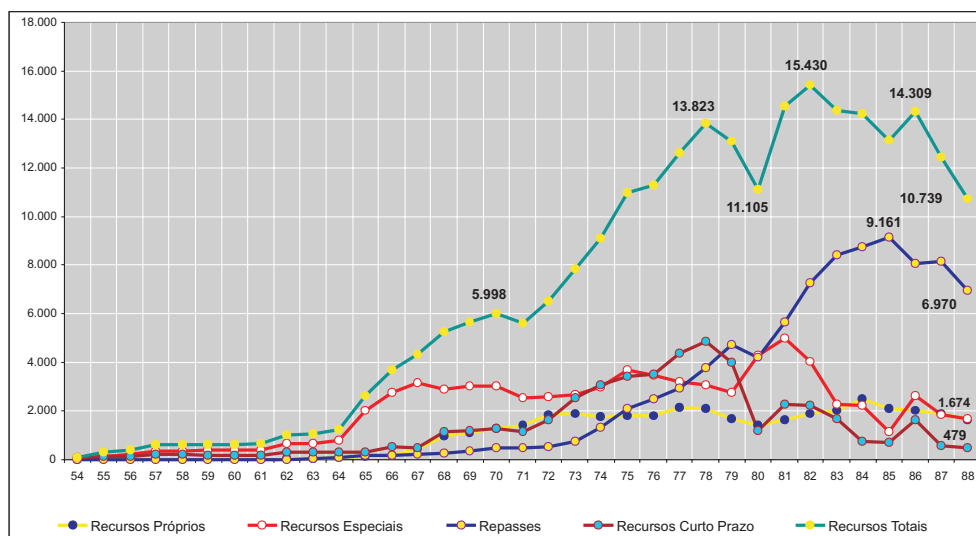


Gráfico 4 – BNB: evolução dos recursos totais: 1954-1988: valores em R\$ milhões (a preços de dez./2004)

Fonte: Banco do Nordeste.

No gráfico seguinte (Gráfico 4), temos uma série que pega de 1989, ano em que o FNE começou efetivamente a operar, até 2004. Essa linha laranja que se sobressai aqui é exatamente a quantidade de recursos do FNE, o patrimônio do FNE, que em dezembro de 2004 atingiu R\$ 18,5 bilhões.

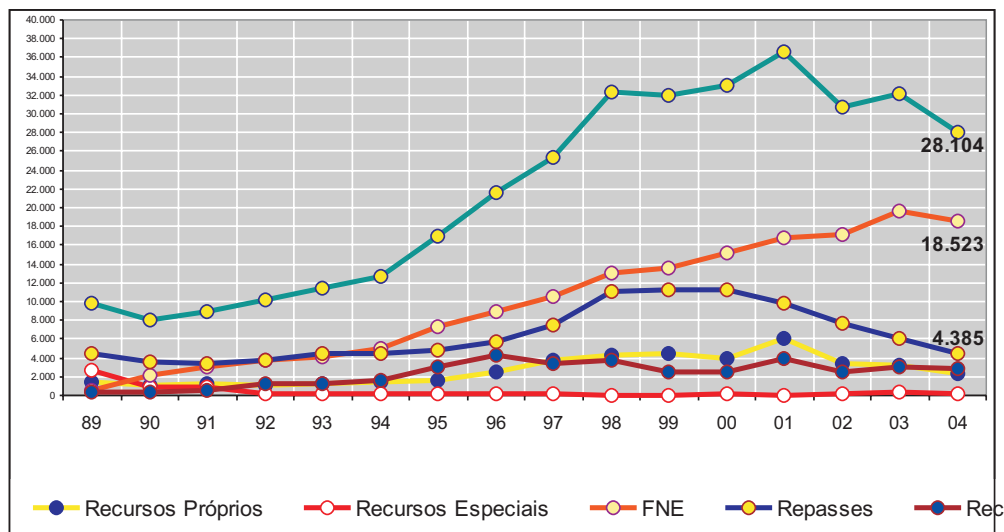


Gráfico 5 – BNB: evolução dos recursos totais: 1989-2004: valores em R\$ milhões (a preços de dez./2004)

Fonte: Banco do Nordeste.

Agora, já em 2005, foi baixada uma portaria do Ministério da Fazenda e do Ministério da Integração, para que as operações do FNE sofram provisões por perdas de crédito; até então, não havia uma regra específica para essas provisões. Em maio de 2005, o Banco fez o cálculo dessas provisões, que ficaram em torno de R\$ 5 bilhões. Então, se fossem tiradas as provisões, esse volume de recursos do FNE baixaria. Hoje, ele está em torno de R\$ 14,5 bilhões.

Hoje, o grande *funding* das operações do Banco é o FNE, mas nós temos uma expectativa de que em breve o Banco vai ter que lançar mão de outros recursos. Depois vou mostrar a evolução das aplicações do FNE, e vocês vão ver que em 2004 nós multiplicamos por 12 as aplicações que foram feitas em 2002. Então, se as aplicações do FNE continuarem nesse ritmo crescente, iremos precisar de outros recursos, e aí talvez os recursos de repasses passem a ter um novo papel no Banco. Vejam que nesse gráfico a linha azul, dos repasses, é sempre decrescente nos últimos anos, exatamente por conta do estoque de recursos do FNE. O Banco tem dado prioridade a fornecer para os clientes os recursos do FNE, que são mais baratos do que os recursos dos repasses, quer sejam do BNDES, quer se-

jam recursos externos, a não ser as operações do Prodetur. Os repasses do Banco, hoje, praticamente se restringem ao Prodetur.

Em seguida, temos a evolução das aplicações do Banco por linha de crédito, até 1988 (Gráfico 5). No gráfico, a linha superior representa as aplicações totais, a linha laranja seria o crédito à infra-estrutura, a linha verde é o crédito industrial, e o crédito rural é essa linha amarela, mais embaixo. Nesse período, as aplicações no crédito à infra-estrutura e no crédito industrial dão um montante maior. Não significa que o Banco não aplique muito em crédito rural, mas é que os empréstimos à indústria e à infra-estrutura, embora sejam poucas operações, levam muitos recursos, como é o caso das operações do Prodetur, classificadas aí como infra-estrutura. Também há algumas grandes operações que foram feitas com o FNE na área industrial e na área de infra-estrutura.

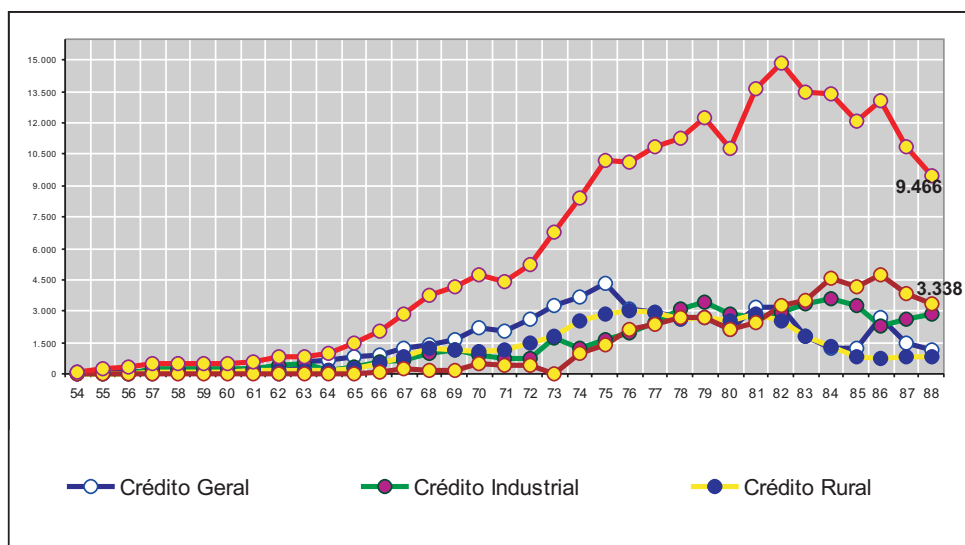


Gráfico 6 – BNB: evolução das aplicações: 1954-1988: valores em R\$ milhões (a preços de dez./2004)

Fonte: Banco do Nordeste.

O próximo gráfico (Gráfico 6) mostra que a partir de 1995 o crédito rural passa a ter uma representação bem maior. A partir de 1989, na verdade, começa o grande investimento em operações de crédito rural, exatamente com os recursos do FNE. O gráfico anterior mostrava as aplica-

ções até 1988, quando os financiamentos eram maiores em infra-estrutura. A terceira linha, a linha verde, é o crédito industrial, no qual ultimamente nós temos feito grandes operações.

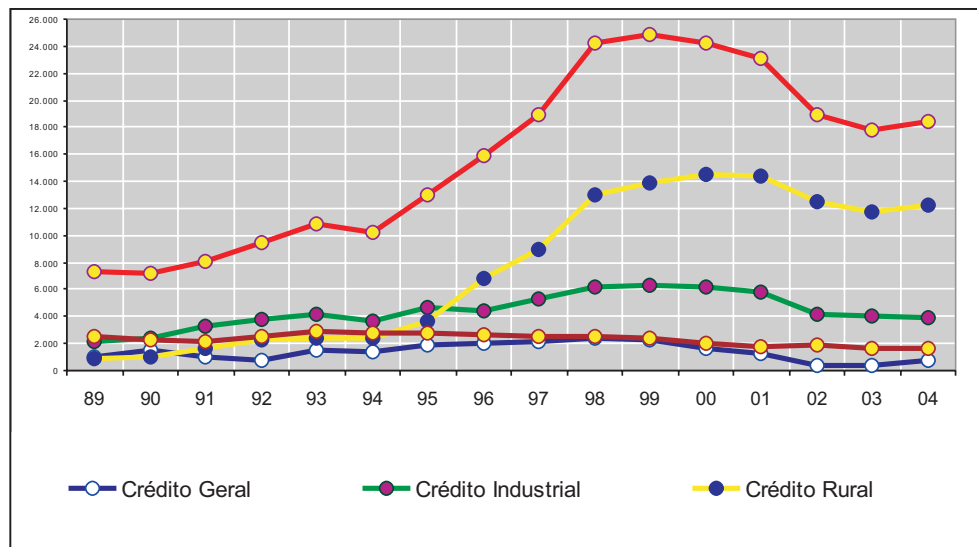


Gráfico 7 – BNB: evolução das aplicações: 1989-2004: valores em R\$ milhões (a preços de dez./2004)

Fonte: Banco do Nordeste.

O gráfico seguinte mostra a evolução, de 1990 para cá, das aplicações do FNE (Gráfico 7). A parte em azul são as operações feitas dentro do semi-árido, e a parte lilás são as operações feitas fora do semi-árido. Pela legislação, o Banco tem que direcionar no mínimo 50% dos recursos do FNE para o semi-árido, e em alguns anos, principalmente na década de 90, as operações no semi-árido eram bastante significativas, bem maiores que as operações fora do semi-árido. A gente percebe que de 1996 até 2002 foram se reduzindo as operações do FNE, chegando em 2002 a um limite mínimo, de apenas R\$ 252 milhões, em termos nominais (no gráfico está corrigido pelo IGP-DI de dezembro de 2004, chegando a R\$ 300 milhões). Em 2003, em termos nominais, as aplicações já evoluíram para mais de um bilhão (ou seja, em 2003 os recursos aplicados no FNE foram quadruplicados em relação a 2002); e em 2004 foram aplicados R\$ 3 bilhões, já triplicando o valor de 2003.

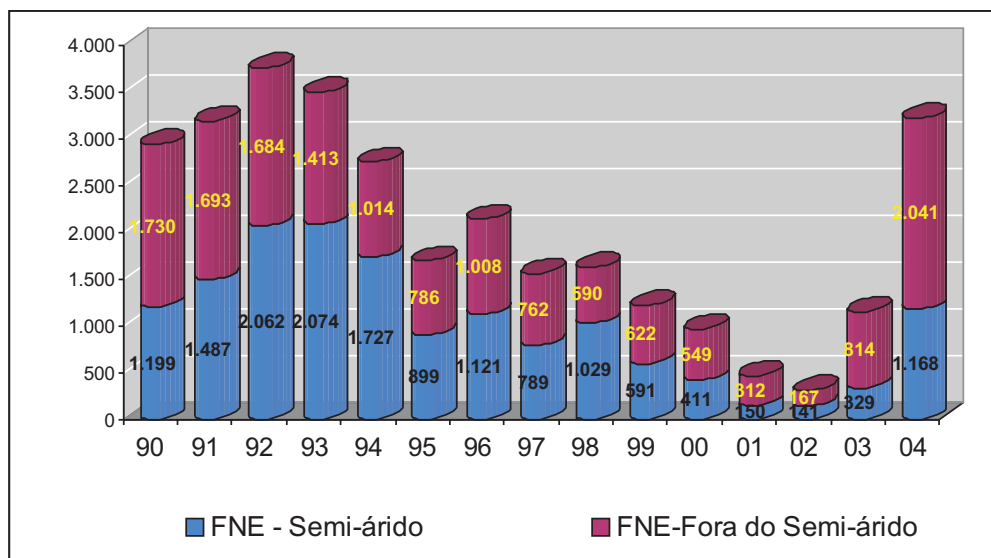


Gráfico 8 – FNE: evolução das aplicações: 1990-2004: valores em R\$ milhões (a preços de dez./2004)

Fonte: Banco do Nordeste.

Todos esses números demonstram a força que o Banco do Nordeste tem. Reclama-se que o BNDES, nos últimos anos, não tem colocado nenhum recurso no Nordeste, e alega-se que até bem pouco tempo teria alocado cerca de R\$ 3 bilhões nessa Região. No ano de 2004, só o Banco do Nordeste colocou estes recursos.

E é importante entender o seguinte: o Banco do Nordeste, na ação creditícia que faz com os recursos do FNE, na verdade atua como se fosse um banco de investimento; o banco de longo prazo que temos aqui atuando efetivamente no Nordeste é o Banco do Nordeste; nenhum outro banco faz operações como o Banco do Nordeste faz, financiando projetos com recursos de longo prazo, de 10, 12, 15 anos.

Em algumas ocasiões, a gente tem insistido que talvez o Banco também pudesse operar como um banco de investimentos, fazendo aplicações de capital de risco, investindo efetivamente com participação nas empresas. Mas, independentemente disso, quando o Banco direciona os recursos do FNE para investimentos de infra-estrutura, investimentos na indústria, no crédito rural, e com projetos de longo prazo, embora não

atue com participação societária em empresa, está fazendo um papel talvez até mais importante do que o capital de risco. Muitas vezes, para fazer operações de capital de risco, a instituição financeira faz exigências muito grandes aos empresários, e se nota uma resistência muito acentuada. Então, a ação creditícia do Banco é importante nesse sentido.

A outra questão que também é importante mencionar é que boa parte desses lucros do Banco, em 2003 e 2004, foi decorrente de uma ação de recuperação de crédito que o Banco vem empreendendo. O Banco tem feito muitas renegociações de dívidas, tem resolvido muitas questões que há anos estavam emperradas; e boa parte do resultado do Banco vem dessa ação de recuperação de crédito.

Então, o esforço para o Banco voltar efetivamente a operar é dentro da idéia de oxigenar o Banco, e contribuir efetivamente para que a Região se dinamize; que os empresários percebam que existem recursos, e que esses recursos não ficarão represados no Banco. Eu acho que ao longo desses 50 anos o Banco tem lutado para desenvolver sua ação de forma efetiva, e entendo que nessa retomada, agora, estamos no caminho correto. Agradeço a atenção de vocês e fico à disposição.

Antônio Rocha Magalhães

Agora, passamos a palavra ao Stélio.

Stélio Gama Lira Júnior

Boa-tarde a todos no auditório. Meu objetivo aqui é mostrar dois programas que o Banco tem para atender a população de baixa renda, tanto na área urbana quanto na área rural. São dois programas que utilizam uma metodologia de microcrédito, e isso é muito importante porque o Banco do Nordeste é um banco federal e é hoje o único banco federal que tem uma metodologia de microcrédito produtivo para a população do setor informal. Um pouquinho da agenda aqui é mostrar esses programas, mostrar o Crediamigo, quais os conceitos usados, e mostrar como

estamos evoluindo do microcrédito urbano para o microcrédito rural, principalmente nas operações do Pronaf B, porque nós entendemos que o Pronaf B é microcrédito, embora tenha uma série de vícios, uma série de conceitos, porque é crédito subsidiado; toda a sua concepção e operacionalização nós entendemos que deve ser diferente.

O Crediamigo é o nosso programa de microcrédito, que se iniciou em 1997, com visitas e estudos, e começou, efetivamente, em 1998. Até então, não se falava em microcrédito produtivo, falava-se simplesmente em microcrédito. Depois, quando surgiu o CDC para a população de baixa renda, aí se resolveu diferenciar. Então, o caso do microcrédito do Banco é um microcrédito produtivo, são empréstimos para pessoas que têm alguma atividade produtiva: é um jornaleiro, um borracheiro, um pipoqueiro...

E o segundo programa de microcrédito que o Banco utiliza é o microcrédito rural. A partir de uma parceria com a GTZ – Cooperação Técnica Alemã e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, estamos desenvolvendo toda uma metodologia de microcrédito, com os conceitos de microcrédito, para operacionalizar o Pronaf B.

Começando pelo Crediamigo, nós entendemos que ele é um programa importante, que fortalece a cidadania; essas pessoas passam a ter acesso ao crédito e passam a ser reconhecidas como cidadãs. Ele promove a inserção social e econômica: hoje, 86% das nossas operações no Crediamigo são em grupo solidário; então, nós criamos redes solidárias, já começamos a trabalhar com alguns conceitos de capital social. Ele oferta oportunidades, porque as pessoas aumentam sua capacidade produtiva no momento em que deixam de se financiar em agiotas e passam a se financiar em um programa de crédito oficial. E gera renda pela própria apropriação dos lucros.

Vamos mostrar um pouco das características do Crediamigo. Hoje, nós podemos dizer que o Banco do Nordeste, o Crediamigo, é um *downs-caler* público. Há dois movimentos no setor de microcrédito, hoje, no mundo todo: um são os bancos, que estão descendo para operar em microcrédito, porque essa é uma atividade que pode ser rentável; e o outro são as ONGs, que estão se transformando em bancos, como é o caso do

Banco Sol na Bolívia. Nós atuamos em primeiro piso, não repassamos recursos para ONGs, atuamos diretamente; toda a responsabilidade do crédito é do Crediamigo.

Ele é produtivo, só emprestamos recursos para quem tem alguma atividade produtiva, não emprestamos recursos para consumo. Ele é um programa que tem toda uma preocupação com a auto-sustentabilidade; embora o microcrédito tenha características de programa social, de política social, nós entendemos que ele é um negócio e tem que ser auto-sustentável. Não se exigem garantias reais – quando se trabalha com essa população de baixa renda não é possível trabalhar com garantias reais, e aí nós trabalhamos com garantia solidária. Na nossa metodologia, nós utilizamos o assessor de crédito; nós sabemos que essa população, aquele borracheiro, aquele pipoqueiro, não vem ao Banco pedir R\$ 200, R\$ 300. Então, é o assessor de crédito que tem uma presença local, que vai ao local do negócio, conversa com o cliente, faz toda a operação, e isso é muito importante; é o que diferencia o nosso programa de alguns outros programas que os próprios bancos federais têm.

Nós entendemos que para trabalhar com esse setor, o crédito tem que ser rápido, ágil, não pode demorar; e o risco é baseado no caráter e na solidariedade. Por isso é muito forte a presença do assessor de crédito na comunidade, porque ele é conhecido na comunidade, ele sabe quem paga e quem não paga. Principalmente para essas pessoas de baixa renda, a presença é importante, porque elas sabem que na hora em que termina um crédito, no dia seguinte já está sendo liberado um novo crédito, então elas têm uma preocupação muito grande com o retorno; e como o grupo é solidário, os demais membros do grupo também fazem uma pressão social para que cada um pague, porque assim todos terão o crédito.

Os prazos são curtos e sem carência – isso é fundamental, nós não podemos trabalhar nunca com a visão de carência. Essa é uma dificuldade que temos hoje no caso do Pronaf, em que uma operação chega a dar dois anos de carência, e o agricultor familiar só vai pensar em pagar aquela operação no final da carência. Então, no microcrédito urbano nós não trabalhamos com carência.

O Programa tem um custo operacional elevado? Tem, porque se trabalha com assessor de crédito, porque se faz operações de pequenos valores, e isso exige uma escala grande; essa operação só dá sustentabilidade, só é rentável se você tiver escala. E é uma ação econômica de forte impacto social.

Estes são os produtos que nós ofertamos: capital de giro solidário e individual, crédito para investimento fixo, conta-corrente, seguros prestamistas, assessoria empresarial. A pessoa só tira um empréstimo individual a partir da terceira operação; nos dois primeiros empréstimos o cliente tem que participar de um grupo, tem que entender como é essa dinâmica. O crédito para investimento fixo é para reforma na residência, reforma no negócio, compra de um equipamento, uma ferramenta de trabalho. O cliente tem uma conta-corrente, para os créditos de até R\$ 1.000 essa conta-corrente é simplificada, tem isenção de CPMF, não tem cobrança de tarifas, o cliente recebe um cartão magnético para movimentar a conta; hoje, nós já estamos com 97.000 contas simplificadas abertas e deveremos, até o final do ano, estar desembolsando todas essas operações na própria conta-corrente. O seguro prestamista é o seguro para o caso de falecimento. Aqui, nós estamos estudando incorporar novos serviços e evoluir do conceito de microcrédito para o conceito de microfinanças, ofertando outros seguros. Essa população também tem carência de determinados seguros, o que ela necessita é ter um produto adequado. Também queremos oferecer poupança, pois embora tirando crédito de R\$ 200, R\$ 300, eles conseguem poupar. E temos uma assessoria empresarial que é complementar ao crédito: na visita, o assessor conversa com esse empreendedor, pergunta como estão os negócios dele, vê se ele está fazendo os controles, então isso tudo faz parte de um processo de educação financeira.

Hoje, nós estamos evoluindo também para um projeto chamado Crediamigo Comunidade. São grupos solidários de 25 a 30 pessoas, onde todo o controle do grupo está na própria comunidade. Este modelo é baseado no modelo de *Village Bank*, que é muito forte no México, adotado pelo Compartamos, que é o maior programa de microcrédito da América Latina (o Crediamigo é o segundo).

Qual é a metodologia do Crediamigo? Operação de microcrédito é diferente de CDC; não é uma máquina que você aperta ali e o dinheiro sai; tem toda uma metodologia própria. É preciso, primeiro, ter conhecimento da área, fazer promoção e dar informações, depois conceder o crédito. Por isso é fundamental o assessor de crédito. Ele visita o bairro, conhece a área, vai às associações de bairro, às escolas, faz palestras, transmite informação, e nessas visitas há o interesse das pessoas do setor informal. Ele então recebe essas propostas, e apresenta a formação de um grupo solidário como a solução para as pessoas que precisam de dinheiro para capital de giro e não têm nenhum bem para dar em garantia. Ele pergunta: Você conhece pelo menos mais duas pessoas aqui no bairro que precisam de capital de giro? E aí vai se formando o grupo solidário. Na realidade, o assessor não forma o grupo solidário, quem forma os grupos solidários são os próprios empreendedores informais.

Uma quarta etapa dessa metodologia é o relacionamento com o cliente. Esse assessor de crédito tem que voltar lá e fazer uma visita de verificação. Ele não vai exigir nota fiscal, para saber se o cliente comprou a matéria-prima, a geladeira que precisava; ele quer saber se o cliente está com a matéria-prima, se a geladeira está lá, se ele está vendendo a produção. Uma última etapa que nós entendemos também como fundamental para a baixa inadimplência em um programa desses é a gestão operacional. Aí o assessor tem que conhecer todos os seus clientes, tem que saber quem atrasou, saber que quando um grupo atrasa um dia ele tem que estar cobrando no dia seguinte, porque se esse grupo passar mais de cinco dias ele já vai ter dificuldade. Então, é todo um processo de gestão muito forte.

O Gráfico 1 mostra alguns números do Crediamigo. Desde 1998, nós já realizamos 2.165 mil operações; sendo que, de 2003 a 2005, realizamos 50% do que foi realizado ao longo desses oito anos. Este mesmo raciocínio também vale para valores desembolsados. Ao longo desses anos nós desembolsamos R\$ 1.782 milhões, e em dois anos e meio nós desembolsamos algo como R\$ 1 bilhão.

Contratações - 30/06/2005

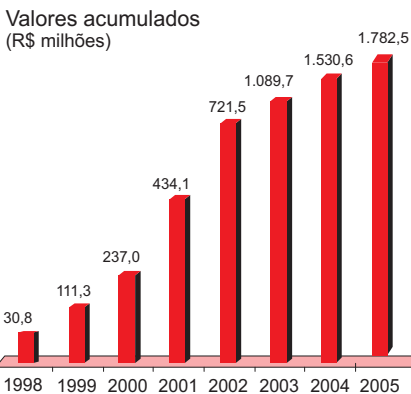
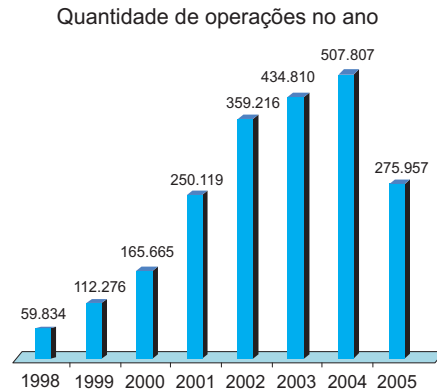


Gráfico 9 – Crediamigo: contratações (30/06/2005)

Fonte: Banco do Nordeste.

Em termos de carteira ativa (Gráfico 2), na posição de 30/06, nós temos 175.422 empreendedores com empréstimos (isso representa algo como 70% de todas as operações de microcrédito do Brasil), e em valores emprestados R\$ 112 milhões.

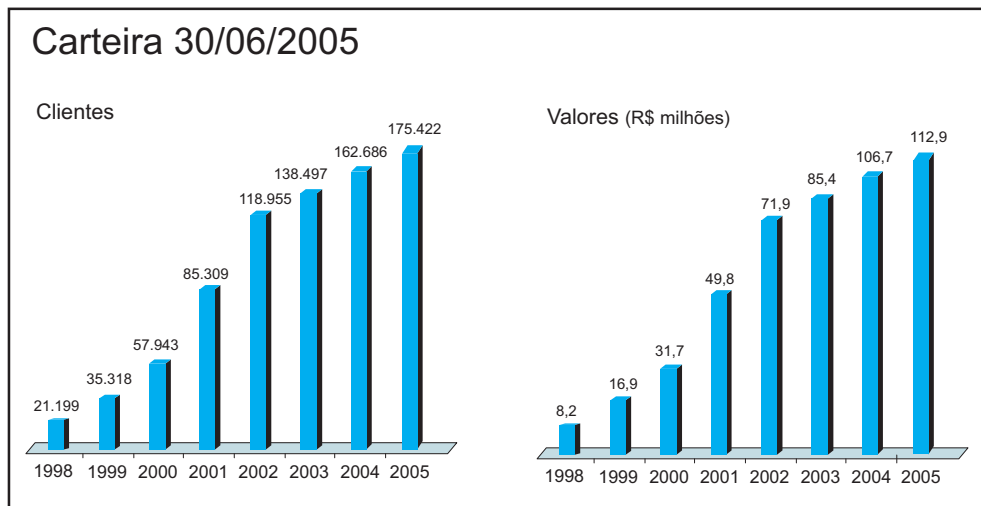


Gráfico 10 – Crediamigo: carteira (30/06/2005)

Fonte: Banco do Nordeste.

A partir dessa experiência de microcrédito, nós começamos a discutir com o Ministério do Desenvolvimento Agrário que as operações do Pronaf B tinham algumas dificuldades, e aí sugerimos mudar toda a forma de fazer o Pronaf B. Para quem não conhece, o Pronaf B é um programa do MDA voltado para os agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 2.000 (aí se vê que é uma renda muito baixa). O agricultor familiar tem que ter uma declaração de aptidão, dada por uma entidade de classe; ele pode ser agricultor, aqüicultor ou desenvolver atividades não-agrícolas no meio rural, e explorar até quatro módulos rurais. O valor máximo do financiamento é de R\$ 1.000, o prazo é de até 24 meses, podendo chegar até 23 meses de carência, e os juros são de 1% ao ano, com bônus de 25% se o cliente pagar em dia; ou seja, essa operação do Pronaf B tem juros negativos. Na realidade, é quase um programa social.

E quais são os problemas dentro desse modelo atual? Um é a produção em escala dos planos de negócios; há aqueles escritórios de projetos que fazem quase que uma mala direta, e em todos os projetos ou a pessoa está comprando 57 galinhas ou sete caprinos ou duas vacas... É um módulo único de plano de negócios, independentemente de suas características; tanto faz estar retirando dinheiro para comprar galinhas, para criar caprinos, para plantar. Então, falta orientação ao produtor; o

acompanhamento da operação é incipiente; o valor das propostas era sempre pelo máximo (R\$ 1.000), e aí era um erro que havia na origem do programa. O programa tinha sido montado para que cada agricultor tivesse direito a três empréstimos, sendo cada empréstimo de no máximo R\$ 1.000. Então, se o agricultor queria comprar galinha caipira e bastasse para ele um crédito de R\$ 600, mesmo assim ele pedia R\$ 1.000, para usar todo o limite de crédito a que tinha direito nas três operações. A partir de toda a discussão que tivemos, nós convencemos o MDA de que o certo seria dar o limite de R\$ 3.000 ao agricultor familiar, e ele poderia usar como quisesse: fazer cinco operações de R\$ 600, ou seis de R\$ 500, ou R\$ 400 na primeira e R\$ 600 em outra; inclusive diminuindo os prazos, pois o prazo máximo sempre era de dois anos, e a gente sabe que quando se trabalha com microcrédito o ciclo tem que estar de acordo com a atividade que está sendo produzida; assim, quem cria galinha caipira em seis meses já poderia estar pagando. Outro problema é que havia uma concentração muito grande em atividades agrícolas, quando nós tínhamos as esposas dos agricultores familiares fazendo doce, fazendo artesanato, e que poderiam ser financiadas também com o programa.

E qual foi o nosso objetivo? Foi desenvolver toda uma metodologia própria de microfinanças rurais; garantir uma maior agilidade no processo de concessão de crédito; expandir o atendimento aos agricultores familiares, inclusive de serviços microfinanceiros (nós estamos dando uma conta-corrente também para este agricultor familiar, e já estamos começando a ver um seguro próprio, uma poupança); ampliar a proximidade com os clientes da área de microcrédito rural, trabalhando com os assessores de microcrédito (hoje, nós já temos 70 assessores de microcrédito rural, e dentro dos próximos dois meses deveremos chegar a 240 assessores de microcrédito); e proporcionar uma maior capacidade operacional.

E quem é esse assessor de microcrédito rural? Na verdade, ele é originário da área onde ele vai atuar, e isso é muito importante, porque ele cria um relacionamento com a comunidade; ele conhece as potencialidades econômicas locais, ele já sabe ali o que dá e o que não dá, qual a época de plantar, o que vende e o que não vende; ele é conhece-

dor dos problemas sociais da região; ele é comprometido com o desenvolvimento local; ele inspira confiança na comunidade; e ele tem uma formação de técnico agrícola ou afim. Os nossos assessores hoje já podem assinar o projeto, que na realidade não é um projeto, um plano de negócios, de uma folha só.

O próximo quadro mostra como o Pronaf vem na mesma linha que aconteceu com as demais operações de FNE: houve um esforço do Banco muito grande de aplicação, então nós chegamos em 2004 com aplicações em agricultura familiar no Pronaf de R\$ 695 milhões, sendo R\$ 355 milhões só no Pronaf B, em operações de R\$ 1.000. Isso representa algo como 355 mil operações. De janeiro de 2005 até junho, nós realizamos R\$ 388 milhões no Pronaf como um todo, e no Pronaf B, em operações de R\$ 1.000, R\$ 157 milhões. Então, isso já é um número bastante significativo.

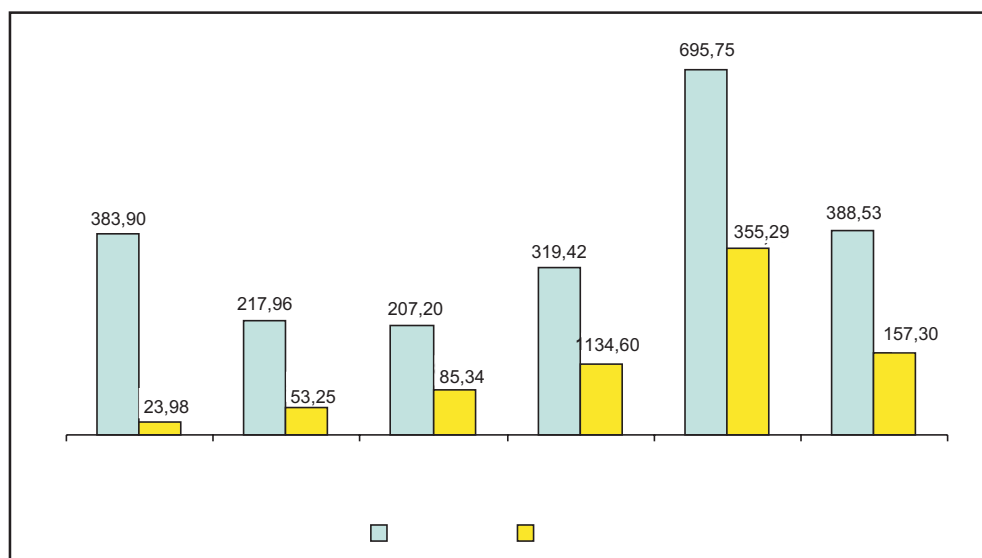


Gráfico 11 – Pronaf: contratações (30/06/2005)

Fonte: Banco do Nordeste.

Para encerrar, eu queria dizer a vocês que tem toda essa idéia do Banco de trabalhar o pequeno, de trabalhar as pessoas que estão no setor informal, de trabalhar essa população de baixa renda, e a gente sabe que é fundamental para essas pessoas terem acesso ao crédito, elas se

sentem cidadãos. Mas nós sabemos que para atender essa população tem que ter toda uma metodologia própria, tem que ter toda uma tecnologia própria. Logo mais aqui nós deveremos entregar alguns prêmios do Crediamigo, e vocês poderão ver como para essas pessoas é importante o acesso a esse crédito. Era essa a mensagem que eu queria deixar. Muito obrigado a todos.

Antônio Rocha Magalhães

Obrigado Stélio. Nós tivemos aqui três excelentes apresentações, que representam bem o universo do trabalho do Banco do Nordeste ao longo de sua história. No primeiro caso, tivemos uma exemplificação do trabalho do Banco na geração de conhecimentos sobre a Região e na contribuição para o planejamento do desenvolvimento regional, ligando isso com as operações, com o papel do Banco de promotor do desenvolvimento regional.

Na segunda apresentação tivemos um quadro muito interessante da instituição com relação às origens dos seus recursos, e vimos como o Banco vem conseguindo ser o agente do governo para financiar programas de desenvolvimento regional no Nordeste; vimos também, como foi aqui mostrado pelo João Francisco, que há certa necessidade de, digamos, uma evolução na composição das origens dos recursos do Banco, hoje provavelmente muito dependentes dos recursos do FNE. Essa, certamente, é uma área que está a requerer maior reflexão e maior atuação daqueles que são responsáveis pelo desenvolvimento do Nordeste e pela manutenção de uma instituição tão importante como é o BNB.

E, finalmente, o Stélio nos deu dois exemplos de programas inovadores em que o Banco do Nordeste vem atuando. Em pouco tempo, o Banco se tornou a maior instituição de microcrédito do Brasil, e tenho satisfação por ser o Banco Mundial um dos colaboradores do Banco do Nordeste nesse trabalho, inclusive utilizando, já, o conhecimento adquirido nessa nova linha de trabalho, que é uma linha realmente inovadora, para melhorar outros programas de governo, como o caso do Pronaf B. Esperamos que isso continue sendo feito com espírito crítico, pensando sempre no que deve ser melhor para o objetivo final do desenvolvimento

regional; e, eventualmente, contribuindo até para quebrar certos tabus, por exemplo, no sentido de que o subsídio, o juro negativo pode ser uma coisa importante ou não para a obtenção de resultados finais no desenvolvimento.

Nós, do Banco Mundial, temos orgulho de sermos parceiros do Banco do Nordeste há muito tempo. Eu, pessoalmente, tendo a minha origem aqui no Banco do Nordeste, me sinto particularmente orgulhoso da trajetória desta instituição.

A primeira operação do Banco Mundial no Nordeste do Brasil foi com o Banco do Nordeste, em 1970, e foi administrada, na época, pelo diretor da carteira industrial, que também está aqui presente hoje, Sr. Nilson Holanda. De lá para cá, tem havido várias atuações, e esperamos que essa parceria continue se desenvolvendo, e que possamos trabalhar juntos, todas as instituições que têm papel no desenvolvimento da Região, para melhorar as perspectivas do desenvolvimento, as perspectivas de renda, de redução de pobreza, e para o enfrentamento de desafios difíceis como foram colocados aqui pelo Alencar, por exemplo, em relação à viabilização da região semi-árida.

É uma pena que não sobrou muito tempo para perguntas, e creio que não temos uma opção senão encerrar nesse momento e pedir desculpas aos participantes, lembrando a todos que os que têm realmente alguma pergunta ou alguma observação poderão fazê-las por escrito, que os expositores estarão à disposição para responder posteriormente. Muito obrigado a todos.

O NORDESTE E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

Composição da Mesa

Presidente

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral
*Diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB,
representando o presidente da Instituição, Roberto Smith*

Expositores

Nilson Craveiro Holanda
*Professor da Universidade de Brasília,
ex-presidente do BNB*
Tânia Bacelar
Professora da Universidade Federal de Pernambuco

Mestre-de-cerimônias

Senhoras e senhores, estamos nos aproximando do encerramento do Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e também do X Encontro Regional de Economia. A partir de agora, estaremos interligados aos auditórios das superintendências estaduais do BNB em todas as capitais nordestinas e em Montes Claros-MG, através do sistema de videoconferência.

O último painel apresenta o tema “O Nordeste e a Política de Desenvolvimento”. Para presidir a mesa, convidamos o diretor de Gestão do Desenvolvimento, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral, neste ato representando o presidente do BNB, Roberto Smith. Também convidamos para compor a mesa os expositores Nilson Holanda, professor da Universidade de Brasília – UNB e ex-presidente do BNB, e Tânia Bacelar, professora da Universidade Federal de Pernambuco. Com a palavra o diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral.

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Boa-tarde a todos e a todas, meus caros amigos e amigas participantes do Fórum BNB de Desenvolvimento e do X Encontro Regional de Economia, saudamos a todos vocês; um abraço especial à professora Tânia Bacelar e ao professor Nilson Holanda, que estão nessa mesa para participar da discussão sobre o desenvolvimento regional, discussão essa que, com certeza, será muito frutífera, trazendo para nós a contribuição importante do ex-presidente do Banco e da Tânia Bacelar, com sua larga experiência nas discussões e na formulação das políticas regionais; portanto, nos dando ensejo a ouvi-los e beber deles as suas experiências.

Eu gostaria de esclarecer a todos vocês que, inicialmente, havia a previsão da presença do nosso presidente Roberto Smith nessa mesa, mas o presidente está cumprindo agenda institucional em Brasília, esteve hoje com o ministro Palocci e teve oportunidade de apresentar ao ministro os dados e as informações sobre os números que o Banco pode apresentar no momento em que completa 53 anos, de modo que farei aqui um papel duplo de coordenador da mesa e de expositor.

Eu queria ressaltar que, talvez num esforço já de interpretação metodológica do momento que vivemos hoje no Banco, falaremos em um primeiro estágio de atuação da atual gestão. Eu digo primeiro estágio porque me parece que se avizinha um momento novo, um momento em que nós estaríamos já entrando em um segundo estágio. Esse primeiro estágio fazia-se necessário caracterizá-lo assim, porque realmente não havia uma continuidade a ser registrada no trabalho que vinha sendo feito na administração anterior. Por uma série de razões que não vamos discutir aqui, o Banco do Nordeste havia deixado de atuar enquanto agente de financiamento nos projetos de longo prazo na Região. Vi, recentemente, uma participação sua, professor Nilson Holanda, no Congresso, no Senado, se não me engano, onde o senhor fazia referência a essa parada: ao fato de o Banco do Nordeste, em passado recente, não estar financiando. E, de fato, no ano de 2002 o Banco do Nordeste financiou, com recursos do FNE, R\$ 254 milhões em todos os programas; e naquele ano ele recebeu alguma coisa em torno de R\$ 1,8 bilhão. Ou seja, recebemos no caixa do Banco, como obrigação constitucional, no ano de 2002, recursos da ordem de R\$ 1,8 bilhão, e repassamos como financiamento apenas R\$ 254 milhões.

Então, o desafio enfrentado pela atual administração, seguindo as orientações do presidente Lula, foi no sentido de fazer com que o Banco voltasse a ser um instrumento de desenvolvimento da Região e voltasse a financiar a atividade produtiva regional.

Nós tínhamos alguns desafios imediatos: reaproximar o Banco de segmentos da sociedade, elevar as aplicações dos recursos do FNE, adequar a estrutura operacional, ofertar crédito de curto prazo; ou seja, restabelecer as condições operacionais do Banco, internas e externas, e a relação com a sociedade. Foram visitados os governadores, foram visitados os prefeitos das capitais, as federações das indústrias, e tudo isso fez parte da estratégia de dizer para a sociedade: estamos de volta. Os nossos gerentes e superintendentes, em reuniões e mais reuniões, participaram de um processo de recapacitação, para que assumissem metas confiantes de que podiam assumi-las. Foram tomadas diversas iniciativas para fazer com que esse desafio fosse vencido.

Obtivemos muitas melhorias na gestão do crédito. Por exemplo, a avaliação de risco de crédito foi aperfeiçoada, controles internos foram estabelecidos, desde o fortalecimento da área de auditoria, da área de risco, da área de recuperação de crédito; foi criada uma área específica para a recuperação de crédito. Foi criada também uma superintendência para cada Estado, quando antes as superintendências assumiam dois Estados cada uma, e isso foi muito importante.

Outra ação importante foi criar uma área só para o Pronaf, programa voltado para a agricultura familiar; antes, esse programa estava diluído entre diversas áreas do Banco, e ele passou a ser gerido a partir de uma única base operacional, desde a concepção até a operação. Com isso, a relação com o MDA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, passou a ser muito mais facilitada, passou a ser muito mais integrada, passou a responder com muito mais rapidez, e a partir daí o processo de simplificação dos procedimentos avançou muito. Foram cerca de 70 modificações feitas só na última rodada de negociação que nós fizemos, e que gerou uma portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário limpando uma série de entraves que dificultavam a concessão do crédito e não acrescentavam qualidade ao crédito. Isso foi possível a partir de um reordenamento interno na estruturação da área do Pronaf. Só para falar no Pronaf B, ele tinha 17 folhas para serem preenchidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais para cada benefici-

ário, e havia 16 consultas a fontes de restrição de crédito para poder conceder o crédito de R\$ 1.000; isso foi tudo reduzido, foi tudo simplificado.

No âmbito do FNE – esses recursos em que no ano de 2002 nós havíamos recebido R\$ 1,8 bilhão e financiado 54 milhões – foi feito um esforço muito grande, uma profunda cooperação com o Ministério da Integração Nacional, e a partir dessa integração a programação do FNE foi extremamente simplificada.

O Banco tinha determinadas restrições internas, como, por exemplo, não financiar cana-de-açúcar, mesmo para clientes da mais alta condição de produzir, de ampliar e de avançar o desenvolvimento de uma determinada região, e essa restrição à cana-de-açúcar estava na programação federal; era uma análise de risco do Banco em determinado momento, que ele incorporava e que o Ministério assumia e assinava embaixo, aquilo virava uma impossibilidade de crédito. Isso foi retirado. Podemos, sim, financiar cana-de-açúcar, usina de açúcar, desde que dentro de determinados elementos de política.

Tivemos uma discussão longa e profícua, incorporamos os elementos da política de desenvolvimento regional do Ministério, e incorporamos critérios desse tipo nas regras do FNE, algumas das quais valeram a partir da programação de 2005. Sempre que as questões iam surgindo fomos incorporando e apresentando ao Ministério da Integração modificações aperfeiçoadoras e simplificadoras do processo de concessão de crédito.

A Área de Negócios do Banco foi estruturada, de forma a se focar cada vez mais nas questões relacionadas à realização dos negócios; a Área de Risco foi segregada da Área de Negócios, para poder a análise de risco se dar de forma adequada; comitês de diversos níveis foram criados, desde a agência até a Direção Geral, para que não houvesse uma só operação de crédito que pudesse ser aprovada por cima; todas elas vêm galgando as escadas do processo de análise de risco do projeto, análise de risco do mercado e análise, portanto, da condição de se conceder o crédito através dos comitês apropriados, vigorando níveis de competência que são atribuições de cada instância dentro do Banco, desde o gerente até os superintendentes e a diretoria.

Esse processo incluiu também a criação da Área de Políticas, que colhe informações no Banco e no mercado e formula políticas de atuação do BNB. Nós temos o Etene – o Alencar teve oportunidade de falar há pou-

co, na sua exposição, do trabalho do Etene, que é a área responsável pelos estudos e pesquisas do Banco, e é responsável, também, por exemplo, pela gestão do Fundo de Economia Solidária (lançamos um edital recentemente) e pelo Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Fundeci, que financia há 53 anos as pesquisas em desenvolvimento tecnológico na esfera produtiva no Nordeste, com centenas de projetos aprovados e uma contribuição importante para todos os centros de pesquisa da produção existentes no Nordeste. O Etene está se focando cada vez mais nas questões que dizem respeito ao Banco, nos problemas que desafiam o Banco, através de estudos de mercado, de estudos setoriais. Por exemplo, se o camarão tem problema, se tem uma praga, o Etene contrata o centro de pesquisa que tenha o melhor conhecimento do Nordeste sobre a questão do camarão, e gera-se um produto imediato, para que a Cenop, que faz a análise de risco dos projetos, possa incorporar esse conhecimento.

Isso vai para a Área de Políticas, que é a nova área a que eu estava me referindo. Ela recebe os estudos do Etene, colhe informações no Banco e no mercado também, e formula políticas. Por exemplo, ela diz: “vamos parar de financiar tal produto, nesse momento, nessa área; aquela outra região está com capacidade ociosa nos hotéis, então não podemos financiar hotéis naquela região”. É dentro desse contexto que as informações e as políticas ditadas pelo Ministério da Integração se juntam para compor um quadro orientado de crédito.

Mas, todas essas questões que nos colocaram em condições de dar uma resposta mais adequada – já que o desafio era aumentar o crédito, mas aumentar com segurança e com qualidade – enfrentavam uma realidade de grande demanda reprimida. A história de que não existiam projetos no Nordeste foi absolutamente desmistificada. A partir do momento em que os empresários entenderam que não havia mais aquelas barreiras, os projetos começaram a fluir em grande quantidade.

Antes de passar alguns dados para vocês, vou falar de um outro instrumento importante, caracterizador do que estou chamando de ‘etapa 1’ da nova administração do Banco do Nordeste. É o conceito de desenvolvimento territorial, que mais uma vez se junta às questões apresentadas aqui pelo Galvão e que a Tânia começou a desenvolver também, com o levantamento sobre este mosaico heterogêneo chamado Nordeste. Os Agentes de

Desenvolvimento do Banco do Nordeste passaram a ser focados na estruturação do ambiente econômico. Temos hoje 200 agentes de desenvolvimento espalhados em todo o Nordeste, com a missão de identificar aglomerados produtivos. Inicialmente, eles concluíram o levantamento da área rural, mas isso não é o limite; há o desafio de completar esse levantamento com os aglomerados produtivos urbanos, e identificar, a partir de determinados parâmetros que lhes são dados, o nível de desenvolvimento de cada município, o estágio em que eles estão, quais são os gargalos mais importantes para o desenvolvimento de cada município e quais as ações estruturadoras das quais o Banco possa, como coadjuvante, participar, no sentido de sinalizar para a Área de Negócios, por exemplo: “olha, naquele perímetro irrigado existem problemas e é melhor não tentar conceder crédito ali antes que seja resolvido este ou aquele problema que está impedido o desenvolvimento e que é anterior ao crédito”.

Neste sentido, o Banco vem se engajando com o Ministério da Integração também, em um esforço de identificação e de superação dos problemas dos perímetros irrigados, que envolvem a Codevasf e o Dnocs; e com o Incra, para a solução dos problemas inerentes aos assentamentos, de modo a agilizar as operações do Pronaf A.

Os Agentes de Desenvolvimento são os agentes ativos desse processo; eles não concedem crédito, não são agentes de crédito, mas eles participam dessa estruturação no território. Participam, por exemplo, das discussões sobre a estruturação do apoio à cadeia produtiva da caprinovinocultura, que é uma das alternativas importantes para conceder ao semi-árido a condição de ter uma produção competitiva em nível mundial, e não apenas através de uma estratégia de reprodução da miséria. Isso porque a caprinovinocultura contém em si tecnologias apropriadas para a pequena produção, e é possível conciliar isso com o Pronaf.

Esse é um desafio do Banco do Nordeste: conciliar o Pronaf com a concepção de sustentabilidade. Nós não encaramos o Pronaf, por exemplo, como um programa social. Ele gera benefícios sociais, mas a ótica é que é um programa de crédito, portanto não é doação, é um programa que tem sustentabilidade e que deve ser capaz de fazer com que os produtores familiares possam alçar condições de vida superiores, além da subsistência, da reprodução da sua vida e das suas condições de produção.

O mapa (Figura 1) mostra as mesorregiões, que são as mesmas do IBGE, e cada uma delas tem a atuação de um grupo de Agentes de Desenvolvimento. Nessas mesorregiões, foram identificados 537 grupos produtivos ou aglomerados produtivos que foram priorizados e que estão sendo objeto de planos de trabalho desses agentes.



Figura 1 – Área de atuação do BNB

Fonte: Banco do Nordeste.

Nota: 47 mesorregiões; 537 grupos produtivos priorizados.

Dentro do esforço de articulação do Banco com este novo momento e com esse novo desafio, foi importante a estruturação de novos instrumentos; vou apresentar aqui alguns dados sobre alguns desses instrumentos. Como a realidade é segmentada e heterogênea, precisamos de instrumentos diferenciados também; e um deles é o apoio à agricultura familiar, Pronaf, um instrumento do Governo Federal, com taxas de juros diferenciadas, que antes utilizava recursos, em grande parte, do Tesouro Nacional, e hoje utiliza recursos integralmente do FNE. Hoje, todos os programas do Pronaf têm como fonte de recursos o FNE.

O gráfico a seguir (Gráfico 1) mostra a diferença observada na atuação do BNB no âmbito do Pronaf. À direita estão os últimos cinco semestres dessa administração, comparados com os cinco semestres anteriores; vejam a diferença na quantidade de contratações do Pronaf, semestre a semestre. Terminamos agora, no primeiro semestre de 2005, com 196.000 operações, superando o desempenho do semestre anterior.

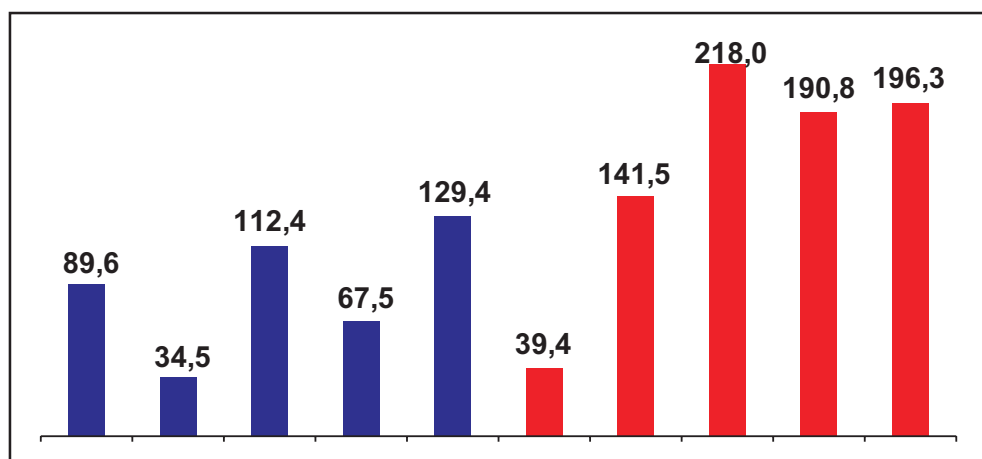


Gráfico 12 – Pronaf: quantidade de contratações (em mil)

Fonte: Banco do Nordeste.

Em valores contratados, a curva ascendente fica ainda mais expressiva (Gráfico 13). Nós vamos para a meta de R\$ 920 milhões de Pronaf no Plano Safra 2005-2006. Fechamos o atual Plano Safra com R\$ 750 milhões, aproximadamente; isso foi recorde na história da agricultura familiar no Nordeste.

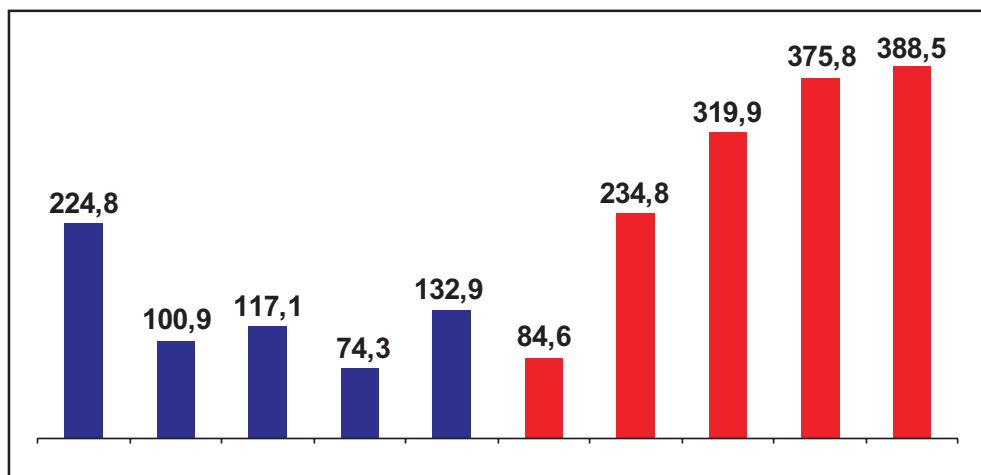


Gráfico 13 – Pronaf: valores de contratações

Fonte: Banco do Nordeste.

Vou passar rapidamente os dados sobre o FNE. Em 2004, nós tivemos 173.486 operações em todos os Estados, com R\$ 3,2 bilhões sendo financiados. Pela primeira vez, financiamos mais do que recebemos; ou seja, nós recebemos cerca de R\$ 2,3 bilhões e financiamos R\$ 3,2 bilhões, em 2004. Assim, conseguimos começar a gastar o estoque que havíamos herdado, fruto da política de não-financiamento que o Banco adotara e que havia gerado um estoque de cerca de R\$ 4,5 a R\$ 5 bilhões, que estavam acumulados no Banco, aplicados em títulos do Tesouro, sem aplicação produtiva. Isso, evidentemente era uma política que levaria ao fechamento do Banco, porque significava o Banco se considerar incapaz de operar o produto para o qual ele foi criado.

Tabela 3 – FNE: contratações por estado: em 2004
(valores R\$ milhões)

ESTADO	QUANT	%	VALOR	Continua
				%
Alagoas	10.649	6,1	172,4	5,4
Bahia	34.791	20,1	893,4	27,8
Ceará	24.808	14,3	478,7	14,9
Espírito Santo	814	0,5	25,4	0,8
Maranhão	20.798	12,0	243,8	7,6

ESTADO	QUANT	%	VALOR	%
Minas Gerais	14.032	8,1	81,4	2,5
Paraíba	14.376	8,3	173,4	5,4
Pernambuco	13.539	7,8	386,3	12,0
Piauí	15.270	8,8	325,1	10,2
Rio Grande do Norte	12.008	6,9	251,2	7,8
Sergipe	12.401	7,1	176,9	5,5
TOTAL	173.486	100,0	3.208,9	100,0

Fonte: Banco do Nordeste.

A próxima tabela (Tabela 4) mostra as contratações por setor, e vou chamar a atenção para o fato de que o Banco voltou a financiar infra-estrutura. No passado, o Banco havia financiado a infra-estrutura através de programas governamentais. Com as restrições das políticas fiscais ao endividamento de Estados e municípios, hoje o Banco tem nesse setor um único programa, o Prodetur, que está em fase de muda: o Prodetur 1 terminou, e estamos na fase do início do Prodetur 2; já estamos contratando as primeiras operações, e acredito que neste semestre, ainda, façamos os primeiros desembolsos. São US\$ 400 milhões. Estes desembolsos só vão ganhar velocidade a partir do ano que vem. Portanto, a infra-estrutura que aparece no quadro é FNE: voltamos a financiar a infra-estrutura através de financiamentos a empresas que têm concessão de serviços públicos na área de energia (gás, principalmente), então passamos a ter um número expressivo, de R\$ 764,9 milhões (ou 23% do total) financiados em infra-estrutura.

**Tabela 4 – FNE: contratações por setor em 2004
(valores R\$ milhões)**

SETOR	QUANT	%	VALOR	%
Rural	171.314	98,7	1.297,0	40,4
Agroindustrial	83	0,0	44,6	1,4
Infra-estrutura	11	0,0	764,9	23,8
Industrial	574	0,3	542,7	16,9
Comércio e Serviços	1.504	0,9	559,7	17,4
TOTAL	173.486	100,0	3.208,9	100,0

Fonte: Banco do Nordeste.

A distribuição das aplicações na área do Semi-árido e fora do Semi-árido está mais ou menos equilibrada; por porte, observa-se uma presença de 52% do mini e do pequeno; de 11,3% do médio e de 36,7% do grande, o que mostra um equilíbrio. Não há uma vocação direcionada a esse ou àquele porte; já que todas as cadeias produtivas se interpenetram e se interligam, não há que se financiar apenas um ou outro tipo de produtor para se ter desenvolvimento.

**Tabela 5 – FNE: saldo das aplicações:
posição 30/12/2004 (por região, R\$ milhões)**

REGIÃO	VALOR	%
Semi-árido	7.512,7	52,0
Fora do semi-árido	6.936,6	48,0
TOTAL	14.449,3	100,0

Fonte: Banco do Nordeste.

**Tabela 6 – FNE: saldo das aplicações:
posição 30/12/2004 (por porte, R\$ milhões)**

PORTE	VALOR	%
Mini/Pequeno	7.508,2	52,0
Médio	1.631,3	11,3
Grande	5.309,8	36,7
TOTAL	14.449,3	100,0

Fonte: Banco do Nordeste.

Sobre a quantidade de contratações do FNE, o gráfico (Gráfico 3) é absolutamente eloqüente, fala por si só.

Os valores das contratações também tiveram um crescimento muito forte (Gráfico 14). Vejam que o volume contratado no primeiro semestre de 2005 foi maior do que o do primeiro semestre de 2004, e nós estamos projetando financiar R\$ 4 bilhões este ano, embora a meta que acertamos no Ministério da Integração tenha sido de R\$ 3 bilhões.

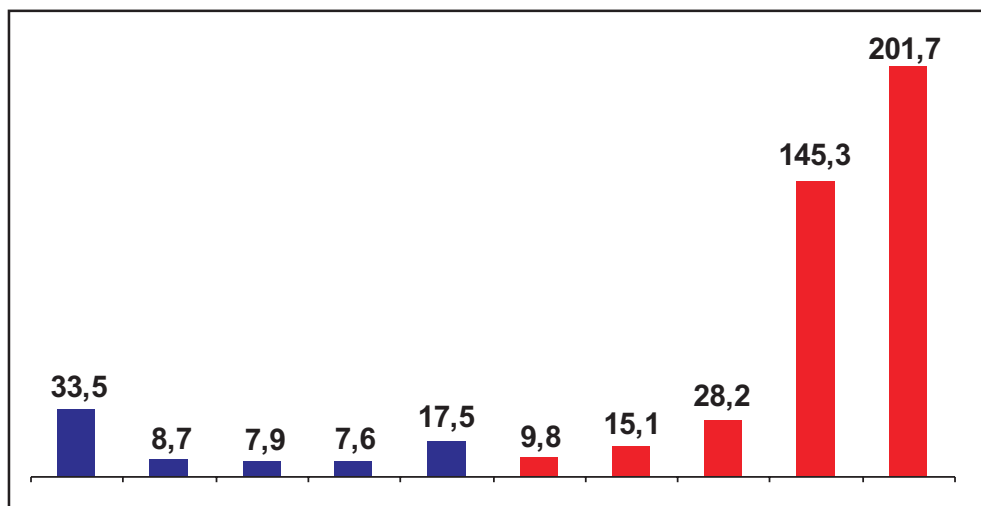


Gráfico 14 – FNE: quantidade de contratações (em mil)

Fonte: Banco do Nordeste.

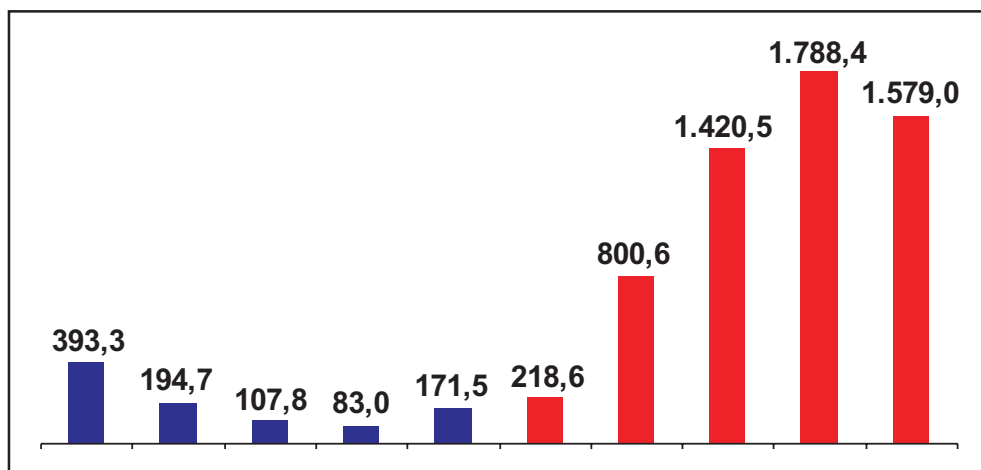


Gráfico 15 – Valores de contratações (R\$ milhões)

Fonte: Banco do Nordeste.

A distribuição territorial avança, e isso é importante (Tabela 5). Em 2002, tínhamos 1.041 municípios que receberam pelo menos um FNE não-Pronaf, e em 2004 esse número cresceu para 1.566. Nós temos agora metas de quantidade de FNE por agência, para que não haja agência que só faça Pronaf; para que nossos gerentes sejam forçados, no bom sentido, a procu-

rar os pequenos e médios empreendedores que estão acima da linha do Pronaf e que tenham atividades urbanas nas pequenas e médias cidades.

Tabela 7 – FNE: distribuição territorial: municípios com operações

ANO	FNE-TOTAL	% (1)	FNE - NÃO PRONAF	% (1)	FNE PRONAF	% (1)
2002	1.304	66,8	1.041	53,3	781	40,0
2003	1.344	68,9	1.135	58,1	771	39,5
2004	1.901	97,4	1.566	80,2	1.767	90,5

Fonte: Banco do Nordeste.

Nota: (1) % em relação a 1.952 municípios pertencentes à área de atuação do FNE

Outro dado positivo é a queda da inadimplência (Tabela 6). As operações contratadas até 31/11/1998 apresentaram taxa nada brilhante de 52,1%; as contratadas a partir de dezembro de 1998 ficaram em 8,7%. Nas operações comerciais do Banco (sem o FNE), a inadimplência fica em 2,5%, e o Crediamigo tem a extraordinária taxa de 0,96% de inadimplência, naquele universo de 175 mil microtomadores que o Stélio apresentou. Eu costumo brincar dizendo que, se você juntar 100 clientes do Crediamigo, você não consegue um devedor inteiro.

Tabela 8 – FNE: carteira de crédito do BNB: inadimplência (%) março/2005

OPERAÇÕES	%
Contratadas até 31.11.1998	52,0
Contratadas a partir de 01.12.1998	8,7
TOTAL	35,6
Banco (sem FNE)	2,5
Crediamigo	0,96

Fonte: Banco do Nordeste.

O próximo gráfico (Gráfico 5) é importantíssimo. A gente ainda ouve dizer, hoje, que está sobrando dinheiro do FNE, e está, devido ao fato de que tivemos R\$ 5 bilhões acumulados, e não poderíamos dar um salto da noite para o dia. Nós fomos crescendo com responsabilidade: passamos para R\$ 1 bilhão em 2003, alcançamos R\$ 3,2 bilhões no ano passado, e tudo indica que vamos a R\$ 4 bilhões este ano. Esse gráfico faz uma projeção de aplicações e de disponibilidades. Essa disponibilidade resulta da soma do estoque com os recursos que ingressam, mais o pagamento de volta, menos as aplicações e o que tem que ser subtraído para a provisão. Se nós aplicarmos R\$ 4 bilhões a cada ano, como estamos prevendo a partir deste ano, nós encerraremos 2005 com uma disponibilidade de praticamente R\$ 3 bilhões; vamos encerrar o ano de 2006 com uma disponibilidade de R\$ 1,4 bilhão; mas em 2007 teríamos que reduzir as aplicações, porque faltaria dinheiro.

Ou seja, em uma visão de planejamento responsável, nós podemos afirmar que não sobra dinheiro do FNE dentro do Banco do Nordeste. Nós gostaríamos que cada um dos senhores e senhoras fossem arautos dessa notícia, porque ainda existe quem pense que está sobrando dinheiro do FNE, e ainda aparece emenda no Congresso Nacional propondo retirar dinheiro do FNE e colocar em outros bancos, alegando que o BNB não tem capacidade de emprestar. Mas isso só faz quem está desinformado ou mal intencionado. Portanto, é importantíssimo que essa notícia seja dada aos quatro ventos: em dois anos estará faltando dinheiro do FNE.

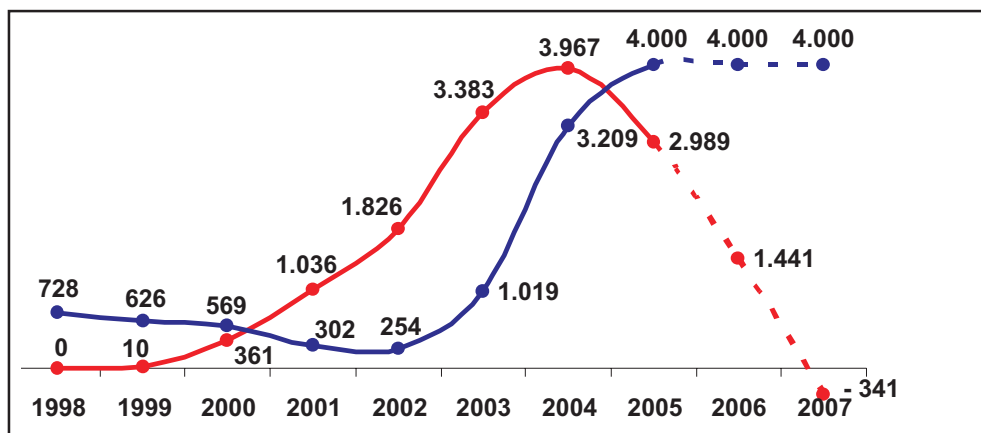


Gráfico 5 – FNE: aplicações x disponibilidades (R\$ milhões)

Fonte: Banco do Nordeste.

Somando contratações e propostas em carteira, este ano nós já temos R\$ 3.172 milhões, e estamos ainda com o segundo semestre praticamente todo pela frente. Por isso nós acreditamos que vamos chegar aos R\$ 4 bilhões até o final do ano. Isso porque uma outra inovação, um outro instrumento de atuação do Banco foi uma área criada especificamente para a atração de negócios. É a área do diretor Victor Samuel, que vem acompanhando e se esforçando para divulgar o Banco e os seus programas por aí fora, inclusive com seminários fora do Nordeste.

Tabela 9 – FNE: contratações e propostas em carteira: posição 30.06.2005 (R\$ milhões)

SUPER	CONTRA- TAÇÕES	PROPOSTAS DEFERIDAS P/ DIRETORIA	PROPOSTAS EM CARTERIA	TOTAL GERAL
AL	95,1	9,9	18,4	123,4
BA	251,0	22,7	535,6	809,2
CE	236,9	46,0	197,3	480,1
MA	140,8	625,1	59,0	534,9
MG/ES	164,3	4,6	52,2	221,0
PB	70,6	-	14,6	85,2
PE	398,7	3,8	143,9	546,4
PI	55,8	5,6	51,4	112,8
RN	87,9	1,7	45,4	135,0
SE	78,0	0,5	45,5	123,9
TOTAL	1.579,0	419,8	1.173,2	3.172,0

Fonte: Banco do Nordeste.

O próximo gráfico apresenta um resumo dos números relacionados com a prospecção de financiamentos. São empreendedores que efetivamente já procuraram o Banco, e estão em processo de conversa com o Banco em diversos níveis. Seus projetos ainda não entraram no Banco, mas totalizam R\$ 6,4 bilhões de demandas com as quais o Banco está em contato, e que podemos identificar por setor.

FNE - Prospecção de Financiamentos

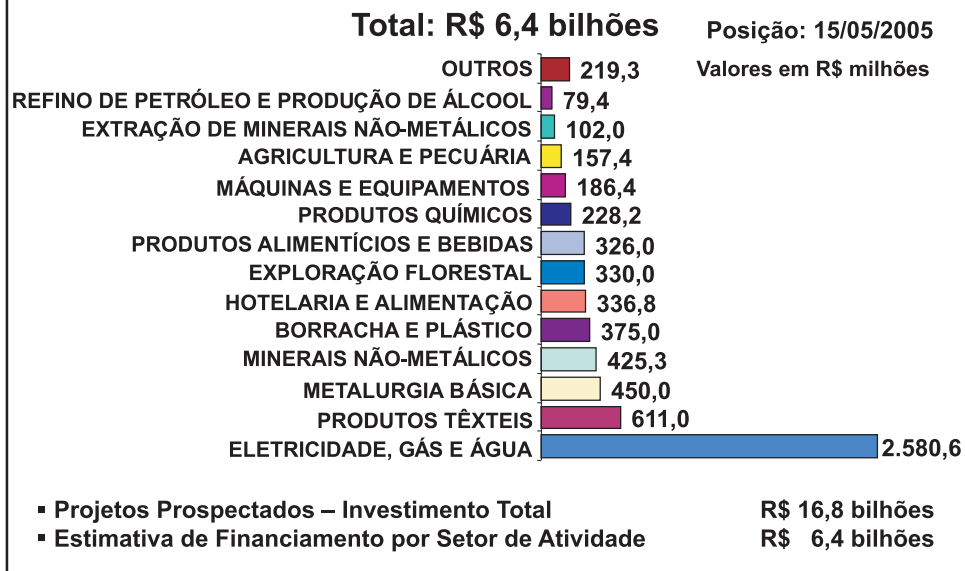


Gráfico 17 – FNE: prospecção de financiamentos

Fonte: Banco do Nordeste.

A Área Comercial e de Câmbio é uma área importante. O diretor Assis Arruda, responsável por essa área, vem se dedicando a ampliar os produtos comerciais, apesar de termos dificuldades grandes na nossa re-taguarda de informática, que é algo que não podemos resolver da noite para o dia; mas, tivemos avanços (Tabelas 10 e 11).

Tabela 10 – Área comercial

CONTRATAÇÕES	QUANT.	VALOR (R\$ MIL)
1º semestre de 2005	53.028	359.401,0
1º semestre de 2004	25.072	101.299,0

Fonte: Banco do Nordeste.

Tabela 11 – Câmbio

1º SEMESTRE DE 2005	QUANT.	VALOR (R\$ MIL)
Operações de crédito	170	247.213,0
Serviços – Câmbio Pronto	517	330.729,0
Volume girado na carteira		1.107.774,0
1º SEMESTRE DE 2004	QUANT.	VALOR (R\$ MIL)
Operações de crédito	42	100.594,0
Serviços – Câmbio Pronto	309	104.078,0
Volume girado na carteira		456.819,0

Fonte: Banco do Nordeste.

O Banco do Nordeste não é um banco comercial, nem é para ser um banco comercial, mas o cliente que vai receber o recurso de um financiamento de longo prazo, se quer descontar uma duplicata, não precisa procurar outro banco; o cliente tem que ser atendido na sua integralidade pelo BNB. Nossas discussões na Diretoria têm sempre apontado isso: as nossas metas comerciais devem ser fixadas no sentido de complementar o crédito de longo prazo, e não de entrar em concorrência com os bancos comerciais.

Mas, do primeiro semestre de 2004 para o primeiro semestre de 2005, o valor das contratações da área comercial passou de R\$ 101 milhões para R\$ 359 milhões; e a quantidade de operações saltou de 25 mil para 53 mil. É muito pouco se formos ver em termos absolutos, mas dá a medida do esforço pela questão relativa.

O câmbio já girou R\$ 1,1 bilhão na carteira; os serviços, R\$ 330 milhões; e as operações de crédito, R\$ 247 milhões, isso tudo na área do câmbio. Considerando que em 2004 o volume girado foi de R\$ 456 milhões, em 2005 esse número mais do que duplicou, saltando para R\$ 1,1 bilhão.

E os nossos desafios? Os nossos desafios dizem respeito ao estágio 2. Esse é o estágio de deixarmos de atender simplesmente a demanda que vem, e utilizarmos instrumentos como a Política Produtiva para o Nordeste, que o Alencar apresentou aqui agora há pouco, que é um instrumento que nos dá condição de sermos seletivos; ou estudos como o que o Eteno contratou com a Universidade do Ceará, onde se faz uma análise detalha-

da do comportamento das exportações e das importações, do comércio externo do Nordeste.

Esse estudo identifica, por exemplo, que o setor produtor de couro no Nordeste está perdendo oportunidade de expansão do comércio internacional, porque não está estruturado. Então, alguns setores que vendem *commodities* se aproveitam rapidamente do *boom* do mercado externo, como o setor açucareiro; mas em setores que não são *commodities*, que vendem produtos que têm que ser trabalhados, e em que a relação com o comprador internacional tem que ser trabalhada, nestes produtos o Nordeste está perdendo condição, não tem aproveitado as oportunidades. Isso nos dá instrumentos para, nesse estágio 2, podermos selecionar os aglomerados produtivos, as cadeias produtivas que adensem mais os produtos, os elos que possam adensar as cadeias produtivas que são mais estratégicas para o Nordeste.

Outro desafio é participarmos da interlocução. Sem querer, nem de longe, nos colocarmos como substitutos eventuais da Sudene, porque essa não é a missão do Banco, precisamos participar, como agente financeiro do desenvolvimento, na mesa de discussão que trata, por exemplo, da questão do financiamento da malha ferroviária do Nordeste. Não há uma política clara estabelecida para o Nordeste; a gente vê contradições, ainda, sobre o traçado da Norte-Sul, por exemplo, sobre o traçado da Transnordestina, sobre o modelo de financiamento da Transnordestina. Eu citaria o Ministério da Integração, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento Agrário como os ministérios com os quais nós temos uma interlocução tão forte que, às vezes, esquecemos que somos instituições diferentes, e estamos ali trabalhando em equipe.

O Banco do Nordeste está participando ativamente do processo de discussão sobre o modelo de financiamento da Transnordestina, na discussão de como deveria ser o FNDE – fundo criado com a Adene, que não tem um desenho capaz de torná-lo passível de ser financiado, e estamos nos habilitando para isso; assim como estamos habilitados, a partir de quatro ou cinco meses atrás, pela primeira vez na nossa história, como agentes financiadores do Fundo da Marinha Mercante, para podermos financiar também os estaleiros que para cá desejem vir.

Estamos estabelecendo com o BNDES uma nova forma de atuação: em vez de recebermos repasses do BNDES e assumirmos o risco, a proposta é que, se o projeto é grande, o risco é meio a meio; o BNDES financia a metade e nós financiamos a outra metade, mas a análise é conjunta, as garantias são compartilhadas meio a meio. É uma forma nova e madura de avançarmos.

Por que isso? Eu estava conversando com a Tânia, fazendo uma conta rápida: o Banco do Nordeste financiou R\$ 3,2 bilhões no ano passado e o BNDES financiou R\$ 2,5 bilhões, totalizando R\$ 5,7 bilhões. Se imaginarmos que o BNB alavanca a metade disso, a mais, como recursos próprios, isso dá perto de R\$ 10 bilhões. Eu fiz uma conta aqui onde tem muito chute na metodologia, mas eu imagino que nós teríamos que ter, pelo menos, R\$ 20 bilhões de recursos de financiamento de longo prazo no Nordeste, para termos uma formação bruta de capital fixo, sem falar em recursos orçamentários de prefeituras, de Estados e da União. Ou seja, pelo menos o dobro do que está sendo feito hoje.

Então, seria dobrar tudo isso que a gente está conseguindo, e mais o que o BNDES está conseguindo; e dobrar com responsabilidade. Para isso, temos de ser seletivos, temos de ter foco, e temos que ter engajamento das nossas instituições com um modelo de desenvolvimento adequado, e um modelo de desenvolvimento que seja capaz de responder aos desafios não só do crescimento, mas da distribuição de renda, para termos uma região mais justa, que dê espaço de desenvolvimento e de felicidade para todos os seus filhos. Desculpem por ter-me alongado além da conta. Com a palavra, Tânia Bacelar.

Tânia Bacelar

Eu gostaria de dar boa-tarde a todos, agradecer o convite para estar aqui nessa mesa, e dizer que quase tudo o que eu ia dizer o Campolina já falou; fiquei meio sem ter o que dizer, mas, como o meu roteiro já está pronto, vou segui-lo. Eu estruturei minha fala pensando que ao longo da minha exposição estaria sempre respondendo a três perguntas: que Nordeste? Que desenvolvimento? Que políticas?

Eu começo dizendo que, do começo dos anos 1950, quando o Banco do Nordeste foi fundado, para cá, o Nordeste mudou muito, mas na minha visão três grandes desafios permanecem. Eu queria trabalhar esses três grandes desafios. O primeiro é: o Nordeste continua sendo um dos principais bolsões de pobreza do mundo. O Brasil conseguiu ser a oitava base industrial do mundo, o Nordeste teve um desempenho econômico importante nas décadas de 1960, 1970 e até 1980, mas essa questão central permaneceu.

Celso Furtado, quando voltou do exílio e reencontrou o Brasil do pós-milagre, disse uma frase que define bem esse desafio: “O Nordeste é o espelho onde a imagem do Brasil se reflete com brutal nitidez”. E isso permanece. Onde estão concentradas estas pessoas? No interior do semi-árido (todas as estatísticas mostram isso); no entorno das novas áreas dinâmicas da Região, onde houve crescimento econômico mais ampliação da pobreza (basta ir a uma favela em Petrolina, a favela João de Deus); e nas periferias das cidades nordestinas, dos diversos tamanhos, mas principalmente das médias e grandes cidades.

Quais são as políticas para isso? Eu diria que são dois tipos de políticas: primeiro, as políticas assistenciais; nós precisamos assumir que continua sendo importante ter políticas assistenciais, e acho que a política que vimos praticando no Brasil, nos últimos anos, tem tomado uma direção adequada: a transferência direta de renda para essa população. Um país que, principalmente da década de 1990 para cá, se organizou para transferir renda para os rentistas não pode ter vergonha de transferir renda para essas pessoas. Portanto, para mim, essa é uma política que continua sendo relevante e que deve crescer para atingir a totalidade das pessoas que precisam acessá-la para sobreviver no curto prazo.

Mas precisamos também de outras políticas que considero no rol das políticas sociais, que são políticas que visam à universalização do acesso a bens e serviços sem os quais a sobrevivência das pessoas fica ameaçada. Então, uma política de acesso à água para a população rural atomizada do semi-árido, na minha visão, é uma prioridade. E de novo nós já encontramos um caminho para resolver esse problema: há um projeto que resolve isso, que é o projeto de um milhão de cisternas; falta implementar. É uma vergonha termos construído até agora somente a

quantidade de cisternas que construímos. O modelo está bem montado, envolve a participação da comunidade, é barato e resolve: acaba o carro-pipa e acaba a subordinação que as pessoas ficam por não terem acesso à água.

Acesso a saber ler e escrever é outro desafio também perfeitamente solucionável. O Nordeste tem a metade dos analfabetos do Brasil, e se formos geo-referenciar onde está essa metade, ela está nesses bolsões de pobreza de que eu falei e na Zona da Mata. A Zona da Mata também tem, ainda, um elevado quociente de analfabetos. Acesso à energia elétrica, por incrível que pareça, no começo do século XXI, ainda é um desafio para nós. Dos 12 milhões de famílias brasileiras que ainda não têm acesso à energia, quase metade está no Nordeste; e quando a gente geo-referencia o endereço delas, cai nos mesmos bolsões. Outro é o acesso ao atendimento de saúde; também já encontramos caminhos muito interessantes para isso, falta escala.

Esse conjunto de políticas que são assistenciais e sociais é da mais alta relevância, mas o que ouvimos aqui relatado pelo Banco do Nordeste, sobre o Crediamigo, para mim é um outro tipo de política que também pode se destinar a essa clientela, com inadimplência menor que 1%, que é o que eu chamo de financiamento à economia popular e ao microempreendedorismo. Não é assistencial, mas é uma política que começa social, mas que pode ir elevando as condições de sobrevivência das pessoas. Então, eu colocaria o Crediamigo nesse primeiro grande bloco, distinguindo-o das políticas sociais e dizendo que ele é uma política de criação das primeiras condições de inserção. E junto com ela eu coloco a educação de qualidade. A gente já tem assegurado hoje, para as futuras gerações, 94% do acesso ao ensino fundamental. Acho que aí tem uma veia que também precisa ser percorrida, porque você prepararia aí as gerações do futuro, dando a elas um lastro educacional básico inicial.

O segundo grande desafio também permanece, e já apareceu aqui nas várias estatísticas que foram apresentadas. Não é social, é econômico; é o hiato que ainda separa o Nordeste do Sudeste e do Sul do Brasil, principalmente: o tamanho da base produtiva relativamente menor do que o tamanho da base demográfica, que é uma realidade nortista e nordestina, e que remete ao mesmo desafio: ampliar a base produtiva.

Com esse hiato, um outro velho problema permanece, que é a renda média da Região continuar sendo a metade da renda média do País. Esse problema estava lá nos anos 1950, e os números mostram que, apesar de todo o esforço, de pequenas diferenças a favor da Região em algumas conjunturas, esse dado estrutural permanece. E ele atinge não somente os pobres, ele atinge o conjunto da população, porque, ao estreitar o mercado regional, as oportunidades ficam mais difíceis para todo mundo. Não é à toa que continua saindo gente da Região para ter oportunidades fora. Não é à toa que os dados de salário continuam a mostrar que, para a mesma profissão, a mesma atividade, às vezes na mesma empresa, o salário no Nordeste é menor do que o salário no Sul e no Sudeste.

Esta é uma herança que permanece como desafio, com uma mudança fundamental dos anos 1950 para cá, que também já apareceu num gráfico que, se não me engano, foi o Alencar que mostrou: é que, do ponto de vista da dinâmica econômica, o Nordeste se integrou à dinâmica brasileira. Aquela frase que Furtado disse no GTDN – “O Sudeste vai bem se o Nordeste vai mal” – não pode mais ser reescrita, porque isso mudou: quando o Sudeste vai bem, o Nordeste vai bem; quando o Sudeste vai mal, o Nordeste vai mal. O processo de integração do mercado nacional soldou essas dinâmicas; o gráfico que ele apresentou revela isso com toda clareza. Portanto, por conta dessa mudança, quais são as políticas? São políticas nacionais relevantes, com prioridade para o Nordeste. Como é que se resolve essa herança? Na minha visão, com políticas nacionais que tratem o Nordeste com prioridade. E aí, a gente teria que escolher quais são as políticas nacionais relevantes.

Eu escolheria cinco, e ao escolher essas cinco eu me reaproximo do começo da Sudene. A Sudene ficou conhecida pelos incentivos, mas a proposta inicial da Sudene não era dar incentivos. Nos dois primeiros planos diretores da Sudene, mais de 80% dos investimentos foram gastos com infra-estrutura econômica; infra-estrutura econômica continua sendo uma das políticas nacionais mais relevantes para o Nordeste. Com um desafio adicional: é que o Brasil agora pensa em se integrar à América Latina, já existem mapas de infra-estrutura que constroem essa integração olhando agora para as costas, para onde a gente sempre teve dificuldade de olhar, porque o Brasil sempre olhou para a Europa ou para os

Estados Unidos. Agora, a gente descobriu que é preciso olhar para a América Latina. E para olhar e integrar a América Latina, a rede de infraestrutura econômica, a malha física do que o Campolina chamou 'a integração físico-territorial' é fundamental. E se a gente não tomar cuidado, o Nordeste fica isolado no canto do mapa.

Então, projetos estratégicos aí precisam ser olhados agora com muito cuidado. O traçado da Transnordestina, por exemplo, precisa ser olhado; ele já melhorou, o novo traçado já nos puxa para a área graneleira do Piauí, mas isso é muito pouco, se a gente olhar a logística que está sendo montada para a integração latino-americana. Temos que olhar o mapa todo, não é mais só o mapa do Brasil, é o mapa da América do Sul; e é preciso dar ao Nordeste a chance de participar desse movimento de integração, agora na escala supranacional, até. Então, eu acho que essa seria uma política importantíssima.

A segunda também era um eixo principal do começo da Sudene. A Sudene teve dois grandes pilares no começo, que eram o Departamento de Infra-estrutura e o Departamento de Recursos Humanos; não era o Departamento da Indústria. O Departamento da Indústria ficou famoso quando o projeto reformista, como diz Campolina, foi dinamitado pelos militares. Um grande esforço inicial da Sudene foi formar quadros, foi investir nas pessoas, foi qualificar gente para ela e para a Região. Essa continua sendo uma política estratégica que nos remete a duas políticas nacionais importantíssimas: a política de educação e a política de ciência e tecnologia.

Uma das desvantagens relativas do Nordeste é que a infra-estrutura de ciência e tecnologia do País é excessivamente concentrada de Belo Horizonte para baixo, porque Minas Gerais está dividida ao meio: de Belo Horizonte para cima é Nordeste e de Belo Horizonte para baixo é Sudeste. Acho que aí temos, sim, que ter tratamento prioritário, por exemplo, na interiorização das universidades, principalmente as universidades públicas. Em qualquer cidade média do Sul do País, do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, tem duas universidades, com mestrado, com doutorado; cidades como Caruaru, como Petrolina, no meu Estado, agora é que estão tendo a primeira universidade, e isso é uma desvantagem competitiva da Região.

Essas políticas precisam ser olhadas com um crivo regional; são políticas nacionais, mas têm que ter o crivo da dimensão regional. Mas não só no ensino de segundo grau. Os programas de interiorização do ensino profissionalizante são fundamentais para que a gente possa investir nas pessoas, qualificar as pessoas, para que elas possam ser produtoras e participantes da sociedade em outras condições.

A terceira política é parecida com esta, e não estava com tanta ênfase no GTDN: é a política de inovação. Aí de novo eu concordo com o Campolina; toda a literatura mundial sobre desenvolvimento regional atesta isso: as regiões capazes de inovar estão se dando bem, as que não são capazes de inovar não estão se dando bem. Então, esta é uma variável estratégica. O País tem hoje uma política de inovação; é preciso dar tratamento diferenciado para as regiões tipo Nordeste. Os fundos setoriais já dão, acho que foi um avanço. A nova lei da inovação já dá um tratamento diferenciado, está certo, está correto, é assim que tem que ser. É nas políticas nacionais que se tem que cravar a prioridade para enfrentar o desafio desse ato.

E extensionismo tecnológico. Dentro da política de inovação, é fundamental para o Nordeste o extensionismo tecnológico. A rede de extensionismo foi desmontada no País; ela não faz falta no Sul e Sudeste, mas faz muita falta no Norte e Nordeste. Aí eu digo como o Campolina: aí é Estado; temos que remontar uma rede pública de extensionismo tecnológico, para associar com o crédito. O Banco do Nordeste bate no limite, que é a dificuldade que o produtor tem de melhorar o seu patamar de produção. Não adianta só dar crédito. Então, seria um outro Banco do Nordeste se a gente tivesse um outro resultado, se a gente tivesse uma política de difusão de conhecimento dentro da Região.

A política industrial e de comércio exterior é a minha quarta política estratégica nacional, porque o Nordeste continua tendo uma participação muito pequena na indústria do País, apesar da desconcentração e das mudanças que aconteceram; e tem perdido participação no comércio exterior (o que Roberto Cavalcante chama de insulamento do Nordeste), embora tenha melhorado um pouquinho recentemente. O fundo do poço foi 7% do PIB das exportações brasileiras, está chegando quase a 10%. Mas vejam: 10% das exportações brasileiras são o que a gente representa hoje, e

exportação virou uma variável estratégica para o Brasil. Portanto, essa política nos interessa; é preciso ter a leitura regional dessa política.

A quinta é a política de desenvolvimento agrário, e que embute dentro dela a política de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar, que também era uma velha dificuldade do Nordeste. A gente nunca teve aqui agricultura familiar mercantil, aqui a agricultura familiar era embutida no latifúndio; era a agricultura de subsistência embutida dentro do latifúndio canavieiro, dentro do latifúndio pecuário. Agora é que a gente está valorizando esse potencial da Região, e um apoio, como vem sendo dado através do Pronaf, é uma coisa importante, porque tem a ver com os padrões de pobreza (aí se associa uma coisa a outra), e tem a ver com a mudança na estrutura de distribuição dos ativos para mudar a estrutura de distribuição de renda. Uma velha herança é que você não consegue distribuir a renda porque os ativos, inclusive o ativo terra, estão muito concentrados.

Articulando essas cinco políticas, a sexta política importante é a política de desenvolvimento regional. Aí eu acho que esse governo deu um avanço interessante na concepção, não ainda na implementação; é uma política que tem R\$ 100 milhões, ainda, por ano, e com R\$ 100 milhões por ano a gente não dá nem o passo inicial (isso sem crédito, eu quero é dinheiro do governo, o crédito é complemento). Mas, na concepção, acho que a política tem um avanço importante no tratamento em diversas escalas, e acho que essa foi uma discussão importante.

Na escala macrorregional, os desafios continuam sendo Norte e Nordeste, mas na escala sub-regional o Nordeste é um mosaico, uma colcha de retalhos: tem áreas ricas no Nordeste, tem áreas dinâmicas e de renda média no Nordeste, e tem áreas, também, de renda baixa e sem dinâmica nenhuma no Nordeste. Essa diversidade precisa ser tratada. Aí eu digo que ela articula as outras porque eu continuo acreditando que é a partir do território que você articula as políticas setoriais. Se alguém quiser integrar Governo Federal em Brasília, eu recomendo desistir; é tarefa impossível. Onde é que a gente tem a mínima chance de integrar políticas federais? Nos locais, a população em cima, tendo seu projeto, sabendo que quer isso e quer aquilo, porque quer ser competente em tal e tal atividade.

A abordagem sub-regional é muito importante porque ela vai puxar essas outras políticas, ela vai poder articular essas outras políticas. E tem uma segunda vantagem importante: é que ela revela a outra coisa que a gente escondeu no século XX no Brasil. A exagerada concentração econômica que a gente fez no Brasil, no século XX, escondeu da sociedade brasileira um dos nossos maiores patrimônios, que é do Brasil, mas é também do Nordeste, e escondeu particularmente do Nordeste, porque no imaginário brasileiro o Nordeste ficou chancelado com a marca de região pobre, e o Nordeste não é uma região pobre, é uma região de bolsões de pobreza, mas é uma região com potencial, uma região que pode contribuir para o desenvolvimento do País. E não há receitas simples: não é irrigação que vai salvar o Nordeste, não é infra-estrutura que vai salvar o Nordeste; este mosaico precisa ser trabalhado na sua complexidade, na sua diversidade, e na escala sub-regional a gente consegue dar conta dessa diversidade.

O terceiro grande desafio é o semi-árido, que continua sendo um grande desafio. O Nordeste tem 28% da população do Brasil e só responde por 14% do PIB do Brasil. O semi-árido tem 40% da população do Nordeste e só responde por 20% do PIB do Nordeste. Portanto, temos um desafio especial dentro do Nordeste. E aí teve uma mudança relevante (essa minha única divergência com o Campolina): o desmonte da estrutura secular do semi-árido foi uma mudança estrutural da maior relevância, e eu considero que não foi uma mudança para o mal, foi uma mudança para o bem. Quando o algodão desmontou no semi-árido nos anos 1980 e a abertura comercial chancelou o desmonte nos anos 1990, ele arrastou a pecuária, e aí desmontou os dois pilares de uma estrutura secular geradora de pobreza. Junto veio o terceiro pilar, que era o pilar mais frágil, que era a agricultura de subsistência.

O que aconteceu no semi-árido de 1980 ou 1990 para cá? Com a elite, quem melhor me definiu foi um antigo pecuarista que eu entrevistei no Rio Grande do Norte. Ele disse: “minha filha, meu avô tinha duas famílias, 18 filhos, todos nós estudamos no Rio de Janeiro. Eu só tenho uma família, quatro filhos e não consigo tirá-los de Natal”. Ou seja, houve uma descapitalização da elite e uma perda de poder político, também, que veio junto. Ótimo, nada a lamentar. Do ponto de vista do produtor de

algodão embutido dentro do latifúndio, foi uma tragédia inicialmente, porque ele perdeu a única fonte de renda monetária que ele tinha. Mas, quando eu olho para o semi-árido hoje, acho que a sociedade que está ali está redescobrando o semi-árido. Então, eu acho que a grande vantagem desse desmonte é que nós estamos olhando diferente o semi-árido do Nordeste, nós estamos redescobrando atividades.

Pedro Eugênio falou de uma aqui: a ovinocaprinocultura. Quando eu entrei na Sudene, o pessoal dizia: “esquece, isso é coisa de pobre, temos que pensar na pecuária bovina”. Só que em pecuária bovina nós não competimos com o Centro-Oeste, é batalha perdida, mas na ovinocaprinocultura nós competimos com o Centro-Oeste, com o Sul, com o Sudeste, e podemos competir mundialmente, numa atividade que, convenhamos, é muito mais adaptada à ecologia do semi-árido do que um animal de grande porte como o bovino.

Descobrimos várias outras atividades: as oleaginosas estão voltando, agora tem o uso do biodiesel para as oleaginosas; e oleaginosa dá no sequeiro, ela é mais associada ao ecossistema semi-árido do que outras atividades, do que milho e feijão, que se tem que plantar na hora certa numa região em que chove nas horas erradas. Então, aquela escolha histórica estava errada, assim como as pessoas lúcidas que escreveram sobre o semi-árido sem falar nas oleaginosas. Então, eu acho que tem uma outra leitura que é uma oportunidade para a Região. Portanto, políticas que foquem essas novas oportunidades no semi-árido podem ser políticas importantes.

Então, eu escolhi os três. Acho que existem políticas adequadas, acho que temos já descobertas algumas formas de tratar com elas, portanto acho que o exemplo do Banco do Nordeste me deixa muito otimista. Quando a gente ouve aqui representantes do BNB falarem dessa mudança que eles fizeram nesses poucos anos, o que é que eles revelaram no fundo? Revelaram que tem potencial na Região, que tem gente querendo produzir, que tem gente que, se apoiada, é capaz de ter uma inserção diferente na vida do País. Muito obrigada.

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Muitíssimo obrigado, Tânia Bacelar, por sua análise. Vamos passar a palavra agora para o professor Nilson Holanda.

Nilson Craveiro Holanda

Meu caro diretor Pedro Eugênio, cara professora Tânia Bacelar, minhas senhoras e meus senhores. É para mim uma grande satisfação e uma honra poder participar desse fórum, especialmente depois de ter assistido as exposições do diretor Pedro Eugênio e de superintendentes, que me reanimaram um pouco e tiraram um pouco da minha postura muito pessimista com que eu venho encarando esse problema regional. Eu sempre tenho dito que o Banco do Nordeste é uma das experiências mais extraordinárias de desenvolvimento institucional no Brasil, pela sua continuidade, pela capacidade de estar à frente das tendências; mas o Banco teve um pequeno acidente de percurso, enfrentou algumas dificuldades, mas novamente retomou a sua trajetória tradicional.

Para mostrar como ele está coerente com essas tradições, o Banco, desde o início, se caracterizou muito bem como um banco de desenvolvimento, que precisava, inclusive, ter lucro para financiar suas operações, como um banco de desenvolvimento misto, numa época em que se considerava esse modelo um modelo não adequado; tanto que quando foi feita a reforma bancária no período militar, se tentou estabelecer um sistema de bancos especializados, em que os bancos de desenvolvimento teriam que ser puros, ou seja, não poderiam ter uma carteira de crédito comercial. E nós, pela nossa experiência, verificamos que um banco de desenvolvimento em uma região atrasada teria muito mais flexibilidade, teria muito mais capacidade de atuar, se incorporasse às ações de fomento, de financiamento de longo prazo, também o financiamento de curto prazo; além do que, o financiamento de curto prazo permitia que o Banco estivesse mais próximo ao cliente, e não tivesse apenas aquele contato episódico do banco de desenvolvimento puro.

Quando Roberto Campos fez a reforma bancária e criou os bancos de investimento, a idéia dele era que estes bancos de investimento iam

substituir os bancos de desenvolvimento oficiais. Não restou nenhum deles; muitos quebraram, outros foram palcos de grandes escândalos, e outros se transformaram em simples financiadores de capital de giro. Ainda hoje no Brasil, do ponto de vista do desenvolvimento, se você eliminar o sistema bancário privado, não vai sentir nenhuma falta. Alguns vão talvez discordar disso, porque hoje os bancos atuam simplesmente financiando o setor público; alguns até têm uma classificação mais cáustica, dizem que “são os gigolôs da viúva”, nada mais, e com isso ganham muito dinheiro. Por que iriam financiar projetos de desenvolvimento, que rendem menos e têm custos muito mais elevados?

Eu fiquei muito impressionado com a exposição sobre o desenvolvimento do Crediamigo. Mas, para mostrar como há uma continuidade, este livro que foi publicado agora recentemente, sobre a história do Banco, eu não sei se tem a fotografia da primeira operação de microcrédito financiada pelo Banco¹⁵; foi a primeira operação do Banco do Nordeste. Está lá o gerente Aristóteles Cordeiro, que era o gerente emprestado pelo Banco do Brasil, todo sorridente, cumprimentando o jangadeiro que financiou a jangada. Não sei se era o Jerônimo. Infelizmente, o jangadeiro não pagou o empréstimo; e foi essa a primeira experiência. O Banco estava muito à frente do seu tempo, não havia condições de continuar nessa linha.

Depois, quando eu era o presidente do Banco, criei em caráter muito experimental um programa de crédito a microempresas; mas meu sucessor, Camillo Calazans, a primeira coisa que fez foi eliminar esse programa. Eu tive a recompensa, porque minha esposa, uma vez, aqui fazendo compras em uma pequena confecção têxtil, quando o microempresário perguntou e ela se identificou como sendo a minha esposa, ele abriu o cofre e tirou lá a fotografia do dia em que assinei o crédito de microempresário com ele. Mas o Banco ainda estava, também, muito à frente do nosso tempo; e agora nós vemos essa experiência consolidada e podemos ter orgulho de ver o Banco como o patrocinador do maior programa de microcrédito do Brasil.

¹⁵ OLIVEIRA, C. M. S. de; VIANNA, P. J. R. *Desenvolvimento regional: 50 anos do BNB*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005.

A Tânia falou, por exemplo, na necessidade da extensão. Poucos sabem que quando o Banco foi criado, foram criadas ao mesmo tempo duas instituições singulares: uma foi o Etene, que na época teve uma liderança entre estudos e pesquisas econômicas do País; e a outra foi a Ancar, que foi a segunda experiência de extensão rural no Brasil (a primeira foi a Ancar, em Minas Gerais), depois se transformou em Abcar e depois em Embrater, que é o sistema nacional de extensão rural, depois eliminado nas reformas do furacão colorido do governo Collor.

Durante muito tempo, nós tentamos também instalar um programa de pequena indústria, e a nossa tese era de que só devia haver crédito para pequena indústria quando existisse um sistema de assistência às empresas industriais, porque o problema delas era muito mais de assistência técnica do que de crédito. Por isso, depois, o Banco do Nordeste e a Sudene criaram o sistema dos Núcleos Estaduais de Assistência Empresarial, depois de Assistência Industrial, que pouca gente sabe que foi a semente do atual Sistema Sebrae. Então, essas idéias vêm de muito longe, e é muito bom ver como elas se consolidam.

Quando eu estava na Secretaria de Políticas Regionais (eu vou mencionar, e vocês vão ver como minha visão é pessimista), ao preparar subsídios para o plano plurianual da época, eu sugeri que nós deveríamos aqui desenvolver alguns serviços modernos, entre os quais, o que se me afigurava bastante viável era o desenvolvimento de softwares e a exportação de softwares, como faz hoje a Índia, que é o segundo maior exportador de softwares do mundo. Isso suscitou do meu interlocutor no Planejamento um sorriso sarcástico, como se eu estivesse propondo uma coisa absurda, e eu disse para ele: “É uma coisa curiosa, vocês hoje falam muito em turismo, que o turismo é muito importante e é um sucesso, mas o Nordeste é uma região de 40 milhões de habitantes, não é uma ilha do Caribe, com 10.000 habitantes, em que o turismo pode triplicar o PIB rapidamente”. Só que se há uma pessoa que foi responsável pelo desenvolvimento turístico do Nordeste, que foi aqui mencionado pelo Campolina, chama-se Rubens Costa, ex-superintendente da Sudene, ex-presidente do Banco do Nordeste, nosso colega, ex-presidente do Banco do Brasil e do BNH. O Rubens era um turista nato, ele adorava turismo oficial, viajava para toda parte; depois no BID, então, ele viajava muito.

Eu ainda me lembro como se fosse hoje, quando ele disse: “Nós temos todas as condições de ter turismo no Nordeste”. E começou com uma campanha de turismo. A primeira campanha de turismo “Visite o Nordeste”, feita em conjunto pelo Banco e a Sudene (a Sudene sempre tratava isso de forma um tanto relutante), foi motivo de chacota nacional. Suscitou até um artigo do Stanislaw Ponte Preta, porque era uma piada alguém querer fazer turismo no Nordeste. Fortaleza tinha dois hotéis, Natal tinha um hotel central que ainda era um hotel decente, foi construído pelo governo do Estado. Para ir a João Pessoa você teria que ir por Recife e voltar no mesmo dia, porque não havia um hotel em João Pessoa, o primeiro foi construído pelo governo do Estado, o Tambaú; e assim por diante, o Nordeste não tinha infra-estrutura turística nenhuma.

Hoje nós temos, por exemplo, Fortaleza atingindo padrões de ser realmente uma cidade turística; e, pelos últimos números que vi, o número de turistas previsto para esse ano equivale à população da cidade, então hoje o turismo é uma atividade consolidada. Mas, quando primeiro se pensou nisso, isso parecia uma coisa absurda, e foi o BNB e a Sudene que fizeram esse descortino. De modo que eu queria assegurar aqui ao diretor que todos nós estamos convencidos de que o Banco superou as suas dificuldades temporárias e retomou uma trajetória que eu sei que vai levá-lo muito longe. Inclusive, superando aquela estatística, que foi muito feliz, porque o ponto mais alto do patrimônio do Banco foi na minha gestão. Só vai ser superado nesta gestão.

Mas eu queria pedir desculpas porque, em função de uma série de dificuldades pessoais, eu não trouxe um documento escrito; peguei algumas notas muito rápidas, e vou apenas referir os pontos mais importantes. Peço desculpas também, de antemão, porque elas são um pouco críticas, e aqui e ali eu sempre adoto a norma do José Maria Alckmin, que dizia que falar mal do governo é tão gostoso que não deve ser um privilégio da oposição; e eu considero isso mais como autocrítica, porque realmente, em minha opinião, nós estamos vivendo um dos momentos mais difíceis em termos de política regional no Brasil. E é importante que nós façamos uma reflexão aprofundada sobre o que deu certo e o que deu errado, onde foi que nós falhamos e onde poderemos colher lições que nos possam levar a novo ciclo de crescimento e de desenvolvimento.

A minha tese é de que nós vivemos um dos piores momentos da história das políticas regionais em nosso país. Praticamente não temos uma política de desenvolvimento regional. Mesmo porque, segundo alguns, não temos também uma política nacional de desenvolvimento, porque essa política macroeconômica que nós temos hoje, de gerar superávit primário para pagar juros correspondentes a 10% do PIB, para mim é uma política que está fadada ao fracasso logo de início.

O tema regional tornou-se cansativo e desacreditado. A Sudam e a Sudene foram extintas; pior ainda, sob o pretexto de incompetentes e corruptas, e nisso envolvendo uma grande injustiça, particularmente com relação à Sudene. Os incentivos fiscais também foram mutilados, e apenas o Banco do Nordeste e os fundos constitucionais permanecem, e ainda assim com certas ameaças, como as que foram mencionadas pelo diretor do Banco.

Relembro que, há 50 anos, Celso Furtado disse que o Nordeste era a mais extensa e populosa região subdesenvolvida do hemisfério ocidental. Essa situação também não mudou muito quando fazemos comparações internacionais. Por outro lado, há exatamente 50 anos, quando ingressei no Banco do Nordeste fazendo parte de sua primeira equipe de funcionários, a lição básica que recebíamos em nosso treinamento inicial era de que o Banco fora criado – se não me engano pela Mensagem 363, um dos documentos mais extraordinários de política regional que nós temos, escrito pelo então chefe da assessoria econômica de Getúlio Vargas, Rômulo de Almeida, primeiro presidente do Banco e autor do projeto de criação do Banco – para contribuir na transformação da estratégia para o Nordeste, evoluindo das políticas defensivas da solução hidráulica, das obras contra as secas, para uma política afirmativa de promoção do desenvolvimento econômico. Essa era a grande virada que se pensava naquela época. Essa política havia sido esboçada por Rômulo de Almeida, recebera subsídios valiosos de um clássico ensaio de Hans Singer¹⁶, que fez uma missão de assistência técnica das Nações Unidas, de Stefan Robock, que foi o chefe da missão de assistência técnica da ONU

¹⁶ SINGER, H. W. *Estudo sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962. 143 p.

ao recém-criado Etene, e foi finalmente formulada de forma extremamente brilhante e altamente criativa no famoso relatório do GTDN, que foi escrito pelo Celso Furtado.

Hoje, pelo que se lê nos jornais, destaca-se como projeto emblemático do atual governo a transposição do rio São Francisco. Sem negar o mérito desse projeto, até parece que fizemos um círculo completo e voltamos para a solução hidráulica da qual supúnhamos ter saído há 50 anos. Eu peço desculpas aqui àqueles heróis como o Galvão, que continuam no Ministério do Interior batalhando para que isso não aconteça; ou seja, para que tenhamos realmente uma política de desenvolvimento regional.

Generalizam-se as críticas e a percepção de que a política regional é sinônima de fracasso, desperdício e retrocesso. Pretende-se relegar ao lixo da história uma das experiências mais ricas de desenvolvimento regional do mundo, como a vivenciada pela Sudene, com o apoio do Banco do Nordeste. Criada em 1959, essa instituição teve de início um grande sucesso: institucionalizou o planejamento regional, antes que existisse no País o planejamento nacional, que só viria a se estabelecer no plano do governo militar, depois de 64; comandou um processo de modernização da economia nordestina que induziu um ciclo de crescimento econômico acelerado para a Região, permitindo uma modesta redução no desequilíbrio entre o Nordeste e o resto do País, algo que até hoje está sendo contestado; mas depois foi sendo progressivamente esvaziada, como parte do processo de retrocesso econômico e crise fiscal, e daquilo que eu denomino de desconstrução do Estado brasileiro nos últimos anos.

Pior ainda, a Sudene tornou-se obsoleta, e aqui começa a autocrítica: tornou-se obsoleta e recusou-se a mudar; precisava ser reformada drasticamente, mas se rendeu ao clientelismo técnico, político e empresarial e ao corporativismo interno, e se tornou impermeável a qualquer projeto de reforma, cultivando um saudosismo pouco sadio de seus anos dourados nos inícios da década de 1960. Terminou melancolicamente, sendo extinta pelo governo Fernando Henrique, que continuou a aplicar a esdrúxula doutrina que já vinha de governos anteriores, que fora consolidado pelo governo Collor, de extinguir as instituições claudicantes ao invés de punir os seus maus administradores. Uma prática semelhante à dos reis medievais que mandavam executar os mensageiros que traziam más notícias.

Nós estamos vendo, agora, uma das instituições que tinham a maior credibilidade no País, que eram os Correios, que fizeram a maior reforma administrativa que esse país já conheceu – porque nós tivemos Correios, aí pela década de 1960, que era o pior correio do mundo, que fez uma reforma e se transformou no melhor correio do mundo –, hoje sendo prejudicado por causa de dois ou três diretores que adotaram práticas excessivamente criativas.

Esses eventos são resultados de um longo processo, que teve origem na crise fiscal do Estado brasileiro, e de uma singular solução para o problema: a sua desconstrução, a pretexto de reforma do Estado. Eu não sou contra a reforma no Estado, acho que devíamos fazer essa reforma, mas no Brasil ela foi confundida com uma agenda negativa de destruição do Estado brasileiro. A primeira crise, a fiscal, vem do final do governo militar e se aprofunda no governo democrático de José Sarney, com a conseqüente exacerbação da inflação. Nesse contexto, incentivo fiscal vira nome feio, é renúncia fiscal, algo que precisa ser eliminado a qualquer preço, conforme a postura da nova doutrina do tesourismo (o conluio do Tesouro forte com a tesoura afiada), doutrina persistente e que ainda hoje é o fator dominante da política governamental.

Ainda hoje, nós vimos o Alencar, aqui, mostrando que o Etene está retomando as publicações, tinha ficado oito anos sem publicar – isso, sem dúvida, com o objetivo de cortar gastos e fazer uma grande economia de papel – uma postura sempre contrária à minha. Minha postura sempre foi de que devíamos publicar, publicar, publicar; mesmo porque, na pior das hipóteses, nós estaríamos estimulando a indústria gráfica e de papel e celulose. Pedro Jorge, continue a ler Keynes.

Essas questões me preocupavam há muito tempo e eu me debrucei sobre elas quando ocupei o cargo de secretário adjunto de Políticas Regionais, quando, no primeiro governo de Fernando Henrique, foi extinto o Ministério da Integração Regional e criada uma Secretaria dentro do Ministério do Planejamento. Àquela época, eu pressenti que os instrumentos de política regional haviam perdido eficácia e estavam ameaçados de extinção. Para salvá-los, era preciso fazer uma reforma profunda e, em minha opinião, radical; achei que o mais lógico, então, era começar com uma avaliação do *status quo*.

Montei, assim, um projeto de avaliação dos incentivos fiscais e dos Fundos Constitucionais. Eu sabia que ia ter resistência da Sudene, mas esperava ter apoio do Banco do Nordeste. Não obtive apoio em lugar nenhum, e no final deixei um projeto completo dizendo ao ministro: “olha, está aqui para o presidente, se ele quiser fazer essa avaliação”. É que eu achava que, para reformar, nós precisávamos ter base em dados concretos de como andam as coisas, e se não houvesse um apoio forte não haveria condição, porque os órgãos regionais estavam contra; havia aquela aliança entre corporativismo interno, clientelismo político e os interesses empresariais que ninguém queria mexer.

Além disso, eu achava que toda a questão do Nordeste deveria ser revisada, particularmente do ponto de vista da questão estratégica e institucional. Não achei apoio em lugar nenhum, e foi uma experiência muito interessante, porque depois de várias transformações, em que o Ministério do Interior virou uma espécie de instituição mutante (um pouco desses seres mutantes de filmes de terror, porque ora era extinto, transformado numa secretaria, depois voltava a ser ministério, novamente era transformado em secretaria) e adotaram, finalmente, a solução mais criativa, que merecia um prêmio Nobel de criatividade, que foi criar a Secretaria de Políticas Regionais como parte do Ministério do Planejamento, usando esse Ministério como uma espécie de barriga de aluguel. E a preocupação do pessoal do Ministério do Planejamento, com quem eu discutia, era impedir que se fizesse qualquer proposta de reforma, porque a impressão deles era de que isso iria gerar novas despesas, e a norma era o tesourismo.

Não contente, tentei elaborar alguns documentos básicos que pudessem servir de balizamento para o futuro, em termos de estratégia, e deixei publicados quatro documentos. Aqui eu tenho dois: um documento de indicações estratégicas; um documento para o Nordeste, um para o Centro-Oeste e outro para o Norte. Nesses documentos nós tentamos dar ênfase, primeiro, à estratégia, ou seja, a estratégia que orienta todo o processo de planejamento e formulação de planos (não adianta fazer planos se você não tiver uma estratégia de longo prazo que dê um certo sentido e uma certa unidade e consistência a esses planos); depois, instrumentos, tanto financeiros quanto não financeiros (não adianta ter estratégias e planos se

não tivermos instrumentos); e instituições, porque são elas que devem operar esses instrumentos. E esses instrumentos têm de ser operados com eficiência, com eficácia, assegurando altos níveis de desempenho.

Em termos de objetivos gerais, o que se pretendia era uma redefinição de estratégias, no contexto dos chamados “novos paradigmas de desenvolvimento”, e uma avaliação de instrumentos e instituições tendo em vista a maior eficiência e o melhor desempenho de uns e outros. Na época, nós tínhamos considerado quais seriam os eixos da estratégia, mas ficamos impossibilitados de falar na palavra eixos, porque o Ministério do Planejamento estava dando ênfase àqueles eixos regionais, em que se pretendia estabelecer uma nova geografia, e eu não via muito sentido naqueles eixos, que surgiram na idéia do Eliezer Batista, da Vale do Rio Doce, e raciocinavam principalmente em termos de infra-estrutura, que eram importantes, mas que na realidade não caracterizavam uma estratégia de desenvolvimento regional. Então, tivemos que usar um termo diferente: vetores estruturadores.

Quais eram esses vetores? Basicamente recursos humanos, educação e capacitação, desenvolvimento científico e tecnológico, consolidação e modernização de infra-estrutura, reforma institucional e mobilização de fontes de financiamento. Com base nesses vetores, teríamos alguns objetivos prioritários: a reestruturação produtiva, com desconcentração; a competitividade e qualidade; a inserção internacional e a geração de emprego e renda. Havia, assim, certa hierarquia para esses objetivos, ou seja, a reestruturação produtiva deveria assegurar condições de competitividade para as atividades econômicas, a competitividade garantiria a inserção internacional, e todas as estratégias convergem para criação de oportunidades de emprego e geração de renda. Então, isso era, em linhas gerais, o que estava aqui.

Hoje, eu fiquei muito feliz por ver em várias exposições que é exatamente isso que foi dito aqui, nas magníficas exposições do Galvão, do Campolina e da professora Tânia. Mas o que me preocupa agora – por isso que eu acho que nós precisamos mobilizar o que houver de melhor da intelectualidade nacional e regional – é que precisamos refletir profundamente sobre essas questões e fazer propostas que representem, realmente, um grande avanço em termos institucionais, estratégicos e de

instrumentos. Porque começam a surgir críticas ao suposto fracasso das políticas regionais, que não teriam alcançado os objetivos de redução das disparidades regionais e, menos ainda, diminuído os elevados índices de pobreza do Nordeste. Isso teria sido resultado da incompetência das instituições, e como tal não haveria mais espaço para a formulação de planos e políticas regionais.

Aqui existem alguns erros de fato e equívocos de interpretação. Tanto na perspectiva histórica – freqüentemente as pessoas raciocinam em termos do hoje e generalizam para períodos mais longos, ou de forma atemporal –, como na abordagem reducionista de generalizações de experiências tão diferentes como as da Sudene, da Sudam, da Suframa e até da falecida Sudeco.

Com todas as suas falhas, a experiência do Nordeste foi muito rica e, podemos dizer, parcialmente bem-sucedida. A política do Nordeste, eu preciso dizer, foi concebida principalmente como uma política de desenvolvimento, que só marginalmente poderia contribuir para a redução da pobreza. Do ponto de vista da equidade, seu maior mérito seria democratizar oportunidades.

A política regional é uma política econômica que visa reequilibrar estruturas e fluxos econômicos, considerada uma determinada base territorial. A política de redução da pobreza é uma política social, de âmbito nacional. A pobreza deve ser combatida onde ela estiver, independentemente da região ou território; ela deve ser focalizada, objetivamente, no indivíduo, e não em abstrações coletivas como região ou sub-região.

Outra coisa: fazer desenvolvimento regional não é algo que se consiga rapidamente; todos os países de grande dimensão têm problemas regionais, como é o caso da Itália, que até hoje não resolveu seu problema; e dos Estados Unidos, onde há os chamados Montes Apalaches, que há duzentos anos são a região mais subdesenvolvida dos Estados Unidos e continuam a ser. Na Europa, um terço do orçamento da Comunidade Européia é dedicado a combater as disparidades regionais entre países e dentro dos países membros. De modo que esse é um tema que não pode ser tratado de forma superficial, esperando-se que possa ser resolvido facilmente.

Alguns erros podem ter sido cometidos na abordagem regional, que ignorou diferenças entre Estados e sub-regiões, em seu primeiro estágio, e hoje nós já vimos que vários outros enfoques podem ser utilizados, como o sub-regional. E temos hoje instrumentos que não existiam no passado, como esse que mencionou o Galvão, o dos arranjos produtivos locais, o do zoneamento econômico-ecológico, o da visão de sistemas e redes de cooperação de fomento, na medida em que todas estas técnicas se tornem mais e mais operacionais em função da disponibilidade de dados.

Continuam válidas todas aquelas prioridades que mencionei, mas acredito que a política regional não pode existir nem funcionar sem estruturas e sistemas consistentes e eficazes de política nacional. No quadro atual de desordem financeira e planejamento esvaziado, não há muito que fazer no plano regional.

Que outras observações eu poderia fazer? Uma delas é que, na medida em que os recursos se tomam cada vez mais escassos, não podemos nos dar ao luxo de termos políticas mal formuladas ou inadequadas, instituições disfuncionais ou ineficientes, programas sem objetivos bem definidos e sem sistemas de monitoramento e avaliação. Estas são prioridades que devemos ter em vista daqui para frente.

Em suma: promover o desenvolvimento regional é uma tarefa muito mais complexa e difícil, talvez a tarefa mais complexa e difícil de política econômica, em qualquer país de dimensões continentais. Nossa experiência pode ter tido um sucesso limitado, refletir erros e deficiências, mas ainda assim é extremamente rica de ensinamentos e não pode ser desprezada. O momento atual é de crise e, por isso mesmo, ele abre oportunidades para uma profunda reavaliação de estratégias, objetivos, instrumentos e instituições. Como dizia uma citação, que eu conheço como sendo do Mário Quintana, mas dizem que é de Mao Tse Tung: “a sucata, quanto mais sucata, mais pode ser outra coisa”. Muito obrigado.

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Observando as palavras de Tânia e do professor Nilson Holanda, eu verificava a coincidência: quando ambos apresentaram as suas idéias

a respeito de linhas ou vetores ou eixos, seja o nome que for, aí aparece a necessidade de capacitação, de recursos humanos, de infra-estrutura, de desenvolvimento científico-tecnológico, de desenvolvimento institucional; ou seja, convergimos muito nas idéias, nos planos, nos nossos sonhos e aspirações. E felizmente, afortunadamente, nem tudo é sucata, porque há de se ter instrumentos que possam auxiliar a que as idéias das pessoas e seus sonhos possam ser operacionalizados e transformados em realidade.

Nós entendemos que a experiência que temos tido aqui no Banco faz parte desse tipo de contribuição, de aproveitar essa história extraordinária, dessa instituição que está na raiz, como o Nilson muito bem lembrou, de tantas outras experiências estruturadoras do desenvolvimento regional, e estarmos aqui em condições de apresentar programas, apresentar ações concretas que estão, com certeza, na direção desses nossos sonhos. Evidentemente que temos que juntar muito mais forças e fazer com que as ações de governo, nos diversos planos, e principalmente com a mobilização da sociedade, possam convergir para a construção de um futuro melhor para a nossa região. Muito obrigado a todos vocês, em particular à Tânia e ao Nilson, pela participação nesta mesa, um grande abraço, e esta mesa está encerrada.

ENTREGA DO 3º PRÊMIO BNB DE MICROCRÉDITO NO CEARÁ

Mestre-de-cerimônias

Senhoras e senhores, neste momento daremos início à entrega do 3º Prêmio BNB de Microcrédito no Ceará. A premiação, que consiste em troféu, certificado e um título de capitalização, tem por objetivo reconhecer e estimular iniciativas empresariais de sucesso apoiadas pelo Crediamigo. O BNB vai premiar clientes do Programa de Microcrédito nos setores de Comércio, Indústria e Serviços, eleitos por meio de comissões julgadoras compostas por representantes dos governos, das universidades e das entidades de classe de todos os Estados na área de atuação do Banco.

Inicialmente, no âmbito do setor Comércio, convidamos a microempreendedora Maria Meire Vieira Brito, proprietária de loja de variedades. Para fazer a entrega de seu Prêmio, convidamos o superintendente estadual do BNB no Ceará, Isaías Matos Dantas.

Para receber o 3º Prêmio BNB de Microcrédito no âmbito do setor Indústria, convidamos o microempreendedor Marcos Paulo Maciel de Abreu, fabricante de gêneros alimentícios. Para entregar-lhe o prêmio, convidamos Stélio Gama Lira Júnior.

No âmbito do setor Serviços, convidamos o microempresário Gutemberg Pinto Feitosa, que trabalha no ramo de borracharia e retífica. Para a entrega do prêmio, convidamos o diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB, Pedro Eugênio.

ENCERRAMENTO

Composição da mesa

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB

Mauro Borges Lemos

Secretário Executivo da ANPEC

Mário Mamede

Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, representando o secretário Nilmário Miranda

Nilson Craveiro Holanda

Professor da Universidade de Brasília, ex-presidente do BNB

Tânia Bacelar

Professora da Universidade Federal de Pernambuco.

Mestre-de-cerimônias

Iniciando a solenidade de encerramento do Fórum BNB de Desenvolvimento e do X Encontro Regional de Economia, teremos a assinatura do Termo de Cooperação Técnica que será firmado entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. Neste termo, estão previstas ações visando à divulgação e ao apoio a políticas voltadas à promoção e garantia dos Direitos Humanos, como:

a) promoção do acesso da população aos documentos civis básicos, dando ênfase ao registro civil de nascimento como primeiro documento, com foco na área rural e no segmento voltado para a agricultura familiar;

b) implementação de programas voltados para a inserção social e profissionalização de adolescentes portadores de deficiência ou em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto;

c) desenvolvimento de campanha específica voltada para a doação incentivada de recursos financeiros aos Fundos da Infância e da Adolescência;

d) edição e publicação de material voltado à promoção de garantia dos Direitos Humanos.

Assinarão este termo o diretor de Gestão de Desenvolvimento do BNB, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral, e o secretário adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Mário Mamede.

Convidamos para fazer uso da palavra o secretário Mário Mamede.

Mário Mamede

Boa-tarde às autoridades presentes à mesa e a todos que compõem este plenário e integram este momento comemorativo e de construção do Banco do Nordeste ao longo dos seus 53 anos. Primeiro, quero agradecer, na pessoa do Pedro Eugênio, a toda a direção do Banco do Nordeste: ao Roberto Smith, aos funcionários, às pessoas que conosco tiveram toda a boa vontade de fazer uma longa discussão, para que pudéssemos configurar o que foi feito aqui, representando eu o Nilmário Miranda: a assinatura de um Termo de Parceria que se faz entre o Banco do Nordeste e a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Eu não devo me alongar, o momento é muito nobre, vocês estão cansados de tantas discussões importantes e têm vários aspectos comemorativos pela frente, homenagens que serão prestadas às pessoas pelas quais temos tanto carinho. Vou só dizer da importância deste Termo de Parceria para nós, e tenho certeza que isso espelha também a importância que é dada pelo Banco do Nordeste.

Primeiro, nós somos um órgão de articulação da Presidência com uma missão muito larga. Uma missão de desenvolver, induzir, seduzir, convencer, envolver e estabelecer parcerias nas três esferas da gestão pública, tanto no espaço interministerial como no espaço das instituições que compõem a esfera federal da gestão e da ação política, da ação pública; na esfera das 27 Unidades Federativas, na esfera de todos os municípios, procurando trabalhar na elaboração de uma política absolutamente fundamental para a construção da cidadania e da dignidade e a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Essa ação de articulação passa, seguramente, por outros agentes públicos e sociais. Ela tem que ter uma forte parceria e encontrar uma grande identificação e uma grande confiança, uma reciprocidade muito intrínseca entre a gestão pública e os movimentos sociais. Eu acho que isso está sendo bastante exitoso porque há um envolvimento muito grande de vários movimentos sociais que trabalham com a questão dos Direitos Humanos e que conosco compõem uma parceria permanente, e sempre estão a cobrar, sempre estão na vanguarda, como deve ser o papel da sociedade, tensionando, criticando, fazendo exigências para que o Estado realmente não se arrede do seu mínimo inarredável, que é garantir o direito fundamental de dignidade das pessoas.

Um outro braço importante, já caminhando para as minhas palavras finais, é o mundo empresarial e o setor financeiro. Precisamos buscar um diálogo fraterno, transparente, franco, aprofundado, chamando cada vez mais para um convencimento de que, em um país como o nosso, com uma larguíssima dívida social, em que existem milhões de pessoas na linha da miséria, sem participação social, excluídas inclusive do direito de ter acesso ao registro de nascimento, que é a pedra angular do seu direito de ser cidadão no próprio país, de acesso ao direito fundamental inarredável à alimentação, sem oportunidade de uma escola de qualidade, formadora de cidadãos, enfim, sem acesso a tantas coisas, é preciso cada vez mais (e é exatamente esse o motivo deste convênio) que as empresas públicas, as empresas de economia mista, as empresas privadas, os bancos, principalmente um banco com a feição e a história do Banco do Nordeste, possam estabelecer parcerias com essa visão de responsabilidade social, de compromisso social e, diria, mais que isso, do compromisso ético com a dignidade que o nosso povo merece.

Acreditem todos os companheiros do Banco do Nordeste que fazem esta casa, que constroem esta instituição com tanto zelo e carinho: para nós, este termo é muito importante. Nilmário pediu-me que aqui viesse, eu me desloquei de Brasília para cá para fazer a assinatura em nome dele e da Secretaria, volto daqui a pouco, mas faço isso com muita alegria, seja pela possibilidade de conviver com amigos que aqui revejo com muito carinho, seja pela possibilidade de voltar à minha terra, seja pelo que é o mais fundamental neste momento, que é firmar esta parce-

ria, que seguramente vai ser muito importante para que cada vez mais o Banco cumpra a sua função, a sua missão social, e cada vez mais com o compromisso inarredável desta construção da cidadania, da dignidade que o nosso povo merece. E nós, na Secretaria, sabemos que temos um parceiro que pode abraçar um leque muito grande de ações para que avancemos muito mais nas políticas públicas.

Termino agradecendo a oportunidade, com um abraço muito carinhoso, e quero dizer ao Roberto que firmamos uma parceria que desejamos seja bastante duradoura. Muito obrigado.

Mestre-de-cerimônias

Neste momento, daremos início à entrega do Prêmio BNB de Talentos Universitários e Prêmio BNB de Economia Regional. O primeiro prêmio visa estimular a participação dos jovens universitários no curso da construção de uma nova realidade regional. Já o Prêmio BNB de Economia Regional pretende estimular o estudo e a pesquisa de caráter técnico ou científico no campo das Ciências Econômicas diretamente aplicadas aos problemas regionais.

Teremos inicialmente a entrega do Prêmio BNB de Talentos Universitários. Em 3º lugar, com o título “Construção Sustentável: o Uso de Tijolos Prensados de Solo-cimento na Construção de Moradias de Baixo Custo e Ecologicamente Corretas”, o ganhador foi André Ricardo Alves Guedes Pinto, da Universidade Federal da Paraíba. Impossibilitado de participar desta solenidade, ele receberá o prêmio oportunamente.

Em 2º lugar, com o título “Desempenho Externo do Estado do Ceará 1997-2003: Alguns Resultados sobre o Crescimento Econômico e a Geração de Empregos”, o ganhador foi o estudante da Universidade Federal do Ceará, Vitalo de Lima Paiva. Convidamos o superintendente estadual do Banco do Nordeste no Ceará, Isaías Matos Dantas, para lhe fazer a entrega do certificado e do cheque de R\$ 1.500,00.

Em 1º lugar, com o trabalho intitulado “A Inadimplência nas Áreas de Concentração de Fruteiras no Estado do Ceará”, o ganhador foi Felipe

Muniz Gadelha Sales, da Universidade Federal do Ceará. Convidamos para fazer a entrega do certificado e do cheque de R\$ 2.000,00 o diretor Financeiro e de Câmbio do BNB, Luiz Ethewaldo Guimarães.

Passamos agora à entrega do 9º Prêmio BNB de Economia Regional, categoria Universitária. Em 3º lugar, com o trabalho “Eficiência Técnica – Produtividade e Liderança Tecnológica na Indústria Bancária Brasileira, uma Abordagem Não-paramétrica”, classificou-se o aluno do Curso de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, Luís Otávio Chaval Monte. Para fazer a entrega do certificado e do cheque de R\$ 1.000,00, chamamos o secretário executivo da Anpec, Mauro Borges Lemos.

Em 2º lugar, com o trabalho intitulado “Testes de Robustez e Externalidades Espaciais – o Caso dos Estados Brasileiros e dos Municípios Mineiros”, o ganhador foi Guilherme Mendes Rezende, da Universidade Federal de Minas Gerais. Convidamos Stélio Gama Lyra Júnior, superintendente de Microfinanças e Programas Especiais do BNB, para fazer a entrega do certificado e do cheque de R\$ 1.500,00.

Em 1º lugar, com o trabalho intitulado “Impacto do Sistema de Tributos e Benefícios Sociais sobre a Desigualdade de Renda e a Pobreza: uma Análise para as Grandes Regiões Brasileiras e o Estado de Pernambuco”, o ganhador foi Bruno Rocha da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco. Convidamos para fazer a entrega do certificado e do cheque de R\$ 2.000,00 José Sydrião de Alencar Júnior, superintendente do Etene.

Passamos agora à entrega do 9º Prêmio BNB de Economia Regional – Categoria Profissional. Em 3º lugar, com o trabalho “Externalidades Espaciais e o Crescimento Econômico das Cidades do Estado do Ceará”, o professor da Universidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, Cristiano Aguiar de Oliveira. Para fazer a entrega do certificado e do cheque de R\$ 2.000,00, chamamos o diretor de Gestão de Recursos de Terceiros do BNB, João Emílio Gazzana.

Em 2º lugar, com o trabalho intitulado “Aglomerações em Periferias Industriais no Brasil”, o ganhador foi Édson Paulo Domingues, do Centro

de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais – Cedeplar. Convidamos o professor da Universidade de Brasília e ex-presidente do BNB, Nilson Holanda, para fazer a entrega do certificado e do cheque de R\$ 3.000,00.

Em 1º lugar, com o trabalho intitulado “Quão Pobre Tem Sido o Crescimento Econômico no Nordeste: Evidências para o Período 1991-2000”, o ganhador foi Raul da Mota Silveira Neto, do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco. Para fazer a entrega do certificado e do cheque de R\$ 6.000,00, convidamos o diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB, Pedro Eugênio.

Neste momento, passaremos à entrega dos Escudos de Ouro, um reconhecimento aos anos de serviços prestados por diversos funcionários do BNB, em toda a área de atuação do Banco. Começaremos por Montes Claros, em Minas Gerais, valorizando a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido na área da Superintendência do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Convidamos o gerente de Negócios da Agência de Montes Claros, Domingos Mendes da Silva, funcionário do Banco há 30 anos, para receber o Escudo de Ouro das mãos do superintendente Estadual do BNB no Norte de Minas Gerais e Espírito Santo em exercício, João Nilton. Vemos aí as imagens transmitidas de Montes Claros por videoconferência.

Passamos agora para o Estado da Bahia, onde premiaremos o analista de Negócios da Central de Apoio Operacional de Salvador, Damião Meira Nóbrega, funcionário do Banco há 15 anos. Ele será representado pelo gerente da Cenop, Ruy Heinken, que receberá o Escudo de Ouro das mãos do superintendente Estadual Paulo Sérgio Ferraro.

Neste momento vamos até o Estado de Sergipe, onde será reconhecido o trabalho da analista de Negócios da Central de Apoio Operacional de Aracaju, Marlene Paixão da Silva Oliveira, funcionária do Banco há 30 anos. O superintendente Estadual do BNB em Sergipe, Saumíneo da Silva Nascimento, lhe fará a entrega do Escudo de Ouro.

Passamos agora a Alagoas, parabenizando o gerente da Célula de Negócios da Superintendência do BNB no Estado, Magno Valença de

Barros, por seus 20 anos de trabalho pelo desenvolvimento do Nordeste. O Escudo de Ouro será entregue pelo superintendente Estadual do Banco em Alagoas, José Expedito Neiva Santos.

Vamos agora ao Estado da Paraíba, onde o Banco homenageia o gerente de Negócios da Agência João Pessoa – Epitácio Pessoa, Eduardo Carneiro de Andrade, por seus 20 anos no quadro funcional da Empresa. Convidamos para lhe fazer a entrega do Escudo de Ouro a Superintendente Estadual do BNB na Paraíba, Margarete Bezerra Cavalcante.

Vamos agora ao Estado de Pernambuco, para reconhecer o trabalho desenvolvido pelo gerente de Negócios da Agência Recife – Agame non Magalhães, Marcos Meireles Martins, presente há 30 anos no corpo funcional do BNB. O superintendente Estadual do BNB em Pernambuco, Sérgio Maia de Farias Filho, entrega o Escudo de Ouro ao funcionário.

Neste momento, passaremos ao Estado do Rio Grande do Norte, premiando a gerente executiva da Célula de Contencioso Jurídico de Natal, Maria das Graças Isabel Moura Costa, funcionária do Banco há 20 anos. O Escudo de Ouro será entregue pelo superintendente do BNB no Estado do Rio Grande do Norte, José Maria Vilar da Silva.

Agora iremos até o Maranhão, reconhecer o trabalho do superintendente Estadual Isidro Moraes de Siqueira, que completa 20 anos de BNB. Para entregar o Escudo de Ouro ao funcionário, chamamos José Ribamar Barbosa Belo, do Conselho Deliberativo do Sebrae-Maranhão e da Associação Comercial.

Por fim, serão entregues os Escudos de Ouro da Superintendência Estadual do Ceará e da Direção Geral. Convidamos a assessora da Célula de Apoio Operacional da Superintendência Estadual do BNB no Ceará, Vânia Conceição Queiroz Freitas, integrante do corpo funcional do Banco há 20 anos. Convidamos o superintendente do BNB no Ceará, Isaías Matos Dantas, para fazer a entrega do Escudo de Ouro à funcionária.

Neste momento, representando a Direção Geral do BNB, convidamos o funcionário Osmar Barroso Pimentel, gerente de Negócios do Ambiente de Estratégias de Tecnologia, da Área de Tecnologia da Informação, que receberá o Escudo de Ouro das mãos da superintendente de

Desenvolvimento Humano, Zilana Melo Ribeiro, por seus 15 anos de trabalho no Banco.

A gerente do Ambiente de Desenvolvimento Humano, da Área de Desenvolvimento Humano, Maria Luíza Souza Barbosa, funcionária do Banco há 20 anos, receberá o Escudo de Ouro das mãos da professora Tânia Bacelar, da Universidade Federal de Pernambuco.

A funcionária Maria Luíza Pontes de Siqueira, consultora interna do Ambiente de Desenvolvimento Humano, da Área de Desenvolvimento Humano do Banco, receberá o Escudo de Ouro das mãos do superintendente de Controle Financeiro, João Francisco de Freitas Peixoto.

A funcionária Pascale Correia Rocha Pereira, consultora interna do Ambiente de Estratégias de Tecnologia, da Área de Tecnologia da Informação, receberá o Escudo de Ouro das mãos do diretor de Administração de Recursos de Terceiros do BNB, João Emílio Gazzana, por seus 25 anos de presença no corpo funcional do Banco.

A consultora interna do Ambiente de Microfinanças, da Área de Microfinanças e Projetos Especiais, Rosa Batista Pimentel, funcionária do Banco há 30 anos, receberá o Escudo de Ouro das mãos do diretor Financeiro e de Câmbio do BNB, Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimarães.

Convidamos a superintendente de Desenvolvimento Humano, Zilana Melo Ribeiro, para fazer a entrega do Escudo de Ouro a Maria José Augusto Chaves, por 30 anos de serviços no Banco do Nordeste.

Em Teresina, no Piauí, estamos homenageando Tarcísio Marinelli, analista de Negócios da Central de Apoio Operacional de Teresina, por 25 anos de serviços ao Banco. Ele recebe o Escudo de Ouro das mãos do superintendente Estadual do BNB no Piauí, José Agostinho de Carvalho Neto.

Neste momento, passaremos à entrega da Comenda Mérito BNB ao ex-diretor Joaquim Batista Fernandes e ao ex-presidente e funcionário aposentado do Banco, Nilson Holanda, em reconhecimento aos serviços prestados em prol do desenvolvimento social e econômico do Nordeste brasileiro.

Joaquim Batista Fernandes é natural de Santos-SP, nasceu em 1924 e mudou-se para o Ceará na década de 50, quando se incorporou à equipe de implantação do BNB. Iniciou carreira por concurso público como funcionário do Banco do Brasil. Cedido ao BNB, prestou serviços na organização e normalização das atividades do Banco, entre 1954 e 1960. Em 1961, passou a fazer parte do quadro de funcionários do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em Washington. Voltou ao Brasil em 1968.

No Rio de Janeiro, após aposentar-se do Banco do Brasil, compôs a assessoria da Presidência da Confederação Nacional das Indústrias, além das diretorias de mais dois bancos privados. Retornou ao Banco do Nordeste do Brasil em 1974, como diretor Industrial e de Investimentos; na época, o BNB era presidido pelo economista Nilson Holanda. De 1979 a 1995, desenvolveu atividades no setor privado nos ramos comercial e industrial. Nesse intervalo de tempo, participou ativamente dos trabalhos da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, bem como de outras entidades de classe no Estado. Atualmente, presta assessoria à Fundação Caixa do Povo, entidade que desenvolve programa de microcrédito. Além disso, é autor de trabalho de retrospecto histórico do Banco do Nordeste do Brasil S.A., prestes a ser publicado, relativo ao período 1954-1994.

Convidamos o diretor Financeiro e de Câmbio, Luiz Ethewaldo Guimarães, para fazer a entrega da Comenda Mérito BNB ao Sr. Joaquim Batista Fernandes.

Joaquim Batista Fernandes

Este é um momento de muita emoção para mim, evocativo de uma fase feliz da minha vida profissional e pessoal. Há 51 anos, precisamente, eu, apenas um sulista curioso das coisas do Nordeste, acompanhado de minha mulher e de meu primeiro filho, vim aqui a Fortaleza para apresentar-me ao Banco do Nordeste, cedido pelo Banco do Brasil, minha instituição de origem. O BNB preparava-se para entrar em operação, num clima de grande entusiasmo e generosas esperanças sobre o futuro do Nordeste. Servi daí em diante por um banco regional modelado como

uma moderna e dinâmica instituição financeira. Passei a fazer parte, imediatamente, da equipe de implantação do novel estabelecimento, integrado de outros funcionários cedidos pelo Banco do Brasil.

Seria fastidioso descrever as lutas dessa equipe de bancários líderes, e dos jovens então recém-admitidos nos quadros do BNB por concurso público, num esforço comum para conceber e pôr em prática a organização definitiva do Banco. Havia, ademais, que normatizar as operações e serviços, conduzir um ambicioso programa de treinamento de pessoal e dar atendimento à clientela que afluía às agências e a outros tantos escritórios instalados na Região em bases provisórias.

Sonhos, ideais e trabalho são as palavras que definiam esse ambiente. Sonhos de um Nordeste desenvolvido, ideais de uma justiça social e trabalho duro, persistente e criativo para construir uma instituição que pudesse efetivamente contribuir para a consecução dos objetivos colimados. Em 1961, afastei-me do BNB para integrar-me aos quadros do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Retornando ao BNB 13 anos após o meu afastamento em 1961, para ocupar o posto de diretor de Crédito Industrial e de Investimento, constatei que muitos dos sonhos da fase de implantação haviam sido realizados. O BNB era uma instituição prestigiada no mercado e perante a opinião pública. O BNB, porém, enfrentava problemas de crescimento, principalmente de limitação de recursos. Coube a Nilson Holanda, presidente da entidade, a recuperação do ritmo de desenvolvimento da instituição, permeando o seu mandato com resultados historicamente muito favoráveis. Tive a oportunidade de acompanhar e coadjuvar, dentro das minhas possibilidades, o belo esforço do Nilson. Foram cinco anos muito positivos profissionalmente para mim.

É, portanto, com muita honra e satisfação que recebo a Comenda Mérito BNB, a mim outorgada por uma entidade que servi com muita dedicação. Meus especiais agradecimentos ao presidente Roberto Smith e à diretoria do BNB, pelo prêmio com que me distinguiram. Fico também grato ao diretor Ethewaldo Guimarães pela iniciativa da indicação de meu nome. Nesta oportunidade, presto minha homenagem a três ex-presidentes do Banco do Nordeste, com os quais trabalhei e a quem a

entidade muito deve. Refiro-me aos saudosos Rômulo de Almeida e Raul Barbosa, e ao talentoso e ainda em plena atividade Nilson Holanda. Muito obrigado.

Mestre-de-cerimônias

Obrigado Dr. Joaquim Batista Fernandes.

Nilson Holanda é natural de Limoeiro do Norte, interior do Estado do Ceará, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade Federal do Ceará-UFC, e possui mestrado em Economia e Administração Pública, respectivamente, pelas Stanford e Harvard University, nos Estados Unidos. Exerceu magistério na Universidade Federal do Ceará no período de 1962 a 1987, e na Universidade de Brasília – UNB, de 1987 a 2003, quando se aposentou. Trabalhou, ainda, na Secretaria de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento da União, na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação – Seplan, da Presidência da República, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, no Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama, na Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, no Ministério Extraordinário para Desburocratização, no Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia e Tocantins, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral do Brasil, dentre outros. Foi membro dos Conselhos Nacionais de Saúde e de Previdência Social, além dos Conselhos de Administração do BNDES, do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia, e dos Conselhos Deliberativos da Sudene, Sudam, Sudeco e Sudesul.

Nos períodos em que não esteve exercendo funções públicas, trabalhou como consultor independente para instituições como Banco Mundial, BID, BNB, Basa, Sudene, Sudam, Ipea, Pnud, Governo Federal, Governos Estaduais, empresas privadas e outros.

Dentre suas publicações, destacamos: “O Desenvolvimento do Nordeste – Diretrizes Administrativas para o BNB”; “O BNB e o Desenvolvimento Regional”, e “Política de Desenvolvimento do Nordeste”, todas publicadas pelo BNB na década de 70.

Além dessas, podemos citar outras, como: “Técnicas de Planejamento em Bancos de Desenvolvimento” e “Os Bancos de Desenvolvimento como Agentes de Mudança”, ambas publicadas pela Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1980. E, por fim, “Indicações para uma Nova Estratégia de Desenvolvimento Regional”, “Estratégias e Prioridades para o Desenvolvimento do Nordeste”, “Bases para um Programa de Desenvolvimento Integrado da Região Centro-Oeste” e “Projeto de Desenvolvimento Integrado da Região Norte” – estas publicadas pela editora Universa, em 1997, em Brasília, Distrito Federal.

Convidamos o ex-presidente e funcionário aposentado do BNB, Nilson Holanda, para receber a Comenda Mérito BNB das mãos do diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral.

Nilson Craveiro Holanda

Só um breve agradecimento. Eu quero dedicar essa comenda a todos os meus colegas do Banco do Nordeste, particularmente àqueles dirigentes aos quais tive a honra de ser subordinado. E aqui apenas uma breve informação histórica: em 1954, eu entrei no Banco do Nordeste por concurso, e fui designado para a primeira agência do Banco do Nordeste. Como eu era estudante de Direito e pouco conhecia de aspectos bancários, e a meu lado estavam muitos colegas que já trabalhavam, eu achava que não teria muita chance no Banco do Nordeste, e cavei uma mudança para o Departamento Jurídico, acreditando que assim eu ia ter condições de seguir minha carreira de advogado no futuro.

Nisso acontece um concurso interno, e eu fui muito bem-sucedido no concurso interno, tirei o primeiro lugar, e ninguém me conhecia, eu era completamente desconhecido dentro do Banco. Eu sempre dizia aos alunos do CAB, o Curso de Aprendizagem Bancária, que quando entrei no Banco eu nunca tinha visto um cheque, não sabia nada. Aliás, dinheiro tinha visto muito pouco. Então, o Batista, que era chefe da Assessoria Econômica, perguntou: quem é esse rapaz que tirou o primeiro lugar no concurso? Ninguém conhecia. Todos os demais eram já comissionados dentro do Banco. Então, ele me convidou para trabalhar na Assessoria.

Dentre seus grandes méritos, foi ele quem me descobriu no Banco, e me levou para a carreira bancária, porque eu estava preparado para seguir minha carreira jurídica.

Batista, que era conhecido como Batistinha, era famoso por sua rapidez na escrita, escrevia muito bem, e também como um conversador compulsivo. Trabalhamos juntos e ele me incentivou bastante. Foi ele que me proporcionou participar do segundo concurso de Técnico em Desenvolvimento Econômico, pelo qual eu ingressei no quadro técnico do Banco. Depois, quando eu fui presidente do Banco, a primeira pessoa de quem me lembrei foi Batista. Ele tinha trabalhado no BID, tinha voltado dos Estados Unidos, estava no Rio de Janeiro, eu o convidei e ele veio ser diretor de Crédito Industrial.

Eu só brigava com ele porque, vez por outra, ele queria refazer os pareceres do Departamento Industrial, porque ele gostava de escrever em cima do que os outros haviam escrito. Eu o chamava e dizia: Batista, quando você não estiver satisfeito, chama o técnico e manda reescrever, você não reescreve. Mas ele adorava reescrever. Foi um grande auxiliar, uma extraordinária capacidade de trabalho, extremamente inteligente.

Eu dedico esta comenda a alguns que já se foram: meus chefes Rômulo de Almeida e Raul Barbosa. Uma coincidência é que eu trabalhei no Departamento Jurídico quando Raul Barbosa lá estava exilado, quando perdeu a eleição para senador e era um consultor jurídico do Banco. Depois fui ser assessor da Presidência, convidado pelo Batista, e quando o Dr. Raul Barbosa se tornou presidente passei, então, a ser seu assessor.

Também não posso deixar de lembrar aqui Rubens Costa, que foi chefe do Etene, e foi quem me proporcionou fazer o curso em Stanford. Na época as Nações Unidas queriam me mandar para a British Columbia, no Canadá, e ele insistiu que eu fosse para Stanford; e também um outro que não está aqui, que é da mesma época do Batista: Eraldo Alves Costa, que foi chefe do Departamento Industrial, onde eu trabalhei vários anos. Dedico a homenagem, ainda, a todos os colegas que colaboraram comigo e aos atuais funcionários do Banco do Nordeste, desejando que todos eles se beneficiem das atividades do Banco nos anos futuros. Muito Obrigado.

Mestre-de-cerimônias

Nós convidamos para fazer uso da palavra o secretário-executivo da Anpec, professor Mauro Borges Lemos.

Mauro Borges Lemos

Boa-noite a todos. Para finalizar esse evento, que representa o X Encontro Regional de Economia, em parceria com o Banco do Nordeste, onde simultaneamente é realizado o Fórum BNB de Desenvolvimento, eu gostaria de registrar que esta é uma parceria que muito nos honra. São dez anos, já, de atividades conjuntas, e isso tem representado um grande estímulo à pós-graduação em Economia no Nordeste.

Só para vocês terem uma dimensão, este ano foram submetidos mais de 150 trabalhos em nível de pós-graduação (trabalhos científicos, de peso acadêmico), e selecionados 48 trabalhos para apresentação aqui. Essa representa uma relação, aproximadamente, de três trabalhos submetidos para um trabalho apresentado. Tendo em vista comparações internacionais, é um encontro altamente concorrido e, conseqüentemente, de alta qualidade. É um dos encontros mais prestigiados, hoje, no Brasil, na área científica de Economia, e nós gostaríamos de manifestar aqui, em público, que seria para nós um grande prazer a continuidade dessa parceria.

Gostaria de registrar também que esse encontro, hoje, é o único encontro em que é inteiramente financiada a apresentação dos trabalhos dos expositores autores. Mesmo o Encontro Nacional da Anpec, que é um encontro de grande peso e de maior visibilidade no Brasil, financia apenas a hospedagem dos expositores autores. Em função do apoio do Banco do Nordeste, é possível o pagamento da passagem aérea e da hospedagem dos autores expositores. Do ponto de vista de quem vive a vida acadêmica, é extremamente difícil obter financiamento para expor trabalhos científicos em eventos acadêmicos. Então, é uma situação privilegiada, e obviamente que isto tem representado grande estímulo para a produção científica dos autores do Nordeste, porque só é financiada a apresentação de autores expositores pertencentes à região Nordeste, onde a pós-graduação em Economia ainda está aquém da de outros centros do Brasil.

Então, esse esquema de parceria é extremamente benéfico para a formação de quadros de alta qualificação em nível de pós-graduação na Região, e é nesse sentido que a Anpec tem uma grande satisfação em manter este tipo de acordo de parceria para os anos vindouros. Para nós, este é um grande instrumento para o desenvolvimento da pós-graduação na região Nordeste na área de Economia e nesse tipo de formação de quadros, principalmente voltados para o desenvolvimento regional.

Gostaria de registrar, também, que grande parte dos trabalhos que são submetidos aqui neste Encontro são trabalhos de Economia Regional e de Economia Social, particularmente com enfoque na pobreza — então de grande relevância para contribuir em termos de subsídios de estudos e pesquisas para a Região. Neste sentido, eu gostaria de afirmar aqui que o fato de completar 10 anos de parceria é um motivo de grande satisfação para nós e também, acredito, para a direção do Banco. Estou fazendo esse registro aqui porque não é fácil manter um encontro acadêmico de nível de uma forma perene, que sobreviva a todas as dificuldades naturais que esse processo envolve. Então, é um motivo de grande satisfação para todos nós que isso esteja acontecendo. Muito obrigado.

Mestre-de-cerimônias

Nós convidamos para fazer uso da palavra o diretor de Gestão do Desenvolvimento do Banco do Nordeste, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral.

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Meus amigos, minhas amigas, aqueles que se encontram na mesa, que se encontram na assistência. Estou muito honrado por estar representando neste momento o presidente Roberto Smith, e em seu nome eu gostaria de dizer da grande alegria que todos que fazem o Banco do Nordeste têm ao chegarmos ao término desses eventos. Digo no plural porque temos aqui o Fórum BNB de Desenvolvimento e o X Encontro Regional de Economia da Anpec.

Aqui estivemos sob a inspiração do nosso grande mestre Celso Furtado, que motivou muitos dos debates hoje aqui realizados. E talvez o mais importante da mesa específica que tratou desse assunto, da sua obra, foi a inequívoca constatação da atualidade do seu pensamento e do desafio que ele representa para continuarmos todos engajados num processo de planejamento, de discussão da realidade, de estudo, de aprofundamento, de associação do pensar e do fazer em prol do desenvolvimento genuíno, aquele que incorpora ao crescimento a inserção das pessoas nesse mesmo desenvolvimento.

Nesse sentido, o presidente Roberto Smith, meu caro Mamede, pediu-me para expressar sua grande alegria em termos, hoje, firmado aqui esse convênio, que nasceu daquela reunião que ele teve com o ministro Nilmário, e que insere o Banco do Nordeste e diversas de suas áreas na política de inserção social do governo Lula, de forma objetiva e específica, dentro de vários dos programas que o convênio define.

Gostaria, finalmente, de dizer que esse momento também foi um momento de grande emoção porque foi um momento em que, de um lado, comemoramos grandes conquistas do Banco do Nordeste em mais um aniversário, nesses 53 anos, nessa sua idade madura; conquistas importantes que consolidam o Banco como um agente fundamental de desenvolvimento para a Região. E comemoramos essas conquistas dividindo as vitórias e os louros com todos aqueles que construíram esse Banco durante esses 53 anos, como Nilson Holanda, ex-presidente que aqui está; como o Dr. Joaquim Batista Fernandes, que aqui foi homenageado, como tantos que estiveram aqui presentes recebendo prêmios a que fizeram jus pelos anos de trabalho dentro dessa instituição, como tantos aposentados aqui presentes. Ousaria citar alguns: o Pedro Jorge Ramos Viana, o Arylo Holanda, o Cláudio Ferreira Lima, o Cartaxo, o Antônio Rocha Magalhães, e tantos aposentados que aqui estão também. Quero agradecer a todos vocês, deixar um grande abraço e dizer mais uma vez, em nome do presidente Roberto Smith, da nossa grande alegria de chegarmos a mais essa etapa importante da vida desta instituição e da Anpec também, que são os 10 anos desse encontro. Um grande abraço.

Mestre-de-cerimônias

Queremos convidar a todos da mesa para que possam voltar a seu local no auditório, porque ouviremos agora a apresentação musical do Coral Conterrâneo, composto por funcionários e colaboradores do BNB.

(apresentação do Coral)

Mestre-de-cerimônias

Nós agradecemos aos participantes, convidados e palestrantes por suas contribuições durante esses dois dias de evento, e encerramos neste momento as atividades do Fórum BNB de Desenvolvimento e do X Encontro Regional de Economia. Este evento, parceria do Banco do Nordeste do Brasil e da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – Anpec, neste ano apresentou o tema “O Nordeste de Celso Furtado” e buscou mobilizar a comunidade acadêmica e política em torno de questões relevantes para o desenvolvimento regional. A partir desse momento, cada Superintendência Estadual prosseguirá com a entrega do 3º Prêmio BNB de Microcrédito em sua respectiva capital.

Agradecemos a presença de todos e convidamos para o coquetel que será servido no gramado do Centro de Treinamento. Obrigado e boa noite a todos.

ANEXO

Programação:

FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO

X ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA

18/07/2005 – Segunda-feira

8h30min - Descerramento da Placa do Auditório Professor Celso Furtado

8h45min - Abertura

Roberto Smith (Presidente do BNB)

Mauro Borges Lemos (Secretário-Executivo da Anpec)

9h30min - Painel I – O Pensamento de Celso Furtado: do GTDN aos dias de hoje

Presidente de mesa: Pedro Eugênio (Diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB)

Expositores: André Furtado (Unicamp)

Cesare Giuseppe Galvan (Centro Josué de Castro)

Paul Singer (MTE/USP)

11h30min - Intervalo

11h45min - Sessões Simultâneas I

Mesa I - Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

Mesa II - Competitividade e Inserção Internacional

Mesa III - Economia Social

Mesa IV - Infra-Estrutura

Mesa V - Crescimento Econômico

Mesa VI - Fome Zero e Pobreza

13h30min - Almoço Livre

14h30min - Sessões Simultâneas II

Mesa I - Economia Regional e Localização Industrial

Mesa II - Desigualdade Regional e Educação

Mesa III - Setor Bancário e Crédito

Mesa IV - Emprego e Renda

Mesa V - Desenvolvimento e Estrutura Urbana

Mesa Especial: Arranjos Produtivos Locais – Estudo de Casos

Presidente de Mesa: Silvio Cairo (UFSC)

Expositores: Jair do Amaral Filho (IPECE)

Renato Campos (UFSC)

Hamilton Ferreira (UFBA)
José Lamartine Távora Júnior (PIMES)

16h15min - Intervalo

16h30min - Sessão Especial Anpec – Desigualdade Regional e Diferenciais de Salários

Presidente da mesa:

Mauro Borges Lemos (Secretário-Executivo da ANPEC)

Expositor: Ronald L. Oaxaca (University of Arizona)

19/07/2005 – Terça-feira

8h30min - Sessões Simultâneas III

Mesa I - Desenvolvimento e Desigualdade

Mesa II - Economia Agrícola

Mesa III - Inflação e Mobilidade de Capital

Mesa IV - Jogos e Economia Espacial

Mesa V - Políticas de Enfrentamento da Pobreza

10h15min - Intervalo

Lançamento de Livros

10h45min - Sessão Especial Etene – Da Fantasia à Construção: Desafios e Opções para o Nordeste

Presidente da mesa:

José Sydrião de Alencar (Superintendente do Etene – BNB)

Expositores: Pierre Salama (Universidade de Paris)

Assuéro Ferreira (UFC)

Ladislau Dowbor (PUC-SP)

12h45min - Almoço Livre

13h30min - Painel II – O Nordeste e as Transformações da Economia Mundial

Presidente da mesa:

Pedro Jorge Ramos Viana (UFC)

Expositores: Clélio Campolina (Cedeplar)

João Furtado (BNDES)

Antônio Carlos Galvão (Ministério da Integração)

15h - Painel III – 50 anos de BNB e o Desenvolvimento Regional

Presidente da mesa:

Antônio Rocha Magalhães (Banco Mundial)

Expositores: João Francisco Freitas Peixoto (Superintendente da Área de Controle Financeiro)
Stélio Gama Lira Júnior (Superintendente da Área de Microfinanças e Projetos Especiais)
Pedro Eugênio (Diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB)

16h - Painel IV – O Nordeste e a Política de Desenvolvimento

Presidente da mesa:

Pedro Eugênio (BNB)

Expositores: Nilson Holanda (UNB)

Tânia Bacelar (UFPE)

Pedro Eugênio (BNB)

18h – Encerramento

Entrega do 3º Prêmio BNB de Microcrédito do Ceará

Assinatura de Termo de Cooperação Técnica BNB/Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

Entrega do Prêmio BNB de Talentos Universitários

Entrega do Prêmio BNB de Economia Regional

Entrega de Escudos de Ouro

Entrega da Comenda Mérito BNB

18h30min - Apresentação do Coral Conterrâneo

Coquetel

ISBN 85-87062-69-7



9 788587 062697

anpec
Associação Nacional dos
Centros de Pós-Graduação
em Economia

**Banco do
Nordeste** 
O nosso negócio é o desenvolvimento